Helena Portes Sava de Farias

O SABER E O CONHECIMENTO: UM OLHAR MULTIDISCIPLINAR



epitaya
Editora

Helena Portes Sava de Farias
Organizadora

O SABER E O CONHECIMENTO: UM OLHAR MULTIDISCIPLINAR

1ª Edição

Editora

Rio de Janeiro – RJ
2023

Copyright © 2023 by Epitaya Propriedade Intelectual Editora Ltda. Todos os direitos reservados.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

S115

O saber e o conhecimento [livro eletrônico] : um olhar multidisciplinar / Organizadora Helena Portes Sava de Farias. – Rio de Janeiro, RJ: Epitaya, 2023.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
ISBN 978-65-87809-78-6

1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Professores – Formação. I. Farias, Helena Portes Sava de.

CDD371.72

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Epitaya Propriedade Intelectual Editora Ltda
Rio de Janeiro / RJ
contato@epitaya.com.br
http://www.epitaya.com.br

epitaya
Editora

Helena Portes Sava de Farias
Organizadora

O SABER E O CONHECIMENTO:
UM OLHAR MULTIDISCIPLINAR

epitaya
Editora
Rio de Janeiro – RJ
2023

Epitaya Propriedade Intelectual Editora Ltda 1ª Edição - Copyright © 2023 dos autores
Direitos de Edição Reservados à Epitaya Propriedade Intelectual Editora Ltda.

Nenhuma parte desta obra poderá ser utilizada indevidamente, sem estar de acordo com a Lei nº 9.610/98.
Todo o conteúdo, assim como as possíveis correções necessárias dos artigos é de responsabilidade de seus autores.

CONSELHO EDITORIAL

EDITOR RESPONSÁVEL	Bruno Matos de Farias
ASSESSORIA EDITORIAL	Helena Portes Sava de Farias
ASSISTENTE EDITORIAL	Milene Cordeiro de Farias
MARKETING / DESIGN	Gercton Bernardo Coitinho
DIAGRAMAÇÃO/ CAPA	Bruno Matos de Farias
REVISÃO	Autores

COMITÊ CIENTÍFICO

PESQUISADORES

Profa. Kátia Eliane Santos Avelar
Profa. Fabiana Ferreira Koopmans
Profa. Maria Lelita Xavier
Profa. Eluana Borges Leitão de Figueiredo
Profa. Maria Regina da Silva Pinheiro
Profa. Cleide Gonçalo Rufino
Profa. Roberta Kele Ribeiro Ferreira
Profa. Pauline Balabuch
Prof. Thiago de Freitas França
Prof. Daniel da Silva Granadeiro

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que lhes apresento o e-book intitulado “O SABER E O CONHECIMENTO: UM OLHAR MULTIDISCIPLINAR”. Nele foi possível reunir quatorze artigos de pesquisadores brasileiros nas diversas áreas do conhecimento como fruto de suas pesquisas acadêmicas, de iniciação científica, Trabalho de Conclusão de Curso e dissertações de mestrado.

O capítulo 1 intitulado “A GÍRIA USADA NO RAP BRASILEIRO” tem como objetivo analisar as gírias dos rappers nas letras de música. No capítulo 2 intitulado “ANÁLISE DA MOBILIDADE FUNCIONAL DE PACIENTES DA INTERNAÇÃO PSIQUIÁTRICA ATRAVÉS DO TESTE TIMED UP AND GO” os autores apresentam que a internação psiquiátrica é considerada como um recurso necessário e estratégico, sendo indicada quando os recursos extra-hospitalares são insuficientes para promover o cuidado e recuperação.

O capítulo 3 “A UTILIZAÇÃO DE JOGOS ON-LINE COMO FERRAMENTA DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AOS DIVERSOS GÊNEROS TEXTUAIS PELOS ESTUDANTES DAS SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA ESCOLA PÚBLICA” busca investigar as contribuições do uso dos jogos virtuais para o ensino de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental II, principalmente no que diz respeito à promoção do acesso aos mais diversos gêneros textuais por meio do compartilhamento de conhecimentos presentes na rede mundial de computadores. No capítulo 4 “A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE SOCIAL E MONITORAMENTO DA TRANSPARÊNCIA FISCAL” a pesquisa teve por objetivo avaliar se os níveis de educação da população, como instrumento de controle e participação social, influenciaram os indicadores de Transparência Fiscal dos Estados brasileiros.

O capítulo 5

No capítulo 6 intitulado “O EFEITO DAS CONDIÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E FISCAIS NA TRANSPARÊNCIA DOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS” a pesquisa buscou verificar se fatores sociais, econômicos e fiscais influenciam a transparência pública em países com baixos níveis de desenvolvimento.

O capítulo 7 intitulado “OFICINA PEDAGÓGICA UTILIZANDO PROCESSOS GEOMÉTRICOS NAS EQUAÇÕES DO 2° GRAU” foi realizado um estudo acerca do processo geométrico para resolucionar equações do 2° grau. No capítulo 8 “A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOPEDAGOGIA NA DIDÁTICA DA FORMAÇÃO DOCENTE: PLANEJAMENTO E DUAS POSSIBILIDADES” tem como objetivo desenvolver a partir de embasamentos teóricos pensamentos que colaborem para entender a importância do planejamento intercalado a didática com a contribuição da psicopedagogia.

O capítulo 9 “PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO, PRINCÍPIOS DE ÉTICA E MORAL DENTRO DO AMBIENTE DE

TRABALHO” os autores buscam ajudar profissionais da área da Psicologia Organizacional e do Trabalho a trabalhar de forma honesta dentro dos ambientes institucionais. No capítulo 10 “A DEPRESSÃO EM CRIANÇAS E SEUS REFLEXOS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM: COM ÊNFASE NO 1° ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL” traz uma breve abordagem da depressão em crianças e as consequências no contexto escolar, dando ênfase para os alunos do 1° ano do ensino fundamental de uma escola privada no município de Ananindeua-PA.

O capítulo 11 intitulado “RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO E LIMITES DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: RESPONSABILIZAÇÃO DIRETA DO AGENTE PÚBLICO” o artigo explora o instituto da responsabilidade civil do Estado no âmbito da responsabilização do agente público no exercício da função. No capítulo 12 “ATIVIDADE EMPRESARIAL: EVOLUÇÃO, POSITIVAÇÃO E LUGAR NA ERA DA SOCIEDADE DIGITAL” o presente artigo irá abordar o aparecimento e crescimento do direito empresarial ao longo do decorrer do tempo da sociedade humana.

O capítulo 13 “FUNÇÃO SOCIAL DO DIREITO DIGITAL EM TEMPOS DE PANDEMIA” aborda o surgimento e o desenvolvimento do direito digital frente a sociedade digital presente por conta da Rede Internacional de computadores. Por fim, o capítulo 14 “PROPOSTA DE INTERVENÇÃO DE ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)” o artigo contém uma proposta de intervenção acerca de um aluno com necessidades educacionais especiais definido como Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Boa leitura!

Profa. MSc. Helena Portes Sava de Farias
Mestre em Desenvolvimento Local
Assessora Editorial Epitaya

SUMÁRIO

Capítulo 1.....*09*
A GÍRIA USADA NO RAP BRASILEIRO
Milena do Carmo Pantrigo França

Capítulo 2.....22
ANÁLISE DA MOBILIDADE FUNCIONAL DE PACIENTES DA INTERNAÇÃO PSIQUIÁTRICA ATRAVÉS DO TESTE TIMED UP AND GO
Éder Tiago de Pauli; Gisele Battistelli; Francine Morais da Silva; Vanessa Menegalli

Capítulo 3.....34
A UTILIZAÇÃO DE JOGOS ON-LINE COMO FERRAMENTA DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AOS DIVERSOS GÊNEROS TEXTUAIS PELOS ESTUDANTES DAS SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA ESCOLA PÚBLICA
José Roberto da Silva Júnior; Leonardo João de Barros

Capítulo 4.....44
A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE SOCIAL E MONITORAMENTO DA TRANSPARÊNCIA FISCAL
Célia Regina Pereira da Silva; Neyla Tardin

Capítulo 5.....67

Capítulo 6.....86
O EFEITO DAS CONDIÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E FISCAIS NA TRANSPARÊNCIA DOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS
Cristiano de Jesus Sousa de Abreu

Capítulo 7.....101
OFICINA PEDAGÓGICA UTILIZANDO PROCESSOS GEOMÉTRICOS NAS EQUAÇÕES DO 2° GRAU
Caio César Soares

Capítulo 8.....113
A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOPEDAGOGIA NA DIDÁTICA DA FORMAÇÃO DOCENTE: PLANEJAMENTO E DUAS POSSIBILIDADES
Fernando Pereira dos Santos Barbosa

Capítulo 9.....117
PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO, PRINCÍPIOS DE ÉTICA E MRAL DENTRO DO AMBIENTE DE TRABALHO
Levi Nogueira Freitas

Capítulo 10.....126
A DEPRESSÃO EM CRIANÇAS E SEUS REFLEXOS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM: COM ÊNFASE NO 1° ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL
Ana Paula Cordeiro Chaves

Capítulo 11.....147
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO E LIMITES DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: RESPONSABILIZAÇÃO DIRETA DO AGENTE PÚBLICO
Rafael de Oliveira Lins

Capítulo 12.....168
ATIVIDADE EMPRESARIAL: EVOLUÇÃO, POSITIVAÇÃO E LUGAR NA ERA DA SOCIEDADE DIGITAL
Rafael de Oliveira Lins

Capítulo 13.....184
FUNÇÃO SOCIAL DO DIREITO DIGITAL EM TEMPOS DE PANDEMIA
Rafael de Oliveira Lins

Capítulo 14.....203
PROPOSTA DE INTERVENÇÃO DE ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)
Anelli de Sena Araujo Leandro; Claudia Paranhos Quintanilha; Izaque Pedro de Olanda; Leonardo João de Barros

CAPÍTULO 01

Milena do Carmo Pantrigo França
Graduada em Letras pela Universidade Paulistana

RESUMO

Como um aspecto da própria comunidade humana, a linguística compreende certos comportamentos constantes, eleitos como ideais para comunicar-se. Cada grupo na sociedade tem o seu modo de falar, usando as gírias para sua identificação, mas depois estas gírias saem do seu grupo e caem no domínio popular. Aqui neste trabalho o que implica é a análise das gírias dos rappers nas letras de música. Este trabalho está dividido em tópicos e iremos começar falando sobre a sociolinguística e suas variantes. No tópico dois iremos comentar sobre a história do rap e suas evoluções, e do rap no seu âmbito nacional. No tópico três falaremos das gírias e como se classificam. Enfim no quarto tópico faremos as análises de letras de músicas dos rappers e as gírias, claro comparando o seu significado com o dicionário Aurélio.

Palavras-chave: Gírias, rap brasileiro, sociolinguística.

SOCIOLINGUÍSTICA

Por se tratar de uma pesquisa que visa analisar o uso das gírias no rap, precisamos conhecer a sociolinguística e as suas variações.

A sociolinguística é um ramo da linguística que estuda a relação entre língua e sociedade.

Há três termos importantes para a sociolinguística: variedade, variante e variável.

A variedade é o que corresponde, ao termo de dialeto, ou seja, padrão linguístico de uma sociedade. Cada variedade linguística tem uma gramática própria igualmente válida. Dentro de cada variedade linguística há variação interna em função de vários critérios como idade, sexo e escolaridade.

Variante é o termo usado para designar o item linguístico que é alvo de mudança e o caso da variação fonética, a variante é o alojone.

Variável é o termo utilizado na forma ou construção linguística que apresenta variantes observadas pelo investigador.

Variações Linguísticas

Antes de entrarmos no termo gírias, é importante falarmos, sobre a variação linguística.

Um dos traços de identificação de uma nação é a língua. Esta pode variar de acordo com alguns fatores como nível de cultura, situação em que um indivíduo se manifesta verbalmente.

Uma variante é inicialmente utilizada por um grupo restrito de falantes e depois passa a ser adotada por indivíduos socioeconomicamente mais expressivos. Estas mudanças podem ser de grafia ou de significado.

Variação geográfica trata-se de diferentes formas de pronúncia, vocabulário e estrutura sintática das regiões, dentro de uma comunidade formam-se as comunidades linguísticas menores em torno de intros que têm uma cultura, política econômica que definem os padrões linguísticos utilizados na região.

A variação social agrupa fatores de diversidade como meio social, grau de educação do indivíduo, idade e sexo. Já a variação estilística considera um indivíduo em diferentes circunstâncias de comunicação no ambiente familiar, profissional, grau de intimidade, etc.

RAP

O termo rap significa (ritmo e poesia). Este gênero musical foi criado nos Estados Unidos, especificamente nos bairros pobres de Nova York, na década de 70. Jovens de origem negra e espanhola, em busca de uma nova sonoridade, criaram então o rap.

O rap tem uma batida rápida, e a letra vem declamada em forma de discurso, sem melodia sobre uma base rítmica e harmônica feita por instrumentos eletrônicos.

Geralmente as letras falam das dificuldades da vida dos habitantes de bairros pobres. As gírias das gangues destes bairros são muito comuns nas letras das músicas do rap. Suas danças são acrescidas de movimentos rápidos e malabarismos corporais.

O cenário urbano do rap é formado ainda por visual repleto de grafites nas paredes das grandes cidades. No começo da década de 1980, muitos jovens cansados do Disco Music, começaram a mixar músicas e em cima destas mixagens criam arranjos específicos.

O MC (mestre de cerimônia) é o responsável pela integração entre mixagem e a letra em forma de poesia e protesto. E considerado o marco inicial do movimento rap norte-americano.

Entendendo o funcionamento do rap

Geralmente o rap é cantado e tocado por uma dupla composta por um Dj (disc-jóquei), que fica responsável pelos efeitos sonoros e mixagens e pelos MC's que se responsabilizam pela letra cantada. Quando o rap possui melodia ganha o nome de hip hop.

Um efeito sonoro muito típico do rap é o scratch (som provocado pelo atrito da agulha do toca disco vinil).

A década de 1980: auge do rap e mudanças

Na década de 1980, o rap sofreu uma mistura com outros estilos musicais, dando origem a novos gêneros (mistura com o reggae) e o dance rap. Com letras marcadas pela violência das ruas e guetos, denunciando as injustiças e dificuldades das populações menos favorecidas.

Movimento rap no Brasil

O rap surgiu no Brasil por volta de 1986 na cidade de São Paulo. Os primeiros shows de rap eram apresentados no teatro mambembe pelo Dj Theo Werneck. Na década de 80, as pessoas não, aceitavam o rap, pois consideravam um estilo musical muito violento e típico de periferia.

Na década de 90 o rap ganha as rádios e a indústria fonográfica começa a dar mais atenção ao estilo.

Os primeiros rappers a fazer sucesso foram Thayde e Dj Hum. Logo a seguir surgiram novos rappers como: Racionais MC's, Pavilhão 9, Detentos do Rap, Planet Hemp, Gabriel O pensador entre outros.

Nos dias de hoje o rap faz parte do cenário musical brasileiro. Venceu preconceitos e saiu da periferia e ganhou sande público. Dezenas de CD's de rap são lançadas anualmente, porém o rap não perdeu sua essência de denunciar as injustiças vividas pelos moradores da periferia usando muitas gírias.

GÍRIA

São palavras ou construções de uso corrente entre grupos sociais diferenciados. A gíria é um fenômeno antropológico. Nos grupos que a praticam, a gíria desempenha uma função especial; é a senha da confraria, ou seja, é a marca de um grupo.

A gíria não é um léxico por dois motivos:

1) Porque não é praticada, e nem aceita por toda comunidade da linguística.

2) Sua permanência é duvidosa.

A própria gíria se modifica, embora seja é comum à gíria ser assimilada pela sociedade quando o grupo que a prática conquista aceitação ou ao menos a tolerância. Neste caso a gíria torna-se um léxico.

É empregada por jovens e adultos de diferentes classes sociais e observa-se que seu uso cresce entre os meios de comunicação de massa. Trata-se de um fenômeno sociolinguístico cujo estudo pode ser feito sob duas perspectivas: gírias de grupo e gíria comum.

Gíria de grupo

A gíria de grupo é usada por grupos sociais fechados e restritos, que tem comportamentos diferenciados, ou seja, uma linguagem codificada entendida apenas pelos integrantes do próprio grupo. O uso de gírias dá aos falantes do grupo um sentimento de superioridade, serve como um signo para um grupo, construindo para o processo de autoafirmação do indivíduo.

Expressa a oposição dos valores tradicionais da sociedade e preserva a segurança do grupo, pois em determinadas situações a comunicação é nula com aqueles que não pertencem a ele.

Quando o significado das gírias sai do âmbito do grupo, novos termos são criados para que se mantenha seu caráter codificado, por isso trata-se de uma constante inovação.

Os termos são criados quase sempre a partir do vocabulário comum, com alteração do significado, mudança de categorias gramaticais e criação de metáforas e metonímias que expressam a visão do mundo do grupo, refletindo ironia, agressividade ou humor. Seu processo de criação baseia-se no espírito lúdico tornando-se um jogo de adivinhação para quem é estranho ao grupo.

Gíria comum

Quando o uso da gíria expande-se e passa a fazer parte do léxico popular torna-se uma gíria comum. É usada para aproximar-se dos interlocutores, passa uma imagem de modernidade, quebrar a formalidade, possibilitar a identificação com os hábitos dos falantes jovens e expressar agressividade.

A gíria comum é usada na linguagem falada por todas as camadas sociais e faixas etárias deixando assim de estar ligada à falta de escolaridade, a ignorância, a falta de leitura. Na linguagem escrita é usada pela imprensa e por escritores contemporâneos, e muitos termos são dicionarizados.

Expansão do uso da gíria

Os movimentos político-sociais para democratização da sociedade refletiram-se também nos hábitos e na linguagem, a isto se deve o aumento do uso da gíria. A mudança da sociedade brasileira de predominantemente rural para urbana ampliou o uso da linguagem e dos costumes por todo o país. O mundo atual é instável, em constante e rápida transformação, e a gíria serve como um canal para extravasar a revolta e a frustração, e as injustiças sociais, para romper com valores tradicionais.

Neste caso cabe à escola ensinar as variações linguísticas e a adequação do uso de cada uma delas, dependendo do papel social que a pessoa tem e realiza na sociedade.

A gíria nos meios de comunicação

Os meios de comunicação de massa têm influência cada vez maior sobre os fenômenos da linguagem. Ao utilizarem as gírias em seus programas e reportagens, contribuem para a difusão destes termos por todas as camadas sociais. A cultura de massa precisa uniformizar a produção, então busca elaborar programas e textos de forma a atingir um receptor padrão que pode ser culto ou inculto. Surge a norma linguística da mídia que mistura hábitos orais e escritos numa linguagem compreensível por todos.

Embora seja encontrada também nos jornais de maior prestígio, a gíria é amplamente usada pelo jornalismo popular. Estes termos são usados pela imprensa para aproximar o texto da linguagem oral, buscando a quebra da formalidade e a aproximação com o leitor. Alguns termos têm seu uso tão difundido que o leitor nem percebe que é uma gíria.

Palavras de baixo calão

Palavras de baixo calão, popularmente conhecidas como palavrão, é um vocabulário que pertence à categoria das gírias e, dentro desta, apresenta-se como obsceno, ofensivo, agressivo ou imoral sob o ponto de vista de algumas religiões ou estilos de vida. Palavras de baixo calão são palavras inadequadas na norma culta da língua portuguesa e igualmente usada de forma popular e coloquial, exceto por licença poética.

Em geral, nas histórias em quadrinhos infantis e infanto-juvenis, afim ou não de chocar ou horrorizar os leitores (que é em sua maioria crianças e adolescentes), bem como de manter a integridade da norma culta, os balões representam os palavrões com grafismos, sejam desenhos como cobras e lagartos, bombas, ou caracteres como tralha (jogo da velha ou sustenido), arrobas, além de nuvem negra, crânio, ossos, punhal com lâmina retorcida, espirais e outros permitidos pela imaginação do roteirista.

Também podemos ouvir palavras de baixo calão nas músicas, aqui trataremos do rap.

Na letra da música do grupo jogaboo (corre-corre):

"Empurrou o flagrante ninguém
pode fazer nada mandou mais
um irmão pra gaveta gelada
"Eu não vou cair na sua arapuca
não, num vô ti da sossego
assassino filha da puta"

No refrão desta mesma música ele também coloca palavras de baixo calão em:

"Eu tô puto da vida".
Qualé, eu tô de saco cheio.
Tá na hora de parar esse carro
sem freio"

"Num teve freio na boca
Pm se fudeu
Pegou uma porra loca"
"Num puxei cadeia,
nunca meti os canos,
mas a diretoria sabe o
que tô falando."

Como vemos em trechos da música corre-corre o contexto urbano é ligado a conflitos sociais, violência etc. Este tipo de linguagem não é apenas utilizado por um grupo restrito, mas por todos, e nos meios de comunicação.

Algumas gírias de décadas

Assim como o mundo foi evoluindo com diversos acontecimentos, as variações linguísticas também sofreram modificações. Aqui veremos algumas gírias mais utilizadas nas décadas de 60, 70, 80, 90 até os dias atuais.

Gíria dos anos 60

Bacana = bom, bonito.
Boa pinta = de boa aparência
É uma brasa mora!= espevitada, danada
Minissaia= saia curta
Papo firme = conversa sério
Pode vir quente que estou fervendo = excitado
Tremendão = rapaz bonito

Gíria dos anos 70

Babados = assuntos
Bicho = amigo
Chocante = bom ótimo
Dançou = caiu
Dá no pé = ir embora
Desligado = distraído
Jóia = tudo bem
Podes crer = acredite

To ki to = estou bem
To contigo e não abro = estou do teu lado
Tutu = dinheiro

Gíria dos anos 80

Brega = feio
Deprê = depressão
Fio dental = biquíni
Masô = masoquista
Ô meu! = ei rapaz!
Pega leve = devagar

Gíria dos anos 90

Ah, eu tô maluco = estou vibrando.
Animal = pessoa de expressão
Antenado = ligado
Bolada = ruim
Baranga = mulher feia
Boiola = homossexual
Cara pintada = estudante que protesta
Encoleirar = namorar firme
Ficar = namorar
Filé = galinha
Mala = chato
Mauricinho = rapaz bem arrumado
Pagar mico = vexame
Patty = patricinha
Perua = mulher muito mal produzida
Sarado (a) = saudável
Zoar = rir de alguém, fazer barulho.

Gírias de todas as tribos

Assim como passam as décadas e com elas as variações linguísticas, as gírias também são classificadas como tribos, ou seja, cada profissão, grupo, etc.; tem a sua gíria, dando certo padrão para cada grupo.

Funkeiros

Alemão: turma rival, que está do lado oposto.
Pranchinera: pão com mortadela e refrigerante, o lanche de saída de praia.

Game maníacos

Bafo-jogador: que fala muito e joga pouco, ou seja, não joga bem.
• Demo-jogo: de demonstração, geralmente curto.

Moto-boys

Aloprado: serviço arriscado
Bração: motorista que atrapalha o moto boy

Gays, lésbicas e simpatizantes

Acuendar um bofe: atender, fazer, transar
Betty Faria: homem cobiçado

Motoristas e cobradores de ônibus

Fazer o burrão: assaltar o ônibus
Pegar a muamba: resgatar os passageiros de um ônibus quebrado.

Feirantes

Pirangueiro: freguês que pechincha muito
Zezé: freguês que aperta as frutas, mas não compra

Análise de letras de músicas

Nas músicas dos rappers é usada uma linguagem coloquial, usando a língua materna para melhor entendimento do seu público alvo, que são pessoas que moram na periferia que tem condições de sobrevivência muitas vezes caótica e violenta.

Aqui vamos analisar a letra de música do grupo: Zafrica Brasil

Zafrica Brasil (turma do gueto)

Sangue bom!
Se segura então vamos lá
E ai malandragem
Dando **role pela quebrada** só de passagem
Curtindo um som
Som é pesado **chapado** então
Vai que vai meu irmão
Essa é a **fita** aqui
Tamo no role
Tamo na paz tudo legal
Pode crer

É só curtir mais uma festa
Tromba umas **minas**
Tomar uma **breja**
A idéia é essa
Sem **papo furado**
Longe de **manos** atravessados
Sem treta sem cuchicho
Estou apaziguado.

Na palavra sangue bom, nas gírias tem o significado de pessoa boa, íntegra. Já no dicionário não existe o significado sangue bom juntas, e sim apenas em palavras separadas, sangue é um líquido vermelho que corre pelas veias. Nos dicionários encontramos a palavra sangue frio, pessoa calma que trata as situações com frieza.

Role pelas quebradas

Nas gírias a palavra role, é sair, dar uma volta, nos dicionários esta palavra não aparece. Já a palavra quebrada tem o significado em gíria de sair pelos becos, vielas, favelas ou lugar longe, já o seu significado no Aurélio são depressões em terrenos.

Chapado
Gíria: significa muito bom, completo.
Dicionário: tem dois sentidos, completo ou planalto.

Fita
Gíria: atuação, fato qualquer, podendo ser criminoso ou não ou dependendo do teor da conversa.
Dicionário: fita é um tecido reto e fino usado para atar ou enfeitar, pode ser filme, ou fingimento.

Pode crer
Gíria: pode acreditar estas palavras não são encontradas juntas
Dicionário: porém a palavra crer significa ter por certo, verdadeiro.

Minas
Gíria: meninas, garotas.
Dicionário: mina significa abertura artificial na terra para extrair minérios.

Tromba
Gíria: tropeçar.
Dicionário: tem vários significados, pode ser cara amarrada, órgão do olfato dos animais, como o elefante, focinho.

Breja
Gíria: cerveja.
Dicionário: não existe esta palavra breja e sim brejo que significa pântano.

Papo furado
Gíria: Conversa boba.
Dicionário: papo significa farinha cozida com leite e furado (furar) abrir, fazer furos, penetrar.

Mano
Gíria e dicionário: tem o mesmo significado pessoa de confiança.

Treta
Gíria: significa rolo, enganação, passar para trás, briga, problema.
Dicionário: quer dizer ardil, estratagema, habilidade na luta de esgrima

Grupo: Racionais Mc's

Música: Eu sou 157

Hoje eu sou ladrão, artigo 157
As **cachorras** me amam
O playboy se derrete

Hoje eu sou ladrão, artigo 157
A polícia bola plano
Sou herói, dos **pivete**

Uma **pa de bico cresce o zoio**
Quando eu chego,
Zé povinho é **foda**
How
É não nego

Eu to de mau com o mundo
Terça-feira a tarde,
Já fumei um,
Ligeiro com os covarde.

Eu só confio em mim
Mais ninguém
Se me entende,
Falo gíria bem,
Até papagaio aprende.

Artigo 157

Roubo

Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio.. Pena de reclusão de 4 a 10 anos e multa

Cachorra
Gíria: significa mulher vadia.
Dicionário: quer dizer cadela nova.

Playboy
Gíria:Garotos que pertencem à classe média ou média alta.
Dicionário: inglês-português
Play - jogar, brincar; boy - garoto.

Pivete
Gíria e dicionário: Garoto, menino, ou um garoto que tem uma vida já iniciado no mundo do crime.

Pá de bico
Gíria: Pessoas que falam demais
Dicionário: encontramos apenas a palavra bico que significa ponta aguçada, renda que termina os lados, proeminência encontrada na boca das aves e outros animais.

Cresce o zoio
Gíria: Inveja
Dicionário: esta palavra não é encontrada no dicionário, porém a palavra inveja significa desgosto ou pesar pelo bem ou felicidade do outro indivíduo, desejo violento de possuir o bem alheio.

Zé povinho
Gíria: Pessoas sem importância.
Dicionário: podemos encontrar a palavra povinero como diminutivo da palavra povo, que significa conjunto de pessoas que falam a mesma língua e têm costumes e hábitos idênticos, tradições comuns.

Foda
Gíria e dicionário: Palavra de baixo calão tem o mesmo significado que é transar.

Ligeiro
Gíria e dicionário: significa ser rápido, ágil.

Grupo: de menos crime

Fogo na Bomba

Otários fardados que vão se fuder
Se ligar, se liga, na nossa já bola, já bola.
Se ligar, porque otário **na nossa banca não cola.**
Que fique, que fique, que fique ligeiro.
Nessa porra, nós somos sempre suspeitos
Com certeza eles vão, eles vão **enquadrar**
Pelo falso **papelote**, eles vão te matar;
A polícia só existe para nos atormentar
Com a química com certeza eles vão se matar.

Otários
Gírias e dicionários: significa indivíduo tolo, simplório.

Fardados
Gíria: Aqui se refere polícia militar

Se liga
Gíria: ficar ligado,
Dicionário: há apenas liga que sigifica aliança, ligação, pacto.

Na nossa banca não cola
Gíria: nossa realidade tal coisa não dá, não tem cabimento.
Este termo não existe no dicionário.

Enquadrar
Gíria: Ser preso pela polícia.
Dicionário: significa pôr no quadro; encaixilhar; emoldurar; ajustar-se; adaptar-se

Papelote
Gíria: Embrulhos com droga
Dicionário: não foi encontrado

CONCLUSÃO

Cada grupo na sociedade tem o seu modo de falar, sendo assim cria-se um código, que podemos chamar de gíria.

Apesar das gírias ainda serem pouco utilizadas por professores, para análise, por preconceito ou por serem professores que ainda vem que a norma culta é a única a ser estudada. As gírias são importantes e tem que ser analisadas, para o entendimento do aluno.

Como estes alunos têm uma outra realidade, o rap é a sua identificação, pois a letra dos rappers fala do mundo real.

Para que o professor prepare e de uma aula mais descontraída, que os alunos realmente gostem levando simplesmente a letra da música, não apenas para análise, mas para a interpretação, fazendo-se comparações com a norma culta e quando devem ser usadas sem prejudicar a comunicação.

Não é apenas um simples aprendizado para o aluno, mas para o professor que pode melhorar a preparação de suas aulas, identificarem grupos, e quebrar preconceitos.

As gírias são de um modo geral uma maneira inteligente de se comunicar. Quando elas são restritas as pessoas que estão em volta e querem saber o significado de muitas palavras. Mas quando estas palavras deixam de ser um código, caem no popular sendo assim a gíria ganha força.

Lembrando que o ensino de escolas públicas é precário, fica para nós falantes da língua portuguesa, perceber a importância das variações linguísticas, sem nenhuma forma de pré-conceito perante o aluno e sua Maravilhosa forma de se expressar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUNHA, Geraldo Antonio. Dicionário Etimológico. **Nova Fronteira da Língua Portuguesa** São Paulo, 1999

FERREIRA, Elza Tavares; FERREIRA, Mariana Baird; MARQUES, Joaquim Campelo Marques. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1985.

J.B. Serra e Gurgel. **Dicionário das gírias, modismos lingúísticos e o equipamento falado pelo Brasileiro.** São Paulo, 1998

LOPES, Ney. **Diáspora Africana**. Selo negro. São Paulo, 2004

PRETTI, Dino. **A gíria e outros termos**. Edusp. São Paulo, 1994

PRETTI, Dino. **Estudos da Língua Portuguesa oral e escrita**. Edusp. Rio de Janeiro, 1984. Páginas 65, 70, 84 a 108.

SARAIVA, Gumercindo. Dos marginais a classes de elite. Itatiaia-BH, 1988.

VARELLA, Drauzio. **Estação Car**andiru. Companhia das Letras. São Paulo, 2002

ANÁLISE DA MOBILIDADE FUNCIONAL DE PACIENTES DA INTERNAÇÃO PSIQUIÁTRICA ATRAVÉS DO TESTE TIMED UP AND GO

CAPÍTULO 02

Éder Tiago de Pauli
Residente Multiprofissional do Programa de Saúde Mental
do Hospital de Clínicas de Porto Alegre.
Gisele Battistelli
Preceptora do núcleo de Educação Física do Programa de Saúde Mental
do Hospital de Clínicas de Porto Alegre.
Francine Morais da Silva
Enfermeira da Unidade de Internação Psiquiátrica
do Hospital de Clínicas de Porto Alegre.
Vanessa Menegalli
Enfermeira da Unidade de Internação Psiquiátrica
do Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

RESUMO

Introdução: A internação psiquiátrica é considerada como um recurso necessário e estratégico, sendo indicada quando os recursos extra-hospitalares são insuficientes para promover o cuidado e recuperação. A limitação da mobilidade funcional (MF) é uma das principais causas de incapacidade funcional. O teste Timed Up Go (TUG) é um teste de MF baseado em desempenho que requer que um indivíduo realize atividades físicas, representando um índice para saúde física e comprometimento cognitivo. Metodologia: Este estudo é observacional de caráter quantitativo, descritivo com delineamento transversal. A amostra foi composta por 164 pacientes internados na unidade de internação psiquiátrica do HCPA durante o período de 7 meses. O instrumento e protocolo utilizado para avaliar a capacidade funcional dos pacientes foi o TUG (ALEXANDRE et al., 2012). Resultados: Foram avaliados 164 pacientes (78 masculinos e 87 femininos) com média de idade de 43,76±16,42 anos. O resultado do TUG foi de 9,76±3,36 segundos. Cerca de 18,5% da amostra (n=29) ficou acima da faixa de corte de 12,47 segundos e aproximadamente 19% da amostra (n=30) próximo à faixa de corte. Discussão: De acordo com os resultados apresentados, pacientes internados podem apresentar mobilidade e capacidade funcional prejudicados. Conclusão: Uma adequada mobilidade funcional é importante para desempenhar as atividades diárias e de autocuidado de maneira independente e segura. A avaliação e identificação dos pacientes em risco oportuniza que a equipe assistencial possa realizar novas abordagens com maior eficiência, clareza e segurança.

Palavras-chave: Limitação da Mobilidade, Aptidão Física, Sedentarismo, Transtornos Mentais, Assistência à Saúde Mental.

INTRODUÇÃO

O processo da Reforma Psiquiátrica no Brasil iniciou nos anos 70 e buscava mudanças dos modelos de atenção e gestão nas práticas de saúde, defesa da saúde coletiva, equidade na oferta dos serviços (SANTOS; PASSOS, 2022).

Projeto de Lei do deputado Paulo Delgado, sancionado em 2001, propõe a regulamentação dos direitos da pessoa com transtornos mentais e a extinção progressiva dos manicômios no país. Esse é o início do movimento da Reforma Psiquiátrica no Brasil. A Lei Federal 10.216 redireciona a assistência em saúde mental, priorizando o tratamento em serviços de base comunitária (SANTOS; PASSOS, 2022), garantindo a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais (MINISTÉRIO DA SAÚDE; BRASIL, 2005). Os processos de desospitalização, serviços extra-hospitalares e Redes de Atenção Psicossocial (RAPS) são importantes vitórias para o avanço da Luta Antimanicomial (ABÍLIO DA COSTA-ROSA, 2013).

A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) foi criada como proposta organizativa dos serviços de saúde mental no país, integrando o cuidado a partir da articulação de serviços de base territorial nos diversos níveis e pontos de atenção do SUS (SAMPAIO; BISPO JÚNIOR, 2021). É composta por Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), Centros de Convivência, Ambulatórios de Saúde Mental e Hospitais Gerais, caracteriza-se por ser essencialmente pública.

A internação psiquiátrica é considerada como um recurso necessário e estratégico, capaz de oferecer o cuidado em momentos de maior vulnerabilidade do paciente, quando identificado risco de vida a si ou a outros. A internação é indicada quando os recursos extra-hospitalares são insuficientes para promover o cuidado e recuperação (ZANARDO et al., 2017).

A internação psiquiátrica ocorre em setores como emergências e enfermarias de hospital geral, instituições especializadas públicas e privadas e no Centro de Atenção Psicossocial III. Existem leitos para repouso e permanência de pacientes com transtornos psiquiátricos por curto período de tempo. É possível que o tratamento dos sintomas psiquiátricos acarrete efeitos adversos, que incluem tontura, tremores e sonolência e ampliam o risco de queda. As instituições de saúde visam construir uma assistência segura, efetiva e sustentável, com foco no paciente. A segurança do paciente é entendida como a redução do risco, a um mínimo aceitável, associado ao cuidado de saúde. Quando ocorrem incidentes que causam danos ao paciente, são denominados de Eventos Adversos. O paciente psiquiátrico pode manifestar agressividade em situações de urgências e emergências psiquiátricas. Nessas situações, ocorre um distúrbio de pensamento que implica em risco de morte ou injúria para o paciente ou para terceiros. Por isso, é necessária a intervenção terapêutica imediata por uma equipe multiprofissional treinada e qualificada (TAVARES; PERES; SILVA, 2022).

A internação, comumente, é o primeiro acesso aos cuidados em saúde mental. Essa porta de entrada pode estar relacionada com a cultura

acerca da internação como o tratamento tradicional para os transtornos mentais, prevalecendo a lógica hospitalocêntrica. O desconhecimento sobre os demais serviços da rede, a pouca disponibilidade de recursos extra-hospitalares dificultam o acesso à rede (ZANARDO et al., 2017).

Diversos estudos apontam para a ocorrência de um fenômeno chamado revolving door ou "porta giratória". Esse fenômeno é caracterizado por frequentes reinternações psiquiátricas, que ocorrem em pouco tempo após a hospitalização. As repetidas crises aumentam os riscos de deterioração cognitiva e cronicidade da doença e quebras dos vínculos do usuário. Entre os usuários que realizavam acompanhamento na RAPS, a maioria realizava acompanhamento em serviços públicos, principalmente em serviços especializados. A falta de acompanhamento anterior à internação na RAPS demonstra que muitas internações poderiam ser evitadas se os usuários tivessem vínculo com serviços da rede, especialmente a Atenção Básica (ZANARDO et al., 2017).

SAÚDE MENTAL E EXERCÍCIOS FÍSICOS

São grandes as dificuldades e os problemas sociais enfrentados pelas pessoas com sofrimento mental, causando exílio e exclusão (DEL'OLMO; CERVI, 2017). De acordo com o DSM-5, transtorno mental é uma síndrome ocasionada por um distúrbio significativo na cognição, regulação emocional ou no comportamento de um indivíduo, refletindo em uma perturbação nos processos biológicos, psicológicos ou de desenvolvimento do funcionamento mental. São frequentemente associados a sofrimento ou incapacidade significativos, afetando de forma negativa aspectos sociais, profissionais ou outras atividades importantes (ASSOCIATION (APA), 2014).

A atividade física regular é um fator chave de proteção para prevenção, o controle das doenças não transmissíveis e beneficia a saúde mental, incluindo prevenção do declínio cognitivo e sintomas de depressão e ansiedade. A atividade física pode contribuir para a manutenção do peso saudável e do bem-estar geral (BULL et al., 2020).

Até agora, não há provas conclusivas que impliquem um único mecanismo ou grupo de mecanismos que afetam de forma confiável a relação exercício-humor, nem que a natureza do exercício, aeróbico ou anaeróbico, seja um fator significativo. Ambas as formas de exercício podem trazer uma melhora na saúde mental. Parece que os benefícios do exercício vêm de inúmeras mudanças fisiológicas ou psicológicas. Os efeitos fisiológicos do exercício podem incluir um aumento nos níveis de endorfina, temperatura corporal, função mitocondrial e mitocondriogênese. Promove, também, um aumento na sinalização da mTor (mammalian-target of rapamycin), produção de neurotransmissores e atenuação da resposta do eixo hipotálamo hipófise-adrenal (HPA) ao estresse. Enquanto os efeitos psicológicos podem incluir uma distração de sentimentos de depressão e ansiedade e sentimentos positivos associados com domínio e autoeficácia (MIKKELSEN et al., 2017).

Evidências confirmam a importância de participar de atividades físicas regulares para obter benefícios para a saúde em todas as idades. Além disso, pouca atividade física é melhor do que nenhuma e um volume maior reflete melhores resultados de saúde. Mais especificamente, todos os adultos devem realizar atividade física regular e devem ter como objetivo atingir pelo menos 150 minutos de atividade física aeróbica de intensidade moderada ou 75 minutos de atividade física aeróbica de intensidade vigorosa por semana. Pode ser realizada uma combinação equivalente de intensidade moderada e vigorosa. O fortalecimento muscular é recomendado numa intensidade moderada ou vigorosa, que trabalhe os grandes grupos musculares com frequência de duas ou mais vezes na semana (BULL et al., 2020).

TRANSTORNO MENTAL E PROBLEMAS DE SAÚDE

O excesso de mortalidade em pessoas com transtornos psicóticos é um grande problema de saúde pública, mas pouco se sabe sobre os fatores de risco clínicos e sociais que podem predizer esta desigualdade na saúde e ajudar a informar estratégias preventivas (REININGHAUS et al., 2015).

Pessoas com doença mental grave têm um risco de duas a três vezes maior de morte prematura que a população em geral. Doenças cardiovasculares reduzem de 10 a 20 anos a expectativa de vida das pessoas com esse diagnóstico. Diversos são os fatores que podem influenciar no surgimento das doenças cardiovasculares, tais como fatores genéticos, estilo de vida sedentário e hábitos pouco saudáveis. Para mortalidade por todas as causas, o risco relativo combinado de mortalidade entre aqueles com transtornos mentais (de 148 estudos) foi de 2,22 (IC 95%, 2,12-2,33). Destes, 135 estudos revelaram que a mortalidade foi significativamente maior entre pessoas com transtornos mentais do que entre a população de comparação. Um total de 67,3% das mortes entre as pessoas com transtornos mentais foi por causas naturais, 17,5% por causas não naturais e o restante por outras causas ou causas desconhecidas (WALKER; MCGEE; DRUSS, 2015).

A Organização Mundial da Saúde identificou a esquizofrenia como uma das 10 principais causas globais de incapacidade (MURRAY et al., 2012). As consequências da esquizofrenia são afetadas por outros aspectos, como a saúde física precária e as comorbidades, como a Síndrome Metabólica. A Síndrome Metabólica é um conjunto de pelo menos três fatores de risco cardiovasculares (hiperglicemia, hipertensão, triglicérides elevados, HDL baixo e obesidade abdominal) (HENNEKENS et al., 2005).

De acordo com estudo realizado durante 20 anos, pacientes com esquizofrenia tiveram aumento significativo no IMC (Índice de Massa Corporal). O estudo demonstrou que o IMC, o estado de saúde geral e as limitações de mobilidade influenciam no desfecho cognitivo e funcional da esquizofrenia. Além disso, a esquizofrenia muitas vezes leva a um estilo de vida pouco saudável, caracterizado por exercício mínimo ou nenhum e comportamento sedentário acentuado (STRASSNIG et al., 2017).

A resistência cardiorrespiratória e muscular são componentes importantes da aptidão física e contribuem tanto para o desempenho quanto para o estado de saúde (HAYS, 2021). Os níveis de aptidão cardiorrespiratória são determinados, em grande parte, pelos níveis de atividade física. Há evidências demonstrando que a baixa aptidão cardiorrespiratória (a capacidade dos sistemas circulatório e respiratório de fornecer oxigênio aos músculos em atividade durante a atividade física sustentada) é um preditor forte e independente para doença cardiovascular e mortalidade por todas as causas (VANCAMPFORT et al., 2017).

Como a aptidão cardiorrespiratória melhora independentemente das mudanças no índice de massa corporal (IMC) em pessoas com transtornos mentais graves, as intervenções com exercícios físicos devem ser direcionadas na melhora na aptidão física. Melhorar a aptidão cardiorrespiratória através do exercício parece ser um resultado mais viável, realista e clinicamente significativo em pessoas com transtornos mentais. A aptidão cardiorrespiratória é relativamente simples de medir na prática clínica através de testes submáximos e os médicos devem considerar o monitoramento como um sinal vital, dada sua relação significativa com morbidade e mortalidade por todas as causas. Melhorias na aptidão cardiorrespiratória são de alta relevância clínica. Na população geral, cada aumento de 3,5 mL/kg/min no VO2pico está associado a decréscimos de 13 e 15% no risco de mortalidade por todas as causas e doenças cardiovasculares, respectivamente (VANCAMPFORT et al., 2017).

A obesidade é uma condição complexa, com graves dimensões sociais e psicológicas, que afeta praticamente todas as idades e grupos socioeconômicos. A obesidade representa um risco importante para doenças graves não transmissíveis relacionadas à dieta, incluindo diabetes mellitus, doenças cardiovasculares, hipertensão e acidente vascular cerebral e certas formas de câncer. Suas consequências para a saúde vão desde o aumento do risco de morte prematura até condições crônicas graves que reduzem a qualidade de vida geral (WHO, 2022).

Pessoas com transtorno mental grave devem ser consideradas um grupo de alto risco para baixa aptidão cardiorrespiratória. O tratamento multidisciplinar de pessoas com transtornos mentais deve incluir um foco na melhoria da aptidão física para reduzir a morbidade e mortalidade por todas as causas. Profissionais de saúde que incentivam e auxiliam na manutenção de um estilo de vida fisicamente ativo devem ser incluídos como parte de equipes multidisciplinares no tratamento de saúde mental (VANCAMPFORT et al., 2017).

TESTE DE MENSURAÇÃO DA CAPACIDADE FUNCIONAL

A observação e mensuração de testes físicos permite a coleta objetiva de dados importantes. A avaliação e identificação dos indivíduos em risco oportuniza a criação de novas abordagens e protocolos que podem ser

planejados com maior eficiência, clareza e segurança (MARCHON; CORDEIRO; NAKANO, 2010).

O Timed Up and Go (TUG) é um teste prático e bem estabelecido, que pode ser uma ferramenta útil para detectar não apenas o comprometimento da mobilidade, mas também um possível comprometimento cognitivo (NISHIGUCHI et al., 2017).

O comprometimento da mobilidade funcional (MF) é uma das principais causas de incapacidade funcional. Além disso, as medidas de MF podem representar um índice bruto para saúde física e comprometimento cognitivo. Entre eles, o teste TUG é um teste de MF baseado em desempenho que requer que um indivíduo realize atividades físicas (virar, transferir da posição sentada e caminhar) em um ambiente clínico (LIN et al., 2017). Os testes físicos relacionados aos membros inferiores e ao controle postural, que também enfatizam a velocidade, como o teste TUG, podem ser úteis na investigação da complexa relação entre o funcionamento físico e cognitivo (CUOCO et al., 2022).

Uma das recomendações das diretrizes atualizadas do American and British Geriatric Society for the Prevention of Falls é a utilização do teste TUG para a avaliação da marcha e do equilíbrio (PANEL ON PREVENTION OF FALLS IN OLDER PERSONS, AMERICAN GERIATRICS SOCIETY AND BRITISH GERIATRICS SOCIETY, 2011). Em outra pesquisa, participantes que caíram tiveram pior desempenho no TUG e maiores dificuldades no desempenho de atividades de vida diária, conforme avaliação realizada pelo Multidimensional Functional Assessment Questionnaire (BOMFAQ) (ALEXANDRE et al., 2012).

Embora o TUG pareça estar relacionado à idade, também pode estar associado a outros fatores de risco demográficos, físicos e de saúde mental. Uma pontuação TUG igual ou superior a 10 segundos indica capacidade física reduzida, se comparada com idosos saudáveis ou adultos mais jovens que frequentam uma consulta de cuidados primários. Tempos de TUG mais lentos foram relacionados a maior IMC e maior número de comorbidades (KEAR; GUCK; MCGAHA, 2017).

A MF pode ser avaliada com o teste TUG (HERMAN; GILADI; HAUSDORFF, 2011). O procedimento de teste para o TUG é relativamente simples e tempos mais curtos indicam melhor desempenho.

Para brasileiros, recomenda-se utilizar como valor de corte para risco de quedas 12,47 segundos, o qual parece ser um melhor preditivo nessa população. O risco de quedas foi 3,2 vezes (RR=3,2; IC95%: 1,3-7,7) maior entre os participantes com desempenho igual ou superior a 12,47 segundos no TUG (ALEXANDRE et al., 2012). Esse mesmo protocolo não é utilizado exclusivamente em idosos saudáveis, sendo indicado seu uso também para avaliar pacientes com diferentes patologias, como Diabetes (FERREIRA et al., 2014) e Síndrome de Down (PANISSON, 2012).

Muitas são as dúvidas sobre as reais condições físicas e de saúde das pessoas com transtornos mentais. O objetivo deste estudo foi estimar a mobilidade funcional dos pacientes da Unidade de Internação Psiquiátrica do

Hospital de Clínicas de Porto Alegre através do Teste TUG. Os benefícios diretos da participação incluem um maior conhecimento sobre as condições físicas e demandas dos pacientes, fato que pode auxiliar no planejamento de intervenções mais efetivas pela equipe multiprofissional.

MÉTODOS

Esta pesquisa consiste em um estudo observacional de caráter quantitativo descritivo com delineamento transversal. O presente estudo foi realizado na Unidade de Internação Psiquiátrica Adulto do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA). A unidade localiza-se na ala norte do quarto andar e atende situações psiquiátricas agudas graves. É composta por 35 leitos, sendo 26 conveniados pelo SUS e 9 direcionados para uso de convênios privados ou internações particulares. Os leitos SUS são regulados através da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre e os leitos privados gerenciados pelo corpo clínico do Serviço de Psiquiatria.

Situada em um Hospital universitário, a unidade é um ambiente acadêmico e conta com ensino de graduação e pós-graduação, residência multiprofissional, residência médica e assistência especializada em psiquiatria. A equipe assistencial é composta por médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem, educadores físicos, nutricionistas, farmacêuticos, psicólogos, assistente social e residentes médicos e multiprofissionais. A equipe multiprofissional trabalha de maneira interdisciplinar, sempre com objetivo de realizar um atendimento humanizado aos pacientes. Os pacientes também recebem atendimento do Serviço Social e demais especialidades médicas através de consultorias, exames laboratoriais, de imagem e procedimentos psiquiátricos como Eletroconvulsoterapia, quando necessário.

O espaço físico da unidade de internação destinada ao Sistema Único de Saúde (SUS) é composto por dois quartos masculinos e dois quartos femininos, com seis leitos em cada. A unidade possui também um quarto com dois leitos que podem ser tanto masculinos quanto femininos. O setor destinado aos convênios e internações particulares possui cinco quartos no total, sendo quatro quartos com dois leitos em cada e um quarto privativo. A unidade de internação possui um quarto de observação para ser utilizado quando houver necessidade e em situações adversas. A unidade de internação dispõe, também, de refeitório, sala de televisão, copa, sala de procedimentos, salas de aula, sala de visitas e consultórios.

O Serviço de Educação Física e Terapia Ocupacional (SEFTO) oferece diversas atividades para os pacientes internados na unidade. As atividades desenvolvidas ocorrem em dois turnos, sendo no período da manhã das 7 horas às 12 horas e no período da tarde das 13 horas às 17 horas. O SEFTO dispõe de um espaço físico denominado Espaço Livre, onde são realizadas atividades e oficinas terapêuticas como parte integral do tratamento. O serviço, também possui uma academia onde são realizados os treinamentos físicos, sempre buscando o bem-estar físico e mental dos pacientes. As atividades são planejadas e direcionadas a cada paciente

conforme as suas necessidades. Coordenados pelos residentes multiprofissionais, ocorrem diversas oficinas e grupos. Os grupos são desenvolvidos para auxiliar no tratamento, melhorando o convívio social, autoestima, inserção de regras, dentre outros aspectos. O serviço desenvolvido torna a passagem pelo hospital menos traumática, auxiliando no retorno dos pacientes após a alta hospitalar.

O serviço de educação física realiza avaliações físicas nos pacientes ao ingressarem na unidade. A avaliação física é realizada após liberação médica, sendo composta por: anamnese, Teste de Caminhada de dois minutos (TC2), teste Timed Up and Go (TUG) e o Short Physical Performance Battery (SPPB). Todos esses dados são evoluídos nos prontuários dos pacientes.

A amostra foi composta por 164 pacientes internados na unidade de internação psiquiátrica do HCPA durante o período de 7 meses (setembro de 2022 a março de 2023). Todos os dados coletados fazem parte da rotina assistencial e foram obtidos nos prontuários dos pacientes de maneira retrospectiva. As informações coletadas foram utilizadas única e exclusivamente para a realização do presente projeto.

Como critério de inclusão, todos os pacientes internados na unidade psiquiátrica adulta do HCPA que aceitaram realizar a avaliação física durante o período do estudo. Os testes realizados fazem parte da rotina assistencial dos profissionais de educação física e os dados são evoluídos nos prontuários dos pacientes. Como critério de exclusão, não foram utilizados os prontuários que não continham as informações necessárias para o preenchimento das variáveis selecionadas para o estudo.

Após realizada a baixa hospitalar pela equipe assistencial, o paciente recebe o acolhimento e a unidade de internação é apresentada. Somente após essa ambientação, o Serviço de Educação Física realiza qualquer intervenção. O paciente é informado sobre as regras de conduta da unidade e recebe uma cartilha informativa. É realizada uma conversa com o paciente sobre a importância da realização de atividades físicas regulares durante o tratamento e o paciente é convidado a realizar a avaliação física.

A aplicação do teste foi realizada pela equipe do SEFTO e o responsável pela aplicação do instrumento foi treinado em técnicas de ressuscitação, como, por exemplo, o Suporte Básico de Vida (BLS). Além disso, o local de realização da avaliação foi na unidade de internação do hospital e de fácil acesso a serviços de emergência. O teste pôde ser interrompido imediatamente, caso o paciente apresentasse dor torácica, dispneia intolerável, palidez, tontura e/ou câimbras.

Não foi realizado o teste de TUG nas seguintes ocasiões: pacientes que não aceitaram realizar a avaliação; pacientes com condições clínicas que impossibilitaram a realização do teste; e pacientes que apresentaram risco físico e de agressão à equipe multiprofissional.

Para a mensuração da mobilidade funcional dos pacientes foi utilizado o protocolo de TUG (ALEXANDRE et al., 2012), que foi adaptado para a população brasileira e com ponto de corte de 12,47 segundos. Os

equipamentos necessários para o teste de aptidão física foram: cronômetro, cadeira (altura do assento entre 44 e 47 cm e sem apoio para os braços), planilha para anotação dos dados e cones para delimitação do circuito. Os pacientes iniciaram o teste sentados em uma cadeira com os braços sobre as coxas. O avaliador iniciou o teste com comando verbal e acionou o cronômetro. Os pacientes foram orientados a levantarem-se, caminhar por 3 metros, realizar uma volta de 180 graus e retornar à posição sentada, sem o auxílio dos braços. Nesse momento, o avaliador encerra o cronômetro e registra o tempo.

RESULTADOS

Os resultados são apresentados em média e desvio padrão. Foram avaliados 164 pacientes (78 masculinos e 87 femininos) com média de idade de 43,76±16,42 anos. Os diagnósticos encontrados foram: Transtorno Afetivo Bipolar (n=36), Esquizofrenia (n=29), Depressão (n=73) e outros transtornos (n=26). O resultado do TUG foi de 9,76±3,36 segundos. Cerca de 18,5% da amostra (n=29) ficou acima da faixa de corte de 12,47 segundos e aproximadamente 19% da amostra (n=30) próximo à faixa de corte (entre 10 e 12,47 segundos).

DISCUSSÃO

De acordo com os resultados apresentados, pacientes internados podem apresentar mobilidade e capacidade funcional prejudicados, independente do transtorno diagnosticado.

Uma adequada capacidade funcional é importante para desempenhar as atividades diárias e de autocuidado de maneira independente e segura. Confusão mental, desorganização, dificuldades motoras, reações adversas dos medicamentos e outras condições clínicas influenciam a saúde física e mental dos pacientes internados. Pacientes nessas condições necessitam de maiores cuidados da equipe, pois o risco de quedas e de déficit no autocuidado são maiores.

Cerca de 38% dos pacientes apresentaram resultados acima ou próximo da faixa de corte adequada, apesar de apresentarem uma idade média de 43 anos. Associado, muitos pacientes apresentaram pequenos desequilíbrios e dificuldades na marcha. Isso demonstra que, possivelmente, parte dos pacientes avaliados apresentaram maior risco de quedas, dificuldades no autocuidado e em realizar atividades diárias comuns. Pessoas com transtornos mentais e com dificuldades motoras podem acabar se isolando mais em casa e, assim, prejudicando a qualidade de vida e piorando os sintomas. Interagir com outras pessoas, autocuidado adequado e praticar atividades de lazer são importantíssimas para saúde física e mental.

De acordo com estudo (CUOCO et al., 2022), pode-se levantar a hipótese de que um ciclo vicioso de déficits cognitivos, problemas de saúde

física e baixos níveis de atividade pode ser um determinante crítico do mau funcionamento diário e da qualidade de vida em pessoas afetadas pelos transtornos. O funcionamento cognitivo e o mau estado de saúde física são determinantes importantes do funcionamento diário e da qualidade de vida na esquizofrenia. Uma interação entre o estado cognitivo e físico foi sugerida, contudo precisa ser melhor explorada por suas possíveis implicações clínicas, especialmente em termos de prevenção e monitoramento do curso da doença. A deterioração da mobilidade funcional está associada a sintomas negativos mais graves, distúrbios metabólicos e habilidades cognitivas mais perturbadas, afetando a qualidade de vida, especialmente nas relações sociais e no autodirecionamento.

Marcadores precoces de neurodegeneração fornecem uma oportunidade para detectar, monitorar e iniciar intervenções em indivíduos com risco aumentado de desenvolver demência. O TUG basal mais lento foi associado a um declínio cognitivo mais rápido em ambos os grupos e também foi associado à espessura cortical reduzida, especialmente nas regiões corticais motoras, executivas, associativas e somatossensoriais em pessoas com anemia falciforme. O TUG é um marcador barato e não invasivo promissor de declínio cognitivo precoce e pode ajudar a iniciar intervenções em indivíduos com risco aumentado de demência (BORDA et al., 2022).

Tempos de TUG mais lentos foram associados à percepção de pior saúde física ou mental. O TUG fornece uma medida confiável que pode ser usada na atenção primária, é barato, requer pouco investimento de tempo e espaço (KEAR; GUCK; MCGAHA, 2017).

Transtornos psiquiátricos, comumente levam ao sedentarismo e a um estilo de vida pouco saudável, acarretando em diversas limitações, obesidade, diabetes e risco cardíaco aumentado. Pessoas com transtornos mentais, normalmente, são mais sedentárias, comprometendo as capacidades físicas e reduzindo a aptidão cardiorrespiratória, controle motor e força muscular.

A atividade física reduz os sintomas depressivos entre pessoas com doença psiquiátrica, entretanto a modalidade ideal de exercício, volume e intensidade ainda precisam ser determinados (ROSENBAUM et al., 2014). O processo de melhora da qualidade de vida ou a manutenção de um estado satisfatório está relacionado às capacidades da aptidão física (resistência física, força muscular, flexibilidade e equilíbrio). As recomendações de atividade física enfatizam atividades aeróbias e atividade de fortalecimento muscular, redução do comportamento sedentário e gerenciamento de riscos à saúde (BULL et al., 2020).

As intervenções de exercício são eficazes na melhoria da aptidão cardiorrespiratória e, portanto, são um componente chave na prevenção e tratamento de doenças cardiovasculares e na redução da mortalidade. Uma melhor aptidão cardiorrespiratória está associada a um menor risco de mortalidade por doenças cardiovasculares, independente da idade, tabagismo e composição corporal. A associação dos níveis de aptidão física e do aumento do percentual de gordura na população, levou a um consenso sobre a utilização da má aptidão física como um melhor preditor de morbidade

e mortalidade em comparação com a obesidade. Isto é de particular relevância em pessoas com transtornos mentais graves, dado o crescente interesse em intervenções no estilo de vida com o objetivo de reduzir o risco de doenças cardiovasculares (LEE et al., 2010).

CONCLUSÃO

Espaços de saúde associados a tratamento em saúde mental precisam realizar o engajamento dos pacientes às práticas corporais e aos exercícios físicos, melhorando a aptidão física e, consequente, a redução nos sintomas de depressão e ansiedade (ROSENBAUM et al., 2014).

Durante a internação, os pacientes encontram-se num momento de agudização dos sintomas, e, portanto, sob maior vulnerabilidade. Pacientes internados podem apresentar perda motora e maiores riscos de quedas e eventos adversos. Intervenções que possibilitem melhoras na condição física são imprescindíveis. As atividades físicas também devem ser utilizadas para auxiliar na socialização entre os pacientes internados. Interações positivas entre os pacientes e a equipe assistencial de enfermagem e educação física são importantes vínculos que propiciam um melhor suporte emocional.

Ações psicoeducativas sobre a importância de um estilo de vida mais saudável e a prática de exercícios físicos regulares são indispensáveis. Para isso, uma correta avaliação sobre a real condição física dos pacientes direciona as abordagens e ações que serão realizadas pelas equipes assistenciais. Dessa maneira, a equipe do SEFTO pode realizar o reforço muscular e a melhora do condicionamento físico e consciência corporal com melhor eficiência, de acordo com a necessidade de cada paciente. Podem ser realizadas abordagens orientando os pacientes sobre atividades de lazer, atividades físicas e esportes que o paciente pode praticar ao receber alta hospitalar. A compreensão da importância e a continuidade desses cuidados na rotina dos pacientes, acarretam em melhores resultados na saúde e qualidade de vida dos mesmos.

Portanto, o exercício físico pode trazer muitas mudanças fisiológicas que resultam em uma melhora na saúde física, no estado de humor, autoestima e redução de estresse e ansiedade. Achados sugerem que o TUG pode ser uma medida objetiva especialmente importante para a equipe assistencial, que acompanha o progresso físico e mental dos pacientes em condições crônicas de saúde. Uma adequada mobilidade funcional é importante para desempenhar as atividades diárias e de autocuidado de maneira independente e segura. A avaliação e identificação dos pacientes em risco oportuniza que a equipe assistencial possa realizar novas abordagens e protocolos na prevenção de quedas com maior eficiência, clareza e segurança.

Entretanto, são necessários outros estudos para reforçar os achados e esclarecer melhor a relação entre os resultados, a mobilidade funcional e os transtornos psiquiátricos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABÍLIO DA COSTA-ROSA. Atenção psicossocial além da Reforma Psiquiátrica: contribuições a uma Clínica Crítica dos processos de subjetivação na Saúde Coletiva. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

ALEXANDRE, T. S. et al. Accuracy of Timed Up and Go Test for screening risk of falls among community-dwelling elderly. Brazilian Journal of Physical Therapy, v. 16, n. 5, p. 381–388, out. 2012.

ASSOCIATION (APA), A. P. DSM-5: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. [s.l.] Artmed Editora, 2014.

BORDA, M. G. et al. Timed Up and Go in People with Subjective Cognitive Decline Is Associated with Faster Cognitive Deterioration and Cortical Thickness. Dementia and Geriatric Cognitive Disorders, v. 51, n. 1, p. 63–72, 2022.

BULL, F. C. et al. World Health Organization 2020 guidelines on physical activity and sedentary behaviour. British Journal of Sports Medicine, v. 54, n. 24, p. 1451–1462, dez. 2020.

CUOCO, F. et al. Get up! Functional mobility and metabolic syndrome in chronic schizophrenia: Effects on cognition and quality of life. Schizophrenia Research: Cognition, v. 28, p. 100245, jun. 2022.

DEL'OLMO, F. D. S.; CERVI, T. M. D. Sofrimento mental e dignidade da pessoa humana: os desafios da reforma psiquiátrica no Brasil. Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos, v. 38, n. 77, p. 197–220, 27 dez. 2017.

FERREIRA, M. C. et al. Redução da mobilidade funcional e da capacidade cognitiva no diabetes melito tipo 2. Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia, v. 58, n. 9, p. 946–952, dez. 2014.

HAYS, D. R. D. Table of Contents. p. 48, 2021.

HENNEKENS, C. H. et al. Schizophrenia and increased risks of cardiovascular disease. American Heart Journal, v. 150, n. 6, p. 1115–1121, dez. 2005.

HERMAN, T.; GILADI, N.; HAUSDORFF, J. M. Properties of the 'Timed Up and Go' Test: More than Meets the Eye. Gerontology, v. 57, n. 3, p. 203–210, 2011.

A UTILIZAÇÃO DE JOGOS ON-LINE COMO FERRAMENTA DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AOS DIVERSOS GÊNEROS TEXTUAIS PELOS ESTUDANTES DAS SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA ESCOLA PÚBLICA

CAPÍTULO 03

José Roberto da Silva Júnior
Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Filosofia pela Faculdade Venda Nova do Imigrante - FAVENI.
Pós-graduando em Informática na Educação pelo Instituto Federal do Amazonas - IFAM.
Mestrando em Tecnologias Emergentes em Educação pela MUST University da Flórida - USA
Leonardo João de Barros
Especialista em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa pelo Centro Universitário Internacional – UNINTER.
Pós-graduando em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica pela QUEIROZ CONSULTORIA - Curso, Treinamento e Capacitação.
Mestrando em Educação com Especialização em Formação de Professores pela Universidad Europea del Atlántico – UNEATLANTICO - da Espanha

RESUMO

Esta pesquisa busca investigar as contribuições do uso dos jogos virtuais para o ensino de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental II, principalmente no que diz respeito à promoção do acesso aos mais diversos gêneros textuais por meio do compartilhamento de conhecimentos presentes na rede mundial de computadores. Escolheu-se a metodologia bibliográfica, que foi posta em prática por meio de um levantamento detalhado baseado nos pensamentos de Coelho (2014), Figueiredo (2009), Freire (2015) e Libâneo (2009), que auxiliam para que essa discussão seja contextualizada sócio, política e economicamente falando. A abordagem qualitativa também foi utilizada como fundamento, porque analisa as relações, opiniões e discursos presentes tanto nas principais documentações que envolvem essa temática por meio da interpretação e exame crítico dos livros e artigos consultados como também dos resultados de um projeto de intervenção aplicado em uma cidade do Sertão pernambucano. Além disso, essa pesquisa também tem um caráter etnográfico, uma vez que realiza sua análise considerando as relações estabelecidas entre educandos, educadores e as novas tecnologias digitais que acabam por possibilitar a efetivação da disrupção tecnológica no ensino. Assim, é evidente que o acesso aos gêneros textuais no ensino de Língua Portuguesa por meio dos jogos on-line ajuda na fixação das principais características dos gêneros textuais; melhora a memória, a velocidade de resposta e a concentração do cérebro; melhora as habilidades de multitarefa; aumenta a percepção motora; estimula a criatividade; auxilia na tomada de decisão; exercita o raciocínio lógico; desenvolve inteligência emocional; proporciona mais autonomia, autoestima e criatividade.

Palavras-chave: Ensino Fundamental; Gêneros textuais; Jogos virtuais; Língua Portuguesa; Tecnologias digitais.

INTRODUÇÃO

Atualmente, a tecnologia computacional tem se tornado parte substancial na vida do ser humano. À medida que o tempo passa, aumenta a necessidade da escola se posicionar diante desse cenário, por isso, essa importantíssima instituição deve assegurar que a formação dos educandos aconteça de forma integral, preparando o seu corpo discente para a participação ativa no processo de transformação digital, para isso, precisa ensinar habilidades que lhes possibilitem o controle de suas próprias vidas.

Nesse contexto, este trabalho se justifica pela atualidade de suas abordagens, pois revela que o professor de Língua Portuguesa deve estimular o pensamento crítico do estudante no que diz respeito ao uso das tecnologias digitais, apresentando os jogos on-line como uma maneira lúdica e estimulante que se preocupa com a liberdade de expressão do estudante em escolher o tipo de gênero textual que irá estudar por meio dos recursos disponibilizados na rede mundial de computadores, principalmente quando consideramos a falta de livros e outras mídias nas bibliotecas das escolas públicas.

Além disso, destacamos que a temática desta pesquisa foi selecionada por termos o interesse e experiência pessoal com a utilização de recursos digitais no ensino de Língua Portuguesa, por isso, a presente investigação surgiu de um projeto de intervenção aplicado em uma cidade do Sertão pernambucano. Torna-se necessário intervir na realidade das bibliotecas das escolas públicas, porque a atuação dos profissionais de Letras apresenta muitos desafios, principalmente quando consideramos a ausência de políticas públicas que garantam uma biblioteca que seja organizada adequadamente e disponibilize uma diversidade de livros e ferramentas digitais que assegurem o acesso às múltiplas manifestações dos gêneros textuais.

A presente pesquisa é importante na luta por uma postura governamental mais coerente com a realidade e apontamento de métodos alternativos que sejam econômicos e eficientes como é o caso, por exemplo, da utilização de jogos on-line para a fixação do assunto envolvendo a prática social por trás dos textos trabalhados em sala de aula.

Diante desse contexto, surge a necessidade do presente trabalho responder o seguinte problema de pesquisa: Quais as contribuições dos jogos on-line na democratização do acesso aos gêneros textuais no Ensino de Língua Portuguesa na escola pública?! Tal questão foi debatida por meio do seguinte objetivo geral: Promover o acesso à diversidade de gêneros textuais de forma lúdica e prazerosa por meio de jogos on-line. Além disso, destrinchou-se os seguintes objetivos específicos: analisar os impactos positivos do uso de recursos digitais diante da ausência de uma biblioteca

diversificada que atenda às necessidades do Ensino Fundamental II; esquematizar as contribuições trazidas pela utilização de jogos on-line na fixação das características de um gênero textual que já foi trabalhado presencial e tradicionalmente em sala de aula; avaliar os resultados positivos e/ou negativos da adoção de recursos digitais como proposta metodológica que proporcione melhoria no aprendizado, fixação do conteúdo e acesso aos gêneros textuais.

A pesquisa foi realizada por meio da utilização do método descritivo-exploratório de natureza qualitativa, método descrito por Lakatos (2010, p. 104) como sendo muito esclarecedor por analisar a forma como "a quantidade transforma-se em qualidade", e utilizou visitas para efetivar observações e coletar informações técnicas, além de intervir na realidade da biblioteca presente na escola pública selecionada.

A metodologia utilizada também contou com uma análise crítica de algumas bibliografias por meio das quais foi proposta uma relação entre a teoria e prática do profissional responsável pelo ensino de Língua Portuguesa, nesse caso, foram apresentados jogos on-line com a capacidade de promover o acesso aos mais diversos gêneros textuais trabalhos teoricamente pelo professor regente em sala de aula.

A análise bibliográfica indicou a importância e urgência de que algumas intervenções fossem efetivadas no cotidiano da biblioteca escolar. Segundo Lakatos (2010, p. 49), por meio da pesquisa bibliográfica "se averigua o sentido exato que o autor quis exprimir... o conhecimento do vocabulário e da linguagem do autor, das circunstâncias históricas, ambientais e de pensamento que influenciaram a obra, da formação, mentalidade, caráter, preconceitos e educação do autor".

Os sujeitos participantes diretos dessa intervenção foram o professor regente de Língua Portuguesa e os estudantes do 8º e 9º ano do Fundamental II, além de contar com a participação indireta de profissionais das áreas responsáveis pelo funcionamento da unidade escolar: diretores, secretários, coordenadores etc.

A escolha desse público se justifica quando consideramos que a pesquisa de caráter qualitativo tem sua gênese fincada no fenômeno social em movimento, marcado pela atuação ética e profissional.

Assim sendo, os resultados encontrados foram transcritos e documentados como material que foram usados como fundamento para discussões posteriores sobre propostas de melhoria.

Em sua primeira parte do desenvolvimento, este trabalho se dedicou à contextualização por trás do uso de tecnologias digitais no ensino de língua portuguesa.

Na segunda seção, trabalhou-se a importância do uso de jogos on-line na democratização do acesso aos gêneros textuais, o que desagua na construção de autonomia na relação ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa. Destacando a idealização de uma unidade escolar democrática por meio das inúmeras vantagens do uso de jogos on-line na escola e na vida social.

No terceiro ponto, apresentou-se os principais resultados e discussões na implementação dos jogos on-line como recurso pedagógico para a aprendizagem e fixação dos gêneros textuais.

A GLOBALIZAÇÃO E O USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

A globalização oferta um ambiente altamente competitivo, o que significa que a escola deve preparar seus estudantes de modo que eles consigam lidar com as circunstâncias presentes nesses contextos, principalmente aquelas que dizem respeito à utilização de novas tecnologias. Reconhecendo a importância do Professor de Língua Portuguesa trabalhar o multiletramento com a finalidade de desenvolver uma educação que prepare para a vida, a Secretaria de Educação de Pernambuco declara:

> [...] reafirmamos a importância do desenvolvimento de novas habilidades relacionadas à leitura e à escrita, diante das novas tecnologias existentes e da importância da pesquisa, da análise e da checagem de informações, uma vez que a dinâmica de circulação de fatos falsos está fortemente ancorada nas ações de leitura crítica, de produção e/ou de compartilhamento das informações disponíveis (SECRETARIA DE PERNAMBUCO, 2022, p. 9).

Nesse mesmo sentido, Coelho (2014) destaca a importância de termos uma educação de qualidade e que prepare os jovens para as exigências atuais:

> No momento em que a globalização estabelece aos patamares de competição para todos os mercados, não é mais possível pensar em sociedades despreparadas, em que seus membros não tenham competência técnica e capacidade adequada para ler os reclamos da realidade, sob pena de ficarmos para trás, nos transformarmos em coletividades de segunda classe, de vivermos a reboque de culturas mais adiantadas (COELHO, 2014, p. 115-116).

Diante dessa necessidade de promovermos a qualificação da juventude, Freire (2015) fala incessantemente sobre a importância da conscientização, destacando-a como um processo que parte da construção pessoal do conhecimento transformando-se em um ato coletivo à medida que todos os que fazem parte da comunidade se posicionam como autores de sua própria história, o que destaca ainda mais a importância do ensino de Língua Portuguesa ser pautado não somente nos interesses do mercado de trabalho. Por isso, deve-se buscar a construção de uma formação integral que dote os educandos e educadores de uma consciência crítica da realidade, em que

todos se posicionem de forma participativa nos assuntos de interesse coletivo. Figueiredo (2009) aponta:

> Dentre os diversos elementos que compõem o mundo da cultura, a Educação deve ser entendida como uma necessidade existencial de criação e manutenção da vida. Enquanto forma espontânea de atividade social, em que necessariamente há um processo de aprendizagem coletiva para a criação e manutenção dos valores de cada comunidade específica, a Educação é uma atividade essencial na edificação de um determinado tipo de organização social, desenvolvendo-se, assim, em vínculo direto com a situação social objetiva em que nasce enquanto criação humana (FIGUEIREDO, 2009, p. 59).

Nesse sentido, a utilização estratégica de tecnologias digitais no ensino de língua portuguesa se mostra como uma das melhores formas de firmarmos a preocupação com uma educação contextualiza que atenda às demandas atuais do público discente, promovendo a autonomia dos estudantes e o trabalho inteligente tanto com os dados disponíveis na rede mundial de computadores como com os que estão sendo criados com a orientação do corpo docente.

O ACESSO AOS GÊNEROS TEXTUAIS POR MEIO DO USO DE JOGOS ON-LINE

A educação promotora da autonomia deve esclarecer que o educar precisa ser acompanhado pelo estímulo ao diálogo, e esta relação de interlocução pressupõe uma aprendizagem cooperativa que é responsável pela transformação social e que gera no educando, de forma contextualizada, a verdadeira consciência crítico-emancipatória. Lembrando sempre que o ensino de Língua Portuguesa por meio de jogos on-line não se resume a utilização de um método que se conclui em si mesmo, mas na execução de um processo que se reconstrói e toma novos rumos constantemente, ou seja, vai galgando novos resultados e transformando-se na medida em que a sociedade muda.

O ideário freiriano busca uma educação que surge das relações sociais com base nos problemas que cercam o desenvolvimento da sociedade. Pode-se concluir que neste processo educativo o ponto de início e de chegada sempre foi a comunidade, com esse intuito o educador problematiza as situações vividas pelos educandos, partindo da consciência ingênua (o saber popular) para uma consciência genuinamente crítica de mundo (o saber científico). No contexto da atual discussão, isso acontece quando o Professor de Língua Portuguesa escolhe, com base nas experiências vivenciadas e faixa etária dos educandos, o jogo para que se

inicie a exploração de aspectos linguísticos da convivência em sociedade e de alguns conceitos: ética, comunidade e política.

De acordo com Libâneo (2009), o conhecimento não se transmite aos alunos, na verdade, é adquirido por eles através da "atividade cognitiva autônoma" que é desenvolvida em um contexto problematizado pelo professor. O autor ainda afirma que é por meio da pesquisa que:

> Os alunos aprendem a trabalhar com conceitos e a manusear dados, a fazer escolhas, a submeter um problema a alguma teoria existente, a dominar métodos de observação e análise, a confrontar de pontos de vista. Além disso, possibilita uma relação ativa com os conteúdos e com a realidade que pretendem dar conta, ajudando na motivação dos alunos para o aprender (LIBÂNEO, 2009, p. 29).

É necessário que os alunos aprendam pesquisando o assunto proposto na aula de Língua Portuguesa por meio da utilização tanto dos jogos virtuais como também de outros softwares, desta forma se apropriam de novos conhecimentos, pois a utilização da investigação aliada ao ensino proporciona uma prática pedagógica promotora da criticidade.

O registro e a sistematização das experiências educacionais elucidam o que Freire quer dizer com práxis pedagógica baseada na ação-reflexão-ação, pois permitem a análise das ações efetuadas e a produção de conhecimentos novos promovendo uma educação para a liberdade. É nesse contexto que a luta pela solidariedade, superação da opressão e das desigualdades sociais ocorre por meio da consciência crítica e da análise do processo histórico, político e libertador.

Portanto, o uso dos jogos on-line como instrumento de aprendizagem e acesso aos gêneros textuais se efetiva por meio do estímulo à criação, o que proporciona um aprendizado mais prazeroso. A partir desses princípios, os estudantes passam a ter um papel protagonista no processo educativo ao adquirem a compreensão do mundo digital que cerca a sociedade e o conhecimento que todos, em algum momento de suas vidas, precisarão: o pensamento crítico.

METODOLOGIA

Para a construção deste trabalho, foram utilizados um referencial bibliográfico e uma estratégia qualitativa de pesquisa, que foram postos em prática por meio de um levantamento detalhado baseado nos pensamentos de Coelho (2014), Figueiredo (2009), Freire (2015) e Libâneo (2009), que auxiliaram para que essa discussão fosse contextualizada sócio, política e economicamente. A abordagem qualitativa também foi utilizada como fundamento, porque analisa as relações, opiniões e discursos presentes tanto nas principais documentações que envolvem essa temática por meio da interpretação e exame crítico dos livros e artigos consultados como também

dos resultados de um projeto de intervenção aplicado em uma cidade do Sertão pernambucano. Ademais, essa pesquisa também tem um caráter etnográfico, uma vez que realiza sua análise considerando as relações estabelecidas entre educandos, educadores e as novas tecnologias digitais que acabam por possibilitar a efetivação da disrupção tecnológica no ensino. Foram discutidas maneiras de se oportunizar aos alunos o conhecimento dos gêneros textuais, seu contato, aplicações práticas e sua relação com as situações cotidianas sem demonstrar uma depreciação de seu grupo social, cultural e regional de origem.

RESULTADOS

Diante da análise tanto bibliográfica quanto dos recursos escolhidos para a intervenção, constatamos que por meio do trabalho coordenado entre gestão escolar, coordenação e professores de língua portuguesa, é possível alcançar mais experiências com os gêneros textuais por meio da utilização dos jogos on-line, o que colaborara para a melhoria do engajamento em sala de aula durante o ensino desse componente curricular, além de promover a autonomia tanto do educador quanto dos estudantes envolvidos no processo.

Durante a elaboração e efetivação do projeto de intervenção, além da economia com custo e aquisição imediata de novos exemplares de livros ou aquisição de outras mídias, constatamos algumas vantagens na adoção de jogos on-line no ensino de língua portuguesa: os jogos digitais podem ser adaptados para outras práticas pedagógicas e estudados por professores e alunos, inclusive na casa dos educandos; vivência em pesquisa, construção e compartilhamento do conhecimento em comunidade; compatibilidade entre os arquivos salvos e o hardware disponível aos estudantes, uma vez que eles podem utilizar tanto o próprio smartphone quanto um notebook ou computador pessoal nessas atividades.

A gestão escolar, o professor regente e os estudantes demonstraram um espírito muito receptivo e colaborativo em relação aos procedimentos propostos por meio do projeto de intervenção. Primeiramente, apresentamos aos estudantes do 8º e do 9º ano um mapa mental do tipo espinha de peixe com a finalidade de esclarecer as diferenças e a relação entre a tipologia textual e o gênero textual.

Em um segundo momento, compartilhamos, via WhatsApp, um PDF intitulado "40 Jogos Gêneros Textuais" disponibilizado pelo Blog Fórmula Geo (http://formulageo.blogspot.com). Nesse documento, os estudantes puderam selecionar o gênero textual a ser explorado por meio do jogo on-line escolhido com apenas um clique. Infelizmente, não conseguimos realizar o experimento no momento em que estávamos na escola por conta de uma oscilação na internet do estabelecimento.

Por último, foi utilizado um questionário criado no Google Forms e disponibilizado no dia 16, via WhatsApp, com seis perguntas objetivas e uma aberta.

Questão 1: De onde você está respondendo essa pesquisa? Sobre esta primeira pergunta, 92,3% afirmaram que responderam utilizando o próprio smartphone e 7,7% disseram que usaram o smartphone de outra pessoa.

Questão 2: Você consegue diferenciar Tipologia Textual de Gênero Textual? Na pergunta 2, 76,9% dos estudantes responderam que mais ou menos, 15,4% disseram que sim e 7,7% afirmaram que não.

Questão 3: Como você tem acesso aos Gêneros Textuais? No questionamento 3, 23,1% declaram que fisicamente, 61,5% afirmam que virtualmente por meio de sites, PDFs e jogos on-line, enquanto 15,4% disseram que não costumam ler ou quase nunca leem.

Questão 4: Você consegue encontrar os Gêneros Textuais de sua preferência na biblioteca da escola? Na pergunta 4, 23,1% dos estudantes responderam que mais ou menos, 7,7% disseram que sim e 69,2% afirmaram que não.

Questão 5: Os jogos on-line propostos no Projeto de Intervenção te ajudaram a compreender melhor a diversidade e as características dos Gêneros Textuais? Em relação à pergunta 5, 38,5% dos estudantes responderam que mais ou menos, 53,8% disseram que sim e 7,7% afirmaram que não.

Questão 6: Como você preferiria que os Gêneros Textuais fossem trabalhados na escola? Na pergunta 6, 23,1 % dos estudantes responderam que fisicamente, apenas, 7,7% disseram que virtualmente, apenas, 53,8% declararam que física e virtualmente enquanto 15,4% afirmaram não saber o que opinar.

Quando questionados sobre o que acharam do Projeto de Intervenção sobre os Gêneros Textuais trabalhados por meio de jogos on-line, O aluno A respondeu que achou "Interessante já que muitos preferem jogar ao invés de ler um bom livro ou até mesmo fanfics que tem em milhões de apps e sites, acho que muitos podem começar a se interessar" (ESTUDANTE DO 9º ANO).

Diante do mesmo questionamento, o aluno B respondeu que:

> Achei legal, divertido e bem inovador. Na atualidade em que vivemos, a tecnologia avançou bastante e percebemos isso sempre, assim como na pandemia tivemos que ter aulas on-line acho que a tecnologia deveria continuar nas aulas presenciais, sem contar que isso aumenta a concentração do aluno, já que os jovens estão 'presos' no mundo tecnológico. Acho que deveriam ter mais projetos como esses, nos ajudariam e compreender os conteúdos com facilidade (ALUNO DO 8º ANO).

Portanto, com base nesses indícios de sucesso, percebe-se que quando passamos da fase de planejamento para a implementação com a finalidade de promover o acesso à diversidade de gêneros textuais, o

processo educativo acontece de forma lúdica e prazerosa por meio de jogos on-line.

CONCLUSÃO

Durante a elaboração desse trabalho, além da economia na compra de novos livros e outras mídias, o acesso aos gêneros textuais no ensino de Língua Portuguesa por meio dos jogos on-line oferta: ajuda na fixação das principais características dos gêneros textuais; melhoria da memória, da velocidade de resposta e da concentração do cérebro; melhoria nas habilidades de multitarefa; aumenta a percepção motora; estimula a criatividade; auxilia na tomada de decisão; exercita o raciocínio lógico; desenvolve inteligência emocional.

Nesse contexto, percebeu-se que o computador e o uso dos jogos on-line ainda são pouco adotados dentro dos procedimentos de alfabetização e/ou ensino de Língua Portuguesa. Verificou-se, ainda, que a adoção de novas tecnologias, geralmente, é desenvolvida pelos professores de Informática responsáveis pelo laboratório. Essa realidade precisa ser questionada, uma vez que o professor de Língua Portuguesa pode utilizar jogos virtuais diretamente para alcançar os objetivos propostos pela sua matéria, com ou sem o auxílio de alguém que seja licenciado em Informática.

Além disso, percebeu-se, desde o princípio, que os estudantes se mostraram motivados em aprender novas habilidades por meio da utilização do recurso on-line, com isso, o processo de experimentação que promovemos de forma prática acabou por despertar a curiosidade, o que colaborou para o êxito da intervenção promovida.

Por isso, a Língua Portuguesa auxiliada pela utilização de softwares foi efetivada como uma verdadeira ferramenta que potencializa alguns aspectos que são exigidos pela vida em comunidade nos dias atuais: autonomia, autoestima, criatividade, iniciativa, raciocínio lógico e, consequentemente, produtividade.

Essa filosofia de uso consciente e solidário da tecnologia em sala de aula estabelece algumas mudanças na forma como vemos o mundo e a educação: a pesquisa em aula passa a ser orientada pelo professor; os livros didáticos passam por uma ressignificação de uso; o estímulo ao trabalho colaborativo em tempo real (por meio de aplicativos livres).

Portanto, as escolas podem estabelecer parcerias com as universidades que ofertam os cursos na área de educação e tecnologia da informação, desse modo, seriam desenvolvidas ações voluntárias em que o computador e os smartphones dos estudantes seriam apresentados como recurso pedagógico para a comunidade escolar. Momento que exerceria total influência na construção do principal documento da escola, isto é, do Projeto Político Pedagógico (PPP). Desse modo, a unidade escolar reafirmaria sua responsabilidade e missão social: educar a próxima geração de modo a

formar uma sociedade mais independente e conectada às novas tecnologias digitais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07 set. 2022.

COELHO, Wilson Ferreira (Org.). **Psicologia do Desenvolvimento.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

FIGUEIREDO, Daniel Augusto de. **História da educação Popular:** uma leitura crítica. In: ASSUMPÇÃO, Raiane. Educação popular na expectativa freiriana. 1ª ed. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 51ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Conteúdos, formação de competências cognitivas e ensino com pesquisa:** unindo ensino e modos de investigação. Disponível em: http://www.prpg.usp.br/attachments/article/640/Caderno_11_PAE.pdf. Acesso em: 12 set. 2022.

PERNAMBUCO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO. **Unidade Curricular (Multi)letramentos, Ética e Cidadania.** Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwilw8Le06n6AhXrQ7gEHQVFADcQFnoECAoQAQ&url=http%3A%2F%2Fwww.educacao.pe.gov.br%2Fportal%2Fupload%2Fgaleria%2F523%2FMaterial_de_Apoio_Multiletramentos_Etica_e_Cidadania.pdf&usg=AOvVaw1aYx9pLEN_8428mafImmu7. Acesso em: 11 set. 2022.

A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE SOCIAL E MONITORAMENTO DA TRANSPARÊNCIA FISCAL

CAPÍTULO 04

Célia Regina Pereira da Silva
Fucape Business School, Brasil
Neyla Tardin
Fucape Business School, Brasil

RESUMO

A Transparência Fiscal é uma ferramenta para acompanhar e monitorar o desempenho da gestão pública. Nesse contexto, a presente pesquisa teve por objetivo avaliar se os níveis de educação da população, como instrumento de controle e participação social, influenciaram os indicadores de Transparência Fiscal dos Estados brasileiros. Os efeitos do estudo evidenciaram que os níveis educacionais dos Estados brasileiros apresentaram associação positiva com a transparência fiscal, sugerindo que a população mais educada demanda por mais informações, o que força os governos a divulgarem mais e melhores informações, indicando que onde há altos níveis educacionais é de se esperar uma transparência fiscal maior e mais forte. O nível educacional da população, com enfoque no grau de instrução, mostrou-se significativo para explicar os níveis de Transparência Fiscal dos estados brasileiros por sugerir que a sociedade mais crítica e consciente dos seus direitos tende a gerar pressões nos governos para cumprir com suas obrigações.

Palavras-chave: Transparência Fiscal, Educação, Controle social.

INTRODUÇÃO

O cidadão, como titular do poder, tem direito de monitorar seus governantes, com o objetivo de evitar o mau uso e o desperdício do dinheiro público (SOL, 2013; RIBEIRO; ZUCCOLOTTO, 2014). Nesse contexto, a transparência fiscal, definida como o conjunto de instrumentos legais que promovem o acesso e exigem a divulgação de informações confiáveis e tempestivas a todos os interessados (TEJEDO-ROMERO; ARAUJO,2018; SOL, 2013), apresenta-se como uma ferramenta útil para avaliar o desempenho dos agentes públicos (SOL, 2013; ZUCCOLOTTO; TEIXEIRA, 2017). Um Estado com as finanças públicas transparentes torna-se capaz de

implementar melhorias constantes nos seus sistemas de governança, em conjunto com a sociedade (CRUZ et al., 2016; SOL, 2013).

Estudos anteriores abordaram os determinantes dos níveis de transparência fiscal, ora com ênfase em fatores políticos - a exemplo da força que um partido ou coalizão política exerce sobre a opinião pública -, ora com foco em fatores socioeconômicos e macroeconômicos - a exemplo do gênero do eleitor, da renda das famílias, da saúde, da educação e do grau de desenvolvimento do país (TEJEDO; ARAUJO, 2018; ARAÚJO; TEJEDO, 2016; GUILLAMÓN; BATISTA; BENITO, 2011; SOL, 2013; ZUCCOLOTTO; TEIXEIRA, 2014; RIBEIRO; ZUCCOLOTTO, 2014; BERNARDO; REIS; SEDIYAMA, 2017; CRUZ et al., 2012). Esses fatores são evidências de que apenas a força de uma legislação específica, como a Lei de Responsabilidade Fiscal brasileira, não é suficiente para explicar a transparência fiscal (MOTA; DINIZ; SANTOS, 2017; SOL, 2013; ZUCCOLOTTO; TEIXEIRA, 2014).

Em linha com essas evidências, o presente estudo tem por objetivo investigar se e como os níveis educacionais da população, instrumento indireto de controle da gestão pública, estão associados ao grau de transparência fiscal dos estados brasileiros. A capacidade de monitorar os agentes públicos, por meio de instrumentos de transparência fiscal, está intimamente relacionada com o nível de escolaridade da população, de modo que essa condição capacita e habilita os cidadãos ao entendimento dos dados disponibilizados pelos entes públicos (PIORTROWSKI; VAN RYZIN, 2007), tornando-os aptos a monitorar a gestão dos recursos públicos.

Para testar a hipótese de que o grau de escolaridade da população afeta positivamente no grau de transparência fiscal dos estados brasileiros foi realizada uma regressão linear múltipla, com estimação via mínimos quadrados ordinários. Diferentemente de outros estudos sobre o tema, o nível educacional é mensurado não por meio dos investimentos e dos gastos na área da educação (RIBEIRO; ZUCCOLOTTO; 2014), nem por meio do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH educacional (TEIXEIRA; ZUCCOLOTTO, 2014), mas utilizando-se variáveis educacionais relativas à população adulta, com enfoque no grau de instrução, como instrumento para o controle social e melhoria da transparência fiscal

Os resultados desta pesquisa mostraram que fatores educacionais afetam positivamente na transparência fiscal, evidenciando que a população com maior grau de escolaridade demanda por mais informações, o que força os Governos a divulgarem mais e melhores informações, afirmando que onde há altos níveis educacionais é de se esperar uma transparência fiscal maior e mais forte. (TOLBERT; MOSSBERGER; MACNEAL, 2008; ALT et al., 2006). O desenvolvimento educacional gera uma sociedade crítica e consciente dos seus direitos e de suas obrigações, o que pressiona os Governos a manterem os bons níveis dos serviços prestados (TEIXEIRA; ZUCCOLOTTO, 2014).

Como proxy para a transparência fiscal, foi utilizado o Índice de Transparência Fiscal - ITF, coletado da ONG Contas Abertas. Esse índice é fundamentado em parâmetros técnicos e legais, quanto ao conteúdo, a séries

históricas e à usabilidade dos portais de transparência, com ênfase nas informações sobre a execução orçamentária dos órgãos em relação ao cumprimento da legislação das receitas e despesas, às regras relacionadas aos procedimentos licitatórios. O índice também considera o volume e a qualidade de divulgação de relatórios, bem como a interação e a usabilidade da população quanto aos itens divulgados. O ITF, por fim, consiste em um ranking de notas, variando de 0 a 10, com o objetivo de classificar os entes públicos com maior ou menor grau de transparência, disponível para o período de 2010 a 2014. (INDICE DE TRANSPARÊNCIA, 2014).

A Transparência Fiscal é um instrumento que melhora a qualidade da gestão pública, aumentando a eficácia dos resultados, o controle dos atos e a responsabilização eficaz dos agentes públicos, além de melhorar a compreensão dos cidadãos acerca das políticas públicas (TEJEDO–ROMERO; ARAÚJO,2018; CELLA; ZANOLLA, 2018; MONTES;BASTOS; OLIVEIRA, 2019)). A ausência de transparência está comumente associada à corrupção governamental, por permitir a omissão de informações e mascarar os interesses dos agentes públicos (GUILLAMÓN; BATISTA; BENITO, 2011; CELLA; ZANOLLA, 2018; SIMONE; GAETA; MOURÃO, 2017).

Este estudo contribui com a literatura ao reforçar a necessidade prática de investimentos em políticas públicas educacionais efetivas que melhorem a qualidade do ensino, com o objetivo de capacitar os cidadãos ao exercício do controle social, evitando-se o mau uso e o desperdício de recursos públicos. Para a academia, os resultados apresentados mostraram a relevância da educação como atributo necessário ao perfil dos cidadãos para a compreensão da Transparência Fiscal e a consequente participação no processo democrático do país.

Este estudo está estruturado em cinco capítulos, a contar desta introdução, passando pela revisão da bibliografia, seguida pela metodologia aplicada ao desenvolvimento da pesquisa, pela análise e discussão dos dados até as conclusões.

REFERENCIAL TEÓRICO

Transparência Fiscal

O estudo da transparência é uma temática que vem crescendo ao longo dos anos na literatura internacional, cujas tentativas de entendimento direcionaram-se na perspectiva de que o aumento da transparência melhora a qualidade dos entes públicos e traz mais confiança e bons desempenhos financeiros (CUCCINIELLO; PORUMBESCU; GRIMMELIKHUIJSEN, 2017; GRIMMELIKHUIJSEN; MEIJER, 2012; MEIJER, 2015).

Tejedo–Romero e Araújo (2018) indicam que a transparência é um instrumento para melhorar a qualidade da gestão pública, aumentando a eficácia dos resultados, o controle da corrupção e a responsabilização eficaz

dos agentes públicos sobre seus atos, além de melhorar a compreensão dos cidadãos acerca das políticas públicas. A falta da transparência está comumente associada à corrupção governamental (GUILLAMÓN; BATISTA; BENITO, 2011).

Paiva e Zuccolotto (2009) informam que, no Brasil, o embrião da transparência nasceu com a Constituição Federal de 1988, com o estabelecimento da publicidade como princípio da Administração Pública, a partir do qual o Governo passa a ser obrigado a divulgar todos os seus atos. As implicações legais da transparência foram impulsionadas pela edição da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei nº 101/2000), pela Lei de Transparência (Lei nº 131/2009) e pela Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei nº 12.527/2011) (CRUZ et al., 2012; JAHNS; RAUPP, 2016; MOTA; DINIZ; SANTOS, 2017).

Apesar dos esforços legais e institucionais para sedimentarem a transparência pública como instrumento de democracia, controle e participação social, estudos evidenciaram o seu estágio inicial de desenvolvimento, haja vista os contextos políticos e culturais influenciarem o seu contexto prático (CRUZ et al., 2012; RIBEIRO; ZUCCOLOTTO, 2014; BERNARDO; REIS; SEDIYAMA, 2017).

Índice de Transparência Fiscal

Na intenção de entender e medir a transparência governamental, estudos nacionais e internacionais procuraram desenvolver índices que servissem de fonte para aferir o nível de transparência (PAIVA; ZUCCOLOTTO, 2009; BAIRRAL; SILVA; ALVES, 2015; CRUZ et al., 2016; BERNARDO; REIS; SEDIYAMA; 2017).

Cruz et al. (2016), por meio de informações disponíveis nos sites oficiais do Governo local, desenvolveram um Índice de Municipal de Transparência (IMT), baseado em métodos que permitiam a participação popular, para dimensionar indicadores de transparência. A aplicação desse índice foi testada em municípios portugueses e permitiu a publicação de um ranking de transparência que, conforme os autores, poderia gerar pressão para que os governos locais se ajustassem ao indicador.

Estudos sobre a transparência, na Espanha, utilizaram um índice desenvolvido pela organização não governamental Transparency International Spain (GUILLAMÒN; BATISDA; BENITO, 2011; SOL, 2013; TEJEDO-ROMERO; ARAUJO,2018). Esse

índice, desenvolvido pela ONG Transparency International Spain, fora utilizado nos estudos para identificar os fatores sociais, políticos e econômicos determinantes na Transparência Fiscal (GUILLAMÒN; BATISDA; BENITO, 2011; SOL, 2013; TEJEDO- ROMERO; ARAUJO, 2018).

No Brasil, Paiva e Zuccolotto (2009) elaboram um indicador para medir o nível de Transparência Fiscal nos municípios via Web, baseado em critérios de quantidade e qualidade de informações divulgadas. O indicador foi aplicado numa amostra de 275 municípios do estado de Minas Gerais,

onde se constatou que 75,27% dos municípios mineiros apresentaram baixa transparência fiscal quanto ao volume de informações disponíveis na internet para o controle dos cidadãos.

A Organização não Governamental (ONG) Contas Abertas, fundamentada na LRF, elaborou um instrumento de medida para aferir a transparência fiscal, que contemplava informações sobre conteúdo, séries históricas e usualidade dos portais de transparência dos entes governamentais (ABREU; GOMES; ALFINITO, 2015). O Índice de Transparência Fiscal (ITF), desenvolvido pela ONG Contas Abertas, com base em parâmetros técnicos e legais, consiste em um ranking de notas, com vistas a identificar os entes públicos com maior ou menor grau de transparência (INDICE DE TRANSPARÊNCIA, 2014).

O índice da ONG Contas Abertas fora utilizado no estudo de Zuccolotto e Teixeira (2015) para analisar a relação entre a participação social no aprimoramento da democracia, por meio dos instrumentos de transparência dos estados brasileiros. Serviu como instrumento que norteou o estudo comparativo entre os portais de transparência dos municípios gaúchos de Pelotas e Porto Alegre para que sejam considerados como transparentes (LIMA et al., 2015).

Transparência Fiscal e as Variáveis Socioeconômicas

Visando identificar os fatores que poderiam influenciar os níveis de transparência, vários estudos buscaram relacionar a transparência a fatores externos à gestão, tais como variáveis na área política, financeira, econômica e social (GUILLAMÒN; BASTIDA; BENITO, 2011; RIBEIRO; ZUCCOLOTTO, 2014; TEJEDO- ROMERO; ARAUJO, 2018; SOL, 2013; BAIRRAL; SILVA; ALVES, 2015; MOTA; DINIZ; SANTOS, 2017; CRUZ et al., 2012; TEIXEIRA; ZUCCOLOTTO, 2014; BERNARDO; REIS; SEDIYAMA, 2017; ARAUJO; TEJEDO-ROMERO, 2016).

Tejedo-Romero e Araújo (2018) identificaram que a transparência fiscal está associada a fatores econômicos e políticos, mostrando que a taxa de desemprego, gênero, participação eleitoral e força política apresentou significância nos níveis de transparência nos municípios da Espanha, quando analisados no período de 2008 a 2012, evidenciando os fatores políticos como os mais relevantes na associação. Bearfield e Bowman (2017) corroboram desse entendimento ao afirmarem que em ambientes com altos níveis de competição política maior valor é dado ao cidadão, devido a sua capacidade de acessar às informações, implicando na melhora da transparência, dado que a informação é um fator de convencimento da população.

Araújo e Tejedo–Romero (2016) concluíram que o tamanho da população e o desemprego mudaram a relação da transparência com fatores políticos, justificando que populações maiores demandam mais de seus governantes e que, em tempos de crise, o desemprego aumenta, diminuindo o status econômico dos municípios e, consequentemente, o status da

transparência. Sol (2013) também constatou a influência do tamanho da população, afirmando que grandes municípios tendem a divulgar melhores índices de transparência.

No trabalho de Guillamòn, Batista e Benito (2011), as variáveis socioeconômicas Renda per capita, População e Dívida per capita mostraram-se relevantes quando estudadas nos 100 maiores municípios da Espanha, no ano de 2008, quando relacionadas com o nível de transparência, apontando que, quanto maior a arrecadação de impostos e transferências per capita, maiores as informações financeiras divulgadas.

Ribeiro e Zuccolotto (2014) também conseguiram constatar relação entre a transparência fiscal e as variáveis socioeconômicas numa amostra de 1678 municípios brasileiros, ao identificarem que os fatores saúde, educação, emprego e renda per capita mostram interações positivas com os níveis de transparência, confirmando a alternativa de que municípios com melhor arrecadação de receitas públicas, investimentos em educação e saúde, bem como desenvolvimento social e humano, serão capazes de proporcionar maior transparência para a população.

Cruz et al. (2012) encontraram relação entre os fatores socioeconômicos e a transparência fiscal a partir da análise dos 100 maiores municípios brasileiros, mas evidenciaram que os índices de transparência eram incompatíveis com o grau de desenvolvimento socioeconômico apresentado pelos municípios, pois, embora apresentassem um bom desenvolvimento, a transparência mostrava-se baixa.

Os achados dos estudos anteriores revelam que a transparência fiscal é influenciada por fatores socioeconômicos. O Quadro 1 apresenta o resumo das variáveis socioeconômicas que foram analisadas nos estudos de relação com a transparência fiscal:

Quadro 1. Variáveis Demográficas e Socioeconômicas

Variáveis estudadas	**Autores**
Taxa de desemprego, gênero, participação eleitoral e força política	Tejedo-Romero e Araújo (2018)
Renda per capita, população e dívida per capita	Guillamòn; Batista e Benito (2011)
Fatores saúde, educação, emprego, renda e receita pública per capita	Ribeiro e Zuccolotto (2014)
Índice de Consumo (IPC), PIB per capita, Desenvolvimento Humano, índices de Alfabetização, Índice Firjan Municipal, Índice de gestões Fiscais e Sociais dos municípios	Cruz et. al., (2012)
Gênero, idade, variáveis fiscais dívida, desemprego, economia ativa, turismo	Sol (2013)
IFDM saúde, educação, emprego e renda; gastos per capita com educação e saúde; receita per capita.	Teixeira e Zuccoloto (2014)
Receitas de Transferências, Gastos com Saúde, Receita Própria per capita, Gasto com Pessoal e educação	Mota; Diniz e Santos (2017)
Participação eleitoral, Ideologia política, Competição política, Tamanho da população e Desemprego	Araújo e Tejedo - Romero (2016)

Fonte: Adaptado de Tejedo-Romero e Araújo (2018); Guillamòn, Batista e Benito (2011); Ribeiro e Zuccolotto (2014); Cruz et al., (2012); Sol (2013); Teixeira e Zuccoloto (2014); Mota, Diniz e Santos (2017); Araújo e Tejedo – Romero (2016)

Controle Social e Nível de Educacional

O controle social, exercido pela participação popular efetiva, depende fortemente das ações de transparência desenvolvidas pelos governos e agentes públicos, pois sem o devido conhecimento das informações, a população deixa ou diminui a sua participação social (FIGUEREDO; SANTOS, 2013). Segundo Platt Neto et al. (2007), a transparência é essencial para o exercício desse controle, evidenciando uma política governamental responsável que beneficia o aprendizado e o desenvolvimento da cidadania, sem a qual as decisões sociais ficam prejudicadas

Para Bairral, Silva e Alves (2015), a transparência fiscal proporciona uma melhor participação social, estreitando o entendimento entre a sociedade e o Estado, corroborando para o aprimoramento da noção de responsabilidade dos gestores públicos e, consequentemente, para a responsabilização de seus atos. Aumento de transparência aproxima o cidadão e o gestor público, estimula a participação democrática e a confiança no Governo (BERTOT; JAEGER; GRIMES, 2010; MEIJER, 2013; BAIRRAL; SILVA; ALVES, 2015; PORUMBESCU, 2017).

Borges e Pereira (2014) informam que essa participação social precisa ser estimulada para que o cidadão possa desenvolver o exercício pleno da cidadania, de forma que venha a conhecer do processo de elaboração, aplicação e da avaliação dos programas e das políticas públicas do Governo. Figueiredo e Santos (2013) asseveram a importância de preparar o cidadão para o controle social, uma vez que, treinado de forma adequada, poderá usufruir das ferramentas de transparência disponíveis para o seu conhecimento.

O grau de participação dos cidadãos no processo de transparência perpassa pelo nível de compreensão e pelo entendimento das informações que, por sua vez, prescinde do nível de educação da sociedade (BORGES; PEREIRA, 2014). A capacidade de conhecimento e de compreensão das informações divulgadas assente aos cidadãos participação na gestão e no controle da Administração Pública, indicando uma administração pública transparente, haja vista que a compreensão do que está sendo divulgado é essencial para classificar uma informação como transparente (FIGUEREDO; SANTOS, 2013).

A transparência implica um diálogo eficaz entre as partes interessadas, com linguagem adequada, capaz de possibilitar o acesso às informações que, para serem úteis, precisam ser relevantes, confiáveis e compreensíveis aos seus usuários, fato que depende do nível de compreensão e do grau de escolaridade dos cidadãos (CORBARI, 2014). Figueiredo e Santos (2013) afirmam que os usuários da informação precisam assimilar o que está sendo divulgado: uma informação é dita transparente quando puder atender a esse objetivo - a compreensibilidade. As escolas precisam adequar-se a essas novas demandas de preparar os cidadãos à participação social e ao exercício da cidadania (FIGUEREDO; SANTOS, 2013; RODRIGUES, 2001).

Piortrowski e Van Ryzin (2007) destacam a importância da relação do nível de escolaridade da sociedade com a sua participação social e a do grau de confiança no Governo com a consequente demanda por mais transparência. Os autores explicam o fato de como um diploma de nível superior habilita e capacita o cidadão ao entendimento da burocracia, dando-lhe segurança para solicitar informações ao Governo.

A educação é o instrumento que prepara o cidadão para agir na esfera pública, associando-o ao processo civilizatório que possibilita a liberdade de expressão e de opinião, colaborando para o desenvolvimento de uma sociedade participativa e de consciência política com habilidades para participar do debate público (BARROS, 2016; DAHLUM; KNUTSEN, 2017). A educação ensina as pessoas a interagirem umas com as outras, melhorando suas habilidades e capacidades cognitivas e, consequentemente, aumentando o processo de participação social (GLAESER; PONZETTO; SHLEIFER, 2007; DAHLUM KNUTSEN, 2017).

Na pesquisa de Teixeira e Zuccolotto (2014), sobre as causas fiscais, sociais e políticas determinantes da transparência dos entes estaduais, dentre os vários resultados identificou que melhores condições educacionais revelaram maior transparência fiscal, justificada pelo fato de que a melhora no nível educacional da população leva ao desenvolvimento de uma sociedade crítica e consciente dos seus direitos e de suas obrigações, o que pressiona os governos a manterem os bons níveis dos serviços prestados. A melhoria da percepção dos benefícios gerados leva a melhores indicadores sociais, dentre os quais se destaca o desenvolvimento educacional da população, que tem relação positiva com os níveis de transparência (RIBEIRO; ZUCCOLOTTO, 2014).

Ribeiro e Zuccolotto (2014), em estudo sobre as determinantes socioeconômicas e fiscais da transparência fiscal, certificaram que pessoas com maior nível educacional tendem a ter melhores condições sociais e cobram mais de seus governantes a permanência dessa situação. Além disso, os autores destacam que governos com bons resultados nessa área buscam constantemente validar suas boas administrações, divulgando seus bons desempenhos.

Lindstedt e Naurin (2010) afirmaram que o nível de educação pode influenciar na relação entre cidadãos e Estado, uma vez que quanto maior o nível educacional, maior a capacidade das pessoas para acessar e processar as informações divulgadas. Os autores constataram, em sua pesquisa sobre corrupção em países desenvolvidos e subdesenvolvidos, que quanto mais crescentes os níveis educacionais, maior o efeito da transparência sobre a corrupção, indicando que reformas para promover a capacidade das pessoas de acessar e processar informações reduz a corrupção.

Estudos anteriores constataram que a educação teve efeito positivo na transparência e demonstraram que a população mais escolarizada demanda por mais informações, o que força os governos a divulgarem mais e melhores as informações, afirmando que onde há altos níveis educacionais é de se esperar uma transparência fiscal maior e mais forte. (TOLBERT;

MOSSBERGER; MACNEAL, 2008; ALT et al., 2006). Aquiles, Galera e Rodrigues (2014) corroboram esse entendimento ao identificarem uma relação positiva entre a transparência e o nível educacional, argumentando que maiores níveis educacionais estimulam a demanda por mais informações.

Assim, com o objetivo de analisar os fatores educacionais como ferramenta de controle social na relação com a transparência fiscal no contexto dos estados brasileiros, a presente pesquisa verificou a seguinte hipótese:

H1: O nível educacional da população, como ferramenta de monitoramento social, afeta positivamente os índices de Transparência Fiscal dos estados brasileiros.

METODOLOGIA

Amostra: coleta e tratamento dos dados

O objetivo deste trabalho foi identificar se as variáveis educacionais explicam os níveis de transparência fiscal dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal, vistos como os entes responsáveis por assegurar o Ensino Fundamental e proporcionar, com preferência, o Ensino Médio no país, conforme inciso VI do art. 10 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Para atender ao objetivo proposto, foi realizada uma pesquisa quantitativa, com dados secundários e corte transversal, referente ao período de 2010 a 2014, período disponível da variável dependente Índice de Transparência Fiscal dos estados brasileiros, com dados obtidos junto à ONG Contas Abertas e junto ao Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, para as variáveis independentes, fundamentado nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Como variável dependente (Y), foi definido o Índice de Transparência Fiscal - ITF, e como independentes (X), foram definidas as variáveis educacionais relativas à população adulta: Anos de Estudo, Frequência ao Nível Superior, Taxa de Ensino Médio Completo, Taxa de Ensino Superior Completo e Desenvolvimento Humano – Educação. Como controles, foram utilizadas as variáveis Renda per capita, Índice GINI, PIB, População e Força Política, citadas na literatura e definidas adiante.

O tamanho da população, por exemplo, altera o status da transparência, pois populações maiores tendem a demandar por mais informações (ARAUJO; TEJEDO- ROMERO, 2016); assim como maior arrecadação de imposto, devido à renda per capita, exigem maior quantidade de informações financeiras divulgadas (GUILLAMÒN; BATISTA; BENITO, 2011). A Força Política, no estudo de Tejedo- Romero e Araújo (2018), foi utilizada para identificar se alianças políticas no Governo ou partidos com maioria absoluta gerariam pressões para ser mais transparente.

No estudo de Cruz et al. (2012) acerca da Transparência da Gestão Pública Municipal, o PIB per capita fora utilizada como variável

socioeconômica para explicar a transparência fiscal dos portais eletrônicos dos entes municipais. O Índice GINI, que mede a igualdade ou a desigualdade no nível de distribuição de renda, foi evidenciado como variável explicativa do nível de transparência fiscal da Administração Pública no estudo de Bernardo, Reis e Sediyama (2017).

Descrição das variáveis
Índice de Transparência Fiscal Estadual

Para a variável dependente Índice de Transparência Fiscal optou-se por utilizar o índice divulgado pela ONG Contas Abertas para os Estados brasileiros, conforme se observa no Quadro 2.

Quadro 2. Variável Dependente e Índices de Transparência Fiscal

Variável		Descrição de variável	Fonte	Cálculo
ITF	Índice de Transparência Fiscal - ITF	Mede o nível de Transparência divulgado pelos Estados da Federação, apresentando um ranking entre os Estados mais transparentes, período de 2010 a 2014	ONG – Contas Abertas	Variável numérica (números absolutos)

Fonte: Adaptado do ranking de Transparência Fiscal da ONG Contas Abertas

O Índice de Transparência Fiscal, disponível para os exercícios 2010 a 2014, foi desenvolvido com base em estudos internacionais e na Lei nº 131/2009 – Lei de Transparência -, que mede as características dos portais de transparência dos estados quanto ao conteúdo, séries históricas e frequência de atualização e usabilidade, conforme se percebe no Anexo 1, criando um ranking de notas, variando de 0 a 10, relacionando os estados mais transparentes, de acordo com a adequação aos critérios de avaliação.

O Índice de Transparência Fiscal - ITF traz informações relativas à execução orçamentária dos órgãos públicos quanto ao cumprimento da legislação das receitas e despesas públicas, bem como se relacionam aos procedimentos licitatórios, à divulgação de relatórios e a interação e usabilidade da população quanto aos itens divulgados pelos entes, em obediência aos instrumentos normativos que exigem o cumprimento da Transparência Fiscal

Variáveis Independentes

As variáveis independentes são as variáveis educacionais disponíveis no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Elas abrangem o Atlas do IDH nos Municípios e o Atlas do IDH nas Regiões Metropolitanas, formando uma base de consulta ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, das Unidades da Federação, suas Regiões Metropolitanas e demais Regiões Integradas de Desenvolvimento, fundamentado em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Atlas Brasil, 2013).

As variáveis sobre a educação foram as relativas à população adulta,

que representa a parcela da população que seria economicamente ativa e apta ao exercício da cidadania e à fiscalização efetiva dos governos, correspondentes aos exercícios 2010 a 2014, com as descrições apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3. Variáveis Independentes

Variável			Descrição	Fonte	Cálculo
X1	Anos de Estudo	Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade	Razão entre o somatório do número de anos de estudo completos das pessoas nessa faixa etária e o total dessas pessoas.	Atlas Brasil 2010 a 2014	Numérica
X2	Frequência ao Ensino Superior	Taxa de frequência ao ensino superior	Razão entre o número de pessoas na faixa etária de 18 a 24 anos frequentando o ensino superior (graduação, especialização, mestrado ou doutorado) e a população total dessa mesma faixa etária, multiplicada por 100.	Atlas Brasil 2010 a 2014	Taxa decimal
X3	Taxa Ensino Médio Completo	Percentual da população de 18 a 20 anos de idade com o ensino médio completo	Razão entre a população de 18 a 20 anos de idade que já concluiu o ensino médio em qualquer de suas modalidades (regular seriado, não seriado, EJA ou supletivo), e o total de pessoas nesta faixa etária, multiplicada por 100. As pessoas de 18 a 20 anos frequentando a 4ª série do ensino médio foram consideradas como já tendo concluído esse nível de ensino.	Atlas Brasil 2010 a 2014	Taxa decimal
X4	Taxa de Ensino Superior Completo	Percentual da população de 25 anos ou mais com superior completo	Razão entre a população de 25 anos ou mais de idade que concluiu pelo menos a graduação do ensino superior e o total de pessoas nesta faixa etária, multiplicada por 100.	Atlas Brasil 2010 a 2014	Taxa decimal
X5	Desenvolvimento Humano – Educação	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Dimensão Educação	Índice sintético da dimensão Educação, é um dos 3 índices que compõem o IDHM. É obtido através da média geométrica do Subíndice de frequência escolar, com peso de 2/3, e do Subíndice de escolaridade, com peso de 1/3.	Atlas Brasil 2010 a 2014	Numérica

Fonte: Adaptado a partir de pesquisas no Atlas Brasil 2010 a 2014.

Variáveis de Controle

A relação entre as variáveis educacionais e a transparência foi controlada por variáveis econômicas relativas a desenvolvimento, renda, crescimento econômico, população e força política, que serviram de controles para identificar se, em condições socioeconômicas, a relação entre as variáveis de estudo sofrem alguma influência.

Quadro 4. Variáveis de Controle

Variável			Descrição	Fonte	Cálculo
X6	Renda per capta	Renda per capta média	Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos.	Atlas Brasil 2010 a 2014	Numéric a
X7	GINI	Índice de Gini	Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor é 0 quando não há desigualdade (a renda domiciliar per capita de todos os indivíduos tem o mesmo valor) e tende a 1 à medida que a desigualdade aumenta. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.	Atlas Brasil 2010 a 2014	Numéric a
X8	População	População	População residente total	Atlas Brasil 2010 a 2014	Logaritm o Natural
X9	PIB	PIB per capta	Mede o resultado da soma da remuneração dos fatores de produção, isto é, remuneração dos empregados, mais o rendimento misto bruto, mais o excedente operacional bruto, mais o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e importação.	IBGE	Logaritm o Natural
X10	Força Política	Partidos Políticos	Mede os partidos políticos com maior representatividade no poder na esfera estadual	TSE	Dummy

Fonte: Adaptado a partir de pesquisas no Atlas Brasil 2010 a 2014.

As variáveis de controle buscam identificar se a relação entre a educação e a transparência fiscal, quando analisadas com o fator renda, PIB, população, força política e o desenvolvimento humano da população,

influenciam o modelo empírico, uma vez que, no estudo de Cruz et al. (2012), essas variáveis mostraram-se significativas com os níveis de transparência.

Para a definição da variável Força Política, numa amostra de 10 partidos políticos, dentro do universo de 135 observações de partidos políticos no poder, por estado, no período de 2010 a 2014, obtidos junto a base do Superior Tribunal Eleitoral

– TSE, criou-se uma dummy para cada partido, a partir da representatividade de cada partido por estado, definida por meio de uma distribuição de frequência - Tabela 1 - que identificou os partidos PMDB, PSB, PSDB e PT como os que aparecem mais vezes na amostra, indicando os partidos com maior representatividade e, consequentemente, com maior força política. A força política implica em maior transparência devido a competitividade eleitoral que exige mais e melhores informações, dados que os partidos políticos que concorrem com o governo ou dentro do próprio governo exigem mais transparência a fim de exercer o controle sobre as atividades governamentais (BEARFIELD; BOWMAN, 2017; CICATIELLO; SIMONE; GAETA, 2017). Além disso, manter os cidadãos informados sobre aplicação dos recursos públicos permite legitimidade aos políticos, evidenciado a influência política sobre os determinantes da transparência (MANES; BRUSCA; AVERSANO, 2018).

Tabela 1 - Distribuição dos Partidos Políticos

Partidos	Frequência	Percentagem	Percentagem acumulada
DEM	8	5.93%	5.93%
PDT	1	0.74%	6.67%
PFL	1	0.74%	7.41%
PMDB	28	20.74%	28.15%
PMN	4	2.96%	31.11%
PP	1	0.74%	31.85%
PPS	2	1.48%	33.33%
PSB	27	20.00%	53.33%
PSDB	38	28.15%	81.48%
PT	25	18.52%	100.00%
Total	135	100.00%	

Modelo Empírico

Para analisar a relação entre o grau de transparência fiscal e o nível educacional, foi utilizada uma análise de regressão por Mínimos Quadrados Ordinários – MQO, com clusters de erro por estado, com o auxílio do software Stata e a amostra foi winsorizada a 1%.

O modelo empírico adotado para realizar a análise dos dados, objetivando medir a relação entre a variável dependente Índice de Transparência Fiscal (ITF) com as Variáveis Educacionais dos Estados brasileiros para responder às hipóteses H1, que verificou se fatores educacionais têm relação positiva com os Índices de Transparência Fiscal dos estados brasileiros (ITF), foi o descrito pela seguinte equação (1).

$$ITF_{it} = \beta 0 + \sum 5 \quad i = \beta 1 . X_{it} + Controles_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

Em que:
ITF – Índice de Transparência Fiscal X1 – Anos de Estudo
X2 – Frequência ao Ensino Superior X3 – Taxa de Ensino Médio Completo
X4 – Taxa de Ensino Superior Completo
X5 – Índice de Desenvolvimento Humano – Educação Controle – Renda per Capita
Controle – Índice GINI Controle – Força Política Controle – PIB per Capita Controle – População

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Estatística descritiva

A Tabela 2 demonstra a estatística descritiva das variáveis do modelo. A variável Índice de Transparência Fiscal, que avalia a transparência fiscal dos portais dos estados brasileiros, indicando os estados com maior ou menor grau de transparência a partir de um ranking de notas, numa amostra com 135 observações, apresentou nota média entre os estados de 5,39. A média da variável, numa escala de notas que variam de 0 a 10 - indicando que quanto mais próximo de 10 melhor a transparência fiscal -, sugere que os estados brasileiros apresentam baixo grau de transparência, o que pode ser sustentado pelos estudos de Cruz et al. (2012); Ribeiro e Zuccolotto (2014) e Bernardo, Reis e Sediyama (2017), os quais afirmam que, apesar dos esforços legais e institucionais para sedimentar a transparência fiscal, ela ainda se encontra em estágio inicial de desenvolvimento no país.

Tabela 2: Estatística descritiva das variáveis quantitativas

Variáveis	n	Média	Desvio padrão	Min	25%	Mediana	75%	Max
Índice de Transparência Fiscal	135	5,39	1,48	2,42	4,18	5,20	6,37	9,29
IDH – educação	135	0,65	0,06	0,53	0,61	0,65	0,70	0,80
Anos de estudo	135	8,49	1,06	6,28	7,63	8,63	9,22	10,88
Frequência ao ensino superior	135	0,16	0,05	0,07	0,12	0,15	0,18	0,31
Taxa de ensino superior	135	0,11	0,04	0,05	0,08	0,11	0,13	0,28
Taxa de ensino médio	135	0,46	0,09	0,29	0,39	0,46	0,53	0,66
Renda per capita	135	680,61	254,35	348,72	490,36	590,66	828,50	1606,40

Gini	135	0,53	0,05	0,42	0,49	0,52	0,55	0,64
Força política	135	0,87	0,33	0,00	1,00	1,00	1,00	1,00
PIB	135	11,29	1,25	8,90	10,42	11,32	12,07	14,36
População	135	15,22	1,04	13,03	14,71	15,12	15,97	17,51

Fonte: Dados da pesquisa

A taxa de Ensino Médio apresentou média de 0,46, sugerindo que, nos estados brasileiros, 46% da população têm o Ensino Médio completo, mas, conforme dados do MEC, relativos ao Indicador de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, ano de 2015 - período que abrange a amostra estudada -, os estados não atingiram a meta de desenvolvimento estabelecida para essa faixa de ensino, refletindo baixo rendimento escolar que, de acordo com o Ministério da Educação, necessita de reformas para adequar-se aos padrões de boa educação (Portal Inep).

A Frequência ao Ensino Superior apresentou média de 0,16 entre os estados, indicando que 16% da população adulta, na faixa de 18 a 24 anos, frequentam o Ensino Superior. O Censo da Educação Superior no Brasil identificou que, dos anos de 2005 a 2014, o número de matriculados nessa faixa de ensino cresceu 75,7% (Censo da Educação Superior / Portal Inep). O número de matriculados na educação superior, no ano de 2014, superou o quantitativo de 8 milhões de alunos matriculados, evidenciando um crescente aumento nessa faixa educacional no país (Portal Inep).

Teste de Correlação e Comparação de Médias

Do Teste de Correlação entre as variáveis, observou-se que a variável dependente ITF capturou relações com todas as variáveis educacionais.

Pode-se observar que as variáveis Taxa de Ensino Médio, Taxa de Ensino Superior e Desenvolvimento Humano – Educação, com 99% de confiança, são significativas e possuem correlação mais fortes com a variável Índice de Transparência Fiscal do que com as demais variáveis educacionais usadas no modelo.

Com exceção da variável de controle Força Política, as demais variáveis do modelo mostraram associações positivas e significativas com a variável dependente ITF, sugerindo que, se os níveis de educação melhoram, também melhoram a transparência. Conforme Lindstedt e Naurin (2010), quanto maior o nível de educação, maior a capacidade das pessoas para acessarem e processarem as informações divulgadas.

Tabela 3 analisou o Teste de Diferença de Médias da variável ITF, considerando os estados acima da média amostral como de alta transparência fiscal e os abaixo da média amostral como de baixa transparência fiscal.

No nível de significância de 5%, num intervalo de confiança de 95% para as duas amostras, constatou-se que os estados com alta transparência apresentam, em média, melhores níveis educacionais da população quando

comparados com os estados com baixa transparência, conforme se observa da Tabela 3.

Observou-se também que as médias das variáveis educacionais foram maiores nos estados que apresentaram alta transparência fiscal, gerando evidências sumárias de que melhores indicadores educacionais estão associados positivamente à transparência fiscal, confirmando os estudos de Teixeira e Zuccolotto (2014); Tolbert, Mossberger, Macneal (2008) e Alcaraz, Navarro e Ortiz (2014).

Além disso, melhores indicadores educacionais sugerem a participação social mais efetiva, ao permitir melhor monitoramento das informações divulgadas, conforme afirmam Lindstedt e Naurin (2010), bem como sugerem o desenvolvimento de uma sociedade consciente de seus direitos e obrigações e que pressiona os governantes a divulgarem mais e melhor, segundo o mesmo entendimento de Ribeiro e Zuccolotto (2014).

Tabela 3 - Diferença de média da amostra variável ITF

Variáveis	Transparência – IFT Baixa		Transparência – IFT Alta		Diferenças de Médias	
	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão		P – Valor
Anos de Estudos	8,329	0,123	8,645	0,130	-0,315	0,082*
Frequência ao Ensino Superior	0,146	0,005	0,163	0,005	-0,016	0,0384**
Taxa de Ensino Médio	0,431	0,009	0,485	0,010	-0,054	0,000***
Taxa de Ensino Superior	0,100	0,004	0,117	0,005	-0,016	0,018**
Desenvolvimento Humano – Educação	0,636	0,006	0,672	0,008	-0,036	0,000***
Renda per capita	612,53	26,95	745,72	32,49	-133,19	0,002***
GINI	0,543	0,005	0,511	0,005	0,031	0,000***
Força Política	0,893	0,038	0,855	0,042	0,038	0,4999
PIB	10,720	0,132	11,837	0,140	-1,116	0,000***
População	14,805	0,123	15,221	0,110	-0,813	0,000***

Fonte: Dados da Pesquisa. Autoria própria
Nota: *, ** e*** representam coeficientes significativos a 10%, 5% e 1% respectivamente

Regressão Linear Múltipla

Para analisar a relação entre as variáveis educacionais com o grau de Transparência Fiscal dos estados brasileiros, foi utilizado um modelo de regressão lineares múltiplas, estimado pelo método de Mínimos Quadrados Ordinários. A Tabelas 5 apresentou os efeitos das variáveis educacionais sobre o nível de Transparência Fiscal dos estados para a variável ITF.

Tabela 4 - Regressão Linear Variável Transparência

Variáveis	Índice de TR	Anparência Fiscal - ITF	
	Coeficiente	Desvio – Padrão	P - Valor
Anos de Estudos	-.0732953	6,600961	0.701
Frequência ao Ensino Superior	-7.328693	0,1887102	0.224
Taxa de Ensino Superior	23.00643	5,885162	0.054*
Taxa de Ensino Médio	9.597733	11,39699	0.016**
Desenvolvimento Humano – Educação	-10,38342	3,737235	0.128
Renda per capita	-.0042166	0,0018086	0.028**
GINI	-7.878977	3,809418	0.049**
Força Política	-.1487639	0,192149	0.446
PIB	1.373344	1,015753	0.188
População	-.7016229	1,108295	0.532
Constante	9.357354	7,990242	0.252
Nº OBS	135		
R^2	0,4430		

Fonte: Dados da Pesquisa. Autoria própria.
Nota: ** e*** representam coeficientes significativos a 5% e 1% respectivamente

Na Tabela 4, observou-se que o coeficiente de determinação ajustado R2 - que mede o nível de conformidade da variável ITF, que é explicada pelas variáveis educacionais - foi de 44,30%. Isso significa que 44,30% da variação na variável Transparência Fiscal são elucidadas pelas variações acontecidas nas variáveis independentes analisadas no modelo.

A variável Taxa de Ensino Médio completo, com 95% de confiança, revelou significância com os índices de transparência fiscal dos estados brasileiros, evidenciando uma relação positiva entre as variáveis, confirmando os estudos de que o nível educacional da população influencia os níveis de transparência fiscal dos entes públicos, por sugerir que a população mais instruída tende a cobrar mais e melhores resultados de seus governantes (CRUZ et al., 2012; TOLBERT; MOSSBERGER; MACNEAL, 2008; ALCARAZ; NAVARRO; ORTIZ, 2014). Essa análise leva à aceitação da hipótese H1: fatores educacionais, como ferramenta do controle social, melhoram os indicadores de transparência fiscal.

A Taxa de Ensino Superior, com 90% de confiança, também se mostrou estatisticamente significativa para elucidar o grau de transparência dos estados, pois, conforme Piortrowski e Van Ryzin (2007), um diploma de nível superior habilita e capacita o cidadão ao entendimento da burocracia, dando-lhe segurança para solicitar informações ao Governo, gerando demanda por mais transparência. Teixeira e Zuccolotto (2014) corroboram esse entendimento ao afirmarem que melhores condições educacionais levam ao desenvolvimento de uma sociedade consciente dos seus direitos e de suas obrigações, pressionando os governos a manterem os bons níveis dos serviços prestados.

Esse entendimento vai ao encontro dos achados de Ribeiro e Zuccolotto (2014), que afirmam que os governos com bons resultados na área das políticas sociais buscam constantemente validar sua boa administração, divulgando seus bons desempenhos. Além disso, pessoas com maior nível educacional tendem a ter melhores condições sociais e cobram mais de seus governantes a permanência dessa situação (RIBEIRO; ZUCCOLOTTO, 2014),

Sobre a regressão da variável ITF, observou-se que as variáveis de controle Renda per capita e o Índice GINI também revelaram relações com os graus de transparência fiscal, cujo resultado foi condizente aos estudos de Ribeiro e Zuccolotto (2014), segundo os quais fatores socioeconômicos, associados à renda e ao desenvolvimento social e humano, são capazes de proporcionar influência na transparência fiscal dos estados brasileiros.

Do resultado geral da Regressão Linear Múltipla, observou-se que a transparência fiscal dos estados brasileiros tem associação com os níveis educacionais da população, corroborando com a literatura para a qual os níveis educacionais aumentam a transparência fiscal, estreitando a relação entre cidadãos e estado, permitindo o monitoramento e o controle social (GLAESER; PONZETTO; SHLEIFER, 2007; DAHLUM, 2017; TOLBERT; MOSSBERGER; MACNEAL, 2008; ALT et al., 2006; LINDSTEDT; NAURIN, 2010; ALCARAZ; NAVARRO; ORTIZ,2014).

CONCLUSÕES

Esta pesquisa teve por foco o estudo da transparência fiscal como instrumento de acesso à informação, capaz de aproximar cidadãos e Governo e de possibilitar o controle e a participação social por meio de uma sociedade mais instruída e ciente dos seus direitos e obrigações. Essa premissa deu origem ao objetivo da pesquisa, qual seja o de identificar se os níveis de educação explicam o grau de transparência fiscal dos estados brasileiros.

Para responder à hipótese proposta, elaborou-se um modelo empírico, analisado pela técnica de Regressão Linear Múltipla, que relacionou o Índice de Transparência Fiscal dos estados. O modelo teve por base avaliar a relação entre o Índice de Transparência Fiscal - ITF, com indicadores educacionais, disponíveis no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, dando-se ênfase aos indicadores relativos à população adulta apta ao exercício da cidadania.

O resultado da regressão linear entre as variáveis educacionais do modelo e a transparência fiscal revelou que, quando melhora o nível educacional da população, a relação com o nível de transparência mostra-se positiva. Esses resultados confirmam a literatura consultada, que afirma que maiores níveis educacionais estimulam a cobrança por mais informações, estreitando a relação entre cidadãos e Estado, aumentando o grau de transparência.

Os resultados demonstrados neste estudo revelaram a necessidade prática de investimentos em políticas públicas educacionais efetivas que melhorem a qualidade do ensino, com o objetivo de capacitar os cidadãos ao exercício do controle social, evitando-se o mau uso e o desperdício de recursos públicos. Para a academia, os resultados apresentados mostraram a relevância da educação como atributo necessário ao perfil dos cidadãos para a compreensão da transparência fiscal e a consequente participação no processo democrático do país, deixando em evidência a variáveis educacionais como causa eficaz dos possíveis determinantes da Transparência Fiscal.

Como limitação do estudo, destaca-se o baixo nível de observações da amostra estudada, não pela comodidade em escolher uma amostra pequena, mas pela falta de dados disponíveis, o que poderia gerar erros de estimativas no modelo.

Para estudos futuros, sugere-se a avaliação da relação entre os níveis de educação e a transparência fiscal por estado dentro de uma mesma região geográfica, a fim de verificar se, em ambientes socioeconômicos semelhantes, as variáveis se comportam de forma análoga e se isso justifica o resultado do conjunto e possibilita comparação entre regiões

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, W. M.; GOMES, R. C.; ALFINITO, S. Transparência fiscal explica desenvolvimento social nos estados brasileiros? Sociedade, Contabilidade e Gestão, v. 10, n. 2, p. 54-69, 2015.

ALCARAZ-QUILES, F. J.; NAVARRO-GALERA, A.; ORTIZ-RODRÍGUEZ, D. Factors influencing the transparency of sustainability information in regional governments: an empirical study. Journal of Cleaner Production, v. 82, p. 179-191, 2014.

ALT, J. E.; LASSEN, D. D.; ROSE, S. The causes of fiscal transparency: evidence from the US states. IMF Staff papers, p. 30-57, 2006.

ARAUJO, J. F. F. E.; TEJEDO-ROMERO, F. Local government transparency index: determinants of municipalities' rankings. International Journal of Public Sector Management, v. 29, n. 4, p. 327-347, 2016.

ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2013. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: 5 fev. 2018.

BAIRRAL, M. A. C.; SILVA, A. H. C.; ALVES, F. J. D. S. Transparência no setor público: uma análise dos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais no ano de 2010.Revista de Administração Pública, v. 49, n. 3, p. 643-675, 2015.

BARROS, A. T. Educação e legislação: desafios para o aprendizado político e a cultura democrática. Educação & Sociedade, v. 37, n. 136, 2016.

BEARFIELD, D.A.; BOWMAN, A.O.M. Can you find it on the web? An assessment of municipal e-government transparency. The American Review of Public Administration, 47.2: 172-188, 2017.

BERNARDO, J. S.; REIS, A. O.; SEDIYAMA, G. A. S. Características Explicativas do Nível de Transparência na Administração Pública Municipal. Revista Ciências Administrativas, v. 23, n. 2, p. 277-292, 2017.

BERTOT, J. C.; JAEGER, P. T.; GRIMES, J. M. Using ICTs to create a culture of transparency: E-government and social media as openness and anti-corruption tools for societies. Government information quarterly, v. 27, n. 3, p. 264-271, 2010.

BORGES, E. F.; PEREIRA, J. M. Educação fiscal e eficiência pública: um estudo das suas relações a partir da gestão de recursos municipais. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC), v. 8, n. 4, 2014,

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996.Seção I, p. 27834-27841.

. Lei complementar nº101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/. Acesso em: 26 mar. 2018.

. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (Org.). Secretária executiva do MEC aponta metas para ensino médio e defende flexibilização. 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34167>. Acesso em: 01 mar. 2018.

CELLA, R. S.; ZANOLLA, E. A Lei de Benford e a Transparência: Uma Análise das Despesas Públicas Municipais. Brazilian Business Review, v. 15, n. 4, p. 331-347, 2018.

CICATIELLO, Lorenzo; SIMONE, Elina de; GAETA, Giuseppe Lucio. Political determinants of fiscal transparency: a panel data empirical investigation. Economics of Governance, 18.4: 315-336, 2017

CORBARI, E. C. Accountability e controle social: desafio à construção da cidadania. Negócios, v. 1, n. 2, 2014.

CRUZ, C. F.; FERREIRA, A. C. S.; SILVA, L. M.; MACEDO, M. A. S. Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. Revista de Administração Pública, v. 46, n. 1, p. 153-176, 2012.

CRUZ, N. F. et al. Measuring local government transparency. Public Management Review, v.18, n. 6, p. 866-893, 2016.

CUCCINIELLO, M.; PORUMBESCU, G. A.; GRIMMELIKHUIJSEN, S. 25 Years of Transparency Research: Evidence and Future Directions. Public Administration Review, v. 77, n. 1, p. 32-44, 2017.

DAHLUM, S.; KNUTSEN, C. H. Do Democracies Provide Better Education? Revisiting the Democracy–Human Capital Link. World Development, v. 94, p. 186- 199, 2017.

FIGUEIREDO, V. S.; SANTOS, W. J. L. Transparência e controle social na administração pública. Temas de Administração Pública, v. 8, n. 1, 2013.

GLAESER, E. L.; PONZETTO, G. AM; SHLEIFER, A. Why does democracy need education? Journal of economic growth, v. 12, n. 2, p. 77-99, 2007.

GRIMMELIKHUIJSEN, Stephan G.; MEIJER, Albert J. Effects of transparency on the perceived trustworthiness of a government organization: Evidence from an online experiment. Journal of Public Administration Research and Theory, 24.1: 137-157, 2012.

GUILLAMÓN, M.-D.; BASTIDA, F.; BENITO, B. The determinants of local government's financial transparency. Local Government Studies, v. 37, n. 4, p. 391- 406, 2011.

ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA. 2014. Disponível em: <https://indicedetransparencia.com/>. Acesso em: 3 fev. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). (Org.). Notas estatística do censo superior. 2015. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/20 15/Notas_Estatisticas_Censo_Superior_2015.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2018.

JAHNS, F. T.; RAUPP, F. M. Transparência do Poder Executivo dos Estados Brasileiros. Revista Universo Contábil, v. 12, n. 3, p. 65-72, 2016.

LIMA, C. H. S.; CRUZ, A. P. C.; MACHADO, D. G.; QUINTANA, A. C. Portal da transparência: um estudo comparativo entre os municípios de porto alegre

e pelotas. Contexto - Revista do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da UFRGS, v. 15, n. 30, p. 94-110, 2015.

LINDSTEDT, C.; NAURIN, D. Transparency is not enough: Making transparency effective in reducing corruption. International political Science review, v. 31, n.3, p. 301-322, 2010.

MANES, Francesca Rossi; BRUSCA, Isabel; AVERSANO, Natalia. Financial sustainability as a driver for transparency and E-Democracy: A comparative study in Italian and Spanish local governments. International Journal of Public Administration, 41.1: 22-33, 2018.

MEIJER, Albert. Understanding the complex dynamics of transparency. Public Administration Review, 73.3: 429-439, 2013.

MEIJER, Albert. Government transparency in historical perspective: from the ancient regime to open data in the Netherlands. International Journal of Public Administration, 38.3: 189-199, 2015.

MONTES, Gabriel Caldas; BASTOS, Júlio Cesar Albuquerque; OLIVEIRA, Ana Jordânia de. Fiscal transparency, government effectiveness and government spending efficiency: Some international evidence based on panel data approach. Economic Modelling, 79: 211-225, 2019.

MOTA, B. F.; DINIZ, J. A.; SANTOS, L. C. A Estrutura Orçamentária como Determinante do Nível de Transparência Fiscal. Contabilidade, Gestão e Governança, v. 20, n. 2, p. 293-313, 2017.

ONUBR (Brasil) (Org.). Brasil precisa ampliar investimentos na educação de jovens e adultos, alertam especialistas. 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/brasil-precisa-ampliar-investimentos-na-educacao-de- jovens-e-adultos-alertam-especialistas/>. Acesso em: 20 out. 2017.

PAIVA, C.P.R.; ZUCCOLOTTO, R. Índice de transparência fiscal das contas públicas dos municípios obtidos em meios eletrônicos de acesso público. IN: ENCONTRO DA ANPAD, 33., São Paulo, 2009. Anais... Enanpad, 2009

PIOTROWSKI, Suzanne J.; VAN RYZIN, Gregg G. Citizen attitudes toward transparency in local government. The American Review of Public Administration, v. 37, n. 3, p. 306-323, 2007.

PLATT NETO, O. A.; CRUZ, F.; ENSSLIN, S. R.; ENSSLIN, L. Publicidade e transparência das contas públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira. Contabilidade Vista & Revista, v. 18, n. 1, p. 75- 94, 2007.

PORUMBESCU, Gregory. Linking transparency to trust in government and voice. The American Review of Public Administration, 47.5: 520-537, 2017.

RIBEIRO, C. P. P.; ZUCCOLOTTO, R. A face oculta do Leviatã: transparência fiscal nos municípios brasileiros e suas determinantes socioeconômicas e fiscais. Enfoque Reflexão Contábil, v. 33, n. 1, p. 37-52, 2014.

RODRIGUES, N. Educação: da formação humana à construção do sujeito ético. Educação e Sociedade, p. 22, n. 76, p. 232-257, 2001.
SIMONE, Elina de; GAETA, Giuseppe Lucio; MOURÃO, Paulo Reis. The Impact of Fiscal Transparency on Corruption: An Empirical Analysis Based on Longitudinal Data. The BE Journal of Economic Analysis & Policy, 17.4., 2017

SOL, D. A. The institutional, economic and social determinants of local government transparency. Journal of Economic Policy Reform, v. 16, n. 1, p. 90-107, 2013.

TEJEDO-ROMERO, Francisca; ARAUJO, Joaquim Filipe Ferraz Esteves de. Determinants of local governments' transparency in times of crisis: evidence from municipality-level panel data. Administration & society, , 50.4: 527-554, 2018.

TOLBERT, C. J.; MOSSBERGER, K.; MCNEAL, R. Institutions, policy innovation, and E - Government in the American States. Publica administration review, v. 68, n. 3, p. 549-563, 2008.

ZUCCOLOTTO, R.; TEIXEIRA, M. A. C. As Causas da Transparência Fiscal: Evidências nos Estados Brasileiros. Revista Contabilidade & Finanças - USP, v. 25, n. 66, p. 242-254, 2014.

. Gestão Social, Democracia, Representação e Transparência: Evidências nos Estados Brasileiros. Revista de Ciências da Administração, v. 17, n. Ed. Especial, p. 79-90, 2015.

. Transparência Orçamentária: Razões do Descompasso entre os Estados Brasileiros. Organizações & Sociedade, v. 24, n. 82, p. 390-411, 2017.

O EFEITO DAS CONDIÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E FISCAIS NA TRANSPARÊNCIA DOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

CAPÍTULO 06

Cristiano de Jesus Sousa de Abreu
Doutor em Administração e Ciências Contábeis
FUCAPE BUSINESS SCHOOL
São Luis – MA

RESUMO

A relação entre transparência do setor público e resultados econômicos, sociais e fiscais é algo que é cada vez mais reconhecido pela literatura internacional. Esta pesquisa buscou verificar se fatores sociais, econômicos e fiscais influenciam a transparência pública em países com baixos níveis de desenvolvimento. Utilizou-se uma metodologia quantitativa com coleta de dados secundários, num corte longitudinal, executando-se a análise de dados a partir da estatística descritiva, do teste-t e da regressão linear múltipla, pelo método dos mínimos quadrados. Os resultados rejeitam a hipótese de relação entre fatores fiscais e transparência nos países subdesenvolvidos e rejeitam parcialmente a hipótese da relação de fatores sociais, não rejeitando a hipótese de relação entre fatores econômicos com a transparência nesses países, tendo significância nessas relações as variáveis: Pessoas com acesso à *internet* e PIB per capita.

Palavras-chave: Transparência, sociais, econômicos, fiscais, desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

As oportunidades de propagação de fraudes e corrupção na administração pública são propícias em ambientes nos quais a gestão pode esconder informações por considerá-las inadequadas para o acesso generalizado (FIGUEIREDO e SANTOS, 2013). O acesso a informações públicas através da transparência, representa um direito básico do cidadão, pois é essencial para o fortalecimento da democracia (SEARSON e JOHSON, 2010). A transparência proporciona a prestação de contas do Governo, constituindo-se num instrumento de combate à corrupção e outras irregularidades no setor público, além de ser uma ferramenta fundamental para promoção da boa governança (MEDEIROS, MAGALHÃES e PEREIRA, 2013).

Influências do ambiente externo podem empurrar a organização para ser menos ou mais transparente e participativa na tomada de decisões, e, por sua vez, podem afetar o nível de abertura do site em organizações públicas

(YAVUZ e WELCH, 2014). Araujo e Tejedo-Romero (2016) ratificam esses fatores externos ao destacar a pressão social exercida por alguns movimentos de cidadãos, na cobrança dos governos locais por mais transparência. Pinto (2009) destaca outros fatores do ambiente externo que servem como pressão sobre os governos para que disponibilizem acesso a informações públicas, tais como escândalos de alta visibilidade, além de modernização e difusão de tecnologia da *internet.*

Desta forma, o acesso às informações públicas por meio da transparência constitui a base de sustentação de um governo livre à participação social (GAMA e RODRIGUES, 2016), além de aproximar os cidadãos da gestão pública desenvolvida por seus governantes e promover a conscientização da sociedade sobre as responsabilidades do Estado, possibilitando a averiguação das ações desses gestores e a consequente responsabilização por seus atos (FIGUEIREDO e SANTOS, 2013; FILGUEIRAS, 2011). Assim, a participação popular e o controle social ganham força como forma de coibir as más práticas na condução da atividade pública (ASSIS e VILLA, 2003).

Por outro lado, Williams (2015) aponta que a África do Norte e a África Subsaariana, ambas formadas predominantemente por países subdesenvolvidos, têm, em média, os níveis mais baixos de prestação de contas e as pontuações médias mais baixas em relação à transparência da informação, respectivamente. Nessa perspectiva, este trabalho tem o objetivo de verificar se fatores sociais, econômicos e fiscais influenciam a transparência pública em países com baixos níveis de desenvolvimento.

Do ponto de vista da literatura internacional, a relação entre transparência do setor público e resultados econômicos e sociais é algo que é cada vez mais reconhecido (KAUFMANN e BELLVER, 2005; BASTIDA e BENITO, 2007), na qual o desenvolvimento econômico está positivamente ligado à transparência do governo (BATISDA E BENITO, 2007). Fatores socioeconômicos, como por exemplo a renda dos países, proporcionam mecanismos de transparência da informação e responsabilização mais eficientes (BASTIDA e BENITO, 2007). Ou ainda a educação fiscal que representa uma ferramenta fundamental para maximizar a participação e conscientização do cidadão no processo de planejamento e implementação das políticas públicas, reforçando a transparência pública nos países (BORGES e PEREIRA, 2014). Em relação a variáveis fiscais, Grigorescu (2003) aponta que existe uma relação positiva do grau de endividamento dos países junto a órgãos internacionais com a transparência, haja vista que a série de condições impostas por esses órgãos leva os gestores a divulgar mais informações.

Nesta pesquisa, foram utilizados dados secundários referentes aos anos de 2010 a 2016 dos países subdesenvolvidos que possuem indicadores disponíveis no Banco de Dados do Banco Mundial, totalizando 74 países. A transparência pública foi mensurada por um indicador específico disponibilizado pelo referido banco, o qual foi aplicado a regressão linear múltipla. Kaufmann e Bellver (2005) apontam a necessidade de realização de

mais pesquisas para desencadear a relação causal entre transparência e desenvolvimento, utilizando séries temporais para capturar o efeito ao longo do tempo. Esta pesquisa colabora para literatura no sentido de enriquecer a discussão sobre as características socioeconômicas e fiscais determinantes do nível de transparência dos entes públicos, acrescentando a análise em países de baixo nível de desenvolvimento.

REFERENCIAL TEÓRICO

Transparência pública

Atualmente, a transparência tem figurado como tema central da moderna democracia e das reformas estatais (RIBEIRO e ZUCCOLOTTO, 2014). A transparência pública tem se expandido, passando a abordar diferentes aspectos da gestão pública como pessoal, desempenho, controles internos, etc. (BAIRRAL, SILVA e ALVES, 2015). Essa expansão, a transforma num mecanismo usado para propagar a boa governança no setor público e ampliar a capacidade do público de acessar informações governamentais (ARAUJO e TEJEDO-ROMERO, 2016).

Platt Neto et al. (2007) e CRUZ et al (2012) enfatizam que conceitualmente a transparência é mais abrangente do que a publicidade, pois a informação deve ter além da publicidade as seguintes características: relevância, confiabilidade, tempestividade, disponibilidade, compreensibilidade e meios de comunicação adequados. Nesse sentido, pode-se definir transparência como o fluxo contínuo de informações fidedignas de natureza econômica, social, fiscal e política que são disponibilizadas a todos os cidadãos (RIBEIRO e ZUCCOLOTTO, 2014). Para Cruz et al. (2012), por se tratar de recursos públicos, a transparência das informações deve revelar, indiscriminadamente, todos os atos praticados pelos gestores públicos, sendo uma prestação de contas do poder de representação que lhes foi conferido, constituindo um ato de responsabilidade denominado de *accountability*.

Determinantes da transparência pública
Fatores sociais e econômicos

Zuccolotto e Teixeira (2014) apontam que diversas pesquisas buscaram identificar o grau de transparência, com base nas melhores práticas de transparência fiscal, em diferentes esferas e governo, bem como compreender suas causas e efeitos, relacionadas a aspectos sócioeconômicos, fiscais e políticos desses entes públicos. Kaufmann e Bellver (2005), desenvolveram um índice de transparência para 194 países, cujos resultados apontaram que a transparência está relacionada a melhores resultados nos indicadores econômicos e de desenvolvimento humano, mesmo depois de controlar as diferenças de renda. Assim, destacam que para o mesmo nível de renda per capita, os países que possuem uma

classificação melhor no índice geral de transparência também são mais competitivos nos mercados internacionais e sua população tem maior expectativa de vida no nascimento e taxas mais altas de alfabetização feminina e imunização infantil.

Cruz, Silva e Santos (2009) avaliaram os portais eletrônicos dos municípios mais populosos do estado do Rio de Janeiro e as características que explicam seus níveis de transparência. Constataram associação positiva entre a transparência fiscal e os indicadores econômicos e sociais, confirmando as hipóteses de que municípios com maiores taxa de alfabetização, receita orçamentária, Índice de Qualidade Municipal – IQM e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M, tendem a ter maior transparência. Concluíram ainda que condições socioeconômicas mais favoráveis dos municípios proporcionam mais oportunidades a seus habitantes exigirem dos gestores públicos uma maior abertura na gestão que estimule a participação popular e promova mais transparência na divulgação das ações e resultados governamentais.

Cruz et al. (2012) analisaram os sites dos municípios brasileiros mais populosos e ratificaram que, no geral, existe uma associação entre os fatores socioeconômicos dos municípios e os níveis de transparência de informações sobre a gestão municipal. Essa associação é positiva, representando que condições socioeconômicas melhores tendem a influenciar a uma maior transparência municipal.

Hipótese 1: Fatores econômicos têm efeito positivo na transparência dos países subdesenvolvidos.

Ribeiro e Zuccoloto (2014) pesquisaram como a transparência fiscal por meio eletrônico é influenciada por fatores sociais, econômicos e fiscais dos municípios e encontraram significância das variáveis, indicando que municípios mais bem estruturados na gestão das áreas de saúde e educacional apresentam indicadores de transparência mais elevados. Os resultados da pesquisa de Ribeiro e Zuccoloto (2014) permitiram destacar ainda que municípios com maior arrecadação per capita tendem a divulgar, em meio eletrônico, mais informações devido a sua capacidade financeira para investir em recursos tecnológicos na gestão da informação.

Para Zuccolotto e Teixeira (2014) as condições socioeconômicas interferem no grau de transparência dos estados brasileiros, indicando a importância da eficiência e efetividade das políticas públicas em saúde, educação, renda e emprego. O nível de educação é um fator de mediação entre transparência e controle social, quanto maior o nível educacional mais forte a capacidade de pessoas, tanto para acessar e processar informações da mídia e dos registros públicos quanto para cobrar dos gestores públicos (LINDSTEDT e NAURIN, 2010).

Hipótese 2: Fatores sociais têm efeito positivo na transparência dos países subdesenvolvidos.

Fatores fiscais

Alt, Lassen e Rose (2006) ao analisarem os determinantes fiscais e econômicos da transparência fiscal, identificaram que a política fiscal influencia o nível de transparência, cujas condições fiscais, em especial a dívida do governo estadual e o desequilíbrio orçamental, afetam a transparência, sendo que dívidas maiores estão associadas a menor transparência e tanto déficits mais altos quanto maiores excedentes contribuem para maior transparência. Concluem que o resultado positivo associado ao superávit está relacionado à disposição dos políticos em divulgar seu bom desempenho fiscal a todos, principalmente para confrontar com seus concorrentes. E relacionado ao déficit, inferiram que os políticos tendem a aumentar o nível de transparência fiscal para justificar suas escolhas políticas, em tempos de condições econômicas desfavoráveis.

Caamaño-Alegre et al (2013), identificaram, dentre outros, o impacto positivo da dívida no nível de transparência, contrastando com o efeito negativo relatado por Alt, Lassen e Rose (2006), e a influência negativa do déficit na transparência. Explicam ainda que embora a dívida possa ter sido acumulada durante os estresses fiscais passados e não ser atribuível ao governo atual ou anterior, o déficit supõe um estresse fiscal recente e até contínuo. Assim, seus resultados sugerem que os governos estão mais propensos a aumentar a transparência ao herdar um pesado fardo fiscal (dívida elevada) e ao promulgarem políticas de gastos sólidos, com baixos déficits.

Zuccoloto e Teixeira (2014) concluíram que estados brasileiros em melhor situação fiscal parecem ter mais condições de montar melhores estruturas de sistemas de informações para seus usuários, além de possuírem condições de investir em carreiras e estruturas especializadas em prestação de contas. A esse respeito, Laswad, Fisher e Oyelere (2005) também encontraram uma associação positiva entre a dívida municipal e a divulgação voluntária de informações financeiras públicas, porque quando o endividamento se torna uma carga significativa, surgem dificuldades e, portanto, há uma necessidade maior de publicar relatórios que reflitam a situação financeira e as políticas de gestão adotadas a esse respeito pela organização.

Hipótese 3: Fatores fiscais têm efeito positivo na transparência dos países subdesenvolvidos.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como quantitativa-descritiva com dados secundários e visa identificar se fatores sociais, econômicos e fiscais que influenciam a transparência pública em países com baixos níveis de desenvolvimento. Nessa abordagem, foram investigados 74 países subdesenvolvidos que possuíam informações disponíveis de transparência pública no banco de dados do Banco Mundial. A transparência nesses países

foi medida pelo índice “CPIA - transparência, responsabilidade e corrupção na classificação do setor público (1 = baixo para 6 = alto)”, desenvolvido e publicado pelo Banco Mundial, num corte longitudinal, com dados entre os anos de 2010 a 2016, assim como os fatores socioeconômicos e fiscais dos países que foram mensurados pelos indicadores: PIB per capita, índice de GINI, Renda Nacional Bruta - RNB per capita, % de pessoas que utilizam a *internet*, taxa de alfabetização, taxa de mortalidade, % desemprego, Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, dívida total, déficit ou superávit de caixa. A coleta de dados foi realizada diretamente no sítio eletrônico do Banco Mundial e no da Organização das Nações Unidas - ONU, disponível no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD.

Foi aplicado um modelo de regressão linear múltipla, estimado pelo método de Mínimos Quadrados Ordinários, com a seguinte equação de regressão:

ITBM = β0 + β1 Percentual_Desemprego j + β2 Taxa_Mortalidade j + β3 Percentual_Acesso a *internet* j + β4 PIB per Capita j + β5 déficit ou superávit de caixa j + Ɛ j

Para cada país j tem-se:

ITBM: Índice de Transparência do Banco Mundial; Percentual_Desemprego: Percentual de desemprego da força de trabalho total; Taxa_Mortalidade: Taxa de mortalidade até 5 anos de idade; Percentual_Acesso a *internet*: Percentual da população que utiliza a *internet;* PIB per Capita: Produto Interno Bruto dividido pelo número de habitantes; Déficit ou superávit de caixa: Valor do déficit ou superávit dividido pelo PIB.

Em relação as variáveis abordadas, a variável dependente utilizada no estudo é o índice CPIA - transparência do *World Bank.* Este índice de “transparência, responsabilidade e corrupção no setor público” avalia até que ponto o executivo pode ser responsabilizado pelo uso dos fundos e pelos resultados de suas ações pelo eleitorado e pela legislatura e judiciário e até que ponto os funcionários públicos dentro do executivo são obrigados a contabilizar decisões administrativas, uso de recursos e resultados obtidos (WORLD BANK, 2017). As três principais dimensões avaliadas aqui são a responsabilidade do executivo para as instituições de supervisão e dos funcionários públicos por seu desempenho, o acesso da sociedade civil à informação sobre assuntos públicos e a captura do Estado por interesses estreitos (WORLD BANK, 2017).

As variáveis independentes investigadas foram agrupadas em três conjuntos de variáveis agrupadoras, para sistematizar a análise considerando as hipóteses formuladas e com base nos resultados de estudos nacionais e internacionais que encontraram relação significativa com indicadores de transparência: Variáveis Sociais e econômicas - Zuccoloto e Teixeira (2014); Ribeiro e Zuccoloto (2014); Cruz et al. (2012); Kaufmann e Bellver (2005); Caamaño-Alegre et al. (2013); Sol (2013); Bolívar, Mûnoz e Hernandez (2013); Araujo e Tejedo-Romero (2015). Variáveis Fiscais - Alt, Lassen e Rose (2006); Cruz et al. (2012); Zuccoloto e Teixeira (2014).

O Quadro-1 discrimina as variáveis independentes desse estudo com seu respectivo detalhamento.

Grupo	Indicador	Significado	Fonte
Social	Pessoas que utilizam a *internet* (% da população)	São pessoas que usaram a *Internet* (de qualquer local) nos últimos 3 meses. A *Internet* pode ser usada através de um computador, telefone celular, assistente digital pessoal, máquina de jogos, TV digital, etc.	*World Bank*
	Taxa de mortalidade, menores de 5 anos (por 1.000 nascidos vivos)	É a probabilidade por 1.000 de que um recém-nascido morrerá antes dos cinco anos de idade, se sujeita a taxas de mortalidade específicas para a idade do ano especificado.	*World Bank*
	Desemprego, total (% da força de trabalho total)	O desemprego refere-se à participação da força de trabalho sem trabalho, mas disponível e	*World Bank*
Econômico	PIB per capita	O PIB per capita é o produto interno bruto dividido pela população do meio ano. O PIB é a soma do valor acrescentado bruto de todos os produtores residentes na economia, acrescido de quaisquer impostos sobre os produtos e menos quaisquer subsídios não incluídos no valor dos produtos. Os dados estão em dólares americanos	*World Bank*
Fiscal	Déficit ou Superávit de Caixa (% PIB)	O excedente ou o déficit de caixa é a receita (incluindo concessões) menos a despesa, menos a aquisição líquida de ativos não financeiros, dividido pelo PIB.	*World Bank*

Quadro 1: Variáveis Independentes – Descrição

Fonte: Elaborado pelo autor

Inicialmente a proposta era a inserção de mais indicadores a serem utilizados como variáveis independentes, tendo como base os testes realizados na literatura apresentada. Após análise prévia dos dados coletados, foram excluídas as seguintes variáveis independentes: índice de GINI, Renda Nacional Bruta - RNB per capita, taxa de alfabetização, Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e dívida total, pois a ausência de dados desses indicadores em alguns países reduziria significativamente o número de observações da pesquisa o que tornaria os resultados estatísticos irrelevantes, tornando-se o principal limitador dessa pesquisa para análise da relação proposta.

ANÁLISES DOS RESULTADOS

Na TABELA 1 são apresentados os resultados da regressão linear múltipla. A variável "déficit ou superávit de caixa" não teve relação significativa com o índice de transparência (ITBM) analisado, pois o p-valor foi maior que 0,10. Assim, pode-se inferir que fatores fiscais não influenciam o nível de transparência nos países subdesenvolvidos, rejeitando-se a hipótese 3, contrastando com o efeito positivo do déficit ou superávit na transparência encontrado por Alt, Lassen e Rose (2006), que obtiveram este resultado aplicando os cálculos estatísticos em estados norte americanos, que teoricamente tem um nível de desenvolvimento superior aos países avaliados nessa pesquisa. No entanto, confirma os resultados da pesquisa de Sol (2013) encontrados em governos locais da Espanha. Presume-se que países subdesenvolvidos e economias mais simples não têm interesse, independente da situação fiscal que se encontram, em divulgar tais informações, por não considerarem relevantes tanto para promoção da gestão em caso de resultados fiscais positivos ou para atender recomendações de organismos internacionais, almejando futuros empréstimos.

As variáveis "Desemprego" e "Taxa de Mortalidade Infantil" também não tiveram relação significativa com o índice de transparência (ITBM), já que seus valores estatísticos (p-valor) foram 0,42 e 0,12 respectivamente. Desta forma, esses fatores sociais não influenciam a transparência pública dos países subdesenvolvidos, rejeitando-se parcialmente a hipótese 2. Esse resultado é contrário aos efeitos negativos do desemprego na transparência encontrados por Araujo e Tejedo-Romero (2015), Caamaño-Alegre et al (2013). Esse contraste sugere que a população desempregada em países pobres é indiferente a divulgação de informações públicas no contexto nacional, já que a condição de subdesenvolvimento do país não inspira confiança no Governo Nacional que faça essa parcela da população exercer pressão social por mais transparência ou mesmo a descrença de que o problema do desemprego estaria solucionado com mais informações públicas divulgadas.

TABELA 1: RESULTADOS DO MODELO DE REGRESSÃO

Apresentação da Tabela resumo dos resultados das Regressões Lineares Múltiplas aplicadas ao conjunto de observações pesquisadas das variáveis utilizadas, para avaliar a relação entre transparência e fatores sociais, econômicos e fiscais. Foram realizadas duas regressões, onde na segunda foi retirada a variável fiscal (déficit ou superávit de caixa).

Variável	Coeficiente	Erro Padrão	Estatística t	P Valor	Coeficiente	Erro Padrão	Estatística t	P Valor
Constante	2,47	0,16	15,34	0,00	2,64	0,09	27,85	0,00
Percentual_Desemprego	-0,76	0,95	-0,80	0,42	-0,59	0,37	-1,61	0,11

Pessoas_Acesso_*Internet*	1,50	0,73	2,06	0,04	0,32	0,33	0,96	0,34
PIB per Capita	0,00	0,00	2,42	0,02	0,00	0,00	6,38	0,00
Taxa Mortalidade Infantil	0,23	0,15	1,56	0,12	-0,14	0,09	-1,6	0,11
Superavit ou Deficit Caixa	-0,11	0,08	-1,41	0,16	-	-	-	-
Nº Observações: 138					Nº Observações: 481			

Fonte: Elaborado pelo autor

Já as variáveis "Pessoas_Acesso_*Internet* (% da população com acesso a *internet*)" e "PIB per capita" apresentaram influência positiva na transparência pública com um nível de confiança de 95%, por apresentarem p-valor de 0,042 e 0,017 (p-valor<0,05), respectivamente. Desta forma, quanto mais pessoas tem acesso a *internet* nos países subdesenvolvidos, maior será a transparência nesses países, assim como, quanto maior o PIB per capita maiores serão os níveis de transparência pública. A relação estimada da variável social "Pessoas_Acesso_*Internet*" com o ITBM é de 1,5, ou seja, se aumentar 1% de "Pessoas_Acesso_*Internet*" nos países o ITBM crescerá 1,5 vezes. A hipótese 2, que prevê relação positiva de fatores sociais com a transparência pública, é parcialmente rejeitada, já que apenas essa variável social apresentou resultados estaticamente significativos. Confirmando o resultado da pesquisa de Cruz, Silva e Santos (2009) que apontaram que entes públicos que utilizam a *internet* como TIC, assim como os que promovem a maior interação do cidadão com suas páginas eletrônicas são aqueles que apresentam maior nível de transparência.

Nota-se que foram realizadas duas regressões, a primeira incluindo a variável fiscal (Déficit ou superávit de caixa) e a segunda sem a variável fiscal, devido ao número reduzido de observações dessa variável. O resultado foi que, na segunda, a variável "Pessoas_Acesso_*Internet*" deixou de ser significativa. Entretanto o "PIB per capita" manteve o nível de significância, mesmo aumentando o número de observações, demonstrando que o efeito do "PIB per capita" na transparência é o mais robusto das análises realizadas. Já a hipótese 3 não é rejeitada, desta maneira, confirma-se que fatores econômicos influenciam positivamente a transparência pública, corroborando estudos anteriores tal como o de Styles e Tennyson (2007) que, ao avaliarem municípios dos Estados Unidos, identificaram efeito positivo da renda per capita na transparência. Pode-se inferir que a medida que o país subdesenvolvido produz mais e gera mais renda internamente, cresce a transparência pública.

Em tese, esse resultado sugere que a medida em que cresce o volume de transações é inevitável o desenvolvimento e utilização de tecnologias da informação e comunicação - TIC's tanto por parte dos

detentores dos meios de produção quanto pelo governo que precisa ser mais eficaz na fiscalização. E a transparência atualmente está diretamente ligada as TIC's. Além disso, crescimento da produção traz consigo condições sociais favoráveis a população que pode, com isso, ter mais acesso a informações públicas transparentes exercendo o papel do controle social, pressionando os governos por mais informações públicas a serem divulgadas.

Enfim, os resultados indicam que há uma baixa transparência pública nos países subdesenvolvidos que está intrinsecamente ligada a seus fatores econômicos e sociais. Afinal, esses fatores se apresentam com características extremamente desfavoráveis ao desenvolvimento nesses países o que influencia na baixa transparência. A baixa transparência proporciona liberdade aos governantes para agirem à margem do controle e fiscalização de agentes externos, justamente nesses locais que necessitam de maior efetividade na execução das políticas públicas pelos governos, diante da escassez de recursos públicos e da precariedade dos serviços públicos básicos ofertados. Indicam ainda que a condição fiscal desses países, marcada por sucessivos déficits fiscais (de caixa) ao longo dos anos, não influencia seu atual estágio de evolução da transparência pública.

CONCLUSÃO

A discussão da transparência pública como instrumento para o fortalecimento da democracia e o combate a corrupção tem se fortalecido, no âmbito da administração pública, juntamente com a análise dos determinantes dessa transparência em diferentes esferas de governo. Nesse contexto, esta pesquisa teve como objetivo verificar se fatores sociais, econômicos e fiscais mensurados pelos indicadores: percentual de desemprego da força de trabalho total, taxa de mortalidade até 5 anos de idade, percentual da população que utiliza a *internet*, PIB per Capita, Déficit ou superávit de caixa; influenciam a transparência pública, medida pelo Índice de Transparência Pública do Banco Mundial - ITBM, em países com baixos níveis de desenvolvimento.

Como resultado da análise do *ranking* do ITBM, constatou-se a predominância do baixo nível de transparência dos países subdesenvolvidos, pois 3/4 dos países não ultrapassaram a metade da nota total do ITBM (nota 6) e nenhum país conseguiu atingir o mínimo de 80% da nota máxima. Os resultados da regressão linear múltipla apontaram a rejeição da hipótese 3 a qual previa que fatores fiscais têm efeito positivo na transparência dos países subdesenvolvidos.

Apontam ainda a rejeição parcial da hipótese 2 a qual previa que fatores sociais têm efeito positivo na transparência dos países subdesenvolvidos, pois as variáveis Desemprego e Taxa de Mortalidade não apresentaram resultados estatísticos significativos relacionados a transparência. Porém, a variável "percentual da população com acesso a *internet*" apresentou significância a 95% de confiança nessa relação, demonstrando que esta variável exerce uma influência positiva na

transparência pública dos países subdesenvolvidos, ou seja, quanto mais cresce o acesso a *internet* da população maior será a transparência pública. Não houve rejeição da hipótese 1 (Fatores econômicos têm efeito positivo na transparência dos países subdesenvolvidos), já que a variável PIB per capita apresentou relação estatística significante com o ITBM. Assim, conclui-se que fatores econômicos influenciam positivamente a transparência dos países subdesenvolvidos, na medida que quando cresce o PIB nesses países aumenta sua transparência pública. Este resultado foi reafirmado, mesmo após a replicação da regressão com um número maior de observações.

Esses resultados contribuem para a academia na medida que identificam as características dos países subdesenvolvidos que influenciam a transparência pública. Em termos práticos, oferece uma boa orientação para os decisores políticos e a própria população sobre as formas como essas características podem influenciar o fornecimento de informações públicas. A principal limitação da pesquisa refere-se ao número reduzido de indicadores (variáveis) utilizados para avaliar os fatores sociais, econômicos e fiscais. Essa redução deve-se ao fato da escassez de informações disponibilizadas dos países numa escala temporal de no mínimo cinco anos. Assim, variáveis testadas em estudos anteriores foram excluídas desta pesquisa por falta de informações que prejudicariam o número de observações da pesquisa, mas que poderiam ser significantes em relação a transparência. Para estudos futuros, recomenda-se a agregação de mais variáveis independentes ao modelo e a aplicação em outro conjunto de países com características diferenciadas da atual, por exemplo, em países desenvolvidos, para efeitos de comparação dos resultados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALT, James E.; LASSEN, David. D. e ROSE, Shanna. (2006). The Causes of Fiscal Transparency: Evidence from the U.S. States. **IMF Staff Papers**, 53: 30-5.

ARAUJO, Joaquim Filipe Ferraz Esteves de; TEJEDO-ROMERO, Francisca. Determinants of local governments' transparency in times of crisis: evidence from municipality-level panel data. **Administration & Society**, p. 0095399715607288, 2015.

ARAUJO, Joaquim Filipe Ferraz Esteves de; TEJEDO-ROMERO, Francisca. Local government transparency index: determinants of municipalities' rankings. **International Journal of Public Sector Management**, v. 29, n. 4, p. 327-347, 2016.

ASSIS, Marluce Maria Araújo; VILLA, Tereza Cristina Scatena. O controle social e a democratização da informação: um processo em construção**. Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 11, n. 3, p. 376-382, 2003.

BAIRRAL, Maria Amália da Costa; SILVA, Adolfo Henrique Coutinho e; ALVES, Francisco José dos Santos. Transparência no setor público: uma análise dos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais no ano de 2010. **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 49, n. 3, 2015.

BASTIDA, Francisco; BENITO, Bernardino. Central government budget practices and transparency: an international comparison. **Public Administration**, v. 85, n. 3, p. 667-716, 2007.

BASTIDA, Francisco; BENITO, Bernardino. Budget transparency, fiscal performance, and political turnout: An international approach. **Public Administration Review**, v. 69, n. 3, p. 403-417, 2009.

BASTIDA, Francisco; GUILLAMÓN, María-Dolores; BENITO, Bernardino. Fiscal transparency and the cost of sovereign debt. **International Review of Administrative Sciences**, v. 83, n. 1, p. 106-128, 2017.

BOLÍVAR, Manuel Pedro R.; MUÑOZ, Laura A.; HERNANDEZ, Antonio M. López. Determinants of financial transparency in government. **International Public Management Journal**, v. 16, n. 4, p. 557-602, 2013.

BOLÍVAR, Manuel Pedro Rodriguez; PÉREZ, María Del Carmen Caba; HERNÁNDEZ, Antonio M. Lopez. Online budget transparency in OECD member countries and administrative culture. **Administration & Society**, v. 47, n. 8, p. 943-982, 2015.

BORGES, Erivan Ferreira; PEREIRA, José Matias. Educação fiscal e eficiência pública: um estudo das suas relações a partir da gestão de recursos municipais. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 8, n. 4, 2014.

CAAMAÑO-ALEGRE, José; LAGO-PENAS, Santiago; REYES-SANTIAS, Francisco; AURORA, Santiago-Boubeta. Budget transparency in local governments: an empirical analysis. **Local Government Studies**, v. 39, n. 2, p. 182-207, 2013.

CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina; CARIBE, E. O. **Panorama social de América Latina**. Santiago do Chile: Cepal, 2014.

CRUZ, Cláudia Ferreira; SILVA, Lino Martins; SANTOS, Ruthberg. Transparência da gestão fiscal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do Estado do Rio de Janeiro. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 12, n. 3, p. 102-115, set./dez. 2009.

CRUZ, Cláudia Ferreira; FERREIRA, Araceli Cristina de S.; SILVA, Lino Martins da; MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva. Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 1, p. 153-76, 2012.

DINIZ, Eduardo Henrique; BARBOSA, Alexandre Fernandes; JUNQUEIRA, Alvaro Ribeiro Botelho; e PRADO, Oliveira (2009). O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 43, n. 1, 2009.

FIGUEIREDO, Vanuza da Silva; SANTOS, Waldir Jorge Ladeira dos. Transparência e controle social na administração pública. **Temas de Administração Pública**, v. 8, n. 1, 2013.

FILGUEIRAS, Fernando. Além da transparência: accountability e política da publicidade. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São paulo, v. 84, p. 65-94, 2011.

GAMA, Janyluce Rezende; RODRIGUES, Georgete Medleg. Transparência e acesso à informação: um estudo da demanda por informações contábeis nas universidades federais brasileiras. **TransInformação**, Campinas, v. 28, n. 1, p.47-57, jan./abr. 2016.

GRIGORESCU, Alexandru. International organizations and government transparency: Linking the international and domestic realms. **International Studies Quarterly**, v. 47, n. 4, p. 643-667, 2003.

GRIMMELIKHUIJSEN, Stephan G.; WELCH, Eric W. Developing and testing a theoretical framework for computer-mediated transparency of local governments. **Public administration review**, v. 72, n. 4, p. 562-571, 2012.

GUILLAMÓN, Maria-Dolores; BASTIDA, Francisco; BENITO, Bernardino. The determinants of local government's financial transparency. **Local Government Studies**, v. 37, n. 4, p. 391-406, 2011.

GRIMMELIKHUIJSEN, Stephan G.; WELCH, Eric W. Developing and testing a theoretical framework for computer-mediated transparency of local governments. **Public administration review**, v. 72, n. 4, p. 562-571, 2012

HAMEED, Farhan. **Fiscal transparency and economic outcomes**. International Monetary Fund, 2005.

HOOD, C. What happens when transparency meets blame-avoidance? **Public Management: An International Journal of Research and Theory** (1461-667X, 1470-1065). 2001.

KAUFMANN, Daniel; BELLVER, Ana. **Transparenting transparency: Initial empirics and policy applications**. 2005. 27/08/2017. Disponível em: https://papers.ssrn.com/soL3/papers.cfm?abstract_id=808664

LASWAD, Fawzi; FISHER, Richard; OYELERE, Peter. Determinants of voluntary Internet financial reporting by local government authorities. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 24, n. 2, p. 101-121, 2005.

LINDSTEDT, Catharina; NAURIN, Daniel. Transparency is not enough: Making transparency effective in reducing corruption. **International political science review**, v. 31, n. 3, p. 301-322, 2010.

MEDEIROS, Simone Assis; MAGALHÃES, Roberto; PEREIRA, José Roberto. Lei de Acesso à Informação: em busca da transparência e do combate à corrupção. **Informação & Informação**, v. 19, n. 1, p. 55-75, 2013.

MULGAN, Richard. **Transparency and public sector performance**. Office of the Information Commissioner, 2012.

OCDE. Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Society at glance**. 2014.

OCDE. Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Society at glance**. 2016.

OLIVEIRA, Robson Ramos; SILVA, Aline Moura Costa da; MORAES, Melissa Christina Corrêa de. Transparência do orçamento governamental dos países: um estudo acerca da associação entre IAO, IDH, PIB e IPSAS. **Pensar Contábil,** v. 10, n. 42, 2008.

PLATT NETO, Orion A.; CRUZ, Flávio da; ENSSLIN, Sandra R.; ENSSLIN, Leonardo. Publicidade e Transparência das Contas Públicas: obrigatoriedade e abrangência. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v.18, nº 1, p.75-94, jan.-mar. 2007.

RIBEIRO, Clarice Pereira de Paiva; ZUCCOLOTTO, Robson. A face oculta do Leviatã: transparência fiscal nos municípios brasileiros e suas determinantes socioeconômicas e fiscais. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 33, n. 1, p. 37-52, 2014.

SEARSON, Eileen M; JOHSON, Melissa A. Transparency laws and interactive public relations: An analysis of Latin American government Web sites. **Public Relations Review**, p. 120-126, 2010.

STYLES, Alan K.; TENNYSON, Mack. The accessibility of financial reporting of US municipalities on the Internet. **Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management,** v. 19, n. 1, p. 56-92, 2007.

ZUCCOLOTTO, Robson; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. As causas da transparência fiscal: evidências nos estados brasileiros. **Revista Contabilidade & Finanças,** v. 25, n. 66, p. 242-254, 2014.

WILLIAMS, Andrew. A global index of information transparency and accountability. **Journal of Comparative Economics**, v. 43, n. 3, p. 804-824, 2015.

WORLD BANK. **World Development Indicators-WDI**. 2017. Disponível em: <data.worldbank.org>. Acesso em: 7 setembro 2017.

WORLD BANK GROUP. **Doing business database**. 2016. Disponível em: <www.doingbusiness.org/methodology/starting-a-business>. Acesso em: 8 maio 2016.

OFICINA PEDAGÓGICA UTILIZANDO PROCESSOS GEOMÉTRICOS NAS EQUAÇÕES DO 2° GRAU

CAPÍTULO 07

Caio César Soares
Licenciatura em Matemática
Especialista em Ensino de Matemática e Tópicos Especiais em Matemática
Mossoró - RN

RESUMO

Neste trabalho realizamos um estudo exploratório e bibliográfico acerca do processo geométrico para resolucionar equações do 2° grau. Num primeiro momento selecionamos o aporte teórico, fizemos fichamentos e arquivamentos das ideias centrais dos autores que tratam da temática referente a álgebra. Num segundo momento, diante das análises bibliográficas, destacamos especificadamente, as equações do 2° grau, suas dificuldades no ensino da matemática, bem como o intuito de fundamentar uma melhor concepção desta. A fim de incentivar essas concepções, foi realizada uma oficina pedagógica com alunos do 9° ano, do Centro Educacional Professor Eliseu Viana, na cidade de Mossoró-Rn. Conclui-se que, do ponto de vista da literatura e da estratégia de ação que o envolvimento dos alunos no transcorrer da proposta confirma ser o método geométrico de Al-khawarizmi um recurso que, de fato, potencializa aprendizagem em sala de aula. Dessa forma, alunos e professores podem aprender modos de fazer matemática, criando uma conexão entre os conceitos estudados revelados no material.

Palavras-chave: Álgebra, Equações do 2° grau, Oficina Pedagógica, Material manipulável.

INTRODUÇÃO

É consenso de muitos estudiosos que a álgebra tem gerado um desinteressante por parte dos alunos devido ao caráter eminentemente abstrato em se manipular regras e variáveis que surgem nas formulações dos problemas. Com efeito, a forma mecânica de ensinar e aprender álgebra foi perdendo, aos poucos, o seu valor instrumental mantendo o formalismo matemático.

Observamos também em muitas salas de aula uma matemática pronta e que o ensino das equações do 2° grau continua a ser estudado com o intuito dos alunos compreenderem apenas os conhecimentos básicos que já se solidificaram. Dessa forma, as equações do 2° grau torna-se somente um tópico a mais em sala de aula, se detendo a apresentação de outros métodos que facilite o processo.

Essa problemática provocou uma investigação de natureza exploratória e bibliográfica com o seguinte tema: Oficina Pedagógica Utilizando Processos Geométricos nas Equações do 2° grau. Seguindo esse passo demarcado, esboçamos uma revisão literária acerca da álgebra e, em seguida elaboramos uma proposta cuja intenção é mostrar as dificuldades que permeia as equações do 2° grau e possíveis métodos que auxilie na compreensão dessa temática.

Dessa forma, escolhemos um tópico mais específico que subsidiasse a proposta de ensino através de atividades didáticas. Escolhemos, então, processo geométrico de Al-Khwarizmi, gerando a seguinte pergunta: "De que forma o processo geométrico de Al-Khwarizmi pode facilitar a resolução de uma equação do 2° grau?".

Ao discorrer sobre essa pergunta, surgiu a necessidade de uma intervenção metodológica, tendo como sujeitos os alunos de uma turma de 9° ano do Centro Educacional Integrada Professor Elizeu Viana (CEIPEV), na cidade de Mossoró-Rn. Priorizarmos oficinas pedagógicas porque as atividades construídas, a partir do material, pode conduziu o aluno a um caminhar crescente de compreensão dos conceitos revelados durante a estratégia de ação, além de trazer dinâmicas mais proveitosas para sala de aula. Respeitamos o referencial teórico por nos ajudar a problematizar e criar a partir dos estudos, consequências e aplicações para o andamento do trabalho. Dentre os principais contribuintes, destacamos: Dias (2007); Booth (2014), Dante (2015), entre outros.

REFERENCIAL TEÓRICO SOBRE ÁLGEBRA LINEAR

A matemática é uma disciplina totalmente voltada as práticas sociais. Como ciência, ela conseguiu de disseminar no mundo em função do homem e de uma sociedade em constantes transformações. Imbuídos desse entendimento, os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998, p.15) evidência a importância da matemática de modo, a incentivar o aluno a compreender seus interesses, a curiosidade e o espírito de investigação e a capacidade para resolver problemas.

A fim de incentivar o espírito de investigação, os PCNs (BRASIL, 1998) aborda um estudo em quatro grandes blocos que são: Números e operações, espaço e forma, Grandezas e medidas e Tratamento de informações. Na parte específica de Números e operações encontra-se a temática referente a álgebra.

O ensino da álgebra tem se tornado bastante significativo e de fundamental importância porque ainda na concepção dos PCNs (BRASIL, 1998, p. 51) mostra que o aluno pode desenvolver capacidade de padrões e generalização, além de ampliar os estudos para inúmeras resoluções de problemas.

As primeiras noções intuitivas da álgebra se iniciam na sua relação com a aritmética. Isso pode ser percebido quando a criança no fundamental menor se depara com situações do tipo 1+ ---- = 9 e 7+ ---- = 2 durante a aula

de matemática. Ao tentar resolver o problema o aluno percebe que não precisa dominar os conceitos que envolvem a álgebra e sim, pensar em um número imediato que satisfaça as duas igualdades simultaneamente. A título de reforço, temos o documento oficial BNCC (2017, p. 270) quando apresenta um contexto sobre essa relação:

> Nessa perspectiva, é imprescindível que algumas dimensões do trabalho com a álgebra estejam presentes nos processos de ensino e aprendizagem desde o Ensino Fundamental – Anos Iniciais, como as ideias de regularidade, generalização de padrões e propriedades da igualdade. No entanto, nessa fase, não se propõe o uso de letras para expressar regularidades, por mais simples que sejam. A relação dessa unidade temática com a de Números é bastante evidente no trabalho com sequências (recursivas e repetitivas), seja na ação de completar uma sequência com elementos ausentes, seja na construção de sequências segundo uma determinada regra de formação. A relação de equivalência pode ter seu início com atividades simples, envolvendo a igualdade, como reconhecer que se 2 + 3 = 5 e 5 = 4 + 1, então 2 + 3 = 4 + 1. Atividades como essa contribuem para a compreensão de que o sinal de igualdade não é apenas a indicação de uma operação a ser feita.

Apesar de todos esses passos e outros pré-requisitos, várias são as denúncias apontando as dificuldades dos alunos em relação a álgebra, principalmente em fases posteriores. O estudo apresentado por Schneider (2013, p. 11) ilustra essa discussão quando diz que:

> Os conceitos algébricos iniciais são as bases para a formação de diversos conceitos algébricos posteriores, e quando não são trabalhados o suficiente, é provável que o déficit no ensino da álgebra se prolongue, constituindo um fator importante na dificuldade de aprendizagem de outros conceitos da matemática.

Assim, entendemos que a álgebra precisa ser revista dentro do escopo metodológico, haja visto os conceitos abstratos que compõem as expressões e/ou equações tem dificultado a vida do aluno durante a resolução de um problema. A álgebra carrega consigo um conjunto de tópicos, regras e exercícios que não desmistifica o ensino para além da sala de aula. Esse fato pode ser comprovado quando o aluno inicia o 7° ano, ampliando o estudo das equações do 1° grau que além de exigir as definições iniciais da álgebra, precisam dominar, sobretudo, o conceito de variável, a transposição de termos com operação inversa em cada membro, a soma dos monômios e o valor final que geralmente é conhecido por x. O que se verifica nas palavras de Silva (2012, p. 14):

> No Ensino Fundamental, introduz-se o ensino da álgebra elementar no 7º ano, com as equações de primeiro grau. Até este momento o aluno entendia a matemática como o estudo de números para realizar operações aritmética. A partir desse período, o aluno se depara com letras e símbolos que devem ser organizados de forma a obter um resultado. Esse processo de transição traz dificuldades na aprendizagem, e a álgebra começa a ser vista como um conteúdo muito difícil de aprender, seja pelo modo como muitas vezes é introduzido, de forma mecânica, ou pela falta de maturidade dos alunos neste ano escolar.

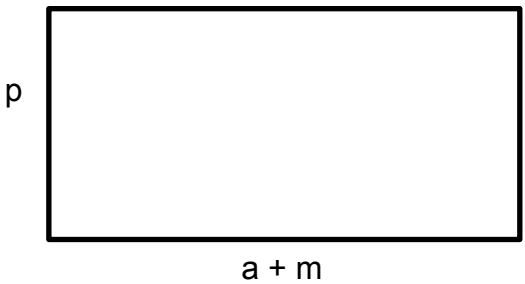
Diversas pesquisas em educação matemática têm se materializado mostrando ensino da álgebra diante de sérios obstáculos. No cerne das discussões temos Booth (1995) que ao trabalhar com alunos de treze a dezesseis anos que já havia estudado equações lineares, simplificação de expressões algébricas, fatoração e outros conteúdos aponta para diversas dificuldades. Dentre as principais temos:

1- Interpretação de símbolos e números: No caso 2a+ 5b = 7ab confundem com a relação aritmética 2+3=5, dando a ideia geral, ou seja, o fechamento único do termo. O devido erro é cometido devido a falta de conhecimento sobre a soma de monômios. De fato, o aluno precisa entender que a operação de monômios nada mais é do que somar os coeficientes e repetir a parte literal para obter uma única resposta. Porém, existem expressões com partes literais diferentes que não permite simplificação como o exemplo dado.

2- Notações e convenções algébricas: Na notação, o aluno precisa reconhecer a propriedade que decompõe um número inteiro em várias sequências como por exemplo 2 + 3 = 4 + 1 e não ter entendimento de apenas um único fator 2 + 3. Já na representação da multiplicação em expressões como 4n e 5y não são vistas pelo aluno como uma multiplicação a não ser que esteja escrita da mesma 3 x n e 5 x y.

3- Significado de letras e variáveis: Na aritmética 3m significa três metros, já na álgebra 3m expressa a representação 3 x m que depende de um valor m para obter um resultado. O aluno também se depara com confusões do tipo a x b = b x a pensando que os resultados das expressões são diferentes

4- Tipos de relações e métodos utilizados na aritmética: são os erros mais comuns ao representar expressões como por exemplo a área de um retângulo:



Como a área de um retângulo é dada por b (base) x a (altura), muitos alunos representam p x a x m erroneamente, ao invés de p x (a + m), associando a álgebra a um conjunto de regras. A forma mecânica de como a álgebra é ensinada na prática escolar pode levar o aluno a infinitos erros, dependendo da natureza que compõem expressão, tornando difícil o seu entendimento. Os casos de fatoração, agrupamentos e equações do 1° grau pode tornar a resolução do problema algo abstrato na visão do estudante. Quando em anos posteriores iniciam o estudo das equações quadráticas as complicações se tornam cada vez mais demasiadas, necessitando, portanto, de um estudo mais detalhado sobre se conceito, sua literatura e, principalmente, as dificuldades que permeiam em sala de aula.

ENSINO DAS EQUAÇÕES DO 2° GRAU EM SALA DE AULA:

Como preconizado em muitos livros didáticos de matemática, as equações do 2° grau ou chamadas de equações quadráticas é toda equação da forma $ax^2 + bx + c = 0$, sendo a, b, c números reais e $a \neq 0$. Para uma melhor explanação do conteúdo, vários autores ainda apresentam, em páginas seguintes, as equações do 2° grau incompletas em b ($ax^2 + c = 0$) resolvidas semelhante a equação do 1° grau e no caso do termo incompleto em c ($ax^2 + bx = 0$) sendo resolvida por fatoração, colocando o termo comum em evidência. Quando as equações do 2° grau são ensinadas aplicando apenas as regras do conteúdo, torna-se algo desagradável para o aluno, impossibilitado uma compreensão mais crítica sobre as atuais tendências matemática.

No trecho acima temos uma concepção de equações do 2° grau pautada pelo cálculo mecanizado, isto é, cheio de regras em suas formulações. Daí, surge a situação caótica que leva ao déficit nessa modalidade de ensino. Fato que pode ser comprovado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998, p115 e 116) que ao trabalhar pesquisas sobre o SAEB, apontam um “percentual menor que 40% de acertos em questões relacionadas a álgebra em muitas regiões do Brasil”. Uma ênfase a ser destacada corresponde ao quadro acentuado do estudante no 9° ano, pois além de se deparar com as equações do 2° grau, necessita, também, de conhecimentos algébricos anteriores. Veja a concepção de Pereira (2020, P.

43), quando fala acerca da problemática, apontando mudanças para este cenário do ensino.

> Estudar equação do 2º grau deixou de ser um ato mecânico de decorar fórmulas, tabuada, regras etc. Acredita-se que para a superação de problemas matemáticos é necessário um planejamento que inclua atividades diversificadas e individuais, estudo constante, dedicação e muita competência, o que não é diferente no contexto dos problemas envolvendo equações do 2º grau.

A autora exemplificada acima, dentre tantos outros têm se debruçado em estudos para reverter esse quadro preocupante da educação atual. Em relação as equações do 2° grau, o uso de objetos lúdicos implica uma mudança mais significativa que permite alterar o modelo tradicional de ensino. O trabalho com materiais nas aulas de matemática, quando bem planejado, auxilia no desenvolvimento da organização, análise, hipóteses, argumentação e do próprio raciocínio lógico-matemático.

Ao considerar essa afirmativa temos o uso dos jogos, quebra-cabeças, curiosidades, histórias e outros materiais que podem, de fato, promover a promoção de um ensino mais lúdico dentro da matemática. Nesse entorno, as habilidades são desenvolvidas porque, os alunos ao lidar com diferentes materiais têm a oportunidade de resolver problemas, investigar e descobrir sobre diferentes modos de aprendizagem, estabelecendo relações entre os elementos contidos no material e os conceitos matemáticos. Portanto, acreditamos que nesse conjunto de propostas podemos trabalhar também as equações quadráticas.

De forma a incentivar as equações quadráticas, muitos livros didáticos do 9° ano, abordam o processo geométrico de Al-Khwarizmi, de modo que o aluno compreenda e possa desenvolver o processo. É o que podemos perceber em Bianchini (2011, p. 116 e 117), quando aborda a história das equações do 2° grau e ao mesmo tempo ilustra quadrados e retângulos para resolver as equações propostas. Já em Dante (2015, p. 44-85), o conteúdo se apresenta de forma mais ampla e diversificada, pois além de trazer a proposta de Al- Khwarizmi, ele aborda o uso de jogos e brincadeiras na solução das equações quadráticas, incentivando o aluno a construir o próprio material para manipular no ato das resoluções.

Percebemos uma preocupação maior dos estudiosos em melhorar o ensino das equações do 2° grau, enfatizando a importância do uso de materiais concretos em torno deste ensino. Ao discorrer sobre a utilização do método geométrico de Al – Khawarizmi acreditamos no intuito de envolver as equações do 2° grau de uma forma mais inovadora, recorrendo a uma metodologia, a qual o diálogo e os materiais se constituam um instrumento que facilite a proposta de trabalho. Recorre daí, o pensamento de se aplicar métodos no ensino da matemática, pois de um lado desmistifica a própria matemática e, de outro, encaminha para a construção de um ensino mais

firme e investigado.

A álgebra de Al-Khawarizmi

Na segunda metade do VII ilustra o nascimento de uma matemática no mundo árabe destacada por dois livros, um sobre aritmética e o outro sobre álgebra desenvolvida por Al-Khawarizmi. A história da matemática considera Al-khawarizmi como sendo o "pai da álgebra" pois em seu livro Al-jabr representa a álgebra mais conhecida até os dias de hoje.

Reportando-se de documentação farta e segura, temos o início do século XVII marcado por um ensino da álgebra que não se utilizava letras para representar um problema matemático. Assim, na obra de Al-khawarizmi em se tratando de equações quadráticas, o problema é apresentado em palavras da seguinte maneira: um quadrado e dez raízes dele são iguais a trinta e nove. Dessa forma, ao interrogar os seus discípulos, ele fez a seguinte pergunta: "Quanto deve ser o quadrado, o qual, aumentado por dez de suas próprias raízes, é igual a trinta e nove?" (AL- KHWARIZMI apud BERLINGHOFF e GOUVÊA, 2010, p. 131).

A álgebra de Al – Khwarizmi foi traduzida pelos latinos, apresentando um conjunto de equações quadráticas resumidas em seis capítulos, os seis tipos de equações formadas com as três espécies de quantidades: raízes, quadrados e números (x, x^2 e números). Tem-se, então, a seguinte divisão simbólica representada por incógnitas que são utilizadas até os dias de hoje. No capítulo I, apresenta o caso de quadrado iguais as raízes $ax^2 = bx$; no capítulo II demostra o caso dos quadrados iguais a números $ax^2 = c$; no capítulo III, mostra o caso de dez raízes iguais a números representados pela seguinte equação: $bx = c$ (DIAS, 2009).

Nos capítulos IV, V e VI, são resolvidos os casos clássicos com três termos que possuem pelo menos uma raiz positiva; (1) quadrados e raízes iguais a $ax^2 + bx = c$, (2) quadrados e números iguais a raízes $ax^2 + c = bx$ e (3) raízes e números iguais a quadrados $bx + c = ax^2$. A ênfase dada para a resolução destas equações se dá por meio do complemento de quadrados.

Al-khawarizmi apresenta um caso específico de resolução de equação quadrática $x^2 + 10x = 39$ em diversas épocas, no intuito de mostrar que, ao longo da história, encontram-se diversas maneiras de como resolver equações quadráticas. Ao discorrer sobre a utilização do método de Al – Khawarizmi temos como sugestão a utilização de atividades que utilize materiais para enriquecer o ensino de matemática. Nessas atividades podemos conduzir o aluno a um caminhar crescente de compreensão de conceitos revelados no próprio material, além de trazer dinâmicas mais proveitosas para sala de aula. Tópico que detalharemos mais adiante por meio de uma oficina pedagógica.

OFICINA PEDAGÓGICA: CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO MATEMÁTICO:

A oficina de matemática é uma forma de despertar o gosto pela matemática. É um dispositivo pedagógico que permite lidar com diferentes materiais manipuláveis em busca permanente da descoberta. Além disso, todo material aplicado em sala de aula, torna-se uma ferramenta trabalhada com mais criatividade, ao invés de acumular conteúdo.

> Com efeito, ao priorizarmos trabalhar com oficina é porque se compreende que esse recurso didático metodológico além de ser viável a articulação entre a teoria e a prática, também se coaduna com os novos paradigmas do ensino/aprendizagem, com diferentes realidades de cada escola e com o leque de disciplina/conteúdo a serem ministrados, independente do nível de ensino e do ano a ser cursado, porque a dinamização, a vivência, a praticidade a comparação, o confronto com as ideias e o engajamento em grupo, que o trabalho predispõe, são elementos fundantes nas diferentes situações de ensino/aprendizagem, haja vista que esses elementos contribuem para repaginar conhecimentos e abordar conteúdos de forma didático/pedagógica mais compreensível e, por conseguinte, mais interativo (COSTA *et al.* , 2013, p. 252).

Nessa visão de construção, a oficina visa desenvolver diversas competências e habilidades para a matemática, dentre elas destacamos: Permitir que o aluno se expressar com clareza, trabalhar em equipe, resolver problemas manipulando materiais, estabelecer relações entre a tríade matemática - álgebra - geometria, expor e debater a matemática diante das novas propostas curriculares, contextualizar e construir conceitos e propriedades, e sobretudo, desenvolver diferentes estratégias que favoreçam o ensino da matemática com mais autonomia, criatividade e flexibilidade.

Faremos agora um breve relato sobre a oficina, incluindo os materiais utilizados, a equação abordada e a metodologia do matemático já citado.

A execução da oficina: Uso de Processos Geométricos nas equações do 2° grau, teve como objetivo construir materiais pedagógicos que facilitasse a resolução de equações da forma $ax^2 + bx + c = 0$. Exploramos como pré-requisito a definição de equação quadrática, sua composição, as condições de existência e a importância de sua utilização no dia - a - dia. Após essa explicação, construímos materiais em forma de quadrados e retângulos para aplicar em atividades práticas. A aplicação do material se deu em torno da equação específica $x^2 + 10x = 39$. Enfatizamos que para a confecção dos materiais foi priorizado a aquisição de EVA, régua, tesoura, caneta esferográfica preta, cola e isopor.

Vejamos agora passo a passo da resolução da equação:

Temos um quadrado e dez raízes (conforme a Fig.1). Chamamos o lado de x e a área do quadrado de x². Para obter 10x, desenhamos um retângulo com um lado igual a x e o outro igual a 10.

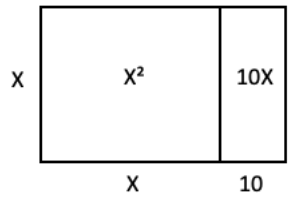
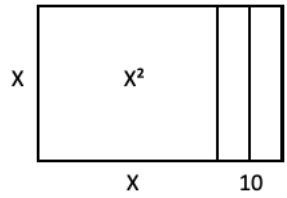


Figura 1: Quadrado de área x² e retângulo de área 10x

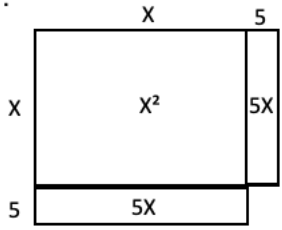
A equação nos diz que toda área da figura é 39. Resolvemos a equação cortando o número de raízes na metade, ou seja, dividir o retângulo de área 10x em duas partes iguais. Vejamos:



Fonte: Livro: Formação Docente no PIBID/UERN.

Figura 2: Quadrado de área x² e dois retângulos divididos em medidas iguais.

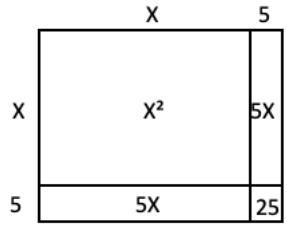
Agora movemos uma das metades do retângulo para a base inferior do quadrado, formando a seguinte figura:



Fonte: Livro: Formação Docente no PIBID/UERN.

Figura 3: Quadrado de área x² e dois retângulos de área 5x

Agora vamos adicionar um pequeno quadrado que falta no canto direito inferior do retângulo (processo chamado de complemento de quadrados). Como os dois retângulos têm lado 5, a área do quadrado pequeno deve ser igual a 25.



Fonte: Livro: Formação Docente no PIBID/UERN.

Figura 4: Quadrado de lado x+5

Assim, toda figura representa um quadrado com 39+25=64. O lado é igual a raiz quadrada de 64, que é igual a 8. Como o lado do quadrado maior é x+5=8 resolvemos a equação do 1° grau, obtendo x=3.

Durante as explicações do conteúdo, muitos alunos disseram que possuíam dificuldades em interpretar as equações do 2° grau quando envolviam produtos notáveis, raízes e complemento de quadrados. Foi preciso, portanto, retomar alguns desses conceitos para uma melhor compreensão posterior, ou seja, a aplicação da oficina. Porém diferente das explicações feita apenas com quadro e giz, construímos explicações dos conceitos junto aos materiais (quadrados e retângulos) que eles mesmo construíram.

Durante e no final da intervenção, percebemos avanços significativos por parte dos alunos e professores. A utilização dos desenhos geométricos além de facilitar a resolução da equação proposta, tornou-se visível diversas propriedades abstratas que só eram vistas pela memorização.

A atividade permitiu um espaço facilitador do conhecimento que proporcionou atenção, concentração, raciocínio lógico estímulo ao desafio, interação com o novo e revisão de conteúdos já absorvidos. Além disso, criou-se um clima de criatividade em que o agir de cada aluno se refletia com mais responsabilidade.

CONCLUSÃO

A execução da oficina utilizando processos geométricos para resolucionar equações do 2° grau mostrou-se bastante relevante entre os sujeitos envolvidos, pois possibilitou a oportunidade de acrescentar novos conhecimentos durante a prática de ensino, conhecimentos pedagógicos

(escolha dos objetivos, da metodologia e dos materiais utilizados). Ampliando, assim, conhecimentos dos conteúdos matemáticos trabalhados.

Podermos ressaltar, ainda, que as referências bibliográficas favoreceram bastante o desenvolvimento de nosso relato nos dando suporte as análises das teorias acerca das equações do 2 ° grau e de seus métodos para o processo de ensino. Nesse sentido, percebemos o quanto é importante a proposta de se aplicar inovações que facilitem o entendimento da matemática. Assim, as fontes investigadas se interligam, de forma que a exposição da experiência aponta para inovações necessárias na transformação permanente das equações polinomiais de grau dois.

Acreditamos que o método de al-khawarizmi como algo prático, dinâmico e investigativo para professores atuantes no ensino da matemática e para os estudantes, pois estimula a busca positiva em relação a matemática, o gosto em aprender equações, a persistência na busca de soluções, a construção do saber com compreensão dos conceitos, procedimentos e habilidades matemática; a curiosidade e a autonomia.

Concluímos afirmando que o trabalho através de oficinas no ensino das equações do 2° grau deixam marcas profundas da aprendizagem, pois uma vez realizada através de materiais possibilita a dinâmica das descobertas quando realizado de forma construtiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERLINGHOFF, William P; GOUVÊA, Fernando Q. **A Matemática através dos tempos:** um guia fácil e prático para professores e entusiastas. 2. ed. Tradução de Elza F. Gomide e Helena Castro. São Paulo: Blucher, 2010.

Bianchini, Edwaldo. **Componente Curricular: Matemática.** São Paulo. Moderna, 2006. v. 4.

BOOTH, Lesley R. Dificuldades das crianças que se iniciam em álgebra. *In*: COXFORD, Arthur F. e SHULTE, Albert P. **As ideias da Álgebra.** São Paulo: Atual, 1995.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** matemática. Secretária de Educação Fundamental – Brasília: MEC/ SEF, 1998.

BRASIL, Ministério da Educação (MEC/SEED**). Base Nacional com um Curricular**. Terceira versão – versão final. Brasília, 2017.

COSTA, Reginaldo Fernandes da. *et al.* Oficina Sobre as Linguagens de Rede. *In*: Braz, Anadja Marilda Gomes; Ruiz, Carlos Antônio Lopez. (Orgs.) **Formação Docente no PIBID/**UERN. Mossoró: F&A Gráfica e Editora, 2013.

DANTE, Luiz Roberto. **Projeto Teláris: Matemática.** São Paulo: Ática, 2015. V. 4.

DIAS, Graciana Ferreira. **Utilizando processos geométricos da história da matemática para o ensino de equações do 2° grau**. Orientador: Dr. Francisco Peregrino Rodrigues. 2009. 162f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

PEREIRA, Elaine da Conceição; SANTOS, Arthur Silva. **Uma abordagem sobre equações do 2° grau.** 2020. Revista Multidebates, v. 4, n. 4 Palma – TO, outubro de 2020. Disponível em: https://revista.faculdadeitop.edu.br. Acesso em: 05 de abril de 2022.

Schneider, Alexsandro. A **aprendizagem da álgebra nos anos finais do ensino fundamental.** Orientadora: Jane Bittencourt. 2013. Monografia (Licenciatura em Matemática) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

SILVA, Gláubia Jaques. **Resolução de Problemas Envolvendo Equações do Segundo Grau.** Orientador: Me. Fernando Colman Tura. 2011. Monografia (Especialização em Tecnologia do Ensino da Matemática) – Universidade Federal do Pampa, Alegrete, 2011.

A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOPEDAGOGIA NA DIDÁTICA DA FORMAÇÃO DOCENTE: PLANEJAMENTO E DUAS POSSIBILIDADES

CAPÍTULO 08

Fernando Pereira dos Santos Barbosa
Licenciado em Pedagogia - Universidade Cesumar
Licenciado em Letras Português/Inglês - Unifaveni,
Licenciado em Educação Especial - Unifaveni
Bacharel em Psicopadagogia - Universidade Cesumar
Especialista em Psicologia Escolar e Educacional - UniFaveni
Especialista em Neurociência Aplicada a Aprendizagem - UniFaveni
Especialista em Neurolinguística - UniFaveni
Especialista em Psicologia Comportamental e Cognitiva - Faculdade Dom Alberto
Especialista em Psicomotricidade e Desenvolvimento Humano - Faculdade Dom Alberto
Vencedor do prêmio Educar- SE 2022, nas categorias:
Professor no Ensino Superior, Professor na Educação Infantil, Professor no Ensino Fundamental.

RESUMO

O presente texto tem como objetivo desenvolver a partir de embasamentos teóricos pensamentos que colaborem para entender a importância do planejamento intercalado a didática com a contribuição da psicopedagogia. Esse estudo justifica-se pela necessidade de compor o assunto abordado e sua relevância na composição da estrutura na aplicação dos estudos em sala de aula. Concluindo que o planejamento, faz parte do princípio dos componentes e assuntos a serem abordados nos estudos, e que uma boa elaboração do planejamento com embasamentos psicopedagógicos, auxilia da melhor maneira possível o educador em sala de aula, frente aos desafios e possibilidades que possam surgir.

Palavras-chave: Desafios. Ensino-aprendizagem.Estrutura. Psicopedagogia

INTRODUÇÃO

Para o educador o planejamento da aplicação de aula tem papel fundamental, é a partir do planejamento que o professor trilha os caminhos de qual segmento, assunto, material ele poderá desenvolver na prática em sala de aula, considerando os imprevistos que podem acontecer e as possibilidades que podem surgir. Por este motivo, para realizar o planejamento na visão da psicopedagogia, o educador deve seguir o plano de aula escolar disponível pelo município, estado ou país e assim fazer as seguintes adaptações. Comumente os assuntos preestabelecidos com os componentes curriculares para cada turma, ou ano segue as diretrizes da base nacional comum curricular – BNCC, esta por sua vez, semeia o norte do planejamento de ensino para o educador.

Assim, esta pesquisa tem como objetivos, compreender com respaldos dos embasamentos teóricos e o entendimento a partir de conclusões retiradas desses embasamentos, de como o planejamento na visão psicopedagógica colabora nas práticas escolares e como auxilia o educador na formação para mediação do conhecimento em sala de aula. Portanto, como o educador pode melhorar o desenvolvimento do plano de aula, seguindo as propostas preestabelecidas para ele?

A importância do planejamento com alguns elementos da psicopedagogia no andamento e funcionamento da aplicação dos estudos ao educador em sala de aula, se mostra fundamental, pois é o planejamento que estrutura a aula. Desta maneira na primeira seção abordaremos os aspectos didáticos e de formação do educador que traz a base para as práticas escolares, na segunda seção será retratado como na prática o planejamento norteia e estrutura os assuntos trabalhados em sala de aula, e como ele organiza todo o andamento da aula. Para o embasamento teórico serão utilizados os autores, CANDAU (2012), DAMIS (2012), LIBÂNEO (2015), e SILVA, DAMIÃO, COSTA, et al (2015).

ESTUDO TEÓRICO DO PLANEJAMENTO E DIDÁTICA DE ENSINO NA VISÃO DA PSICOPEDAGOGIA.

O planejamento está presente em todas as formações de ensino, é a partir do planejamento que a aula passa a ser moldada, para só depois acontecer sua aplicação. Entretanto, tão importante quanto o planejamento para a formação dos processos de ensino aprendizagem é a didática aplicada pelo educador e principalmente quando se utiliza dos recursos da psicopedagogia. Assim, segundo Candau (2012, p. 20) "[...] a formulação dos objetivos instrucionais, as diferentes taxionomias, a construção dos instrumentos de avaliação, as diferentes técnicas dos recursos didáticos, constituem o conteúdo básico dos cursos de didática". Então para a autora, é necessário a apropriação de diferentes técnicas que exijam atender os aspectos abordados em sala de aula e esses devem ser condizentes com uma didática que se enquadre a proposta de ensino.

Segundo Libâneo (2015, p. 646)

> A questão-chave da didática está em que a ela cabe a organização pedagógico-didática como também o planejamento psicopedagógico dos conteúdos em associação com sua análise epistemológica, ou seja, a análise do objeto da ciência ensinada, seus métodos de investigação e os resultados da investigação, junto com a análise psicopedagógica das condições de ensino-aprendizagem.

Desta maneira, podemos concluir com base no autor, que a didática, planejamento e a psicopedagogia estão associadas, porque elas três juntas exigem além de um conhecimento prévio de conteúdo, a organização, etapas,

técnicas, investigação e estudo dos assuntos a serem abordados, envolvidos na análise pedagógica coerente.

Entretanto, existe uma discussão a respeito de as técnicas didáticas de aprendizagem penderem para um ensino na escola tradicional, levando o ensino ao conservadorismo, por este motivo, ao elaborar o planejamento com base na psicopedagogia para desenvolvimento da aplicação didática, se deve estabelecer pontos para que a formação do indivíduo seja levada a exercer o senso-crítico, lembrando que, a partir de estabelecer estudos teóricos devemos obter conclusões que nos faça pensar em transformar a sociedade pela educação. (DAMIS 2012, p. 22).

Assim, é muito importante alinhar o planejamento, didática e a psicopedagogia, o planejamento associado a visão dos elementos que regem a psicopedagogia torna-se a base para que a estrutura da aula possa ter resultado satisfatório, ainda que não ocorra exatamente conforme o planejado, porque muitas vezes as aulas abrangem muitas possibilidades, como discussões prolongadas de um determinado assunto, mais polêmico por exemplo.

Dessa forma, Silva, Costa, Damião (2015, p. 4075 – 4076):

> O planejamento é o passo decisivo para a melhoria do trabalho docente quando é realizado de maneira correta, já que muitas vezes, os professores planejam suas atividades sem nenhuma ligação com o contexto vivido pelo aluno, o que torna sua aula uma "chatice" e sem proveito para o aluno, então o educador precisa ficar atento e interligar o conteúdo estudado na sala com as vivências dos discentes, pois só assim ele saberá utilizar os conhecimentos adquiridos na escola para a transformação do seu contexto.

Podemos observar conforme os autores, o planejamento como passo decisivo para o trabalho docente, e que para planejar a aula o educador deve utilizar os recursos da psicopedagogia e assim trazer ao aluno a realidade que ele está inserido na sociedade, ou seja, o conteúdo do planejamento e suas etapas, não podem fugir ao meio social que o educando está inserido. E concluímos que para um planejamento efetivo precisamos aplicar os estudos prévios, elementos psicopedagógicos e as idealizações da aplicação da aula, sem deixar de desenvolver o senso-crítico dos educandos.

CONCLUSÃO

Por fim, podemos concluir que o desenvolvimento do presente trabalho, foi voltado ao estudo da prática da didática junto ao planejamento com elementos da psicopedagogia, vemos que os três fatores citados não podem ser dissipados, pois eles se complementam para uma boa desenvoltura na aplicação das aulas. Também podemos observar que o planejamento fundamentado nos elementos psicopedagógicos deve atender

a realidade social, e suas técnicas devem ser voltadas para a atuação do educador despertar o senso-crítico de seus educandos a partir dos embasamentos teóricos estudados.

Assim as melhorias que podem ser realizadas a respeito do planejamento, devem ser resultados dos embasamentos teóricos, dos estudos realizados, da vivência em sala de aula, e das experiências docentes a partir da didática do educador para entender as possibilidades de um planejamento firmado na psicopedagogia se faz necessário e assim trazendo uma retenção de ensino e aprendizagem satisfatória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANDAU, Vera Maria. A didática e a formação de educadores – da exaltação à negação: a busca da relevância. *In*: CANDAU, Vera Maria (org.). **A didática em questão**. 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 13-24.

DAMIS, Olga Teixeira. Planejamento escolar: expressão técnico-político de sociedade. *In*: VEIGA, Ilma Passos Alencastro *et al.* (org.). **Didática**: o ensino e suas relações. 18. ed. Campinas: Papirus, 2012. p. 171-183.

LIBÂNEO, José Carlos. Formação de professores e didática para o desenvolvimento humano. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 629-650, abr./jun. 2015.

SILVA, Jaqueline Santos Pequeno da; DAMIÃO, Alisson Lima; COSTA, Ademárcia Lopes de Oliveira; WALKER, Maristela Rosso. Planejamento e avaliação no contexto da didática: uma experiência acreana. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 12., 2015, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: PUCPR, 2015. p. 42072-42083. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/16122_9317.pdf. Acesso em: 26 abr. 2022.

CAPÍTULO 09

Levi Nogueira Freitas
Psicólogo pelo Centro Universitário 7 de Setembro – UNI7
Fortaleza-CE

RESUMO

Objetivos do estudo: Ajudar profissionais da área da Psicologia Organizacional e do Trabalho a trabalhar de forma honesta dentro dos ambientes institucionais. O problema: Atualmente muitos profissionais não trabalhando de forma ética e moral dentro do ambiente de trabalho, por isso é necessário a utilização de princípios de ética e moral. A metodologia: Através de referências bibliográficas dos autores mais atuais que retratam sobre esse tema importante. Os resultados alcançados: Os princípios são importantes para que o profissional possa trabalhar de forma honesta, justa e integra dentro do ambiente de trabalho. A conclusão: Para que os profissionais possam trabalhar de forma mais elevada dentro do ambiente de trabalho.

Palavras-chave: Ética. Moral. Princípios. Psicologia. Trabalho. Valores.

INTRODUÇÃO

A Psicologia Organizacional e do Trabalho é uma das mais importantes áreas da Psicologia, mas para que funcione em sua mais importante forma, necessita da ética como um instrumento dentro da instituição, para que tenha sentido de forma ampla e clara, para que o profissional atue de forma honesta dentro do campo social sobre o compromisso ético e social na atuação do Psicólogo Organizacional e do Trabalho nas organizações.

Sem esses princípios de ética e moral, essa área perde o seu significado dentro do campo de atuação nos espaços de inserção em que o Psicólogo Organizacional e do Trabalho deve atuar. Assim o profissional pode perder sua identidade e competência dentro do âmbito organizacional e institucional pela falta da utilização dessas subjetividades.

Neste trabalho, pretendo abordar sobre a ética e moral na atuação em psicologia, trabalho e organizações, e de como o profissional deve agir através dessas subjetividades para mudar a forma inapropriada em que muitos desses profissionais atuam dentro do ambiente institucional.

A pergunta central desse trabalho acadêmico é: Como trabalhar de forma ética dentro do ambiente institucional? O objetivo desta pesquisa é obter mais conhecimento na área de Psicologia Organizacional e do Trabalho para que seja possível obter discernimento. As questões principais dentro do contexto da Psicologia Organizacional e do Trabalho para a realização e produção deste material é sobre os seguintes temas: Ética. Moral. Psicologia. Organizacional. Trabalho, que são pontos centrais dentro da área. Outro ponto de justificativa para a construção deste material é para que sirva de material para ser utilizado pelos demais psicólogos como uma forma de se orientar sobre esse tema, PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO, PRINCÍPIOS DE ÉTICA E MORAL DENTRO DO AMBIENTE DE TRABALHO. Para que os profissionais sejam pessoas éticas e de moral em sua forma de atuação e trabalho dentro de instituições em que cabe o Psicólogo Organizacional do Trabalho atuar.

Sendo que o propósito real para a construção deste trabalho: É abordar sobre a importância do compromisso ético do Psicólogo Organizacional e do Trabalho, para que esse material no futuro possa servir de instrumento para outros profissionais desta área, e que seja utilizado para se orientarem sobre essa temática tão importante, para que a Psicologia Organizacional e do Trabalho seja uma área comprometida com os princípios éticos, morais dentro de qualquer tipo de instituição. Para entender melhor sobre a ética, é abordado sobre o tema abaixo de forma simples e ampla:

> A ética é daquelas coisas que todo mundo sabe o que são, mas que não são fáceis de explicar, quando alguém pergunta. Tradicionalmente ela é entendida como um estudo ou uma reflexão, científica ou filosófica, e eventualmente até teológica, sobre os costumes ou sobre as ações humanas. Mas também chamamos de ética a própria vida, quando conforme aos costumes considerados corretos. A ética pode ser o estudo das ações ou dos costumes, e pode ser a própria realização de um tipo de comportamento (VALLS, 2016, p.7).

A ética geralmente é entendida a partir do contexto das seguintes áreas do conhecimento humano como cientifica, filosófica e principalmente teológica, mas o contexto ético corresponde as ações humanas em relação do que as pessoas fazem (suas ações, reações, atos, etc) seja o que é certo ou erado, moral ou imoral, justo ou injusto, e de como as pessoas se comportam diante de suas ações que podem ser definidas com éticas ou antiéticas no ambiente institucional.

Independente da cultura, mentalidade, todos tem um conceito do que é a ética, do certo e errados, permitido e proibido:

> Toda cultura e cada sociedade instituem uma moral, isto é, valores concernentes ao bem e ao mal, ao permitido e ao proibido, e a conduta correta, valido para todos os seus membros. Culturas e sociedades fortemente hierarquizadas, e com diferenças de castas ou de classes muito profundas podem até mesmo ter várias morais, cada uma delas referente aos valores de determinada casta ou classe social. Essa realidade

> pode ser transportada, com adaptações, para a realidade das empresas (FRANÇA, 2006, p. 9,10).

A ética pode ajudar muito em relação de valores, princípios dentro da empresa alterando a forma de como os funcionários trabalham dentro da instituição, para melhorar e evoluir a forma de trabalho honesto, trazendo resultados éticos, dentro da instituição. Por isso o conceito de ética é importante como uma forma de nortear o profissional, para que melhor ele exerça a sua profissão realizando de forma verdadeira e honesta sem corrupção e desonestidade em relação a si e com a instituição. A ética se constitui sobre vários pontos importantes, que se caracterizam como conjunto de valores ou princípios morais, e como questões comportamentais:

> A ética constitui o conjunto de valores ou princípios morais que definem o que é certo ou errado para uma pessoa, grupo ou organização. O comporta mento ético acontece quando a organização incentiva seus membros a comportarem eticamente de maneira que os membros aceitem e sigam tais valores e princípios. Em termos amplos, a ética é uma preocupação com o bom comportamento: É uma obrigação de considerar não apenas o bem-estar pessoal, mas o das outras pessoas (CHIAVENATO, 2003, p. 604).

A ética é tão importante para a Psicologia Organizacional e do Trabalho, por trazer princípios, valores morais para as pessoas que praticam e utilizam da ética, e possam se comportar dentro do ambiente organizacional de forma ética, trazendo para dentro da instituição positividade, mudando a forma que os profissionais trabalham, levandoos profissionais a agirem e reagirem de forma verdadeira nas suas ações e reações no trabalho. A ética é um instrumento importante para o profissional, com intuito de ajudar em suas ações dentro do trabalho:

> Busca uma visão integral e ética do ser humano em seu relacionamento com as organizações. Tem sido utilizada como indicadora das experiências humanas no local de trabalho e o grau de satisfação das pessoas que desempenham o trabalho. Para alcançar níveis elevados de qualidade e produtividade, as organizações precisam de pessoas motivadas que participem ativamente nos trabalhos que executam e que sejam adequadamente recompensadas pelas suas contribuições (CHIAVENATO, 2014, p. 419).

A utilização da ética é importante para termos uma visão mais ampla de trabalho honesto, para que as pessoas possam ter maior grau de satisfação e desempenho no trabalho levando a ter uma ambiente ético por parte dos profissionais, assim os profissionais podem alcançar patamares mais elevados de qualidade de trabalho profissional, trabalhando com mais qualidade dentro da instituição, quando os profissionais trabalham com qualidade da ética dentro da empresa, a produtividade aumenta significativamente, através de pessoas que estão eticamente comprometidas

a utilizar a ética como um instrumento de trabalho levando a instituição a patamares éticos mais elevados.

Objetivo Geral

Abordar dentro das abordagens teóricas, científicos e bibliográficos atualmente, dentro do contexto da ética e Psicologia Organizacional e do Trabalho, sobre a problemática ética e moral dentro do ambiente de institucional em relação do Psicólogo Organizacional e do Trabalho, de como esse profissional trabalha.

Objetivos Específicos

Abordar sobre os princípios de Ética na Psicologia Organizacional e do Trabalho dentro do ambiente de trabalho; abordar sobre vários conceitos do que é a ética de acordo com vários pensadores; abordar sobre questões éticas de como atuar dentro das instituições de trabalho.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Dentro do contexto literário este conjunto de referências teóricas que são abordadas, para a complementação deste trabalho são das mais atuais dentro do contesto da Psicologia Organizacional e do Trabalho, com intuito de dar mais informações sobre o tem abordado.

Através dos pensamentos atuais de vários autores, pretendo abordar cada um deles, neste trabalho com intuito de reforçar os pensamentos deste material para que seja difundido e orquestrado da forma mais clara e precisa para que os profissionais possam entender sobre o tema proposto e utilizá-lo.

Os autores abordados aqui têm como princípio de ajudara a reforçar este trabalho dentro do contexto literário, e esclarecer sobre os problemas existentes que existem atualmente em relação do Psicólogo Organizacional e do Trabalho e os problemas que existem dentro das instituições em que este profissional trabalha atualmente, e como esse profissional deve trabalhar de forma real para que a sua profissão e o próprio profissional sejam preservadas de forma ética.

A importância da construção desse referencial teórico tem como sentido principal abordar a ética profissional da Psicologia Organizacional e do Trabalho, e de como é tão importante o exercício da ética em relação à Psicologia e do profissional em relação de como ele pode trabalhar, a realidade atual do século XXI, em que o profissional da Psicologia atualmente se confronta com vários problemas antiéticos, é de extrema importância atual abordar sobre a ética como o principal sentido como extremo para o Psicólogo Organizacional e do Trabalho ser ético dento do ambiente institucional, para que não ocorram problemas jurídico, faltas éticas e até mesmo problemas futuros como cassação.

METODOLOGIA

Na construção desta metodologia de estudo, tive como sentido de pesquisar através de vários livros para enriquecer este trabalho, e colocar uma quantidade maior de referencial teórico, para que possa ter maior significado no tema proposto, sendo que as referências, são da área da ética, moral e Psicologia Organizacional e do Trabalho. Ao logo do estudo pretendo retratar o máximo de informações precisas para a elaboração deste trabalho e utilizar tudo que a de mais importante sobre o tema, e através das informações obtidas, eu vou relacionar com os conhecimentos da Psicologia Organizacional e do Trabalho, e os vínculos dentro do contesto da ética.Os dias que foram abordados para a construção deste trabalho em partes foram destacados abaixo como pode ver, referenciando dias e etapas da construção deste material, descritos em cronograma do seu início ao fim.

ANÁLISE DOS RESULTADOS
COMPROMISSO SOCIAL E ÉTICO NO AMBIENTE DE TRABALHO

O que é ter o compromisso ético dentro do ambiente de trabalho? Para compreendermos melhor esse primeiro ponto sobre ética, os autores abordam que temos que nos afastar de uma "feição simplista e maniqueísta" que é uma forma ilusório da falsa ética dentro do ambiente de trabalho, que serve para encobrir a realidade da verdadeira ética em relação do compromisso social que o profissional da Psicologia Organizacional e do Trabalho deve trabalhar, remover a máscara que atrapalha o profissional agir dentro do ambiente, para uma melhor atuação:

> Buscamos afastar-nos de um debate que, em alguns momentos, assume uma feição simplista e maniqueísta, quando o rótulo "compromisso social" serve apenas para etiquetar algo que percebemos como positivo e prioritário, ou para caracterizar atuações com as quais concordamos, diferenciando-as daquelas de que discordamos (BORGES E MOURÃO, 2013, p.27).

COMPROMISSO SOCIAL: EM BUSCA DE DIMENSÕES DEFINIDORAS

Como ter compromisso social? Outro ponto para se ter ética dentro da instituição é através do compromisso social com as pessoas, os autores abordam dois pontos chaves que o profissional da Psicologia tem que seguir para ser ético em sua profissão, o primeiro é ter a obrigação segunda o desenvolvimento:

> Na ideia de compromisso, há duas noções que merecem destaque: a de obrigação e a de envolvimento. A primeira traz o senso de responsabilidade; e a segunda, uma dimensão afetiva que forma um vínculo com determinado

> objeto ou alvo (que pode ser uma pessoa, um grupo, uma instituição, uma ideia, um comportamento, um movimento coletivo, uma profissão, uma carreira, etc.) (BORGES E MOURÃO, 2013, p.27).

O EXERCÍCIO DO COMPROMISSO SOCIAL

Como saber lida com os desafios em relação do compromisso social que existem dentro da instituição? Outro ponto que é destacado é que o profissional saiba agir sempre contra o (des)compromisso social que ocorre entre os profissionais de outras áreas dentro do ambiente de trabalho, para que não ocorram problemas, desavenças, e brigas, por isso dentro do compromisso social o profissional tem que estar diariamente compromissado socialmente consigo mesmo e com a ética para que não ocorram problemas das mais variadas formas:

> Os discursos que geram a imagem do (des)compromisso social em Psicologia Organizacional e do Trabalho são claramente associados ao estereótipo da área e se reportam àquele núcleo duro de práticas e posturas que se consolidou na primeira metade do século XX, com seu olhar focalizado nos indivíduos em uma ótica adaptativa ao sistema 21 de produção vigente (BORGES E MOURÃO, 2013, p. 33).

MANTER RELAÇÕES ÉTICAS COM OUTROS PROFISSIONAIS

Como ter relações éticas com outros profissionais? Também é destacado sobre a relação entre pessoas como um meio ético como um ponto importante dentro do ambiente institucional para ter um clima e cultura agradável e produtivo, que tem que ser utilizado pelo profissional em sua vida diária de trabalho, esse ponto de relações serve como um meio para que o profissional possa trabalhar levando a êxitos:

> Portanto, o compromisso social revela-se na área a partir do reconhecimento de que, em quaisquer níveis da vida social, a questão do poder atravessa as relações entre indivíduos, entre grupos e entre indivíduos e grupos e organizações (BORGES E MOURÃO, 2013, p.38).

COMPROMISSO ÉTICO

Como ter compromisso ético dentro da instituição? Outra questão importante que é destacado em relação à ética é que o Código de Ética tem que ser utilizado como uma bússola, mas os autores também salientam os profissionais não podem se limitar a utilizar somente o Código de Ética como

um fim em si mesmo, o para ser mais ético temos que utilizar de outras formas de pensamento, como questões teórica, filosóficas, sócias, religiosas, para ser enriquecido nesse campo, e evoluir eticamente:

> Tratar do compromisso ético do psicólogo, independentemente da sua área de inserção, remete-nos quase de imediato às considerações sobre o respeito aos preceitos do Código de Ética Profissional. Entretanto, discutir a dimensão ética da prática profissional vai além de seguir ou não o Código (BORGES E MOURÃO, 2013, p. 38).

COMPROMISSO ÉTICO DENTRO DA INSTITUIÇÃO

Como podemos definir o que realmente é ético? Outro ponto que é importante que é abordado é que a ética não pode estar adequada somente ao que o grupo quer, o profissional que quer colocar a ética em um local mais elevado precisa muitas vezes lutar até mesmo contra o próprio grupo mesmo que o grupo da empresa seja contra a ética:

> Compromisso ético é, de certa maneira, uma redundância, uma vez que significa a concordância voluntária a determinados padrões de conduta considerados adequados pelo coletivo. Ou, em outras palavras, compromisso ético de uma categoria ocupacional significa adesão a seu código de ética profissional (BORGES E MOURÃO, 2013, p.41).

ÉTICA NO CONTEXTO EMPRESARIAL

A respeito da empresa (instituição) tem que ser ética? Outra coisa que cabe ao profissional em relação da empresa (instituição) e propaga as questões como: Responsabilidade social, e o alinhamento dos objetivos de lucro e ao projeto de sustentabilidade, colocando a ética acima de todos esses meios descritos, para que a instituição seja positiva e evolua:

> A empresa (instituição) ética, que representa um desenho organizacional em expansão, graças, em parte, às pressões por responsabilidade social, busca alinhar seu objetivo de lucro ao projeto de sustentabilidade. Mantém a essência, compartilhada por qualquer empresa, de busca da rentabilidade e da viabilidade, mas tem a ética como um princípio básico e limitador de determinadas ações e resultados almejados (BORGES E MOURÃO, 2013, p. 43).

O COMPROMISSO ÉTICO E A PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO

Como ter compromisso ético dentro da instituição, alinhado a Psicologia Organizacional e do Trabalho? Outro ponto destacado é que o profissional tem que saber lidar de forma ética com as questões de hierarquia e poder dentro das empresas de forma ética e relacional para que a instituição funcione melhore possa a ver respeito entre os profissionais:

> De maneira mais aguda o psicólogo que trabalha em organizações. Aqui, talvez mais do que em qualquer outra parte, a imbricação dos compromissos sociais e éticos se explicita, as relações de poder se evidenciam, e as decisões do psicólogo vão refletir em suas escolhas individuais (BORGES E MOURÃO, 2013, p. 48).

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO E REFLEXÃO SOBRE DILEMAS ÉTICOS

Como saber discutir e refletir sobre as questões de dilemas éticos dentro do ambiente de trabalho? E por último, é ter consciência das ações profissionais, para reduzir impactos, problemas, e perdas dentro do ambiente de trabalho, é necessário que o profissional reflita de forma constante em relação do ambiente de trabalho de suas ações e decisões para que tenha êxito em seus trabalhos dentro da instituição:

> Mais do que soluções prontas para esses e outros dilemas, salientamos a necessidade de que a reflexão acompanhe pari e passuo cotidiano de suas ações profissionais, ampliando continuamente a consciência sobre os impactos potenciais de suas decisões profissionais (BORGES E MOURÃO, 2013, p. 49).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contribuição desse meu trabalho: É ajudar os profissionais a terem mais ética e moral dentro e fora de si, para ser utilizado dentro da instituição a qual trabalham, para preenche a instituição de bons valores para que possa se uma instituição maisagradável e saldável, para a instituição ser mais produtiva através da ética e da moral. Através desse trabalho, tive como proposito de amostrar pontos da ética e da moral, como um instrumento importante para os profissionais da Psicologia Organizacional e do Trabalho, para ser utilizado dentro do ambiente institucional, para que esses profissionais possam trabalhar melhor.

Esses pontos destacados servem para ser utilizado com intuito de

aumentar a ética e a moral dos profissionais dentro do ambiente de trabalho para que possam ser mais verdadeiros, íntegros e honestos dentro da instituição a qual trabalham, para que a instituição e outros profissionais possam se beneficias, proporcionando um ambiente de trabalho melhor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, L. D. O; MOURÃO, Luciana. O trabalho e as organizações: atuações a partir da psicologia. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. p. 27, 33, 38, 41, 43, 49.

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4. ed. Barueri São Paulo: Manole, 2014. p. 419.

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. p. 604.

FRANÇA, A. C. L. Comportamento Organizacional: Conceitos e Práticas. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 9-10.

VALLS, Á. L. M. O Que é Ética. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 2016. p. 7.

A DEPRESSÃO EM CRIANÇAS E SEUS REFLEXOS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM: COM ÊNFASE NO 1° ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

CAPÍTULO 10

Ana Paula Cordeiro Chaves
Bacharel em Serviço Social pela Faculdade Pan Amazônica-FAPAN
Especialista em Psicopedagogia Institucional
Especialista em Neuropsicopedagogia Clínica
Especialista em Docência no Ensino Superior
Belém do Pará.

RESUMO: O presente estudo, traz uma breve abordagem da depressão em crianças e as consequências no contexto escolar, dando ênfase para os alunos do 1° ano do ensino fundamental de uma escola privada no município de Ananindeua-PA. O objetivo geral visa analisar a depressão em crianças e seus reflexos no processo de aprendizagem, apresentando os sintomas, fatores de riscos e tratamento. A metodologia para desenvolver a pesquisa foi um estudo de caso, com o intuito de fazer o levantamento científico acerca da realidade do tema e dessa forma, trazer os resultados esperados, diante de uma abordagem qualitativa. Os resultados, trazem, justamente, o papel da família, da escola e a importância de uma equipe especializada, diante do processo de identificação, encaminhamento e intervenção (tratamento), em prol da promoção da aprendizagem e da saúde psíquica.

Palavras-chave: Tratamentos Psicoterapêuticos. Reflexos. Processo de aprendizagem. Depressão em crianças. Ensino Fundamental.

INTRODUÇÃO

O presente estudo, traz uma breve abordagem da depressão em crianças e seus reflexos no processo de aprendizagem, dando ênfase para os alunos do 1° ano do ensino fundamental. Dessa forma, é possível traçar um panorama de análise crítica, que sintetizam as problemáticas dessa fase escolar.

Neste sentido, a depressão em crianças, sendo um assunto tão discutido, faz com que surjam diversos questionamentos acerca da patologia, que embasam desde o processo de surgimento até o diagnóstico. Devido ao avanço da patologia e às mazelas que interferem no desenvolvimento desse indivíduo em sua totalidade, neste aspecto, houve uma maior atenção, discussão e reflexão acerca do assunto (BORGES; BITAR, 2016).

Diante do exposto, por muitos anos a depressão em crianças não era reconhecida e tampouco diagnosticada, tal premissa, era alvo de vários questionamentos, considerando-se uma raridade, porém, com o decorrer dos anos, essa situação vem se transformando e assim, vem crescendo o número

de crianças diagnosticadas com depressão. Ao se tornar pauta de diversas pesquisas que ganharam força a partir de 1970; desde então, o interesse acerca da patologia vem crescendo cada vez mais no Brasil e no mundo. Despertando preocupações dos profissionais da saúde e, principalmente, da educação para o tratamento, intervenção e prevenção (NUNE & AZAMBUJA, 2004).

Perante a preocupação, encontra-se um quadro clínico que, por vezes, passa despercebido, pois cada vez mais crianças são vítimas de patologias psicológicas que se agravam, quase sempre, por falta de uma observação contundente. É evidente que esse crescimento do transtorno emocional, fomenta o adoecimento e o desequilíbrio psíquico afetando a vida em sua totalidade, ou seja, causando sérios danos e comprometendo a saúde mental (MILLER, 2003).

Segundo Scivoletto & Tarelho (2002), a depressão em crianças necessitava de investigações consistentes, pois cada caso identificado acontecia diante de quadros clínicos distintos, mas principalmente, com sintomas diferentes dos que eram identificados em adultos. Atualmente, os diagnósticos de depressão, são fatores constantes que interferem negativamente a vida das crianças acometidas pela doença, corroborando para o agravo do isolamento, baixo rendimento escolar, baixa-estima, déficit de atenção, agressividade, tristeza e até mesmo a dependência química.

Deste modo, trazendo para o contexto educacional na atualidade, se faz necessário que a escola esteja apta em intervir nesses casos, onde o professor, sendo o principal mediador do processo de aprendizagem, esteja qualificado em identificar e depressão e assim, realizar os encaminhamentos necessários, onde a família se faça presente durante todo o processo. Por isso, a depressão na infância vem chamando a atenção de muitos profissionais que atuam na educação, no entanto, não é frequentemente reconhecida, uma vez que os sintomas diferem dos apresentados pelos adultos, dificultando o diagnóstico (SCIVOLETTO & TARELHO, 2002).

Em presença do quadro, é importante cada vez mais se aprofundar neste assunto e, assim, utilizar as pesquisas e estudos como fontes informativas e preventivas. Pois, a depressão compromete a aprendizagem, afetando de forma significativa o desenvolvimento interno e externo desse indivíduo. Neste caso, é imprescindível tecer uma investigação dos reflexos da depressão em crianças no processo de aprendizagem, com o intuito de conhecer as metodologias atuais dos educadores, o suporte escolar, os encaminhamentos dos casos e o apoio familiar durante e após a intervenção.

O objetivo geral dessa pesquisa visa analisar a depressão em crianças e seus reflexos no processo de aprendizagem, com ênfase para os alunos da educação infantil, trazendo os sintomas, fatores de riscos e tratamento.

A metodologia para desenvolver a pesquisa foi um estudo de caso, com o intuito de fazer o levantamento científico acerca da realidade do tema e dessa forma, trazer os resultados esperados, diante de uma abordagem qualitativa.

O trabalho se estrutura da seguinte forma: Introdução com a apresentação da pesquisa; segundo tópico a Metodologia do desenvolvimento da pesquisa; terceiro tópico, traz o Referencial teórico; no quarto, apresentam os resultados e discussão e por fim, as considerações finais.

METODOLOGIA

O trabalho em questão foi um estudo de caso, o seu desenvolvimento foi através de uma investigação pertinente ao tema, com o intuito de referenciar, levantar discussões e informações relevantes acerca da problemática discorrida, se atentando ao nível de realidade, alcançadas, através das análises correspondentes aos processos e fenômenos variáveis (MINAYO, 1997).

Para o levantamento dos dados foi utilizado uma entrevista, contendo **6** perguntas em sequência, conforme os objetivos propostos**: 1)** Quais os reflexos da patologia no processo de aprendizagem**? 2)** quais as técnicas utilizadas para identificar a depressão? **3)** Quais são os encaminhamentos possíveis desses casos? **4)** Qual o olhar da família diante do processo de aprendizagem? **5)** Quais as responsabilidades da família diante das cargas de atividades extracurriculares? **6**) Neste caso, as atividades extracurriculares influenciam ou não, para o surgimento e agravo da depressão?

Neste sentido, a coleta foi realizada no período de março de 2018, em uma escola privada, localizada no município de Ananindeua, Pará. A pesquisa é de cunho qualitativo, onde os dados obtidos foram extraídos das respostas das professoras entrevistadas do 1° ano do ensino fundamental, que neste caso, atuavam pelo período da manhã.

Destaca-se,

> (..) enquanto método de investigação qualitativa, tem sua aplicação quando o pesquisador busca uma compreensão extensiva e com mais objetividade e validade conceitual, do que propriamente estatística, acerca da visão de mundo de setores populares. Interessa ainda as perspectivas que apontem para um projeto de civilização identificado com a história desses grupos, mas também fruto de sonhos e utopias (ROCHA, 2008, p.13).

Os dados obtidos serviram para complementar e fundamentar o referencial teórico desse estudo, que foram levantados, a fim de ter ciência se haverá concordância ou não entre as fontes citadas no presente artigo. Ressalta-se, que as professoras entrevistadas receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo explicado, previamente, diante do intuito da pesquisa, onde todas as dúvidas foram esclarecidas, para poder iniciar a coleta de dados e assim, desenvolver a análise diante do documento aprovado pelo comitê de ética.

Dessa forma, o processo de construção do presente trabalho buscou alcançar os objetivos propostos no geral e específicos, fazendo a utilização dos métodos que se classificaram como os mais adequados para o seu desenvolvimento. Se utilizou a revisão bibliográfica como forma complementar para a pesquisa e, sobretudo, para a construção do referencial teórico, utilizando as seguintes fontes: artigos, livros, e revistas científicas, ou seja, materiais que continham informações essenciais para dar continuidade ao trabalho, diante da fundamentação de autores clássicos e atuais. Abstraídos de plataformas como: Google Acadêmico, LILACS, Scielo e Portal da CAPES.

Após o mapeamento dos materiais, foi realizada uma seleção minuciosa, para utilizar as pesquisas com os descritivos: Saúde mental. Reflexos. Processo de aprendizagem; Depressão em crianças e Ensino fundamental. No tópico a seguir, será discorrido sobre o referencial teórico, trazendo a fundamentação empírica da pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO

Depressão em crianças e seus Sintomas

A depressão é uma doença comum e frequentemente crônica, recorrente e familiar, onde o indivíduo apresenta sintomas que surgem desde o início do adoecimento e, muitas vezes, se inicia na infância ou na adolescência. De tal maneira, que estudos apontam que depressão em crianças e adolescentes vem crescendo e se agravando cada vez mais precocemente, compondo presentemente uma das principais preocupações de saúde pública (BAHLS; BAHLS, 2003).

Porquanto, os quadros da depressão vêm ocorrendo com maior frequência em crianças, pois o estudo sistemático da depressão em crianças| é bastante recente, sendo assim, os sintomas interferem no comportamento, emoções, concentração, entre outros; nesse caso, tais características físicas refletem os sintomas da patologia (LOPES, 1994).

De acordo com Miller (2003), a depressão é um transtorno de humor, que se manifesta por um conjunto de sintomas, que neste caso, interferem no comportamento, pensamento, fisiologia da pessoa deprimida e sentimentos de tristezas durante um período significativo, se estendo por semanas ou até meses.

Ainda,

> a tristeza é um sentimento subjetivo universal, através da qual as pessoas vivenciam ao longo da vida, face aos conflitos, as frustrações, as decepções, fracassos e as perdas, entre outras adversidades. Assim, em determinadas circunstâncias, é normal sentir-se triste. Contudo, se estas vivências 3 perdurarem durante um longo período, poderá levar ao surgimento de um

> sofrimento psíquico associado aos transtornos do humor (FONSECA; COUTINHO; AZEVEDO, 2008, p. 492).

Para Lopes (1994), o desenvolvimento atípico da depressão possui reflexos que afetam negativamente as atividades escolares, sobretudo, a cognição e emoção; diante dos seguintes sintomas: isolamento, tristeza, agressividade, queda no rendimento escolar e entre outros. Observa-se, quando o tratamento da depressão é negligenciado, o estado se torna grave, havendo a necessidade de intervenção de fármacos.

Existe uma forte relação da depressão em crianças com o processo de aprendizagem. Há vários indicativos deste quadro, sendo um deles o desinteresse pelos estudos, afetando significativamente o rendimento escolar; há também o déficit de atenção, que compromete a concentração. Sendo assim, percebemos que a depressão afeta de maneira expressiva o processo de aprendizagem, comprometendo o desenvolvimento dessa criança (BORGES; BITAR, 2016).

Neste caso, de acordo com a literatura, os principias sintomas que caracterizam a depressão em crianças são: humor disfórico, autodepreciação, agressividade ou irritação, distúrbios de sono, queda no rendimento escolar, diminuição da socialização, modificação de atitudes em relação à escola, perda de energia habitual e do apetite/peso. Estes, se apresentam de maneira diversificada, ocasionando um maior entendimento acerca da patologia. Mas, é preciso obter um diagnóstico clínico para poder classificar a depressão em crianças através de seus sintomas. Existem muitas controvérsias em relação ao diagnóstico, pois, os sintomas se apresentam de formas diferentes em crianças e adultos, dificultando o diagnóstico (NISSEN, 1983).

No entanto, ao analisar a depressão em adultos, observa-se, que a patologia em crianças se manifesta de uma forma diferente, apesar a ideia de que a depressão nos segundos casos (infantil) é diagnosticada pelos mesmos critérios utilizados para o primeiro (adultos) (REHM & SHARP, 1999).

Diante disso,

> a apresentação de um diagnóstico preciso da depressão infantil, é necessário considerar que pelo menos quatro desses sintomas estejam presentes no repertório do comportamento da criança, por um período mínimo equivalente a duas semanas anteriores à avaliação. A depressão, por ser considerada sistemática, faz com que sejam presentes as mudanças de humor no comportamento da criança, sendo que é possível até associar tais sintomas da patologia com a própria personalidade do indivíduo (SHAVER & BRENNAN, 1992, P.13).

Sendo assim, se não houver um reconhecimento por parte de qualquer profissional e os seus devidos encaminhamentos, no quadro mais

complexo, a criança poderá até cometer suicídio, dependendo da gravidade em que ela se encontra (AMARAL & BARBOSA, 1990).

Pensando nesse quadro mais avançado da depressão infantil, houve uma grande preocupação de Domènech & Polaino-Lorento (1990), em elaborar uma escala denominada: *Sintomatologia Depressiva para Maestros,* objetivando identificar sintomas associados à depressão infantil. Dessa forma, com as informações fornecidas pelos professores através do uso da escala, pretende-se, detectar a sintomatologia depressiva infantil no ambiente escolar, lembrando que tais informações não servem como diagnóstico clínico e sim, como uma identificação ou até mesmo, um pré-diagnóstico de identificação.

Pois que, os sintomas podem se apresentar de diferentes formas no ambiente escolar. Sendo assim, é preciso que o professor esteja vigilante a alguns sinais indicativos, e pensar na possibilidade de depressão, diante de uma criança com expressão de tristeza, diminuição no rendimento escolar, isolamento social ou agressividade (LIVINGSTON, 1985). Partindo desse pressuposto, observa-se que a depressão em crianças poderá ser identificada primeiramente na escola, pois, os educadores, através de suas observações, concluirão que algo estar errado com o comportamento daquela criança.

Porém, é preciso muita cautela por partes dos professores e dos demais profissionais, ao observar o comportamento dessa criança, o diagnóstico não é nada fácil de se estabelecer. Sendo que, a depressão infantil é sistemática e logo, em determinadas situações, a patologia esteja "mascarada" diante das situações. A seguir, será apresentado o processo de aprendizagem e os reflexos da depressão infantil.

O processo de aprendizagem e os reflexos da depressão infantil

Contextualiza-se, o processo de aprendizagem como um ciclo considerado indispensável na vida de um indivíduo, o mesmo, é responsável pelo fortalecimento de informações que contribuirão para o desenvolvimento em sua totalidade. Porém, se a educação de uma criança sofrer interferências, principalmente, aquelas que comprometam o processo de aprendizagem, é necessário haver uma disciplina consistente no momento de investigação, identificação e encaminhamento dos casos (CARMO; SILVA, 2009).

Neste sentido,

> a aprendizagem é jogo de sujeitos, troca bilateral de teor dialético, contraponto entre conhecimento e ignorância, autonomia e coerção. Oferece campo de potencialidades, oportunidades, que se abrem se o sujeito souber conquistar e a história lhe for complacente em termos de condicionamentos positivos. Oportunidades dependem das circunstâncias e sobretudo da iniciativa do sujeito. Podem também ser obstaculizadas, até mesmo destruídas (FREIRE, 2001, p.296).

O ensino fundamental, especialmente o 1.º ano, se trata de um período muito conflitante para a criança, pois, é a transição da educação infantil (mais conhecido como Jardim) para o ensino fundamental. Neste sentido, com o novo processo, vem as novas disciplinas, a carga horária, as atividades extracurriculares, entre outras; mediante a importância de gerencias as novas obrigações (MARTINS, 2014).

Observa-se, que a criança adquire muito rápido uma responsabilidade, e quase sempre, ela não está preparada para lidar com a carga dessas mudanças, com isso, associa-se uma forte relação da depressão em crianças perante os reflexos no rendimento escolar. No que se trata de matéria, por exemplo, existe uma dificuldade muito grande com a Matemática, e logo, vêm outros fatores agregados, que podem ser responsáveis pelo início dessa patologia (PEREIRA et al., 2019).

Segundo Riviere (1995), a dificuldade em Matemática pode ocorrer em função de um problema de atenção ou de uma dificuldade em empregar estratégias adequadas de armazenamento, ou ainda, a falta de um conhecimento prévio. A criança se frustra por não conseguir absorver as informações e com isso, poderá ocasionar a depressão ou até mesmo, agravar.

Pois, os fatores motivacionais e emocionais como: ansiedade, autoestima, déficit de atenção e desinteresse pelos estudos, são caracterizados como sintomas da Depressão Infantil, neste caso, afetam diretamente o processo de aprendizagem e compromete o desenvolvimento do indivíduo (LORANGER, 1994).

Além dessas premissas, a depressão em crianças afeta a autoestima e autoconfiança, gerando um sentimento de incapacidade, resultando no desânimo para realizar as atividades escolares (CARMO; SILVA, 2009). Apresenta-se, as principais interferências da depressão na aprendizagem:

- **Dificuldade de memória e concentração**: a depressão compromete o interesse, acarretando e ateando as dificuldades de atenção. Além de trazer danos para a memória, prejudica aprendizado de forma expressiva e consequentemente, o desenvolvimento da criança. Causando interferências negativas no rendimento escolar;
- **Dificuldade para interagir socialmente:** a criança deprimida se mantém isolada, não costuma socializar com colegas e tampouco, com os professores;
- **Baixa autoestima:** comprometendo a confiança diante das atividades escolares, fomentando a insegurança, prejudicando as relações sociais e interpessoais;
- **Redução da capacidade de aprendizado**: a patologia poderá comprometer significativamente a cognição, intensificando as possíveis dificuldades de aprendizagem e, sobretudo, o bloqueio de acesso as informações. Com

> evidências de reflexo no desenvolvimento e no processo de amadurecimento (CARMO; SILVA, 2009).

Através dos sintomas, é possível reverter a patologia com um acompanhamento psicopedagógico. A depressão na infância é caracterizada como uma sintomatologia depressiva, neste aspecto, as intervenções podem variar, dependendo do ambiente que essa criança esteja inserida. Tais intervenções, poderão ser favoráveis ao uso de estratégias cognitivas e metacognitivas, bem como utilizar estratégias afetivas para lidar melhor com emoções e cognições negativas, que acabam atrapalhando o desempenho do aluno presente nessa situação (COSTA; BUROCHOVICTH, 2000).

Ressalta-se, que se faz necessária a realização de mais estudos, a fim de se aprofundar a análise acerca do impacto da depressão no rendimento escolar e no processo de aprendizagem, principalmente, diante da carga horária, atividades extracurriculares e as disciplinas específicas.

Existe uma relação complexa entre a depressão em crianças e as dificuldades de aprendizagem, que neste caso, merecem uma atenção ainda maior, pois que, é fundamental investigar essa relação, sobretudo, aqueles profissionais que trabalham com crianças a compreenderem melhor a realidade dos alunos, que apresentam alguma dificuldade de aprendizagem.

Por isso, que a depressão em crianças no ensino fundamental, se manifesta por sintomas como: ansiedade, isolamento, insegurança, fobias, hiperatividade, irritabilidade, alterações no sono e no apetite, dores somáticas e a diminuição de prazer nas atividades escolares. Ou seja, os sintomas podem se apresentar em diferentes maneiras, havendo a necessidade do professor se manter vigilante perante alguns sinais indicativos e claro, a pensar na possibilidade do adoecimento psíquico (BAHLS, 2004).

À vista disso, a escola precisa estar preparada com ambientes de estudos que favoreçam a aprendizagem, fazendo com que o aluno absorva as estratégias cognitivas e metacognitivas, e assim, consiga desenvolvê-las sem dificuldades, adquirindo um autocontrole perante seus processos cognitivos e afetivos (CARMO; SILVA, 2009).

Na contextualização que perpassa pela atualização de um acompanhamento psicopedagógico, dar ênfase para os métodos que eram aplicados como forma de intervenção, diante das diversas possibilidades e categorias, tanto as estratégias de aprendizagem cognitivas quanto as metacognitivas. Segundo Dembo, 1994, citado por Boruchovitch (1999), as estratégias cognitivas são ensaio (repetir, copiar, sublinhar), elaboração (parafrasear, resumir, anotar e criar analogias) e organização (selecionar ideias, usar roteiros e mapas).

Tais estratégias metacognitivas, referenciavam um planejamento (estabelecer metas), monitoramento (autoteste, atenção, compreensão e uso de estratégias) e regulação (ajustar velocidade, reler, rever, uso de estratégias, ajustarem ambientes). Pesquisas mostram que as estratégias de aprendizagem são essenciais para o aluno, porém, não são suficientes para um bom desempenho escolar. Já que diversas variáveis como psicológicas e

motivacionais, crenças, motivação, ansiedade, entre outros, são fatores que determinam o uso dessas estratégias (MCCORMICK, MILLER & PRESSLEY, 1989).

De tal maneira, que um dos principais fatores extremamente importantes que contribuem para o bom desempenho do aluno, é o equilíbrio do fator psicológico, pois as intervenções de estratégias de aprendizagem recebem uma atenção especializada durante o processo de intervenção. Sendo assim, era necessário que o ensino desenvolvesse ações e aplicasse estratégias cognitivas e metacognitivas, capazes de acompanhar o ensino e o aprendizado afetivo, com o intuito de melhorar a motivação do aluno, visando compreendê-lo de uma forma mais abrangente e assim, contribuir para uma melhor qualidade nesse desempenho escolar.

O estudo entre sintomas depressivos e o uso de estratégias de aprendizagem são muito escassos, portanto, pouco se conhece sobre como os sintomas depressivos interferem no uso de estratégias cognitivas e metacognitivas (BANDIM, ROAZZI, SOUGEY, BOTELHO & CARVALHO, 1998; LAUER; COLS, 1994).

Deste modo, é fundamental buscar por estratégias de intervenção que promova o tratamento e, consequentemente, fortaleça a aprendizagem; é de suma relevância direcionar o tratamento na busca por respostas às especificidades de cada aluno.

Ainda, é indispensável conhecer os limites dos fatores emocionais, que neste caso, são os sintomas da depressão, que podem ser identificados por uma observação técnica e especializada, para poder recorrer às possíveis estratégias de intervenção. No tópico a seguir, será discorrido sobre o processo de identificação e diagnóstico da depressão.

Processo de Identificação e Tratamento da Depressão

Ressalta-se, que persiste uma grande complexidade em diagnosticar a depressão em crianças, pois os sintomas se manifestam de forma oculta, por exemplo: geralmente, a criança possui dificuldades de concentração, déficit de atenção, hiperatividade, tristeza, baixa autoestima e agressividade, é difícil associar tais comportamentos com a patologia, por muitas vezes, serem confundidas com as "dificuldades de aprendizagem", logo, os profissionais não associam, tais sintomas, com a depressão, dificultando o diagnóstico (SCIVOLETTO & TARELHO, 2002),

Diante do exposto, é possível identificar variáveis que interferem no processo de aprendizagem. Certamente, os fatores internos podem estimular e inibir o desempenho escolar do aluno, problemas emocionais contribuem em tal situação, mas de forma individual, escolar ou social, considerando, que tais “dificuldades” nem sempre são passageiras e leves, como muitos professores imaginam (FONSECA & COLS, 1998).

Por esse motivo, existe a necessidade de olhar o aluno com mais atenção e observar as características de sua personalidade, diante das condições emocionais e suas crenças associadas a aprendizagem, é de

extrema importância para intervir, nestes casos, de depressão na infância. Por isso, diante da identificação, o educador contribuirá para os devidos encaminhamentos em prol do fortalecimento emocional, social e familiar dessa criança, mediante ao diagnóstico e a intervenção especializada.

Neste sentido, a

> criança com depressão necessita de um diagnóstico rápido e, para garantir uma boa recuperação, é indispensável que os pais estejam bem-informados sobre o assunto. Na depressão infantil, as psicoterapias são muito indicadas para tratamento, especialmente nos casos de sintomas mais leves. Busca-se ajudar o paciente e os familiares a criarem habilidades para enfrentar as situações de conflito e lidar com as sequelas psicossociais causadas pela depressão (CARMO; SILVA, 2009, p.335).

Tratamentos diante de protocolos terapêuticos, apresentam eficiência e trazem resultados satisfatórios, especialmente, nos casos de sintomas mais leves. Neste tratamento, busca-se, estabelecer o equilíbrio psíquico e emocional; a intervenção é direcionada para o paciente e família, onde juntos, possam reestabelecer funções e habilidades, acometidas pelas sequelas psicossociais, causadas pela depressão (BAHLS, 2004).

Apresenta-se, os seguintes protocolos terapêuticos utilizados para o tratamento da depressão infantil:

- **Terapia Familiar e Psicoeducação (TFP):** na terapia familiar, o objetivo é atender as situações clínicas, em que, ocorrem interações inadequadas entre pais-filhos como questões centrais no desenvolvimento e/ou manutenção da sintomatologia depressiva (KAZDIN & MARCIANO, 1998)
- **Psicoterapia em Grupos (TG):** as terapias em grupo corroboram para o resgaste da autoestima, autoconfiança e as relações sociais. Pois que, a criança acometida pela depressão não socializa, se isola, esse protocolo terapêutico busca o regaste da autonomia. Com isso, as técnicas são baseadas no cognitivo-comportamentais e interpessoais com foco grupal (BAXTER E KENNEDY, 1992).
- **Terapia Cognitiva Comportamental (TCC)**: esse protocolo terapêutico, resulta da associação das duas estratégias em seu emprego clínico, fundamentado na compreensão de que as cognições mais saudáveis conduzem a padrões de comportamento, adaptando-os e vice-versa (KAZDIN & MARCIANO, 1998).
- **Terapias de Orientação Psicodinâmica (TOP):** esse protocolo terapêutico, atua através de um atendimento breve acerca da orientação ao paciente, onde ele pode expressar seus pensamentos e sentimentos abertamente e de maneira

não dirigida, com a finalidade de reexperimentar traumas precoces na relação analítica (SCHESTATSKY & FLECK, 1999).

- **Terapia Interpessoal (TIP):** nesse protocolo terapêutico, o foco principal de terapia é na intervenção em situações de conflitos e problemas atuais do paciente. Onde os pacientes buscam compreender seus sentimentos, problemas e as relações interpessoais, monitorando os sintomas depressivos (KAZDIN & MARCIANO, 1998).

Deste modo, para obter um tratamento adequado e assim, alcançar a promoção da saúde mental; é de suma relevância a utilização de uma abordagem psicoterapêutica, diante da compreensão dos recursos destinados a esses casos, dando atenção ao estado clínico, ainda se encontra em fase incipiente, oferecendo mais indagações do que respostas. No subtópico a seguir, será discorrido sobre os fatores de riscos da patologia em casos de crianças com depressão.

Fatores de Riscos

Ressalta-se, que alguns fatores de riscos, influenciam de forma direta no desenvolvimento ou surgimento da depressão em crianças, sendo eles: condições sociais, ausência de suporte familiar, hereditariedade, função materna ou, até mesmo, o início do funcionamento psíquico e superego (CALDERANO; CARVALHO, 2005).

Segundo Fichtner (1997), a psicopatologia dos pais, vivenciada pela criança como rejeição ou privação parcial e conflitos familiares, podem mobilizar reações depressivas na criança; no entanto, o âmbito familiar, estando vulnerável, poderá ser um dos fatores responsáveis pela aparição da depressão. Em contrapartida, um precoce e satisfatório relacionamento materno/filial protege a criança contra a depressão, ajudando-a a elaborar as fases depressivas do próprio desenvolvimento.

Neste caso, a criança organiza a partir das bases da segurança, de confiança e desapego aos pais e a outras pessoas do núcleo familiar, estimulando a capacidade de adequar suas reações emocionais, ou seja, podendo explorar o mundo externo e as situações novas sem tensão e com prazer.

Diante do exposto, o ambiente escolar possui grande relevância neste processo de desenvolvimento, onde a atuação do professor diante do afeto, carinho e atenção é essencial, também, para identificar a depressão, previr e intervir, para o devido encaminhamentos.

Pois que,

> no cenário pedagógico o professor que se utiliza do afeto e do carinho pode atrair o interesse do aluno para a aprendizagem, deixando assim de lado aquele autoritarismo pedagógico, que desconsidera o lado afetivo e emocional da criança. Dessa forma o professor

> deve procurar saber mediar a afetividade na sala de aula. O afeto não é algo quantificável, mas é visível quando é demais e quando está faltando. Além disso, o afeto cria um espaço de descontração e naturalidade, onde a criança se sente mais segura e livre para realizar suas atividades (MARIANO, 2016, p.23).

Observa-se, que os fatores são diversos, que neste caso, influenciam para o surgimento ou o agravo da depressão na infância. Logo, a criança por estar no exercício de seu desenvolvimento, necessita de um suporte estável nos âmbitos: familiar, escolar e social, o primeiro, por exemplo, consegue suprir as necessidades básicas, como acolhimento e proteção, proporcionando à criança um desenvolvimento emocional saudável (CALDERANO; CARVALHO, 2005)

Segundo Calderano e Carvalho (2005), a escola também é considerada um ambiente propício para o surgimento da depressão, pois, existem diversos fatores que influenciam, conforme mencionado no decorrer deste trabalho, sendo estes:

-Sobrecarga de atividades;
-Disciplinas;
-Mudança do ensino infantil para o fundamental;
-Entre outras.

Portanto, ao mesmo tempo, em que a escola se torna um lugar propicio, é nesse espaço, que de início, as crianças poderão ser pré-diagnosticadas com a patologia, isso é claro, dependo do olhar e da metodologia do educador. Dessa forma, ficará acessível à identificação da criança com depressão através da observação dos sintomas.

Ressalta-se, que nesses espaços, são inexistentes qualquer proteção ou suporte adequado, a criança se utiliza de mecanismos específicos para lidar com as dificuldades, comprometendo, dessa forma, o desenvolvimento das estruturas de personalidade que estão se formando na infância. Considera-se, que determinadas doenças, como: enfermidades crônicas, intervenções cirúrgicas, enfermidades crônicas dos pais, instabilidade da convivência familiar e disputas familiares podem levar a um quadro depressivo na criança (BUZAID, 2005).

Destaca-se, que as crianças que vivem em situações socioeconômicas desfavoráveis, estando vulneráveis a depressão. Neste caso, a patologia se torna presente e frequente em famílias de baixa renda, a existência de desestruturação familiar, geralmente os pais não são estáveis ou presentes na vida dessa criança. Tais fatores, confundem a criança e geram uma diversidade de conflitos internos. Se tornando indispensável que as necessidades básicas sejam supridas, em prol do seu desenvolvimento (CALDERANO; CARVALHO, 2005).

Portanto, é possível observar que a depressão infantil pode ser adquirida em qualquer ambiente, diversos fatores contribuem para o

surgimento ou até mesmo, o agravo dela. O foco da pesquisa foi tratar dos reflexos (interferências) dessa patologia no processo de aprendizagem.

Sendo importante que os pais, educadores e os profissionais da saúde, estejam sempre atentos para o comportamento da criança; e claro, é importante que eles obtenham conhecimentos acerca da problemática, dessa forma, irá facilitar no momento da identificação, prevenção e encaminhamento desses casos. No tópico a seguir, será discorrido sobre a importância de uma equipe gestora especializada na escola.

A importância da Equipe Multidisciplinar na Escola

Contextualiza-se, a importância de uma equipe multidisciplinar especializada na escola; que possa atuar junto aos demais profissionais da educação, em especial, aos professores, em prol da promoção do ensino e aprendizagem, mas principalmente, da saúde psíquica dos alunos. No entanto, essa parceria com os outros profissionais, não terá o objetivo e um trabalho individualizado com os sujeitos, mas sim, de uma análise individual em prol da intervenção em conjunto (PETRONE; SOUZA, 2014).

Essa parceria será fundamental para intervir nos casos de crianças com depressão e, sobretudo, nas orientações aos familiares sobre a patologia, onde esse processo de constituição e contribuição afetiva, depende de um trabalho em conjunto, conscientizando os pais sobre os sintomas e sobre a importância do tratamento, dando ênfase para as questões pedagógicas, sociais e emocionais. O social é uma das principais fontes de desenvolvimento, o que implica necessariamente considerá-lo em estudos que pretendem compreender o sujeito nessa perspectiva (VIGOTSKI, 2010).

Deste modo, no processo que submerge o desenvolvimento da criança, encontra-se, as funções psicológicas, que neste caso, requer uma maior atenção. Principalmente, na promoção da aprendizagem em benefício do desenvolvimento pleno.

Na concepção de Vigotski (1999),

> em todas essas operações, a própria estrutura do processo mental muda substancialmente; ações diretas sobre o ambiente são substituídas por atos mediados por complexos. A fala incluída nessas operações constitui o sistema de signos psicológicos que adquiriu uma importância funcional especial, resultando em uma reorganização completa do comportamento (VIGOTSKI, 1999, p. 27).

Pois que, essa mediação da equipe especializada é de grande relevância para o sistema educacional. Onde profissionais como: psicólogos, psicopedagogos, neuro-pedagogos, assistentes sociais e entre outros, poderão trazer grandes contribuições para a educação em sua totalidade, além de estabelecer uma parceria mais presente entre a família a escola,

promovendo o desenvolvimento dos alunos. A seguir, será apresentado os resultados e discussão do presente estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise deste objeto de estudo tão complexo, constata-se, que a depressão infantil, se contextualiza a partir de sintomas diversos que interferem e comprometem o processo de aprendizagem. Sendo necessário a identificação e os encaminhamentos adequados, para que os profissionais possam intervir e indicar o tratamento. Neste sentindo, os diferentes olhares sobre o assunto, percepções e conhecimentos, foram fundamentados durante a entrevista duas professoras do 1.º ano do ensino fundamental de uma escola do município de Ananindeua-PA.

Diante do exposto, foi a partir desse tema, que se levantou a hipótese de realizar o presente estudo, com o intuito de conhecer e evidenciar a depressão infantil e seus reflexos (interferências) no processo de aprendizagem, especialmente, com os alunos do ensino fundamental, do 1.º ano. Por isso, que ao conhecer as interferências dessa patologia no processo de aprendizagem, foi possível trazer as discussões e os resultados da pesquisa.

Através das percepções das professoras entrevistadas sobre o assunto e, sobretudo, o que elas compreendem sobre a depressão como doença, foi essencial para obter um olhar acerca da análise técnica. Ainda, as respostas das entrevistas serão apresentadas de forma dissertativa-argumentativa:

1) Quais os reflexos da patologia no processo de aprendizagem**? 2)** quais as técnicas utilizadas para identificar a depressão? **3)** Quais são os encaminhamentos possíveis desses casos? **4)** Qual o olhar da família diante do processo de aprendizagem? **5)** Quais as responsabilidades da família diante das cargas de atividades extracurriculares? **6)** Neste caso, as atividades extracurriculares influenciam ou não, para o surgimento e agravo da depressão?

Porquanto, as questões levantadas para o desenvolvimento desta pesquisa estão contidas na estrutura da entrevista, as quais foram aplicadas com as profissionais: duas professoras caraterizadas como: profissional A e B, preservando a identidade conforme respalda o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE. A primeira pergunta era referente: **1) Quais os reflexos da patologia no processo de aprendizagem?** A resposta da **Profissional A,** foi a seguinte:

"*Com certeza interfere de forma negativa, uma criança depressiva não tem ânimo para aprender, se isola e demonstra certo desinteresse, nesse caso, significa que o processo de aprendizagem poderá ser comprometido e assim, interferir no desenvolvimento dessa criança"*. Já a resposta da **Profissional B**: "*É muito importante conhecer as características da depressão, desse modo, facilitará ao educador sinalizar os pais e a escola, para encaminhar devidamente esses casos*." Segundo as professoras, o

quadro de crianças depressivas é mais presente nas escolas públicas, pois, a prevalência de maior desestrutura familiar, quadros abusivos e os diversos conflitos que compromete a saúde mental do aluno. Tal afirmativa, são resultados de casos de alunos diagnosticados com depressão, porquanto, as professoras atuam também na rede pública, onde esses quadros são mais frequentes, havendo a necessidade de um acompanhamento consistente no processo de identificação, sinalização e acompanhamento desses casos (CALDERANO; CARVALHO, 2005).

Os resultados da segunda pergunta da entrevista: **2) Quais as técnicas utilizadas para identificar a depressão?** Ou até mesmo, no processo de surgimento da depressão. As respostas das **Profissionais A e B** foram em consenso: "*Mediante a observação, conforme for suspeitado por nós mesmas a depressão em determinada criança, encaminharemos para a Psicopedagoga da Escola, para que mediante vários olhares de profissionais especializados, possamos solicitar através do parecer mais técnicos para ajudar nesse processo."* Através dessa resposta, ressalta-se, a importância da equipe multidisciplinar durante o atendimento dessa criança, pois, esse suporte será de extrema importância no momento de intervir nesses casos. Pontuando, que uma criança depressiva, possui características diferentes das que apresentam num adulto. Portanto, necessita-se de profissionais capacitados para diagnosticar e assim, realizar os devidos encaminhamentos (PETRONE; SOUZA, 2014).

A terceira pergunta da entrevista era referente: **3) Quais são os encaminhamentos possíveis desses casos?** As respostas das **Profissionais A e B** foram em consenso, diante: "*Solicitação de laudo mediante ao parecer do responsável da área.*" Ou seja, elas informaram que perante a apresentação de um laudo comprovando que a criança se encontra em um quadro de depressão, é realizado o devido encaminhamento, onde a escola estará à frente para informar e orientar aos pais e responsáveis sobre tratamento, intervenção e prevenção. Perante a intervenção e aplicação de um protocolo terapêutico, direcionados para o paciente e família, ambos estabelecerão a reabilitação da saúde psíquica (BAHLS, 2004).

Referente a quarta pergunta: **4) Qual o olhar da família diante do processo de aprendizagem?** As respostas em consenso das **profissionais A e B**, foram as seguintes: "*O conhecimento em si, o que é a depressão, seus sintomas e características, encontramos dificuldades quando não conhecemos determinados assuntos. E nesse caso, conhecer as causas e tudo que norteia a depressão infantil, nos ajudará da melhor forma, identificar e assim, poder encaminhar, e claro, nos prevenir."* De fato, conhecer os sintomas da depressão e suas características possibilitará uma melhor intervenção, diante de uma atenção e observação consistentes. Segundo Mariano (2016), todos os profissionais da educação e saúde, precisam estar atentos para a problemática, a depressão ocorre com maior frequência no ambiente escolar, especialmente, na sala de aula, onde a grande maioria desses casos identificados por meio da observação do professor.

Já a quinta pergunta que compôs a entrevista: 5**) Quais as responsabilidades da família diante das cargas de atividades extracurriculares**? Obteve as seguintes respostas das **Profissionais A e B:** *"As participações dos pais funcionam da seguinte forma: Em uma grande maioria aceitam e procuram compreender, que aquela determinada criança, está com depressão e precisa de um acompanhamento especializado. Embora, alguns demonstrem a não aceitação em relação a situação sinalizada".*

Conforme ressaltam as professoras, quando uma criança é diagnosticada com a depressão, que nesse caso, foi identificada na escola, as profissionais sinalizam os pais, para que eles estejam cientes e informados diante de tudo que a criança está vivenciando. Os pais precisam ser avisados sobre o estado clínico da criança, perante a necessidade de uma atenção especializada e um acompanhamento (PETRONE; SOUZA, 2014).

Diante disso, a sexta e última pergunta da entrevista, referente: **6) Neste caso, as atividades extracurriculares influenciam ou não, para o surgimento e agravo da depressão?** Tais respostas das **Profissionais A e B,** foram as seguintes: **"***Sim. É por isso, que essa transição precisa ser mediada tanto por parte da escola e quanto da família. A criança, ao sair da educação infantil, possui outra visão do ambiente escolar, por isso, ao se deparar com esse novo processo, muitas vezes, encontram dificuldades adquiridas com as responsabilidades das disciplinas, sobrecargas e demonstram frustração diante de toda essa mudança. Buscamos dinâmicas para melhora adaptação dessa criança, trabalhamos a alta estima, o ânimo, e assim, atingimos a melhor forma que a criança possa se sentir à vontade."*

Portanto, diante das informações coletadas, foi possível analisar que o fator que submerge a depressão em crianças, quase sempre, esse adoecimento se inicia ou se agrava na escola, diante dos reflexos da patologia no processo de aprendizagem, comprometendo o desenvolvimento desse indivíduo em sua totalidade (CARMO; SILVA, 2009). A seguir, será apresentada as considerações finais desse estudo, diante de uma análise aprofundada do tema e dos resultados

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, a depressão infantil é vista como um assunto atual, por isso, mais pesquisas precisam ser desenvolvidas, realizando análises minuciosas e cautelosas sobre a problemática, principalmente, por se tratar de um estudo tão complexo. Neste caso, é um processo que requer maior atenção, sobretudo, nos casos da faixa etária infantil, pois, as crianças não possuem a mesma habilidade de expressar o que sentem, como os adultos.

Neste sentido, é uma doença com sintomas pertencentes a cada faixa etária, ou seja, a forma que a patologia se manifesta em crianças, são distintas dos sintomas de adultos, como se observa no decorrer desta

pesquisa. É de suma relevância, que busquem a melhor forma de compreensão e conhecimento do referido processo (adoecimento psíquico), porquanto, no que se trata de sintomas, fatores de riscos, tratamento e interferências, as sequelas afetam consideravelmente o processo de aprendizagem, atingindo negativamente o desenvolvimento desse indivíduo.

Perante os diversos fatores de interferências, os sintomas da depressão não só comprometem a aprendizagem, mas como também, agrava o estado clínico do paciente, ou seja, podendo atingir um grau de alta complexidade, quando não tratada. Por isso, que a intervenção dos professores por meio da observação, se torna fundamental para a identificação da patologia, podendo sinalizar a escola e os pais, para realizar os devidos encaminhamentos com vista no diagnóstico e tratamento.

Apesar do diagnóstico precoce, ainda na infância, essa premissa preocupa os profissionais da educação; é importante haver um trabalho em conjunto, para intervir nesses casos, em que, os educadores, escola (gestão) e família, se comprometam com o processo. Apresentando ações que possam ser eficientes, principalmente, diante desse reconhecimento dos sintomas, já que a depressão requer um tratamento específico diante de todas as suas fases evolutivas; a patologia interfere no rendimento escolar e agravam todas as dificuldades de aprendizagem dos alunos.

Sendo que, a patologia interfere no rendimento escolar e agravam todas as dificuldades de aprendizagem dos alunos. Destaca-se, a importância de uma atenção de uma equipe multidisciplinar especializada, para melhor intervir, porém, tal fator se torna preocupante, quando direcionamos essa análise para o sistema público, diante das precariedades de recursos e ausência de investimentos consistentes, que neste aspecto, não promovem a aprendizagem e tão pouco, a saúde mental.

Fazendo com que os profissionais da educação sejam conhecedores do assunto, e assim, possam intervir da melhor maneira para ajudar seus alunos, visando a prevenção e tratamento dos problemas emocionais na infância. Pois que, as dificuldades de aprendizagem, muitas vezes são provenientes desses reflexos da depressão, elas podem ser duradouras e extremante prejudiciais para o desenvolvimento da criança, tanto em relação a sua vida social como na vida escolar.

Portanto, foi realizado o presente estudo a fim de corroborar para as premissas de intervenção, informação, prevenção e tratamento, com o intuito de expor todas essas variáveis que permeiam a depressão infantil e claro, diante das consequências dessas interferências no processo de aprendizagem. Conhecendo através do olhar do professor, as metodologias que podem ser utilizadas para as questões psicopedagógicas, buscando sempre o desenvolvimento integral dessa criança.

Recomenda-se, mais estudos na área, pois persiste uma escassez acerca de pesquisas relacionadas à depressão infantil, por esse motivo, surge a necessidade de se aprofundar na contextualização da patologia e das possíveis variáveis que surgem com ela. Mas principalmente, diante das análises por parte dos profissionais da educação, buscando informações a

respeito para conhecer melhor esta realidade, obtendo subsídios para reforçar a busca por conhecimento e assim, reconhecer os sintomas da depressão nos alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDROLA, Wagner Bandeira; CAVALCANTE, Luana Rodrigues. **Avaliação da depressão infantil em alunos da pré-escola**. Ceará: UFC, 2009.

ANDRIOLA, W. B., & CAVALCANTE, L. R. **Avaliação da depressão infantil em alunos da pré-escola**. **Psicologia: Reflexão e Crítica**.1999.

AMARAL, V.L.A.R *&* BARBOSA, M.K. Crianças Vítimas de queimaduras um estudo sobre a depressão*. Revista Estudos em Psicologia.* 1990.

BANDIM, J.M, ROAZZI, A., SOUGEY, E. B. & CARVALHO, T.F.R. **Habilidade mnemônica em crianças com sintomas depressivos: um estudo exploratório.** *Revista de Neuropsiquiatria na infância e adolescência*. 6(3), 1998. p: 119-123.

BAHLS, Saint-Clair; BAHLS, Flávia Rocha Campos. **Psicoterapias da depressão na infância e na adolescência.** *Rev. Estudos de Psicologia,* PUC-Campinas, v. 20, n. 2, p. 25-34, maio/agosto 2003.

BAHLS, Saint-Clair**. A depressão em crianças e o seu tratamento**. São Paulo: Lemos Editorial, 2004.

BARBOSA, G.A.; LUCENA, A. **Depressão Infantil.** Rev. Neuropsiq. da Inf. e Adol. v.3, n.2, p. 23-30, 1995.

BAXTER, R.F. & KENNEDY, J.F. **Group Therapy of Depression.** In: M. Shafii, S. L. Shafii (eds.) Clinical Guide to Depression in Children and Adolescents. Washington: American Psychiatric Press. 1992, p. 177-195.

BORUCHOVITCH, E. **Estratégias de aprendizagem e desempenho escolar: considerações para a prática educacional.** *Revista Psicologia: Reflexão e Crítica*. 1999, 12(2), 361-376.

BORGES, Karine Pereira; BITAR, Karina dos Reis. **Depressão Infantil e seus reflexos no contexto escolar.** *Anais do Congresso de Iniciação Científica*. Estágio e Docência do Campus Formosa A relação teoria e prática no cotidiano escolar Universidade Estadual de Goiás, 2016.

CUNHA, Bianca Faria Vieira da; BUZAID, Andreza; WATANABE, Cintia Emi; ROMANO, Bellkiss Wilma. **Depressão na infância e adolescência: revisão bibliográfica. *Rev. Soc. Cardiol. Estado de São Paulo*** *; 15(3, supl A): 1-8, mai.-jun. 2005. Tab* Artigo em português: ID: lil-469951

CALDERANO, R. S. S., & CARVALHO, C. V. **Depressão na infância: Um estudo exploratório**. Psicologia em estudo, 2005.
CARMO, Alessandra Lopes do; SILVA, Ana Paula Barrozo da**. DEPRESSÃO INFANTIL: uma realidade presente na escola.** 2009. Disponível em: Dialnet-DepressaoInfantilUmaRealidadePresenteNaEscola-4034637.pdf Acesso em: 01 de janeiro de 2018.

COSTA, E. R. & BORUCHOVITCH, E. **As estratégias de aprendizagem e a produção de textos narrativos.** *Psicol. Reflex. Crit*. [online], 2009. 22 (2), 173-180,

CRUVINEL**,** Miriam**. Depressão infantil, rendimento escolar e estratégias de aprendizagem em alunos do ensino fundamenta**l. *Dissertação de Mestrado* - Unicamp, 2003.

DEMBO, M.H. **Applyng educational psychology.** New York: Longman Publishing Group. 1994, 5ª ed.

DOMÈNECH, E.*E* POLAINO-LORENTE, A. **La escala ESDM-PA como instrumento adicional em le diagnostico dela depressión infantil.** *Revista de Psiquiatria*. 1990, *17*, 105-113.

FONSECA, Aline Arruda da; COUTINHO, Maria da Penha de Lima; AZEVEDO, Regina Lígia Wanderlei de. **Representações sociais da depressão em jovens universitários com e sem sintomas para desenvolver a depressão.** *Revista Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 21, n. 3, 2008, p. 492- 498.

FREIRE, PAULO. **Conhecimento e aprendizagem Atualidade de Paulo Freire**. Demo, Pedro - Autor/a Autor(es) Paulo Freire y la agenda de la educación latinoamericana en el siglo XXI En: Buenos Aires Lugar CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial/Editor 2001.p.295-322.

KAZDIN, A.E. & Marciano, P.L. **Childhood and adolescent depression**. In: E. Mash, R. Barkley (eds.) Treatment of Childhood Disorders, 2. ed. New York: The Guilford Press. pp. 211-248, 1998.

LIVINGSTON, R. **Depressive Illness and learning difficulties: Research needs and Practical Implications.** *Journal of Leaning Disabilities*, 18 (9), 1985, 518-520.

LORANGER, A L. (1994). **The study strategies of successful and unsuccessful high school students**. Journal of Reading Behavior.

LOPES, J.A., MACHADO, M.L., PINTO, A.M., QUINTAS, M.J. &VAZ, M.C. **Avaliação de distúrbios de comportamento em crianças de idade pré-escolar.** Em L.S. Almeida & I.S. Ribeiro (Orgs.), Avaliação psicológica: Formas e contextos. Braga: Associação dos Psicólogos Portugueses. 1994, *p.209*-226.

MCCORMICK, C. B., MILLER, G. & PREESLEY, M. **Investigação em Estratégia Cognitiva desde a investigação básica até às aplicações educativas.** Springer –Verlaq. 1989.

MILLER, Jeffrey A. **O livro de Referências para a depressão infantil**. São Paulo: M. Books, 2003.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 7. ed. Petrópolis:
Vozes, 1997.

MARTINS, Rafael Aragão. **Tipos de conflitos e formas de resolução por alunos no primeiro ano do ensino fundamental I**. 2019.Disponível em: https://orcid.org/0000-0001-6495-731X Acesso em: 23 de fevereiro de 2018.

MARIANO, Amanda de Oliveira. **AFETIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL**. 2017. Disponível em: (Microsoft Word - TCC AMANDA DE OLIVEIRA - Revis\343o final) (unb.br) Acesso em: 26 de fevereiro de 2018.

NUNES, Alexandra Santos; AZAMBUJA, **Guacira de. Depressão Infantil: Informações sobre o distúrbio ajudam o docente no fazer pedagógico**. Revista do Professor. Nº 80, XX, 2004.

NISSEN, G. **Dèpressions de l enfaceet de l adolescence**. Triangle,1983, 23.p.43-50.

PEREIRA, Adriana Fernandes. Et al. **Depressão dificuldade a aprendizagem e provoca depressão?** *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano 04, Ed. 07, Vol. 08, pp. 126-148. Julho de 2019. ISSN: 2448-0959.

PETRONE, Ana Paula; SOUZA, Vera Lucia. **Psicólogo Escolar e Equipe Gestora: Tensões e Contradições de Uma Parceria**. *PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO,* 2014, 34 (2),p.444-459.

ROCHA, Denise A.B. F. **Formação e Monitoramento de Juristas leigos**. A Experiência de uma ONG com a Educação Popular na Região Sisaleira da Bahia. 2008.

REHM, L. P., & SHARP, R. N. **Estratégias para a depressão infantil.** Em: M. Reinecke, F. Dattilio & Artur Freeman, Terapia Cognitiva com crianças e adolescentes. São Paulo: Artes Médicas. 1999, p.91-104.
SHAVER, P.R *E* BRENNAN K.A. **Measures of depression and loneliness**. Em J.P Robison, P.R. 1992.

SCIVOLETTO, S. & TARELHO, L. G. **Depressão na infância e adolescência**. *Revista Brasileira de Medicina* 9(8): 555-558, ago. 2002. Artigo em português | LILACS | ID: lil-316491

SCHESTATSKY, S. & Fleck, M. **Psicoterapia das depressões**. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 1999. 21 (supl.): 41-47.

VYGOTSKY, L. S. **The collected works of L. S. Vygotsky, Tomo VI**. (M. J. Hall. Trad.) Nova Iorque: Kluwer Academic/ Plenum Publishers. 1999.

VIGOTSKI, L. S. **Quarta aula: a questão do meio na pedologia.** Psicologia USP, 21(4), 681-701. 2010. Disponível em: http:// dx.doi.org/10.1590/S0103-65642010000400003 Acesso em: 25 de fevereiro de 2018.

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO E LIMITES DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: RESPONSABILIZAÇÃO DIRETA DO AGENTE PÚBLICO

CAPÍTULO 11

Rafael de Oliveira Lins
Técnico judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Graduação em Direito pela Universidade do Estado do Amazonas
Mestrando em Direito, na área de função social do Direito
pela Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo – FADISP
Especialista em Direito Penal e Processo Penal
pela Escola Superior Batista do Amazonas

RESUMO

O artigo explora o instituto da responsabilidade civil do Estado no âmbito da responsabilização do agente público no exercício da função. É abordado as funções institucionais do Ministério Público, bem como jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça acerca de como o tema é tratado na prática. Destarte, analisa-se também o caso de responsabilização civil direta do agente público dentro da perspectiva da responsabilidade civil administrativa do Estado.

Palavras-chave: Direito administrativo. Responsabilidade civil do Estado. Agente Público.

INTRODUÇÃO

O presente artigo volta-se ao estudo da responsabilidade civil do Estado e o caso de responsabilização direta do agente público. Busca-se discorrer sobre o início e a evolução dos conceitos de responsabilidade civil do estado, narrando desde a derrocada do absolutismo e a tomada de poder pela classe burguesa, tratando de suas diferenciações entre diferentes ideologias de estado até a formação dos estados de direito.

Além disso, é feita uma diferenciação das duas possíveis responsabilizações do estado atualmente, ora na responsabilidade objetiva por risco administrativo, ora na responsabilidade objetiva integral.

Em um segundo momento, partimos para a análise das funções institucionais do Ministério Público, expondo sobre a legislação funcional das competências deste órgão ministerial, seja no âmbito institucional, seja no âmbito legal e seu papel atual no exercício de suas funções.

Analisa-se também a figura do abuso de direito, em que em apertada síntese, se discuti sobre a geração de dano e a responsabilização do Estado nestes casos.

Por fim, este artigo apresenta hipóteses de responsabilidade civil do Estado, discorrendo sobre os casos colhidos na doutrina e jurisprudência pátria de responsabilidade subjetiva do agente público e responsabilidade objetiva do estado, e o caso de responsabilidade direta do agente público.

A RESPONSABILIDADE CIVIL

Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil, segundo o artigo primeiro da Lei 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 (Código Civil de 2002). No enunciado deste artigo, pode-se extrair a obrigação primária de que determinada pessoa estará vinculada a obrigações dentro de nossa sociedade, além de ter direitos sociais também.

Uma destas obrigações sociais dos cidadãos, estava na hipótese de não gerar ou produzir prejuízos aos conterrâneos, sendo isto uma máxima desde os tempos do Império Romano (27 a.C a 476 d.c), conhecida como *neminum laedere* (não lesar ninguém), e os termos correlatos também conhecidos *honest vivere* (viver honestamente), *suum cuique tribure* (dar a cada um o que é seu).

> Os brocardos jurídicos, também chamados de axiomas ou de máximas jurídicas, constituem um pensamento sintetizado em uma única sentença, que expressa uma conclusão reconhecida como verdade consolidada. Os brocardos assemelham-se aos provérbios, estes traduzindo a sabedoria popular, aqueles as máximas colhidas na prática do Direito. O prestígio dos brocardos varia conforme o tempo e o lugar. [1]

Entretanto, nem sempre a responsabilidade civil esteve sob o manto equalitário da Justiça. Na época do império babilônico, por volta dos anos de 1792 a 1750 a.C, existia o Código de Hamurabi que regulava as relações do Império Persa, e tal código era baseado na Lei de Talião, o qual pregava que a justiça deveria ser exercida numa norma igualitária e de pacificação social, visto que nestes tempos a justiça orientava-se na ideia de que o bem jurídico violado da vítima deveria ser compensado pela lesão ao mesmo bem jurídico do agressor.

> Ao todo, o Código de Hamurabi foi composto por 281 leis, escritas em cuneiforme, em uma pedra de diorito e de cor escura. Hamurabi desenvolveu esse conjunto de leis para unificar o reino babilônico, tendo em vista a grande quantidade de povos que faziam parte dele, e regular as práticas costumeiras dos babilônicos. As punições ocorriam para aqueles que não cumpriam as regras preestabelecidas. Atualmente, a pedra contendo as leis do Código de Hamurabi encontra-se no Museu do Louvre, em Paris. Em 1901, uma expedição francesa liderada

[1] FREITAS, Vladimir Passos de. Os poucos conhecidos lembrados brocardos jurídicos. Revista Consultor Jurídico, 2013, disponível em: https://www.conjur.com.br/2013-mar-24/segunda-leitura-conhecidos-lembrados-brocardos-juridicos. Acesso em: 16.05.2022

> por Jacques de Morgan encontrou-a na cidade de Susa, atual território do Irã. A escrita do código foi traduzida pelo abade Jean Vicent Scheil.""O Código de Hamurabi se baseava na Lei do Talião, também conhecida pela expressão “olho por olho, dente por dente”. Esse código legal determinava que a punição seria proporcional ao crime cometido. As sentenças escritas estavam relacionadas ao casamento, à escravidão, ao trabalho e a acordos comerciais. A sociedade mesopotâmica era dividida em classes sociais: homens livres, fidalgos e escravos. Para cada classe social, o Código de Hamurabi determinava um tipo de punição."[2]

A responsabilidade civil tornou-se, assim, um instituto de vital importância para a manutenção da paz social e alívio das tensões das disputas que ocorrem em sociedade. Não é outro o entendimento do artigo 1, inciso III, da Carta Magna de 1987, que coloca como princípio constitucional a ideia de proteção à dignidade da pessoa humana, demonstrando assim um valor inato à condição de ser humano, e ainda pauta no mesmo artigo, inciso II, a cidadania que entendida em sentido lato sensu, abrange o sentido de que o todo cidadão tem o direito de ter atendido em suas necessidades sociais pelo Estado, por meio do respeito a direitos civis e políticos, bem como a direitos sociais também como saúde, educação e segurança pública.

> Condição de quem possui direitos civis, políticos e sociais, que garante a participação na vida política.Estado de cidadão, de quem é membro de um Estado.Exercício dos direitos e deveres inerentes às responsabilidades de um cidadão: votar é um ato de cidadania.[Por Extensão] Característica de um cidadão ou de quem recebeu o título de cidadão, possuindo todos os direitos e deveres garantidos pelo Estado[3]

A EVOLUÇÃO DAS RESPONSABILIDADES CIVIS IMPUTADAS AO ESTADO

A irresponsabilidade do Estado

A partir do ano de 1850, o conceito de responsabilidade que dominava na segunda metade do século XIX estava focado na total desvinculação do Estado perante os atos de ofício praticado por seus agentes. Tal corrente, conhecida pela doutrina como o soberano (Estado) não comete erros, conforme o entendimento de Milton Flaks.

> Pode-se dizer que a doutrina da "irresponsabilidade estatal" (sovereign can do no wrong) está inteiramente superada, visto

[2] HIGA, Carlos César. "Código de Hamurabi"; Brasil Escola. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/historiag/codigo-hamurabi.htm. Acesso em 16 de maio de 2022.
[3] CIDADANIA. Dicionário on Line de Português. 2017. Disponível em: https://www.dicio.com.br/cidadania/. Acesso em: 16.05.2022)

> que os dois últimos países que a sustentavam passaram a admitir que demandas indenizatórias, provocadas por atos de agentes públicos, podem ser dirigidas diretamente contra a Administração: Inglaterra (Crown Proceeding Act, de 1947) e Estados Unidos da América (Federal Tort Claims Act, de 1946)[4]

Embora esta opção se mostre de forma bem prejudicial para os particulares, ela refletia situação política do momento, visto que era o auge do Estado Liberal nesta época, o qual possuía atuação rarefeita e limitada atuação nas contendas dos administrados.

Além disso, configurava um fundamento do Estado Liberal do *Laissez Faire* este absenteísmo no envolvimento político do Estado, visto que a então classe ora em ascensão da burguesia não queria intervenção estatal em assuntos políticos.

Fato intrigante é que a situação de irresponsabilidade civil do Estado remonta a exatamente à época absolutista, pois embora os burgueses quisessem se afastar o máximo possível da influência de qualquer resquício do poder da nobreza, a estrutura de poder herdada da classe anterior era favorável aos interesses burgueses, e destarte não precisava ser alterada ou reformada.

Somente mais tarde, a noção de estado liberal e sem responsabilidade civil foi sendo substituída gradualmente pela concepção de estados de direito e a partir surgindo direitos e deveres tanto para pessoas físicas como para pessoas jurídicas, e neste último grupo estava o Estado. Nas palavras de Celso Antônio de Mello:

> Admitida a responsabilidade do Estado já na segunda metade do século XIX, sua tendência foi expandir-se cada vez mais, de tal sorte que evoluiu de uma responsabilidade subjetiva, isto é, baseada na culpa, para uma responsabilidade objetiva, vale dizer, ancorada na simples relação de causa e efeito entre o comportamento administrativo e o evento danoso[5]

Teoria da Responsabilidade com culpa

O aparecimento da culpa do Estado resultando na responsabilização estatal por atos de agentes públicos seguiu pelos conceitos da teoria civilista da culpa.

Entretanto, no âmbito do Estado com poderes de atos de gestão e atos de império, era necessário fazer algumas diferenciações.

Nos atos de gestão, considerando que o Estado se colocava numa situação de igual com o particular, poderia ser processado civilmente por atos

[4] FLAKS, Milton. Precatório Judiciário na Constituição de 1988. Revista Jurídica da Procuradoria Geral da Fazenda Estadual, publicação do Governo do Estado de Minas Gerais, n. 7, p. 39

[5] MELLO, Celso Antônio de. Ato Administrativo e Direitos dos Administrados. São Paulo: Ed. RT, 1981, p. 132

abusivos e que extrapolassem os limites desta atuação.

No entanto, quanto aos atos de império, regidas pelas normas de direito público, o Estado não poderia ser responsabilizado pelos atos de seus agentes.

> Essa distinção foi idealizada como meio de abrandar a teoria da irresponsabilidade do monarca por prejuízos causados a terceiros. Passou-se a admitir a responsabilidade civil quando decorrente de atos de gestão e a afastá-la nos prejuízos resultantes de atos de império. Distinguia-se a pessoa do Rei (insuscetível de errar – the king can do no wrong), que praticaria os atos de império, da pessoa do Estado, que praticaria atos de gestão, através de seus prepostos. Surgiu, no entanto, grande oposição a essa teoria, quer pelo reconhecimento da impossibilidade de dividir-se a personalidade do Estado, quer pela própria dificuldade, senão impossibilidade, de enquadrar-se como atos de gestão todos aqueles praticados pelo Estado na administração do patrimônio público e na prestação de seus serviços. Embora abandonada a distinção entre atos de império e de gestão, muitos autores continuaram apegados à doutrina civilista, aceitando a responsabilidade do Estado desde que demonstrada a culpa. Procurava-se equiparar a responsabilidade do Estado à do patrão, ou comitente, pelos atos dos empregados ou prepostos. Era a teoria da culpa civil ou da responsabilidade subjetiva. A doutrina civilista serviu de inspiração ao artigo 15 do Código Civil Brasileiro (de 1916), que consagrou a teoria da responsabilidade subjetiva do Estado.[6]

Teoria da Culpa Administrativa

Posteriormente, a culpa administrativa foi reconhecida sem precisar mais da dicotomia de atos de gestão e atos de império que causa confusão quanto a determinação dos limites do que se configurava cada ato administrativo ou da administração.

Assim, seguindo esta doutrina clássica, começou a ser entendido que a mera comprovação de mau funcionamento do serviço público era por si só fator de atração da responsabilidade civil do estado, ainda que não identificado o agente público que tinha dado causa ao fato indenizante, sendo denominado então pela doutrina como falta do serviço ou culpa anônima.

Dito isto, o termo de culpa anônima poderia se configurar em três falhas na prestação do serviço público, que seria a inexistência, má prestação ou falha no serviço. Logo, existindo a ocorrência de alguns desses três fatores, estaria configurada prontamente a culpa administrativa, cabendo o ônus da

[6] PIETRO, Maria Sylvia Zanella D. **Direito Administrativo**. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2021. 9788530993351. Disponível em:integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530993351/. Acesso em: 21 jun. 2022.

prova ao cidadão lesado. Na doutrina clássica de Hely Lopes Meirelles, o estabelecimento da teoria da culpa administrativa era entendido da seguinte forma:

> .. seguia o binômio falta do serviço/culpa da Administração (...) exige-se a falta do serviço; na teoria do risco administrativo exige-se apenas o fato do serviço. Naquela, a culpa é presumida da falta administrativa; nesta, é inferida do fato lesivo da administração [7]

Teoria da Responsabilidade Administrativa

Tal teoria consagrou a responsabilidade objetiva do Estado, pois agora desconsidera a necessidade de provar a culpa administrativa, bastando a cidadão lesado a demonstração da relação causal entre atos lícitos ou ilícitos causadores de dano, sendo adotada tal teoria pelos Estados Modernos.

Esta teoria fundamenta-se na concepção de que o Estado possui mais prerrogativas políticas, jurídicas e estruturais que os cidadãos administrados, não podendo recair sobre eles o dever de prova conduta lesiva, ainda que lícita, do Estado no momento de requerer reparação por danos sofridos.

Assim, sendo o Estado titular de muitas atividades causadoras de risco para conseguir cumprir seus fins sociais e institucionais para administração de atividades típicas, aparece a teoria do risco administrativo para fins de responsabilidade objetiva do Estado.

Surge, então, uma nova dicotomia: risco administrativo e risco integral. No primeiro, temos a situação do Estado atuando para a execução de seus fins institucionais e gerenciando as necessidades de uma cidade e o atendimento de direitos sociais, como saúde, educação e trabalho. Neste caso, ocorrendo atuação do lesado em grau concorrente ou exclusivo, será o Estado atenuado ou até mesmo excluído de responsabilização. Quanto ao segundo risco, o Estado será responsável mesmo sem nexo causal e ainda que seja culpa exclusiva da pessoa lesada, como no caso de incidente envolvendo energia nuclear, a responsabilização civil será do Estado, visto que se beneficia de atividade perigosa.

Entende-se, logo, que os fundamentos da responsabilidade civil objetiva do Estado estão ligados a fatores de justiça social por erros de agentes públicos e repartição de encargos, visto que o dinheiro da indenização é extraído das contribuições tributárias e fiscais dos indivíduos.

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NO ORDENAMENTO JURÍDICO

Feitas as considerações acerca da responsabilidade do Estado como fruto de uma evolução dos estados liberais até a chegado dos estados de Direito, passamos para a análise das responsabilidade estatais dentro do

[7] MEIRELLES, Hely Lopes. Curso de Direito Administrativo Brasileiro. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2001, p. 611

ordenamento jurídico vigente, em que cabe responsabilização objetiva com possibilidade de exclusão ou mitigação da culpa, que é a responsabilidade objetiva do risco administrativa, assim como a responsabilidade objetiva pelo risco integral, decorrente de dano ambiental e no caso de acidentes que envolvam energia nuclear.

A responsabilidade do risco administrativo encontra-se prevista no artigo 37, §6º, da Constituição Federal, consistindo na responsabilização das pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Tal redação aparece de forma similar no artigo 43, caput, do Código Civil de 2002, em que enuncia que as pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.

A seguir, seguem jurisprudências do Supremo Tribunal Federal sobre o tema.

> Constitucional. Administrativo. Acidente de trânsito. Agente e vítima: servidores públicos. Responsabilidade objetiva do Estado: CF/1988, art. 37, § 6.º. O entendimento do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que descabe ao intérprete fazer distinções quanto ao vocábulo 'terceiro' contido no § 6.º do art. 37 da CF/1988, devendo o Estado responder pelos danos causados por seus agentes qualquer que seja a vítima, servidor público ou não" (AI 473.381 AgR, rel. Min. Carlos Velloso, j. 20.09.2005, *DJ* 28.10.2005);
> Constitucional. Responsabilidade do Estado. Art. 37, § 6.º, da CF/1988. Pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público. Concessionário ou permissionário do serviço de transporte coletivo. Responsabilidade objetiva em relação a terceiros não usuários do serviço. Recurso desprovido. I - A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários e não usuários do serviço, segundo decorre do art. 37, § 6.º, da CF/1988. II - A inequívoca presença do nexo de causalidade entre o ato administrativo e o dano causado ao terceiro não usuário do serviço público, é condição suficiente para estabelecer a responsabilidade objetiva da pessoa jurídica de direito privado. III - Recurso extraordinário desprovido [8]

Quanto a responsabilidade objetiva do risco integral, encontra-se previsão no artigo 21, inciso XXIII, “d” em que é competência da União a exploração dos serviços e instalações nucleares de qualquer natureza e exercer monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e

[8] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Escpecial RE 591.874, Pleno, rel. Min. Ricardo Lewandowski, repercussão geral - mérito, j. 26.08.2009, *DJe* 17.12.2009

seus derivados, atendidos os seguintes princípios e condições, visto que a responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa.

A Teoria do Risco Integral também está presente no artigo 223,§3º, da CF, no qual as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, as sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados ao Meio Ambiente Natural.

A Teoria encontra-se exposta também no artigo 14, parágrafo primeiro, da Lei 6938/1981, partindo do enunciado que a aplicação das penalidades previstas ao poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, será a de indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade, cabendo ao Ministério Público da União e dos Estados a legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.

A seguir, seguem jurisprudências do Supremo Tribunal Federal sobre o tema.

> A revogação de normas operacionais fixadoras de parâmetros mensuráveis necessários ao cumprimento da legislação ambiental, sem sua substituição ou atualização, compromete a observância da Constituição Federal, da legislação vigente e de compromissos internacionais. [9]

A seguir, seguem jurisprudências do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema.

> O novo proprietário assume o ônus de manter a integridade do ecossistema protegido, tornando-se responsável pela recuperação, mesmo que não tenha contribuído para o desmatamento ou destruição, isto porque, inexiste direito à degradação.
>
> Como se sabe, a obrigação civil de reparar o dano ambiental é do tipo propter rem, porque, na verdade, a própria lei já define como poluidor todo aquele que seja responsável pela degradação ambiental - e aquele que, adquirindo a propriedade, não reverte o dano ambiental, ainda que não causado por ele, já é um responsável indireto por degradação ambiental.
>
> Consoante o art. 405 do CPC/2015, laudo, vistoria, relatório técnico, auto de infração, certidão, fotografia, vídeo, mapa, imagem de satélite, declaração e outros atos elaborados por agentes de qualquer órgão do Estado possuem presunção (relativa) de legalidade, legitimidade e veracidade, por se enquadrarem no conceito geral de documento público, invertendo o ônus da prova.
>
> Em época de grandes avanços tecnológicos, configuraria despropósito ou formalismo supérfluo negar validade plena a imagens de satélite e mapas elaborados a partir delas.

[9] BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF 747/DF e ADPF 749/DF, Rel. Min. Rosa Weber, julgado em 13/12/2021 (Info 1041).

> Ou em casos de desmatamento apontados por essas ferramentas altamente confiáveis, exigir a realização de prova testemunhal ou pericial para corroborar a degradação ambiental[10].

A Teoria está exposta também na Lei 6938, de 31 de agosto de 1981, a qual dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, que trata no artigo 14, parágrafo primeiro, partindo do enunciado de que a aplicação das penalidades previstas ao poluidor obrigado, em que independentemente de penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade, cabendo ao Ministério Público da União e dos Estados a legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.

Feitas estas considerações, analisaremos as funções típicas da atividade dos Ministérios Públicos, sejam eles de âmbito estadual ou da União, analisando as prerrogativas e limites do cargo de Procurador Federal e Promotores de Justiça.

MINISTÉRIO PÚBLICO: EXERCÍCIO CONSTITUCIONAL E LEGAL DA FUNÇÃO

A Atividade típica do Ministério Público possui função essencial à função jurisdicional do Estado, cabendo a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, de acordo com o caput, do artigo 127, da Constituição da República.

As Funções dos Ministério Público encontram-se ainda mais especificadas nos incisos do artigo 129 da Carta Magna Pátria de 1988, sendo as seguintes:

> I - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;
> II - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;
> III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;
> IV - promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição;

[10] DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Vol. 07. ed. Saraiva. São Paulo. 2013. Pg. 626

> V - defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;
> VI - expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva;
> VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;
> VIII - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;

A Lei nº 8625, de 12 de fevereiro de 1993, que instituiu a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (LOMP), dispondo sobre normas gerais para a organização dos Ministérios Públicos Estaduais, constam também as seguintes funções do artigo 3º, incisos, da LOMP.

> Art. 3º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente:
> I - praticar atos próprios de gestão;
> II - praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal, ativo e inativo, da carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios;
> III - elaborar suas folhas de pagamento e expedir os competentes demonstrativos;
> IV - adquirir bens e contratar serviços, efetuando a respectiva contabilização;
> V - propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos, bem como a fixação e o reajuste dos vencimentos de seus membros;
> VI - propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção dos cargos de seus serviços auxiliares, bem como a fixação e o reajuste dos vencimentos de seus servidores;
> VII - prover os cargos iniciais da carreira e dos serviços auxiliares, bem como nos casos de remoção, promoção e demais formas de provimento derivado;
> VIII - editar atos de aposentadoria, exoneração e outros que importem em vacância de cargos e carreira e dos serviços auxiliares, bem como os de disponibilidade de membros do Ministério Público e de seus servidores;
> IX - organizar suas secretarias e os serviços auxiliares das Procuradorias e Promotorias de Justiça;
> X - compor os seus órgãos de administração;
> XI - elaborar seus regimentos internos;
> XII - exercer outras competências dela decorrentes.

Além disso, a Lei Complementar 75, de 20 de maio de 1993, também dispõe sobreas as funções do Ministério Público no âmbito da União, em seu artigo 3 e alíneas “a” até “e”, está as competências no que tange ao controle da atividade policial, e nas funções institucionais do Ministério Público da União, encontra-se mais bem delimitada no artigo 5º, incisos I a V, expostos

logo a seguir:

Art. 5º São funções institucionais do Ministério Público da União:

I - a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis, considerados, dentre outros, os seguintes fundamentos e princípios:

a) a soberania e a representatividade popular;

b) os direitos políticos;

c) os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil;

d) a indissolubilidade da União;

e) a independência e a harmonia dos Poderes da União;

f) a autonomia dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

g) as vedações impostas à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;

h) a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a publicidade, relativas à administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União;

II - zelar pela observância dos princípios constitucionais relativos:

a) ao sistema tributário, às limitações do poder de tributar, à repartição do poder impositivo e das receitas tributárias e aos direitos do contribuinte;

b) às finanças públicas;

c) à atividade econômica, à política urbana, agrícola, fundiária e de reforma agrária e ao sistema financeiro nacional;

d) à seguridade social, à educação, à cultura e ao desporto, à ciência e à tecnologia, à comunicação social e ao meio ambiente;

e) à segurança pública;

III - a defesa dos seguintes bens e interesses:

a) o patrimônio nacional;

b) o patrimônio público e social;

c) o patrimônio cultural brasileiro;

d) o meio ambiente;

e) os direitos e interesses coletivos, especialmente das comunidades indígenas, da família, da criança, do adolescente e do idoso;

IV - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos da União, dos serviços de relevância pública e dos meios de comunicação social aos princípios, garantias, condições, direitos, deveres e vedações previstos na Constituição Federal e na lei, relativos à comunicação social;

V - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos da União e dos serviços de relevância pública quanto:

a) aos direitos assegurados na Constituição Federal relativos às ações e aos serviços de saúde e à educação;

b) aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade;

> VI - exercer outras funções previstas na Constituição Federal e na lei.

Além destas legislações citadas, no Código de Processo Civil de 2015 (Lei 13015, de 16 de março de 2015), as atribuições do Ministério Público estão divididas tacitamente entre as atribuições como parte, conforme a legislação anteriormente exposta, e a atuação como Fiscal da Lei, ou Custos Legis, que deverá ter atuação em processos judiciais que envolvam o interesse público ou social, interesse de incapaz; litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana, isso de acordo com que dispõe o artigo 178, incisos do I ao II, do CPC/2015.

Considerando que foi tratada exaustiva legislação acerca das atribuições constitucionais e legais da atuação do Ministério Público, o próximo capítulo abordará a questão do abuso de direito no exercício da Função e sua consequente responsabilização.

ABUSO DE DIREITO E RESPONSABILIDADE CIVIL

As lições iniciais de direito civil nas academias são claras quanto a relação de direito obrigacional que rege nossa sociedade. Dito isto, a relação de responsabilidade civil também é uma relação obrigacional, visto que como regra salutar de convívio em uma sociedade, tem-se que entender que a ninguém a dado o direito de lesar alguém, bem como uma vez que existe o prejuízo ainda que não intencional, ou seja, somente a título culposo, deve-se haver a compensação dos danos sofridos a fim de restaurar, ou menos compensar, a tentativa de restauração patrimonial da situação jurídica anterior da pessoa lesionada.

Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes, conforme o artigo 187, caput, do Código Civil de 2002 (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002).

Sobre o tema, Maria Helena Diniz[1] discorre que existem casos raros que não configuram atos ilícitos, entretanto são fontes causadoras de dano a direitos alheios, pois há o dano, a relação de causalidade entre a ação do agente e o prejuízo ocorrido, embora no artigo 188, incisos I e II, do Código Civil, existam causas de excludente de ilicitude que são os atos realizados em legítima defesa e o estado de necessidade. Quanto ao exercício regular de direito, só ocorrerá abuso caso executado abusivamente, como no exemplo de um credor que execute o pagamento de uma dívida de modo vexatório para o devedor.

Luiz Sérgio Fernandes de Souza, sobre o tema, discorre da seguinte forma:

> A despeito das dificuldades em estabelecer um conceito claro e preciso acerca do abuso do direito, a experiência jurídica mostra, através dos séculos, a importância das elaborações dogmáticas em torno do tema, a começar pelo direito de vizinhança, no qual a teoria do abuso ganhou seus primeiros contornos. Assim é que

> o princípio qui suo iure utitur neminem laedit (D. 50, 17, 55, Gaio), resquício da justiça de mão própria, vai, aos poucos, cedendo lugar a uma visão mais humanista, que se insere, como já visto, no contexto de certos preceitos cristãos. Em Ulpiano é possível encontrar a origem da regra do artigo 587 do Código Civil de 1916, segundo o qual "a cada um é dado reparar sua própria casa, contanto que não prejudique, sem permissão, o direito do vizinho" (D. 50, 17; Ulp. 3 opin.), disposição esta que corresponde ao artigo 1.313 do Código Civil vigente. Viu-se que o individualismo exacerbado do direito romano, a princípio, passou a fazer certas concessões no que diz respeito ao dano intencional. Quanto ao uso das águas, entendia-se, com base em Ulpiano, que ao proprietário é dado abrir sulcos no seu prédio, ainda que em prejuízo das fontes do vizinho, para melhorar o seu, sob condição de que não o faça com ânimo de prejudicar.104 Sucederam-se, então, com fundamento na distinção entre uso normal e uso anormal da propriedade, da qual foi precursor Quintus Mucius Scaevola,105 diversas regras, que regulam os direitos de vizinhança até nossos dias, as quais visam a coibir o uso nocivo da propriedade, mais especificamente o direito de construir, o direito de tapagem e o direito de servidão[11].

O Código de Processo Civil de 2015, tratou a figura do abuso de direito presente nas situações de litigância de má-fé, pois é uma forma de exercício irregular dos direitos processuais, havendo a responsabilização do autor, réu ou interveniente, conforme a redação do artigo 79, caput, do CPC/15.

O legislador preocupou-se em delimitar mais o conceito de "litigância de má fé", visto que para ocorrer precisa ser provada e não pode ser presumida, assim, o artigo 80 do citado diploma processual expõe legalmente as seguintes situações:

> Art. 80. Considera-se litigante de má-fé aquele que:
> I - deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso;
> II - alterar a verdade dos fatos;
> III - usar do processo para conseguir objetivo ilegal;
> IV - opuser resistência injustificada ao andamento do processo;
> V - proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo;
> VI - provocar incidente manifestamente infundado;
> VII - interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório.

O caput do artigo 81 enuncia que o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por

[11] FERNANDEZ DE SOUZA, Luiz Sérgio. Abuso de Direito. Tomo Teoria Geral e Filosofia do Direito, edição 01. 01 de outubro de 2017. Disponível em: enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/167/edicao-1/abuso-do-direito. Aceso em 25 de junho de 2022.

cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou fazendo isto prontamente ou se a parte lesada assim o requerer.

Neste ponto do trabalho, considerando que foram expostas definições doutrinárias e legislativas de conceitos atrelados a responsabilidade do estado civil do Estado e seus agentes, bem como conceitos sobre abuso de direito no campo do direito civil, passamos para o próximo capítulo para analisar como a jurisprudência julga tal temática e o intrigante caso de responsabilização direta do agente público.

RESPONSABILIDADE CIVIL DOS AGENTES PÚBLICOS E RESPONSABILIZAÇÃO DIRETA

Responsabilidade Civil dos agentes públicos no exercício da função

Conforme vimos no capítulo 3 do presente artigo, analisamos que a responsabilidade estatal dar-se-ia de duas formas: a responsabilidade pelo risco administrativo que admite minoração e até mesmo exclusão da culpa em casos excepcionais, e a responsabilização integral em que não se discute a culpa, e se calcula a indenização pela extensão do dano, ou pela sua estimativa, conforme se faz nos danos que envolvem energia nuclear e nos danos ambientais.

O capítulo 4 que expôs as atribuições e funções constitucionais e legais do Ministério Público, esclareceu que esta atuação é uma atuação administrativa, visto que conforme o largo rol de atribuições ministeriais nos faz entender que o Estado neste ponto atua para assegurar a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, logo a atuação ministerial tens fins de atendimento aos objetivos de um Estado Democrático, regido não apenas por leis mas também por princípios essenciais, dentre eles a Dignidade da Pessoa Humana, prevista no artigo 1º, inciso III, da Constituição da República de 1988.

Sendo assim, a atuação administrativa do Estado, uma vez que poderá ocorrer abusos de direito por parte do agente público, funcionava na sistemática de primeiro ser o Ente Estatal processado, sendo este caso de responsabilidade objetiva, e a responsabilidade do agente seria feita por meio de processo posterior e de cunho de responsabilidade subjetiva, com base no artigo 37, §6º, da CF/88 c/c o artigo 43, caput, do Código Civil de 2002, em que enuncia que as pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o tema relacionada a responsabilidade civil objetiva pautada pelo risco administrativo dos serviços públicos oferecidos e até mesmo exercícios das funções de determinadas autoridades é matéria de repercussão geral, como o tema da

Tese 777, que entende que o Estado é responsável por danos causas a terceiros por tabeliães e oficiais de registro no exercício de suas funções, cabendo direito de regresso do Estado contra o causador do dano seja por meio de culpa ou dolo, e até mesmo processar por improbidade administrativa.

> EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. DANO MATERIAL. ATOS E OMISSÕES DANOSAS DE NOTÁRIOS E REGISTRADORES. TEMA 777. ATIVIDADE DELEGADA. RESPONSABILIDADE CIVIL DO DELEGATÁRIO E DO ESTADO EM DECORRÊNCIA DE DANOS CAUSADOS A TERCEIROS POR TABELIÃES E OFICIAIS DE REGISTRO NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS. ART. 236, §1º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO PELOS ATOS DE TABELIÃES E REGISTRADORES OFICIAIS QUE, NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES, CAUSEM DANOS A TERCEIROS, ASSEGURADO O DIREITO DE REGRESSO CONTRA O RESPONSÁVEL NOS CASOS DE DOLO OU CULPA. POSSIBILIDADE. 11. Repercussão geral constitucional que assenta a tese objetiva de que: o Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa. 12. In casu, tratando-se de dano causado por registrador oficial no exercício de sua função, incide a responsabilidade objetiva do Estado de Santa Catarina, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa. 13. Recurso extraordinário CONHECIDO e DESPROVIDO para reconhecer que o Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa. Tese: "O Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa [12]

Quanto a temática sobre exercício regular das funções, o Supremo Tribunal Federal possui também a Tese de Repercussão Geral nº 950, a qual entende que mesmo em casos de dano morais cometido por parlamentar é

[12] BRASIL, Supremo Tribunal Federal: Tribunal Pleno. Recurso Extraordinário RE 842846/SC – Santa Catariana. Relator Ministro Luiz Fux. Julgamento de 27/02/2019. Publicação em 13/08/2019. Disponível em: jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur408487/false. Acesso em 28.06.2022

possível o reconhecimento da responsabilidade civil objetiva do Estado.

> Ementa: Direito Constitucional. Recurso Extraordinário. Responsabilidade Civil do Estado por atos protegidos por imunidade parlamentar. Presença de Repercussão Geral. 1. A decisão recorrida reconheceu a responsabilidade civil objetiva do Estado e condenou o ente público ao pagamento de indenização por danos morais decorrentes de atos protegidos por imunidade parlamentar. 2. Constitui questão constitucional relevante definir se a inviolabilidade civil e penal assegurada aos parlamentares, por suas opiniões, palavras e votos, afasta a responsabilidade civil objetiva do Estado, prevista no art. 37, § 6º, da Constituição. 3. Repercussão Geral reconhecida.[13]

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça também julga que eventuais excessos no exercício regular da função de agente público geram primeiro a responsabilização objetiva do Estado, conforme o caso em concreto no agravo em recurso especial analisado a seguir:

> PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. ABORDAGEM POLICIAL EQUIVOCADA. DISPARO DE ARMA DE FOGO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO. DANOS MATERIAIS E MORAIS CONFIGURADOS. QUANTUM INDENIZATÓRIO. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ 1.[14]

Responsabilidade civil direta de agente público

Na data de 22 de março de 2022, a quarta turma do Superior Tribunal de Justiça condenou o ex-Procurador da República Deltan Dallagnol a pagar indenização civil o ex-Presidente Lula por motivo de imputações criminosas feitas por meio do programa do PowerPoint, o qual por meio de recursos utilizados (slides).

O caso em concreto tinha iniciado desde o ano de 2016, quando a defesa do ex-Presidente Lula ajuizou ação de indenização por danos morais contra o então Procurador da República Deltan Dallagnol. Os advogados do autor alegaram que, em setembro de 2016, o réu realizou, em Curitiba-PR,uma coletiva de imprensa sob o pretexto de divulgar e explicar uma denúncia criminal que foi oferecida pelo Ministério Público Federal contra Lula.

[13] BRASIL, Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário RE 632115 RG/CE -CEARÁ. Relator Ministro Roberto Barroso, Tribunal Pleno. Julgamento de 22/06/2017. Publicação DJE 29/06/2017. Disponível em: jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/repercussao-geral9962/false. Acesso em 28.06.2022

[14] BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. Agravo em Recurso Especial AREsp n. 1.999.317/SE, Relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 22/3/2022, DJe de 24/6/2022. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp. Acesso em: 28/06/2022

Entretanto, o réu teria utilizado expressões pejorativas e teria prejudicado a sua honra e imagem durante a coletiva de imprensa, por meio de uma imagem criada no PowerPoint para apontar Lula como “maestro” e “comandante” do esquema criminoso investigado na Lava Jato.

A contestação alegou preliminares de incompetência de juízo, afirmou que não seria possível a propositura de ação direta contra o agente público, devendo o autor ter proposto a ação contra a União e, se esta fosse condenada, demandaria o agente público em ação de regresso, nos termos do art. 37, § 6º, da CF/88, seguindo a linha de responsabilidade civil do Estado pela Teoria do Risco Administrativo.

Quanto ao mérito, foi alegado estar o agente público em estrito cumprimento de um dever legal e com atribuições para divulgar as informações em questão.

O autor não obteve sentença favorável na primeira e nem mesmo na segunda instância, interpondo recurso especial para o Superior Tribunal de Justiça, sendo distribuído para a 4ª turma do STJ, cabendo relatoria para o Ministro Luis Felipe Salomão.

Entendeu o Ministro da seguinte forma:

> Cinge-se a controvérsia a determinar se houve excesso por membro do Ministério Público por ocasião da entrevista coletiva por meio da qual, na qualidade de Procurador da República, divulgava os termos da denúncia ofertada em desfavor do então denunciado.
> Importa avaliar se houve o 'agir midiático' por parte do réu e abuso na divulgação da denúncia, capaz de gerar dano moral ao autor, porém, em nenhuma hipótese, o questionamento acerca do oferecimento, em si, da denúncia criminal ou os termos em que a peça fora elaborada ou os tipos penais que dela fazem parte.
> É indispensável à solução do caso que seja examinada a configuração do alegado excesso no exercício do direito de informar, de divulgar o oferecimento da denúncia criminal, a partir dos parâmetros traçados pela responsabilidade extracontratual.
> Com efeito, Código Civil orienta que "o abuso de direito consiste em um ato jurídico de objeto lícito, mas cujo exercício, levado a efeito sem a devida regularidade, acarreta um resultado que se considera ilícito" e a exclusão deste ilícito, apta a afastar a responsabilidade civil, deve estar associada ao regular exercício de um direito, cuja prática não tolera excessos
> Destarte, de maneira objetiva, abusar do direito é extravasar os seus limites quando de seu exercício. Assim, configurado estará o abuso de direito, quando o agente, atuando dentro das prerrogativas que o ordenamento jurídico lhe confere, não observa a função social do direito subjetivo e, ao exercitá-lo, desconsideradamente, ocasiona prejuízo a outrem.
> Na circunstância em análise, para verificação da ocorrência da subsunção dos fatos à cláusula geral do abuso do direito, em

> virtude da realização de coletiva de imprensa transmitida em rede nacional, cujo pretexto era informar a apresentação de denúncia criminal contra denunciado, o Procurador da República utilizou-se de expressões e qualificações desabonadoras da honra, imagem e não técnicas.
> Nessa ordem ideias, o processo é o alicerce sobre o qual se materializa a tutela jurisdicional. Sendo o direito penal a última ratio, o processo penal se revela como plataforma capaz de garantir segurança jurídica na apuração de um tipo criminal, apto à concretização das garantias e direitos fundamentais de estatura constitucional.
> A partir desse entendimento, não há espaço para dúvidas de que todos os agentes envolvidos nas bem delimitadas etapas da persecução penal devem cuidar para que o procedimento não se desvie de fundamentos éticos, assim como trabalhar pela preponderância intensificada dos princípios do devido processo legal, contraditório e ampla defesa.
> É imprescindível, para a eficiente custódia dos direitos fundamentais, que a divulgação do oferecimento de denúncia criminal se faça de forma precisa, coerente e fundamentada. Assim como a peça acusatória deve ser o espelho das investigações nas quais se alicerça, sua divulgação deve ser o espelho de seu estrito teor, balizada pelos fatos que a acusação lhe imputou, sob pena de não apenas vilipendiar-se direitos subjetivos, mas, também, e com igual gravidade, desacreditar o sistema jurídico.
> Na linha desse raciocínio, no caso em exame, revela-se inadequada, evidenciando o abuso de direito, a conduta do membro do Ministério Público ao caracterizar o denunciado de forma pejorativa, assim como ao anunciar a imputação de fatos que não constavam do objeto da denúncia que se conferia publicidade por meio da coletiva convocada.
> Se na peça de acusação não foram incluídas adjetivações "atécnicas", evidente que a sua anunciação também deveria resguardar-se daquelas qualificadores, que enviesam a notícia e a afasta da impessoalidade necessária, retirando o tom informativo (princípio da publicidade) e a coloca, indesejavelmente, como narrativa do narrador, por isso que, gerando dano moral a vítima, é passível de sancionamento civil.[15]

O voto do relator não foi unanimidade e sendo até mesmo julgado favorável ao autor por maioria, visto que a divergência levantou o entendimento mais clássico de primeiro responsabilizar o Estado e depois o agente público no exercício das funções, ainda que estivesse ocorrido abuso de direito.

CONCLUSÃO

[15] BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial REsp 1.842.613-SP, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, por maioria, Dje 22/03/2022

No conteúdo apresentado do presente artigo, objetivou-se explicar as origens da responsabilidade civil do Estado, analisando a formação desta responsabilidade deste o momento da total irresponsabilidade do estado, como no caso da teoria americana do *sovereign do no wrong*, herdada do período absolutista, até mesmo o então momento de se colocar o Estado como pessoa jurídica de direitos e deveres devendo por isso responder por ato de seus agentes.

Dito isto, foi exposta também uma análise das funções institucionais, constitucionais e legais do Ministério Público e as atribuições do cargo de Procurador para expor qual o limite do exercício regular da função deste cargo.

A pesquisa do artigo também expos as teorias do risco administrativo e do risco integral de responsabilidade objetiva do estado, e foi mostrado também os casos que envolvam a responsabilidade objetiva dentro do risco administrativo, pois o Estado é o primeiro a responder por ato do agente público, e posteriormente se verifica por meio de um processo de indenização para verificar a responsabilidade subjetiva, e alguns casos até de improbidade administrativa.

Entretanto, em decisão intrigante do Ilustríssimo Ministro do Superior Tribunal de Justiça Luis Felipe Salomão, entendeu-se que se no caso concreto o agente público exasperar as funções do exercício regular de direito, configurando caso de abuso de direito, pode ser responsabilizado diretamente, respondendo assim sem processo contra o estado previamente, e logo, configurando um caso de irresponsabilidade do estado por abuso de direito.

Data vênia máxima ao posicionamento do ministro, conforme o exposto ao longo dos assuntos abordados neste artigo, justamente até com jurisprudências colacionadas, entendo que tal caso se configura como um caso isolado de responsabilidade civil direta de agente público, devendo tal mudança de entendimento ocorrer por modificação legislativa e emenda constitucional sobe pena de gerar insegurança jurídica acerca do tema, caso novos casos venham a importar este entendimento de responsabilização direta no serviço público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. 2ª Turma. Recurso Especial REsp 1778729/PA, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 10/09/2019.

BRASIL, Supremo Tribunal Federal: Tribunal Pleno. Recurso Extraordinário RE 842846/SC – Santa Catariana. Relator Ministro Luiz Fux. Julgamento de 27/02/2019. Publicação em 13/08/2019. Disponível em: jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur408487/false. Acesso em 28.06.2022

BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. Agravo em Recurso Especial AREsp n. 1.999.317/SE, Relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 22/3/2022, DJe de 24/6/2022. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp. Acesso em: 28/06/2022

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF 747/DF e ADPF 749/DF, Rel. Min. Rosa Weber, julgado em 13/12/2021 (Info 1041).

BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial REsp 1.842.613-SP, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, por maioria, Dje 22/03/2022

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Escpecial RE 591.874, Pleno, rel. Min. Ricardo Lewandowski, repercussão geral - mérito, j. 26.08.2009, *DJe* 17.12.2009

BRASIL, Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário RE 632115 RG/CE -CEARÁ. Relator Ministro Roberto Barroso, Tribunal Pleno. Julgamento de 22/06/2017. Publicação DJE 29/06/2017. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/repercussao-geral9962/false. Acesso em 28.06.2022

BRASIL. Lei 10.406, de 10 de Janeiro de 2002. Código Civil Brasileiro de 2002. disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso: 21 jun. 2022

CIDADANIA. Dicionário on Line de Português. 2017. Disponível em: https://www.dicio.com.br/cidadania/. Acesso em: 16.05.2022)

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Vol. 07. ed. Saraiva. São Paulo. 2013. Pg. 626

FERNANDEZ DE SOUZA, Luiz Sérgio. Abuso de Direito. Tomo Teoria Geral e Filosofia do Direito, edição 01. 01 de outubro de 2017. Disponível em: enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/167/edicao-1/abuso-do-direito. Aceso em 25 de junho de 2022.

FLAKS, Milton. Precatório Judiciário na Constituição de 1988. Revista Jurídica da Procuradoria Geral da Fazenda Estadual, publicação do Governo do Estado de Minas Gerais, n. 7, p. 39

FREITAS, Vladimir Passos de. Os poucos conhecidos lembrados brocardos jurídicos. Revista Consultor Jurídico, 2013, disponível em: https://www.conjur.com.br/2013-mar-24/segunda-leitura-conhecidos-lembrados-brocardos-juridicos. Acesso em: 16.05.2022;

HIGA, Carlos César. "Código de Hamurabi"; Brasil Escola. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/historiag/codigo-hamurabi.htm. Acesso em 16 de maio de 2022;

MEIRELLES, Hely Lopes. Curso de Direito Administrativo Brasileiro. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2001, p. 611).

MELLO, Celso Antônio de. Ato Administrativo e Direitos dos Administrados. São Paulo: Ed. RT, 1981, p. 132

PIETRO, Maria Sylvia Zanella D. **Direito Administrativo.**: Grupo GEN, 2021. 9788530993351. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530993351/. Acesso em: 21 jun. 2022; Revista Jurídica da Procuradoria Geral da Fazenda Estadual, publicação do Governo do Estado de Minas Gerais, n. 7, p. 39

Rafael de Oliveira Lins
Técnico judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Graduação em Direito pela Universidade do Estado do Amazonas
Mestrando em Direito, na área de função social do Direito
pela Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo – FADISP
Especialista em Direito Penal e Processo Penal
pela Escola Superior Batista do Amazonas

RESUMO

O presente artigo irá abordar o aparecimento e crescimento do direito empresarial ao longo do decorrer do tempo da sociedade humana. Irá ser abordado sobre assuntos relevantes para se contextualizar a evolução do Direito Comercial para a Direito Empresarial na Sociedade Digital, bem como institutos correlatos ao assunto, como os conceitos de atividade empresária e os sujeitos empresariais, a regulação externa e interna e o atual cenário que se desenvolve o direito empresarial.

Palavras-chave: Direito Empresarial; Atividade Empresarial; Evolução Empresarial; Sociedade Digital;.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho por meio de método de pesquisa bibliográfica e citações diretas, pretende expor nestas linhas o desenvolvimento do Direito Empresarial por meio de uma atividade econômica e com a conjugação de agentes econômicos e a dedicação para atividade rentável com mais eficiência, levam a formação de uma sociedade empresarial que pode, ou não, advir de uma pessoa jurídica.

Importante mencionar que o sentimento mercantilista dos homens existe desde antiguidade, sendo posteriormente positivados por meio de convenções e normas escritas.

Dito isto, o presente trabalho irá abordar a evolução histórica do direito empresarial, comentando seus saltos evolutivos e regulamentações nacionais e internacionais até o presente momento da era da sociedade digital, analisando a pessoa jurídica e sociedade empresarial, noções sobre a atividade empresarial, a sociedade digital e o desenvolvimento empresarial das startups.

Considerem que a evolução das atividades econômicas, especialmente com a demanda de volume crescente de capital, como que forçaram que "comerciantes" reunissem seus esforços e recursos para, atendendo a esta demanda, participarem destas atividades mais amplas e complexas. Vê-se que gradativamente se vai dando a distinção entre a empresa, conjunto organizado de recursos materiais e imateriais (tecnologia) destinada a realização de atividade econômica lucrativa, e, aqueles que operam o sistema - administrando este organismo direcionado às suas finalidades, repartindo entre sí os lucros. Aos poucos vai acontecendo, também, "uma separação" entre o proprietário dos recursos e a organização e funcionamento desses recursos.

A construção da figura do empresário vem abarcando (extensivamente) a pessoa que empreende, organiza e dirige a atividade, detendo a integralidade do capital aplicado, o não. A evolução da técnica, especialmente, de gestão, consolida o surgimento da função do gestor - administrador - profissional, gizando a separação entre o capital e a administração dele na atividade produtiva.

É importante destacar que o fundo de comércio alcança a toda a universalidade de bens e recursos aplicados na atividade, o estabelecimento é a base física onde acontecem as coisas. A seu turno o "aviamento" é o chamado direito de clientela, a capacidade de atração e participação concreta no mercado, da atividade - em palavras simples - a capacidade que aquela unidade produtiva tem de oferecer vantagens comparativas em relação as demais.

É importante levar em conta, na abordagem desse tema, que entre nós, na linha do que aconteceu na Itália, a matéria empresarial foi incorporada ao Código Civil, que na mesma linha do Código Civil Italiano, dá o conceito formal de empresa e empresário, como que uma definição legal. A título de curiosidade, o mesmo se encontra no atual Código Civil Argentino.

A regulamentação constitucional da atividade empresarial, que André Ramos Tavares identifica como sendo Direito Constitucional Empresarial, tem como referência estabelecer as linhas gerais da atividade economica, preferentemente privada (o publico apenas estratégico e supletivo), situada no contexto do Mercado Nacional, que é considerado, constitucionalmente como patrimonio nacional. Perceptível é que estabelece como que uma tutela mínima para a atividade empresarial e daqueles que a exercem. Dá, também, as regras de busca do equilíbrio de mercado pela concorrência livre.

PESSOA JURÍDICA E SOCIEDADE EMPRESÁRIA

A definição de pessoa jurídica abrange criações legislativas de direito público, seja interno ou externo, e de direito privado, conforme aquelas elencadas no artigo 40 a 44 do Código Civil de 2002. Entre as de direito privado se encontram as sociedades inscritas no registro público respectivo.

Art. 40. As pessoas jurídicas são de direito público, interno ou externo, e de direito privado.
Art. 41. São pessoas jurídicas de direito público interno:
I - a União;
II - os Estados, o Distrito Federal e os Territórios;
III - os Municípios;
IV - as autarquias, inclusive as associações públicas; (Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005)
V - as demais entidades de caráter público criadas por lei.
Parágrafo único. Salvo disposição em contrário, as pessoas jurídicas de direito público, a que se tenha dado estrutura de direito privado, regem-se, no que couber, quanto ao seu funcionamento, pelas normas deste Código.
Art. 42. São pessoas jurídicas de direito público externo os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público.
Art. 43. As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.
Art. 44. São pessoas jurídicas de direito privado:
I - as associações;
II - as sociedades;
III - as fundações.
IV - as organizações religiosas; (Incluído pela Lei nº 10.825, de 22.12.2003)
V - os partidos políticos. (Incluído pela Lei nº 10.825, de 22.12.2003)
VI - as empresas individuais de responsabilidade limitada. (Incluído pela Lei nº 12.441, de 2011) (Vigência)

Deste modo, sociedade é o contrato celebrado entre pessoas físicas ou jurídicas ou somente entre pessoas físicas, segundo o artigo 1039, caput, CC/02, pelo qual os contraentes se vinculam a contribuir, seja por meio de bens ou serviços, para o exercício da atividade econômica e a partilhar os resultados entre reciprocamente.

Tal conceito é derivado do Código Civil de 2002, com base no artigo 981, caput. Neste sistema, nem todas as sociedades são de pessoas jurídicas, como era no Código Civil de 1916, tendo sido previstas duas espécies não personificadas: sociedade comum e sociedade em conta de participação

Na primeira, o Código reconhece a existência de relações negociais entre os sócios antes mesmo de inscritos os atos constitutivos. A essa espécie de sociedade sem personalidade o legislador optou por denominar de sociedade comum, prevista nos artigos 986 a 990, do CC/02, elaborando regras pacificadoras para os potencias conflitos entre os próprios sócios e os sócios e terceiros.

Na segunda, a legislação assenta o entendimento de que os contratos em conta de participação, mesmo sem ter personalidade jurídica, regulamenta-se nos artigos 991 a 996, do CC/02.

> Art. 991. Na sociedade em conta de participação, a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, participando os demais dos resultados correspondentes.
> Parágrafo único. Obriga-se perante terceiro tão-somente o sócio ostensivo; e, exclusivamente perante este, o sócio participante, nos termos do contrato social.
> Art. 992. A constituição da sociedade em conta de participação independe de qualquer formalidade e pode provar-se por todos os meios de direito.
> Art. 993. O contrato social produz efeito somente entre os sócios, e a eventual inscrição de seu instrumento em qualquer registro não confere personalidade jurídica à sociedade.
> Parágrafo único. Sem prejuízo do direito de fiscalizar a gestão dos negócios sociais, o sócio participante não pode tomar parte nas relações do sócio ostensivo com terceiros, sob pena de responder solidariamente com este pelas obrigações em que intervier.
> Art. 994. A contribuição do sócio participante constitui, com a do sócio ostensivo, patrimônio especial, objeto da conta de participação relativa aos negócios sociais.
> § 1º A especialização patrimonial somente produz efeitos em relação aos sócios.
> § 2º A falência do sócio ostensivo acarreta a dissolução da sociedade e a liquidação da respectiva conta, cujo saldo constituirá crédito quirografário.
> § 3º Falindo o sócio participante, o contrato social fica sujeito às normas que regulam os efeitos da falência nos contratos bilaterais do falido.
> Art. 995. Salvo estipulação em contrário, o sócio ostensivo não pode admitir novo sócio sem o consentimento expresso dos demais.
> Art. 996. Aplica-se à sociedade em conta de participação, subsidiariamente e no que com ela for compatível, o disposto para a sociedade simples, e a sua liquidação rege-se pelas normas relativas à prestação de contas, na forma da lei processual.
> Parágrafo único. Havendo mais de um sócio ostensivo, as respectivas contas serão prestadas e julgadas no mesmo processo.

O conceito “simples” faz distinção entre o empresário e o não empresário, na mesma linha da dicotomia anterior entre o ato comércio e o ato civil. Nesta estrutura, do Direito de Empresa a diferenciação ocorre no

confronto entre a atividade empresarial, que representa um complexo de atos de natureza econômica, realizados profissionalmente e seguindo uma sistematização, e os atos que não estão dentro desta organização.

Assim, a sociedade empresária destaca-se por três elementos formadores: a economicidade, pois evolve a criação de riquezas; a organização, visto que representa uma estrutura visível, de fatores objetivos e subjetivos de produção; e a profissionalidade, ou habitualidade de seu exercício, porque deve se configurar como uma atividade econômica comum a quem a prática. Segundo Ricardo Negrão, a sociedade empresária é o contrato celebrado entre pessoas físicas ou jurídicas, ou somente entre pessoas físicas, segundo o art. 1039, caput, do Código Civil de 2002, por meio do qual estas se obrigam reciprocamente a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens e serviços.

NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE EMPRESA, EMPRESÁRIO E ESTABELECIMENTO

Empresa

Empresa é a atividade de articular fatores de produção que são: capital, mão de obra, insumo e tecnologia. As organizações em que se produzem os bens e serviços necessários ou úteis à vida humana são resultado da ação dos empresários que por meio do aporte de capital particular ou alheio, realizam a compra de insumos, contratam funcionários e adquirem o desenvolve uma determinada tecnologia. Identificada uma determinada demanda que dê vocação lucrativa a atividade empresarial, deve-se mover este conjunto para a organização e produção de mercadorias ou serviços que cheguem aos consumidores destes itens.

Empresário

Empresário é definido legalmente, conforme o artigo 966, caput, do CC/02 como um profissional que exerce atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou se serviços.

Importante frisar que o empresário deve atuar com profissionalismos com habitualidade, pessoalidade e monopólio das informações.

A atividade econômica organizada voltada produção ou circulação de bens ou serviços refere-se empreendimento com capacidade de gerar lucros, por meio de uma estrutura articulada por fabricação industrial ou prestação de serviços e com a circulação destes até o consumidor.

Estabelecimento empresarial

Também conhecido como o fundo de comércio, é o instrumento da atividade do empresário, aparelhando este sujeito para o exercício da

empresa, formada pela base física da empresa, constituindo todo o complexo de bens organizado, para o exercício empresarial por empresário ou por sociedade empresária, consoante aos termos dados pela redação do artigo 1142, caput, do Código Civil de 2002.

> Art. 1.141. Mediante autorização do Poder Executivo, a sociedade estrangeira admitida a funcionar no País pode nacionalizar-se, transferindo sua sede para o Brasil.

A natureza jurídica do estabelecimento comercial é uma questão polêmica, pois possui as seguintes classificações: Universalidade jurídica: conjunto de bens unidos pela lei, entretanto impossível de ocorrer no direito brasileiro por falta de previsão legal como a herança e a massa falida, conforme as lições de Rubens Requião; Universalidade de fato: conjunto de bens que se mantém unidos pela vontade do proprietário; Propriedade incorpórea**:** parte da doutrina Francesa; Direito de Clientela: parte da doutrina Francesa; Patrimônio separado ou sui generis: Rubens Requião e parte da doutrina alemã.

REGULAÇÃO JURÍDICA DAS RELAÇÕES EMPRESARIAIS INTERNAS E EXTERNAS, DIMENSÕES CONSTITUCIONAIS E INFRACONSTITUCIONAIS

Regulação interna

A regulação interna da atividade empresarial pauta-se uma parte no Código Civil de 2002, que unificou o Direito Comercial ao Direito Civil. Entretanto, existem leis extravagantes que tratam de temas específicos de direito empresarial, como a regulamentação do registro da atividade empresarial e da falência da sociedade empresária: artigos: 997 a 1149 do Código Civil Brasileiro de 2002 (Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002); a Lei 6404/1976 que trata sobre as Sociedades Anônimas; a Lei 11.101/2005 atualizada pela Lei 14112/2020 que regula a recuperação e falência da sociedade empresária; a Lei nº 8934/1994 atualizada pela Lei 13833/2019 que regulamenta o Registro Público de Empresas Mercantis.

Regulação externa

Tema tratado dentro do campo do Direito do Comércio Internacional, o qual regula a atividade mercantil internacional notadamente no aspecto macroeconômico e engloba temas essenciais para dinâmica dos fluxos comerciais internacionais. A principal entidade do sistema multilateral de comércio é a Organização Mundial do Comércio.

Temos como principais acordos comerciais: Acordo Geral de Tarifas do Comércio – GATT – 1994; Acordo Geral de Comércio de Serviços – GATS – 1994; Acordo sobre Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao

Comércio (TRIPS – 1994); Acordo sobre Medidas de Investimento relacionadas ao Comércio – TRIMS – 1994; Acordos sobre Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT – 1994)

Dimensões constitucionais e infraconstitucionais

É pressuposto jurídico de um regime jurídico-comercial a adoção a nível constitucional de princípios do liberalismo no regramento da ordem econômica, sendo vital para a existência do próprio direito empresarial, ou como antigamente denominado de direito comercial.

Temos por exemplo o artigo 5, XIII, CF/88 qye fundamenta o exercício da empresa e seus requisitos para continuar.

Desta forma, o direito complementa pressupostos constitucionais a fim de garantir a livre iniciativa e a livre competição por meio da repressão à deslealdade da concorrência e prevenção contra o abuso de poder econômico.

A Lei nº 12.529. de 30 de dezembro de 2011, regularizou o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, dispondo de assuntos como a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; alterou e revogou dispositivos, dentre outras providências, além de instituir o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

Por fim, o Art. 179, caput, da CF/88 estabelece que o poder público dispensará tratamento diferenciado as microempresas e às empresas de pequeno porte, incentivando tais empresas e criando condições para o desenvolvimento de tais sujeitos empresariais, o que resultou na elaboração da Lei Complementar 123/2006, que trata do Estatuto Nacional da Pequena Empresa e Empresa de Pequeno Porte.

SOCIEDADE DIGITAL

A sociedade humana é dinâmica nas formas de organização e a cada momento diferente da história do Homem, ela molda a partir de um centro o qual é um motivo que irá determinar os rumos sociais.

Temos como primeiro exemplo de organização, aquelas oriundas da agricultura, baseadas na comercialização de produtos plantados e frutos recolhidos da terra. Assim, cada núcleo social humano fazia a permuta de produtos e itens agrícolas, configurando uma pioneira forma de prática de comércio entre as pessoas, gerando a chamada riqueza agrícola.

Como segundo exemplo e seguindo a evolução da tecnologia humana, atingiu-se o campo não apenas com instrumentos manufaturados, mas como máquinas a vapor e a eletricidade, ocorrendo o surgimento de fábricas e gerando uma nova forma de riqueza industrial que era o fruto artificial das indústrias e a produção de produtos a serem comercializados por compra e venda.

Num terceiro exemplo, o avanço gradual da tecnologia fez com que a riqueza pós-industrial estivesse pautada não apenas na capacidade de

produzir novos produtos, mas na possibilidade de oferecer serviços, como o bancário, educacional, consultoria jurídica, securitário e de convênios médicos.

Os três exemplos citados de organização nos servem para entender como a riqueza está pautada atualmente e como isto influencia a sociedade presente. Podemos dizer que a riqueza esta pautada na informação e no conhecimento, fundamentada na evolução tecnológica no processamento de dados, que criou instrumentos capazes de transmitir dados a velocidades extraordinárias, tornando a informação um novo elemento estruturante da organização social. A internet transformou-se num lugar destacado destas alterações digitais, que atingiu a economia e o modo de se estabelecer interações humanas.

Sobre este tema de como se organiza a riqueza e sua interação no mundo humano, tem William Bernstein traz as seguintes lições (BERNSTEIN, 2015, pg.23-24):

> (...) Começando por volta de 1820, o ritmo do avanço econômico se acelerou de modo perceptível, o que toronou o mundo um lugar melhor para se viver. O que aconteceu? Uma explosão de inovações tecnológicas até então para inédita. Conta a lenda que uma jovem aluno, quando a professora solicitou que definisse a Revolução Industrial, respondeu afirmando que "em 1760, a Inglaterra foi varrida por uma onda de engenhocas". O mitológico menino não estava errado. Novas tecnologias representam um poderoso incentivo ao crescimento econômico per capita; sem elas, não acontecem elevações na produtividade ou no consumo. Para começar, portanto, é necessário que perguntemos "o que é preciso para uma sociedade desenvolva aparelhos?" Quatro coisas. (...) Direitos de propriedade (...) Racionalismo científico (...) Mercados de Capital (...) Transportes e comunicações eficientes.

Neste contexto, surge a comunicação digital equipada com a evolução dos bits, linguagem binária, que em conjunto, formará a informação em si traduzido a partir do byte. Este novo tipo de linguagem permitiu a introdução dos computadores acarretando uma revolução de quantidade de dados processados, como acúmulo de dados gravados em Pen Drive, Drive de Computadores Particulares e no disco compactado, chamado pela sigla em inglês de CD.

Além disso, como efeito deste processo, ocorreu mudanças na ordem da qualidade de dados, pois a técnica binária possibilitou a organização e o acesso da informação, substituindo o antigo acesso por meio documental físico para o meio documental digital. Tal fato facilitou o acesso de informação e pesquisa que antigamente era feito por meio de fichas catalográficas e outros meios que necessitavam do papel físico para serem arquivadas.

Interessante mencionar que antes da Internet, preocupava-se em manter os dados no computador pessoal ou no disco rígido do computador,

chamados de HD, no objetivo de arquivar o maior número de possível de dados.

Entretanto, o avanço tecnológico e a inclusão promovida pela Rede Internacional de Computadores proporcionaram o acesso simultâneo de informações a várias pessoas do mundo. Temos como exemplo as redes de Broadcast Digital de canais jornalísticos, os programas de *home-brokers* do mundo financeiro que deixou mais dinâmicas as transações financeiras, e até mesmo os computadores pessoais dos funcionários de empresas e órgãos públicos, visto que uma vez com acesso a internet, podem ser localizados independente de telefone, viagens ou papeis.

Vale acrescentar também que, além das novas plataformas de acesso digital, ocorreu o fenômeno das redes sociais que promoveu um engajamento social começando com temas simples, como o mero compartilhamento de uma foto ou vídeo pessoal, até a convocação de pautas políticas e movimentos de combate ao racismo e a homofobia.

Tecidos estes comentários, a Sociedade Digital representa todo o arcabouço de plataformas comerciais ou não, e que pelo fato de estarem ligados a internet, depende da comunicação contínua com a Rede Internacional de computadores

Sobre este tema, é interessante mencionar os seguintes apontamentos: (PINHEIRO, 2016)

> A Internet Hoje tem mais de 800 mil websites e são criadas mais de mil homepages por dia. Estamos falando não apenas de uma comunidade virtual, mas de várias comunidades virtuais que se aglomeram em torno de objetivos comuns, várias tribos com participantes de vários pontos do Planeta, de diversas culturas, sujeitos cada um a princípios de valor e normas distintas.
> A Globalização da economia e da sociedade exige a globalização do pensamento jurídico, de modo a encontrar mecanismos de aplicação de normas que possam extrapolar os princípios da territorialidade, principalmente no tocante ao Direito Penal e ao Direito Comercial. Essa tendência de globalização do próprio Direito não é nova. O direito Internacional Privado de algum modo, já vem de Convenções e Tratados Internacionais, tentando estabelecer critérios mais uniformes de análise jurídica entre os vários Estados Nacionais.

Portanto, A Sociedade Digital transcende uma sociedade pautada em bens materiais para uma sociedade baseada na posse da informação hegemônica frente a posse de bens de produção. Tal característica coloca em destaque o Direito à Informação, o qual é um dos princípios basilares do Direito Digital.

O direito à informação está dividido em três partes que são: o direito de informar; direito de ser informado e o direito de não receber informação, O

primeiro é um direito ativo que busca que o cliente saiba quais os aspectos de um determinado produto ou serviço, configurando como um dever do vendedor ou prestador de serviço em assegurar tal direito. O segundo é um direito passivo, pois visto da ótica do cliente, este deve receber todas as informações essenciais do objeto da relação jurídica negocial. Por fim, temos o terceiro direito que trata-se de um direito ativo e passivo, visto que o cliente tem o direito de não receber publicidade excessiva de produtos, bem como pode imputar ao vendedor ou prestador de serviço que pare com a publicidade excessiva.

EMPRESAS DIGITAIS E A NOVA FORMA DE ECONOMIA

Existe diferença entre Empresa Digital e extensão virtual da empresa real, pois esta se refere a empresas que existem no mundo físico, mas com página digitais na internet, enquanto aquela são empresas sem sede física, ou seja, são empresas digitais que possuem modelos da vida real, mas adaptados da realidade virtual. A empresa “amazon”, como exemplo, é uma livraria feita dentro de um negócio digital, visto que não há lojas em prédios físicos, fora que não possui existência além do mundo digital da internet.

As empresas digitais podem, inclusive, prever em seu objeto social o desenvolvimento do software que faz a relação comercial de oferta e demanda. Entretanto, tais negócios possuem um enquadramento específico legal, e não raro, a Secretaria da Receita Federal encontra irregularidades de alguns “websites”, pois não possuem regularização institucional e fiscal. Além disso, a falta de cadastro em cartórios dificulta localização para reclamações consumeristas, bem como ocorre conflitos das editoras digitais e relação com editoras de livro físicos.

O Negócio digital para ser mais confiável ao consumidor se faz necessário o correto enquadramento fiscal para a arrecadação de tributos e regularização jurídica, a fim de fazer as corretas distinções para os serviços prestados, distinção empresas comerciais e empresas de tecnologia. Aliás, quanto mais informações e dados das empresas existirem, melhor se entende os desafios sa atividade empresarial na internet, visto que isto demanda estar preparado logisticamente e ter infraestrutura para atender demandas imediatas e a qualquer hora, lugar e cultura.

Esta “porta aberta comercial” requer estratégia jurídico e comercial para tanto, logo precisa de blindagem legal aderente a atividade empresarial Decreto nº 7962, de 15 de março de 2013, dispõe de requisitos para o comércio eletrônico a fim de atender as demandas e ter planos de contingência para eventuais dificuldades da atividade e não ir a bancarrota, vejamos alguns destes requisitos.

> Art. 2º Os sítios eletrônicos ou demais meios eletrônicos utilizados para oferta ou conclusão de contrato de consumo devem disponibilizar, em local de destaque e de fácil visualização, as seguintes informações:

I - nome empresarial e número de inscrição do fornecedor, quando houver, no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda;
II - endereço físico e eletrônico, e demais informações necessárias para sua localização e contato;
III - características essenciais do produto ou do serviço, incluídos os riscos à saúde e à segurança dos consumidores;
IV - discriminação, no preço, de quaisquer despesas adicionais ou acessórias, tais como as de entrega ou seguros;
V - condições integrais da oferta, incluídas modalidades de pagamento, disponibilidade, forma e prazo da execução do serviço ou da entrega ou disponibilização do produto; e
VI - informações claras e ostensivas a respeito de quaisquer restrições à fruição da oferta.
Art. 3º Os sítios eletrônicos ou demais meios eletrônicos utilizados para ofertas de compras coletivas ou modalidades análogas de contratação deverão conter, além das informações previstas no art. 2º , as seguintes:
I - quantidade mínima de consumidores para a efetivação do contrato;
II - prazo para utilização da oferta pelo consumidor; e
III - identificação do fornecedor responsável pelo sítio eletrônico e do fornecedor do produto ou serviço ofertado, nos termos dos incisos I e II do art. 2º .
Art. 4º Para garantir o atendimento facilitado ao consumidor no comércio eletrônico, o fornecedor deverá:
I - apresentar sumário do contrato antes da contratação, com as informações necessárias ao pleno exercício do direito de escolha do consumidor, enfatizadas as cláusulas que limitem direitos;
II - fornecer ferramentas eficazes ao consumidor para identificação e correção imediata de erros ocorridos nas etapas anteriores à finalização da contratação;
III - confirmar imediatamente o recebimento da aceitação da oferta;
IV - disponibilizar o contrato ao consumidor em meio que permita sua conservação e reprodução, imediatamente após a contratação;
V - manter serviço adequado e eficaz de atendimento em meio eletrônico, que possibilite ao consumidor a resolução de demandas referentes a informação, dúvida, reclamação, suspensão ou cancelamento do contrato;
VI - confirmar imediatamente o recebimento das demandas do consumidor referidas no inciso,pelo mesmo meio empregado pelo consumidor ;e
VII - utilizar mecanismos de segurança eficazes para pagamento e para tratamento de dados do consumidor.
Parágrafo único. A manifestação do fornecedor às demandas previstas no inciso V do caput será encaminhada em até cinco dias ao consumidor.

> Art. 5º O fornecedor deve informar, de forma clara e ostensiva, os meios adequados e eficazes para o exercício do direito de arrependimento pelo consumidor.
> § 1º O consumidor poderá exercer seu direito de arrependimento pela mesma ferramenta utilizada para a contratação, sem prejuízo de outros meios disponibilizados.
> § 2º O exercício do direito de arrependimento implica a rescisão dos contratos acessórios, sem qualquer ônus para o consumidor.
> § 3º O exercício do direito de arrependimento será comunicado imediatamente pelo fornecedor à instituição financeira ou à administradora do cartão de crédito ou similar, para que:
> I - a transação não seja lançada na fatura do consumidor; ou
> II - seja efetivado o estorno do valor, caso o lançamento na fatura já tenha sido realizado.

Há pontos de preocupação em relação a dependência quanto a cadeia de fornecedores e empresas do “e-commerce”, principalmente controle de estoque, que pode ser estoque próprio ou de terceiro, e a atendimento da demanda sobre a existência do produto e a possibilidade de ser alienado. Um outro ponto a ser analisado são as formar de diminuir os riscos da atividade e manter transparência na relação consumerista, oferecendo assistência por meio de uma central de chamadas ou manter um número de pronto atendimento.

Quanto a questão de atendimento ao público, interessante notar que enquanto eu no mundo real o atendimento da demanda é instantâneo, ocasionando até mesmo o encarecimento dos produtos, no mundo virtual a demanda precisa ser atendida dentro de vinte quatro horas, pois o atendimento imediato é questão crucial neste tipo de atividade empresarial, demonstrando que nem sempre montar um negócio digital é mais simples que o real. Portanto, a falta de uma assessoria adequada pode levar jovens empresas digitais a falência, visto que a empresa tradicional, em tese, encontrar-se-ia com infraestrutura para de fornecimento, logística e entrega dos produtos previamente desenvolvidos.

As empresas digitais precisam de tutela comercial e jurídica específica e criteriosa, haja vista que algumas empresas não emitem notas fiscais, fato que gera desconfiança no mercado, projetando uma imagem de marginalização de serviços pela internet. Medidas devem ter tomadas para evitar que o comércio digital se torne uma espécie de ˜camelôs digitais”, porque a insegurança gera prejuízo tanto ao consumidor dos produtos ou serviços, como ao Estado que deixa de exercer a atividade fiscal. Logo, é necessária a exigência de padrões comerciais de qualidade.

Dado interessante é que majoritariamente o principal ativo das empresas digitais é o capital humano, e considerando uma situação de possível execução civil, é difícil executar o empresário por trás do negócio digital justamente por não se saber quem esta por trás desta atividade empresarial. Assim, é preciso dar mais credibilidade e confiança tanto ao empresário como para o consumidor destes serviços e produtos. Logo, uma das alternativas seria a criação de um cadastro “on line” de boas empresas,

como o site “Reclame aqui” que embora não seja um cadastro eletrônico de empresas, fornece boas informações quanto a qualidade e a prestação dos serviços. Outro exemplo o selo “CSI”, criado pelo SESCON- SP, que visa a implementação de melhores práticas de segurança da informação dos empresários que se associam. Portanto, estes tipos iniciativas ajudam a dar credibilidade ao mercado digital e não podem ser situações isoladas

Na sociedade digital, existe a tendência de criação de associações comerciais específicas para o segmento de novos negócios digitais. Tais associações buscam mais transparência e a geração de um mercado sustentável para este ramo empresarial. O mercado norte-americano, por exemplo, incentiva a transparência principalmente com a intenção de promover investimentos na bolsa e alavancar a atividade empresarial. Vale frisar que o anonimato favorece uma contracultura comercial, afasta investidores nacionais e internacionais e distancia o capital financeiro que aposta em ideias de novos negócios que poderiam ser propulsores de uma economia sólida.

Na cultura norte-americana há interação entre as empresas e os projetos empresariais universitários, conhecidos como “incubadoras empresariais” e são formadas por empreendedores que dedicam muito tempo para desenvolver ideias de novos negócios ou produtos. No Brasil, o conceito de incubadora foi importado, no entanto, pela facilidade do lucro imediatista e a continua irregularidade fiscal, ocorreu o favorecimento das incubadoras de modo as avessas, pois surgiram os atravessadores de ideais, que são pessoas que não pretendem ficar no negócio e comercializam projetos comerciais sem certeza que o negócio irá vingar.

Assim, é preciso vincular o criador do negócio jurídico continue no projeto de desenvolvimento da empresa até a consolidação do negócio. Outra opção seria a alternativa jurídica de recompra de parte dos títulos da empresa dentro de prazo determinado pela empreendedora ou pela própria incubadora. Considerando que o Direito tem a função de apresentar soluções jurídicas constantes com fins de aperfeiçoamento e atendimento especial aos casos concretos

O Direito Digital, por sua vez, vem para suprir as necessidades da Sociedade Digital, certo de que as mudanças jurídicas influenciam não apenas o direito digital, mas os demais ramos jurídicos também, entende a necessidade empresarial de entrar num regime de cooperação empresarial para fazer frente ao mercado global, e superar a dificuldade que uma empresa isolada teria para se manter. Difícil é detectar, no âmbito da sociedade digital, a existência de “Trust”, Cartéis, “dumping” e monopolização de mercados, pois com a presença global da internet ocorre a existência de “metamercados” e competição desenfreada, gerando uma “carnificina virtual”. Tal evento gera prejuízo para ambas as partes, materializando-se no caso da localização de sites, fato que eclodiu uma guerra de comunicação, e que movimenta milhões investidos em publicidade.

Tal postura predatória pode desvirtuar o mercado e o sucesso de agentes empresariais, visto que neste cenário digital existe limitações por

conta da numerosa concorrência, podendo ocasionar falência generalizada ou fusões forçadas para a existência do mercado. A Internet segue um ciclo comum do capitalismo, com problemas jurídicos e importância de garantir de direitos e deveres dentro deste sistema.

Assim, empresas precisam seguir um modelo estruturalmente e juridicamente bem resolvido que sirva para o mundo real e digital, sendo instrumento para a fixação de método de avaliação de negócios. Vale lembrar que dos ativos imateriais e intangíveis das empresas como marca, softwares, banco de dados, conteúdos, kow-how. Tais ativos geram uma expectativa do valor de uma empresa em sintonia com a realidade e inovação, visto que tal aspecto influencia o investimento em negócios digitais, como no caso do Google frente a aquisição do Youtube.

Outros pontos a serem analisados também é a possibilidade de compra do código fonte e parceria com os gênios da tecnologia, a busca de dados e valores como fator essencial nos negócios digitais, e, por fim, a importância de regularização de empresa digitais, considerando a realidade emergente de uma nova forma de economia.

CONCLUSÃO

No final deste estudo, buscou-se expor a forma como o direito empresarial se desenvolveu e se forma e renova na sociedade. Mostrou-se que a atividade empresarial necessitava de regras específicas que se distanciavam da regulação contratual genérica do Direito Civil e, por isso, a necessidade de estar sempre buscando renovação.

Ressalvo que a sociedade empresária se destaca por três elementos formadores que são a economicidade, visto que movimenta riquezas; a organização, pois é uma estrutura visível de fatores objetivos e subjetivos de produção; e a profissionalidade ou habitualidade de seu exercício, considerando a configuração de uma atividade econômica comum a quem a prática.

Discutiu-se sobre os conceitos de Empresa, Empresário e Estabelecimento Empresarial com o objetivo de revisitação dos termos para relembrar antigos conceitos, bem como a regulação do Direito Empresarial no âmbito interno e externo.

Dedicou-se uma parte deste artigo também para. Sociedade Digital e a atividade empresarial envolvida, enfatizando que as empresas precisam seguir um modelo estruturalmente e juridicamente bem resolvido que sirva para o mundo real e digital, sendo instrumento para a fixação de método de avaliação de negócios.

Destarte, o principal objetivo deste trabalho foi analisar a deficiências e virtudes deste novo modo de fazer a atividade empresarial e suas consequências para a sociedade, pois se por um lado ficou mais fácil montar o próprio negócio usando para tanto as chamadas lojas virtuais, é preciso também dar segurança ao consumidor destes produtos tomando iniciativas de regulação digital da atividade, bem como demonstrando regularidade fiscal

da atividade. Por meio de um negócio transparente e claro, gera segurança para o consumidor continua aceitando as ofertas daquele empresário e gera a fidelização do mesmo para futuras demandas.

Além disso, a transparência da atividade gera maior confiança da sociedade e do Poder Público, chancelando a atividade para continuar e prosperar.

Entretanto, considerando que tal ideia ainda está mais perto do campo do "deve ser", a realidade mostra tantos empresariais digitais que aproveitam o falso anonimato das plataformas digitais para vender produtos que não existem ou, quando existem, chegam defeituosos. Tal fato, pode ser vencido com conscientização da sociedade para praticar uma visão crítica destas novas relações, cobrando melhores serviços e atendimentos, e denunciando o serviço mal-feito para os órgãos estatais competentes.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16.08.2021;

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil Brasileiro de 2002, DF: Congresso Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 16.08.2021;

BRASIL. Decreto nº 7.962, de 15 de março de 2013. DF: Congresso Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d7962.htm. Acesso em: 01.12.2021;

BERNSTEIN, William J. Uma breve história da riqueza / William J. Bernstein; [versão brasileira da editora] - 1. ed. - São Paulo, SP: Editora Fundamento Educacional Ltda., 2015.

COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de Direito Comercial: direito de empresa. 25 ed. São Paulo: Saraiva. 2013;

NEGRÂO, Ricardo. Manaul de Direito Comercial e de Empresa. Volume 1. 9 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2012;

PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. Direito Internacional Público e Privado: Incluindo Noções de Direitos Humanos e Direito Comunitário. 10 ed. ver., atual., e ampl. Salvador: Juspodivm, 2018;

REQUIÂO, Rubens. Curso de Direito Comercial: volume 1. 33 ed. Ver e atual. São Paulo: Saraiva, 2014;

PINHEIRO, Patricia Peck. Direito Digital. 6 ed. Ver. Atual. E ampl. São Paulo: Saraiva, 2016,

Rafael de Oliveira Lins
Técnico judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Graduação em Direito pela Universidade do Estado do Amazonas
Mestrando em Direito, na área de função social do Direito
pela Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo – FADISP
Especialista em Direito Penal e Processo Penal
pela Escola Superior Batista do Amazonas

RESUMO

O presente artigo irá abordar o surgimento e o desenvolvimento do direito digital frente a sociedade digital presente por conta da Rede Internacional de computadores. O trabalho irá desenvolver os assuntos de Sociedade Digital e Direito Digital, bem como institutos decorrentes deste novo ramo do direito como Ensino pela internet. Será abordado também a questão dos crimes digitais, as dificuldades de inclusão digital e a importância do Direito Digital para a sociedade.

Palavras-chave: Direito Digital; Sociedade Digital; Internet; Crimes Digitais; Inclusão Digital.

INTRODUÇÃO

As Leis tratam das relações entre os particulares e os fundamentos da sociedade. Anteriormente a positivação de tais diplomas normativos, existiam normas de comportamento e boa vizinhança entre particulares, como as relações matrimoniais, anseio de aceitação social, troca de mercadorias e mantimentos e regras de apaziguamento social.

Importante lembrar que o sentimento de insegurança social que existia entre os homens na fase que antecedeu a positivação de normas e códigos positivados, dentre eles um dos mais famosos foram os Dez Mandamentos da Antigo Testamento, demonstra uma ideia que os homens se viam como iguais e capazes de ações cruéis e desesperadas em busca de poder, sobrevivência e espaço. Fato que se mostra presente até os dias presentes em situações de anomia do Poder Público em regiões marginais e abandonadas pelo Estado, fazendo valer o antigo anseio de justiça particular como meio de pacificação das tensões em sociedade.

Tal receio e combinado com o medo de guerras entre grupos étnicos e culturalmente diferentes, favoreceu a formação de sociedades civis, em primeiro momento, e posteriormente se elaborando instrumentos para a

regulação entre particulares, relação dos cidadãos com o governo, a forma e a sustentação dele.

Pode-se afirmar que analisando estes fatores, Montesquieu no livro "Do Espirito das Leis", entende que o Estado tem o poder e atributo de harmonizar com o espirito do povo e suas tradições utilizando as leis como instrumento de tal objetivo. Além disso, atribuía força vinculante, superior e impessoal dos diplomas normativos, devendo tanto o cidadão ordinário da sociedade como as mais alta autoridade administrativa e governamental se submeter a tal força vinculante das leis[1].

Em consonância com a positivação das leis para melhor organização da sociedade, apenas a codificação de normas e procedimentos de relação entre particulares, particulares e Estado e particulares e governo, existe também o ideal de um equilíbrio entre o que é conhecido como justo e devido e a aplicação do Direito. Os romanos, conforme as lições do jurista Ulpiano, em suas relações sociais, costumavam elencar três brocardos latinos: honeste vivere; neminum laedere e suum cuique tribure. O primeiro deve ser entendido como viver honestamente e dentro das leis roamans, o segundo entende-se como evitar ou não lesar bem ou pessoa alguma na sociedade, e o terceiro, entendido como dar a cada um o que é seu, é aplicado nas relações de responsabilidade civil no caso de cometimento de dano entre particulares e o Estado também.

Tais brocardos tem nítida influência no conceito de função social do Direito sendo a finalidade primária que a norma jurídica deve servir com o foco no desfazimento das tensões sociais. Nesse desiderato, o legislador tem a missão de humanizar as relações jurídicas, levando em consideração valores fundamentais como o princípio da Dignidade Humana aplicado a realidade das relações entre normas.

Deve-se também se recordar sobre o que é o Direito e quais as possíveis respostas seguindo uma inclinação teórica, filosófica, sociológica específicas para a resposta que se pretende chegar. Assim, o Direito poderia de adequar de forma genérica que é um instrumento de regulação própria para as relações do homem em sociedade. O homem interage com seus pares no âmbito da vida privada, social e religiosa, e desta vivência ocorrem permutas de informações por meio de ideias, trabalho manufaturado ou intelectual, no ambiente negocial e outras manifestações pautadas na cultura de determinadas sociedades.

Ressalva-se que o termo "Direito" não é unívoco, pois tem muitos significados. A palavra é de origem latina (directus) que significa colocar em linha reta, precisa, certa.

Entretanto, os conflitos sociais são dinâmicos e mudam a cada época. Nem sempre o Direito consegue acompanhar tais mudanças. A mudança mais recente de tensões sociais não tem sido mais no ambiente físico de convivência em sociedade, mas no ambiente virtual da Rede Internacional de Computadores (internet), que envolve agora engajamento não apenas de

[1] MONTESQUIEU, Charles Louis de. Do Espirito das Leis. Versão em PDF

terminais de computadores, e sim de celulares, tablets e outros dispositivos eletrônicos que acessam a internet.

É notório a assunção de um novo ramo jurídico, chamado de Direito Digital. Tal direito traz como herança todos os princípios essenciais que estão sendo aplicados no ordenamento jurídico vigente, originando novos profissionais na área do Direito, os quais serão responsáveis por resguardar bens imateriais como a segurança da informação, proteção digital contra o ataque de hackers, direito da imagem e propriedade intelectual, dentre outros bens jurídicos.

Nesta seara, o Marco Civil da Internet, Lei nº 12985, de 23 de abril de 2014, prevê os princípios que regulam o uso da internet no Brasil, pautados a partir do artigo 3º, e envolvem a proteção da privacidade de dados pessoais, e no artigo 7º, a impossibilidade de exposição do sigilo de comunicação privada, salvo a exposição devidamente autorizada por ordem de Magistrado pautado no interesse da Justiça.

Tais regulações foram essenciais principalmente no período da pandemia do Covid-19, considerando que o Direito Tradicional teve que se adaptar para a sociedade digital, ambiente seguro e livre de contato físico que propiciava o contágio pelo vírus que se alastrou pelo mundo.

Desse modo, o escopo deste trabalho é demonstrar a importância do Direito Digital como instituto de inserção social e justiça nestes tempos de distanciamento social, expondo os conceitos de Sociedade Digital e sua formação, as regulamentações e definições do Direito Digital e os institutos correlatos mais importantes, comentários sobre a opção do ensino pelo E-Learning, e a polêmica situação dos crimes digitais que decorreram do mundo virtual.

SOCIEDADE DIGITAL

A sociedade humana é dinâmica nas formas de organização e a cada momento diferente da história do Homem, ela molda a partir de um centro o qual é um motivo que irá determinar os rumos sociais.

Temos como primeiro exemplo de organização, aquelas oriundas da agricultura, baseadas na comercialização de produtos plantados e frutos recolhidos da terra. Assim, cada núcleo social humano fazia a permuta de produtos e itens agrícolas, configurando uma pioneira forma de prática de comércio entre as pessoas, gerando a chamada riqueza agrícola.

Como segundo exemplo e seguindo a evolução da tecnologia humana, atingiu-se o campo não apenas com instrumentos manufaturados, mas como máquinas a vapor e a eletricidade, ocorrendo o surgimento de fábricas e gerando uma nova forma de riqueza industrial que era o fruto artificial das indústrias e a produção de produtos a serem comercializados por compra e venda.

Num terceiro exemplo, o avanço gradual da tecnologia fez com que a riqueza pós-industrial estivesse pautada não apenas na capacidade de produzir novos produtos, mas na possibilidade de oferecer serviços, como o

bancário, educacional, consultoria jurídica, securitário e de convênios médicos.

Os três exemplos citados de organização nos servem para entender como a riqueza está pautada atualmente e como isto influencia a sociedade presente. Podemos dizer que a riqueza esta pautada na informação e no conhecimento, fundamentada na evolução tecnológica no processamento de dados, que criou instrumentos capazes de transmitir dados a velocidades extraordinárias, tornando a informação um novo elemento estruturante da organização social. A internet transformou-se num lugar destacado destas alterações digitais, que atingiu a economia e o modo de se estabelecer interações humanas.

Sobre este tema de como se organiza a riqueza e sua interação no mundo humano, tem William Bernstein traz as seguintes lições (BERNSTEIN, 2015, pg.23-24):

> (...) Começando por volta de 1820, o ritmo do avanço econômico se acelerou de modo perceptível, o que toronou o mundo um lugar melhor para se viver. O que aconteceu? Uma explosão de inovações tecnológicas até então para inédita. Conta a lenda que uma jovem aluno, quando a professora solicitou que definisse a Revolução Industrial, respondeu afirmando que "em 1760, a Inglaterra foi varrida por uma onda de engenhocas". O mitológico menino não estava errado. Novas tecnologias representam um poderoso incentivo ao crescimento econômico per capita; sem elas, não acontecem elevações na produtividade ou no consumo. Para começar, portanto, é necessário que perguntemos "o que é preciso para uma sociedade desenvolva aparelhos?" Quatro coisas. (...) Direitos de propriedade (...) Racionalismo científico (...) Mercados de Capital (...) Transportes e comunicações eficientes.

Neste contexto, surge a comunicação digital equipada com a evolução dos bits, linguagem binária, que em conjunto, formará a informação em si traduzido a partir do byte. Este novo tipo de linguagem permitiu a introdução dos computadores acarretando uma revolução de quantidade de dados processados, como acúmulo de dados gravados em Pen Drive, Drive de Computadores Particulares e no disco compactado, chamado pela sigla em inglês de CD.

Além disso, como efeito deste processo, ocorreu mudanças na ordem da qualidade de dados, pois a técnica binária possibilitou a organização e o acesso da informação, substituindo o antigo acesso por meio documental físico para o meio documental digital. Tal fato facilitou o acesso de informação e pesquisa que antigamente era feito por meio de fichas catalográficas e outros meios que necessitavam do papel físico para serem arquivadas.

Interessante mencionar que antes da Internet, preocupava-se em manter os dados no computador pessoal ou no disco rígido do computador,

chamados de HD, no objetivo de arquivar o maior número de possível de dados.

Entretanto, o avanço tecnológico e a inclusão promovida pela Rede Internacional de Computadores proporcionaram o acesso simultâneo de informações a várias pessoas do mundo. Temos como exemplo as redes de Broadcast Digital de canais jornalísticos, os programas de *home-brokers* do mundo financeiro que deixou mais dinâmicas as transações financeiras, e até mesmo os computadores pessoais dos funcionários de empresas e órgãos públicos, visto que uma vez com acesso a internet, podem ser localizados independente de telefone, viagens ou papeis.

Vale acrescentar também que, além das novas plataformas de acesso digital, ocorreu o fenômeno das redes sociais que promoveu um engajamento social começando com temas simples, como o mero compartilhamento de uma foto ou vídeo pessoal, até a convocação de pautas políticas e movimentos de combate ao racismo e a homofobia.

Tecidos estes comentários, a Sociedade Digital representa todo o arcabouço de plataformas comerciais ou não, e que pelo fato de estarem ligados a internet, depende da comunicação contínua com a Rede Internacional de computadores

Sobre este tema, é interessante mencionar os seguintes apontamentos: (PINHEIRO, 2016)

> A Internet Hoje tem mais de 800 mil websites e são criadas mais de mil homepages por dia. Estamos falando não apenas de uma comunidade virtual, mas de várias comunidades virtuais que se aglomeram em torno de objetivos comuns, várias tribos com participantes de vários pontos do Planeta, de diversas culturas, sujeitos cada um a princípios de valor e normas distintas.
> A Globalização da economia e da sociedade exige a globalização do pensamento jurídico, de modo a encontrar mecanismos de aplicação de normas que possam extrapolar os princípios da territorialidade, principalmente no tocante ao Direito Penal e ao Direito Comercial. Essa tendência de globalização do próprio Direito não é nova. O direito Internacional Privado de algum modo, já vem de Convenções e Tratados Internacionais, tentando estabelecer critérios mais uniformes de análise jurídica entre os vários Estados Nacionais.

Portanto, A Sociedade Digital transcende uma sociedade pautada em bens materiais para uma sociedade baseada na posse da informação hegemônica frente a posse de bens de produção. Tal característica coloca em destaque o Direito à Informação, o qual é um dos princípios basilares do Direito Digital.

O direito à informação está dividido em três partes que são: o direito de informar; direito de ser informado e o direito de não receber informação, O

primeiro é um direito ativo que busca que o cliente saiba quais os aspectos de um determinado produto ou serviço, configurando como um dever do vendedor ou prestador de serviço em assegurar tal direito. O segundo é um direito passivo, pois visto da ótica do cliente, este deve receber todas as informações essenciais do objeto da relação jurídica negocial. Por fim, temos o terceiro direito que trata-se de um direito ativo e passivo, visto que o cliente tem o direito de não receber publicidade excessiva de produtos, bem como pode imputar ao vendedor ou prestador de serviço que pare com a publicidade excessiva.

Dito isto, as questões que envolvem a informação tornam-se relevantes para Direito Digital por causa dos efeitos comerciais e que envolvem a responsabilidade civil, assuntos que serão objeto de estudo do próximo capítulo.

DIREITO DIGITAL

Considerado com um dos mais novos ramos do Direito, o Direito Digital está pautado na progressão jurídica das relações interpessoais, pegando em conjunto os princípios fundamentais do Direito e demais institutos que estão em vigor, desta forma introduz elementos e institutos inéditos ao raciocínio jurídico em muitas áreas dos Direito.

Interessante também apontar que o Direito Digital decorre da evolução tecnológica, como do antigo equipamento de videocassete e o avanço tecnológico para era do DVD, MP3, WAP dentre outras siglas que revolucionaram o mundo.

Neste contexto, os operadores do Direito serão os profissionais capazes de garantir os direitos tipicamente assegurados pelo Direito Civil, como à privacidade, autoria de inventos, propriedade material e intelectual, segurança de dados, contratos, parcerias negociais e demais processos eletrônicos contra a espionagem digital, hackers e demais ameaças do mundo digital. Sendo assim, o Direito Digital pode ser definido como a nova fronteira jurídica de proteção do Direito, criando e aperfeiçoando meios que possam atender tais questões sociais.

É necessário relembrar que da criação dos primeiros computadores utilizados na segunda guerra mundial para os computadores pessoais muitas mudanças ocorreram, até chegar na convergência de interação de tecnologias na fundamentação de uma única rede de comunicação capaz de emitir mensagens, imagem, dados e outras informações.

Tal revolução tecnológica ocasionou uma dependência de pessoas, empresas, governos e outras instituições. As negociações comerciais fizeram da Rede Internacional de Computadores a sua nova plataforma negocial. A possiblidade de estar conectado traz consigo também a possibilidade de estar correndo riscos inerentes as estas atividades. OS riscos são a segurança dos dados, sabotagem digital, plágio e concorrência desleal no ambiente empresarial. Dito isto, a capacidade de estar navegando na internet num aparente anonimato fez com que surgissem novos crimes no âmbito digital,

violações ao Código de Defesa do Consumidor e ao direito de propriedade, patentes, marcas e outras propriedade imateriais protegidas legalmente.

Visto que a evolução tecnológica é mais dinâmica que atividade legislativa, o Direito Digital procura se pautar nos princípios em relação a tipificação legal. Logo, esta disciplina jurídica tende a se regular de forma independente pelos próprios envolvidos na relação jurídica com propostas de solução rápidas e menos burocráticas.

O Direito Digital impõe a publicação do que se chama das “normas digitais” em formato específico chamado de “disclaimer”, como atuam deste modo os provedores, de modo a página inicial a norma já submete a norma como um princípio geral e norma-padrão para cada situação.

A publicidade das regras viabiliza o maior conhecimento do público e consequente aumente a eficácia. No ordenamento jurídico vigente, as pessoas não podem alegar desconhecimento da lei, conforme o princípio da obrigatoriedade legal relativa, que embora permita o erro de direito, no Direito Digital a autorregulamentação prevalece com a necessária publicidade e deste modo envolve os agentes nas regras aos quais estão submetidos.

A dinamicidade das mudanças é um limite a legislação sobre o tema. Qualquer norma que regulamente institutos jurídicos inéditos precisa de generalidade necessária para ser duradoura e eclética para as especificidades de cada assunto. Tal característica leva em conta uma preocupação traz à tona a obsolescência de normas que embora estejam em vigor já perderam seu objeto de tutela pela caducidade proporcionadas mudanças da sociedade impulsionadas pelas recentes tecnologias.

Tomando por base tais questões, o Direito Digital oferece uma lógica jurídica pautada por um conjunto de princípios e soluções já em aplicação corrente, mas de modo não centralizado, fundamentados no Direito Consuetudinário ou Costumeiro.

Assim, aproveitando esta raiz jurídica consuetudinária, o Direito Digital pode aproveitar elementos primordiais como generalidade, publicidade, continuidade, durabilidade e uniformidade.

O tempo será fator fundamental na sedimentação destes elementos frente as mudanças tecnológicas e demais alterações dentro do funcionamento da sociedade, neste contexto, surge duas práticas jurídicas que são a analogia e arbitragem, cujo valor é de vital importância para o Direito Digital. As duas práticas são meios alternativos de resolução de conflitos, e visto que arbitragem faculta a possiblidade de resolução do conflito por um árbitro, logo parte-se de uma ideia que eventual processo envolvendo matéria de Direito de Digital venha ser resolvida de modo mais célere.

No contexto que envolve o Direito Digital, o tempo é um fato que pesa muito contra a jurisprudência, tradicional meio de sedimentação de entendimento dos tribunais. Considerando que no intervalo de cinco anos, por exemplo, isto sendo o tempo médio de duração dos processos no Poder Judiciário, tal interim temporal pode significar muito para o processo.

A generalidade assim surge como fator importante, pois estabelece que a norma genérica esta pronta para ser aplicada a casos que envolvem o uso da tecnologia junto com o apoio de um árbitro, aproveitando a experiência para julgar de foram mais célere e dinâmica.

A uniformidade do Direito Costumeiro também pode contribuir para o Direito Digital, de modo a contribuir para evitar o casuísmo e prejuízo de pessoas com menos conhecimento técnico e jurídico fiquem as margens da Justiça. A uniformidade orienta que determinadas sanções contra um agente tenham efeito pedagógicos, servindo de meio de se evitar sanções por parte de outros agentes que atuam da mesma forma.

A publicidade, também denominada de notoriedade, elemento do direito costumeiro fornecem ao Direito Digital a capacidade de tornar públicas as decisões arbitrais, gerando referência para as próximas decisões em casos similares.

Nesta seara, entra a figura da prova eletrônica, em que pelo Direito do Consumidor admite-se a inversão do ônus da prova, aplicada nos casos em que determinas empresas utilizam banco de dados de clientes para massificar ofertas e publicidade. Uma vez que o consumidor pode se sentir prejudicado pelo vazamento ou uso irregular de informações destes cadastros, poderá processar por danos morais a empresa demandada e à empresa ré que caberá o ônus da prova.

INSTITUTOS JURÍDICOS DO DIREITO DIGITAL

Considerando o exposto nos capítulos anteriores, passamos para análise dos institutos jurídicos criados pela Direito Digital. Um dos institutos interessantes são as empresas digitais e o aparecimento de uma economia pautada nas plataformas digitais.

Um dos fenômenos decorrentes deste novo tipo comércio é o caso de livrarias físicas com sites de vendas no virtual, existindo um ponto de venda tanto com endereço real com um outro ponto de vendas só que no espaço virtual da Internet.

Temos também o caso do sítio eletrônico da Amazon, sendo um negócio totalmente virtual e sem lojas físicas, requerendo assim um investimento constante da loja no desenvolvimento do site, estando exposto no seu próprio objeto social o desenvolvimento do software da loja virtual e seus instrumentos de distribuição e qualidade dos produtos e serviços prestados.

Um fato intrigante é que alguns destes websites possuem toda uma regulamentação legal dentro dos padrões da Secretaria da Receita Federal, enquanto outros não possuem qualquer registro virtual ou nem mesmo em cartório, fato preocupante no caso de reclamação de consumidor que venha a ter um produto extraviado, um serviço mal oferecido ou até mesmo a própria desistência do contrato.

Tais ausências registrais por parte destes prestadores de serviço gera desconfiança em financiadores, patrocinadores e fornecedores de

produto. O fato de não existir uma sede física dificulta a assinatura de contratos e pode ocorrer até mesmo discriminação frente a novos negócios.

Esta zona cinzenta de atuação de atividades pecuniárias gera dificuldade também na tributação, podendo algumas empresas serem tributadas mais de uma vez, ou até mesmo perder isenções tributárias por não observarem causas de dispensa do tributo.

A jurisprudência abaixo irá tratar de um caso de isenção tributária para facilitar o comércio eletrônico.

> PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. PIS E COFINS. VENDAS A VAREJO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA. LEI 11.196/2005 ("LEI DO BEM"). BENEFÍCIO FISCAL. ALÍQUOTA ZERO. PRAZO FINAL EM 31/12/2018. REVOGAÇÃO PELA LEI 13.241/2015. LEGALIDADE. DECISÃO MANTIDA.[2]

Neste caso em tela, trata-se de um processo judicial tributário, de autoria de Solar Magazine Ltda. apresentou uma ação ordinária com pedido de antecipação de tutela, promovida contra a Fazenda Nacional, tendo o pedido sido julgado improcedente, bem como na segunda instância o processo teve a sentença mantida.

A autora defendia uma hipótese de isenção tributária, referente ao benefício fiscal denominado **"Programa de Inclusão Digital"** instituído pela Lei 11.196/2005, o qual foi revogado pela Medida Provisória 690/2015, convertida na Lei 13.241/2015. Pleiteava o direito de continuar a comercializar seus produtos eletrônicos e a usufruir do benefício fiscal em apreço, que reduziu a zero a alíquota do PIS e da COFINS incidentes sobre a receita bruta de venda a varejo, pois o benefício deveria ir até dezembro de 2018.

O Tribunal de origem indicou que no presente caso, embora que pese o fato da revogação do benefício implicar em alteração do planejamento financeiro da empresa beneficiária, há que se observar que a alíquota zero e a isenção são institutos jurídicos diferentes.

O recorrente apresentou precedentes dos tribunais superiores sobre revogação de isenção e insiste na aplicação do art. 178 do CTN, porém, sem rebater com argumento suficiente o fundamento que o acórdão recorrido utilizou para concluir que o caso trata de alíquota zero, não de isenção. Incidem, por analogia, os Enunciados 283 e 284 do STF.

A controvérsia foi dirimida pelo Tribunal de origem sob enfoque estritamente constitucional. Assim, compete ao Supremo Tribunal Federal eventual reforma do acórdão recorrido, nos termos do art. 102 da Constituição Federal, não logrando êxito no provimento do agravo.

[2] Agravo Interno no Recurso Especial. Relatoria do Ministro Hermam Benjamim. Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça. Data do Julgamento de 28 de junho de 2021. Publicado no Dje de 01 de julho de 2021.

Tecidos os comentários sobre o caso em concreto analisado, é necessário frisar que a maior dificuldade é o enquadramento destas empresas quanto ao fato gerador de tributos. A Professora Doutora Patrícia Peck Pinheiro[3] pugna que o principal desafio é ter infraestrutura e logística preparada para atender um mercado que pode requerer remessa do produto a qualquer momento, qualquer lugar e ser de qualquer nacionalidade, exigindo do prestador de serviços ou fornecedor de produtos uma capacidade de atender tais demandas no período de 24 horas por dia, além de observar as inúmeras e internacionais legislações consumeristas.

A seguir, mais um caso de comércio digital envolvendo institutos do Direito Digital.

> RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL, CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVL. CPC/2015. TELEFONIA MÓVEL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. MIGRAÇÃO DE PLANO. ATO UNILATERAL DA OPERADORA DE TELEFONIA. ABUSIVIDADE. ART. 51, INCISO XIII, DO CDC. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. CABIMENTO EM TESE. CASO CONCRETO. AUSÊNCIA DE CUSTO ADICIONAL QUANTO A ALGUNS ITENS AGREGADOS AO PLANO. INVERSÃO DO JULGADO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. INEXISTÊNCIA DE INDÉBITO A RESTITUIR NESSES CASOS. PRESCRIÇÃO DECENAL DA PRETENSÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. EXISTÊNCIA DE PRÉVIA RELAÇÃO CONTRATUAL ENTRE AS PARTES. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL. DANO MORAL. INOCORRÊNCIA. MERO DISSABOR DA RELAÇÃO CONTRATUAL.[4]

Trata-se de um caso concreto que envolve controvérsia pertinente à abusividade de alteração unilateral de plano de telefonia móvel por parte da operadora, incluindo-se no contrato o fornecimento de aplicativos digitais e serviços de terceiros não pactuados anteriormente com a consumidora.

Caso concreto analisou a migração de pacote de dados por uma consumidora para um plano promocional que previa o fornecimento de aplicativos digitais e serviços de terceiros na modalidade de jogos virtuais.

Ocorreu também a análise de existência de cobrança adicional pelo serviço de jogos virtuais, tendo sido a operadora condenada à repetição do indébito em dobro, estando precluso esse ponto da controvérsia.

Destarte nessa linha do que foi explicado, pode-se extrair que os novos institutos de Direito Digital envolvem essencialmente empresas digitais;

---

[3] PINHEIRO 2016. Pg. 133

[4] Recurso Especial 2019/0145471-6. Resp. 1817576/RS. Relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino. Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça. Julgado no dia 01 de maio de 2021. Publicado no Dje do dia 10 de junho de 2021.

provedores de acesso a serviços de internet e respectivos pacotes de dados, a proteção das marcas na Era Digital e a segurança das informações.

Por fim, temos como efeito da evolução tecnológica o aparecimento de cursos de Educação à distância, seja pela modalidade online seja pela modalidade de aulas telepresenciais. Além disso, por fim, é importante frisar que nem tudo são bons avanços da tecnologia, pois tal ferramenta poderá ser utilizada para atos ilícitos e criminosas, surgindo uma nova modalidade de crimes no ordenamento jurídico que são os crimes digitais. Este dois últimos assuntos serão debatidos no próximo capítulo.

E-LEARNING E CRIMES DIGITAIS

Considerado como a nova fronteira do Ensino e da Educação, E-learning ou Ensino pela internet começou timidamente pelos correios eletrônico e aulas televisionadas por transmissão via satélite para manter a instabilidade da transmissão.

Posteriormente, surgiram os cursos on-line, os quais possuindo aulas devidamente cadastradas e gravadas ficavam a disposição do cliente que pagasse pelo serviço e desta forma poder ter acesso ao conteúdo do curso.

Em 2021, o aparecimento da pandemia do Covid-19 obrigou as instituições de ensino a adotar a modalidade de ensino a distância a fim de manter o funcionamento do serviço, e no caso de instituições privadas, até mesmo a sobrevivência financeira, visto que com o fechamento de serviços presenciais, ocorreram muitas evasões destes cursos, bem como o aumento da inadimplência estudantil.

Assim, foi adotado o ensino a distância utilizando como ferramentas os aplicativos de interação digital e também redes sociais.

Embora a existência de cursos à distância não seja uma novidade no país, desde 11 de agosto de 1971, a Lei nº 5692 que era antiga Lei de Diretrizes e Bases da Educação, posteriormente revogada pela Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, garantia o ensino a distância para supletivos de ensino fundamental e médio.

Os cursos de Ensino à Distância (EAD) classificam-se entre supletivos, educação profissional, pós-graduação e cursos livres. Todos estes com a devida regulamentação de leis ordinárias, decretos e Portarias.

Assim, a instituição que pretenda atuar no ensino desta maneira deve passar por um credenciamento federal, pois o reconhecimento da qualidade cabe a competência do Ministério da Educação (MEC).

A responsabilidade civil das instituições quanto a qualidade na prestação de cursos EAD quanto a deficiência de padrões de qualidade pode ser objeto de diligência, sindicância e o devido processo administrativo para descredenciamento da instituição no MEC

A seguir temos o fenômeno dos novos tipos de crimes que surgiram na sociedade digital. Chamados também de “cibercrimes”, o crime cibernético não tem fronteiras fora pode ser acobertado pelo anonimato, gerando dificuldade também até mesmo para se montar um processo contra.

Interessante citar que o crime organizado também migrou para plataforma digital tendo inclusive divisões especializadas neste tipo de ilicitude, alavancado principalmente pela profissionalização de hackers.

A capacidade de ganhar dinheiro utilizando a subversão da tecnologia como ferramenta, fez com que o perfil de hackers superasse o arquétipo do jovem adolescente trancado num quarto ou porão de uma casa qualquer para um faixa etária de pessoas acima de 35 anos, acessando computadores alheios e capturando dados particulares em troca de "resgates financeiros", alguns deles inclusive sendo cobrados em bitcoins e outras moedas digitais, como veremos na notícia logo abaixo.

> **Empresa ajuda a pagar resgates de ransomware com bitcoin**
>
> ***Empresa DigitalMint ajuda vítimas de ransomware a pagar resgates através de criptomoedas como bitcoin (BTC) e monero (XMR)***
>
> O ransomware se tornou um dos tipos de crimes cibernéticos que mais cresce em 2021. Muitas vezes, as empresas vítimas chegam à conclusão que pagar o resgate exigido pelos hackers é o caminho de menor prejuízo, quando todas as demais opções se esgotaram. Por isso, a DigitalMint oferece um serviço que ajuda a efetuar essas transações o mais rápido possível, geralmente realizadas através de criptomoedas como bitcoin (BTC) e Monero (XMR). De acordo com a Cybersecurity Ventures, plataforma de análise de segurança digital, uma companhia é vítima de um ataque de ransomware a cada 11 segundos em 2021. Nesse tipo de crime cibernético, hackers "sequestram" o sistema da vítima (geralmente empresas) e exigem pagamentos para devolver seu controle. Um dos casos mais recentes e famosos é da empresa americana de oleodutos Colonial Pipeline, que teve seu sistema paralisado por hackers e foi obrigada a pagar mais de US$ 4 milhões aos criminosos para solucionar um problema de falta de combustível que se estendeu por toda a costa leste dos Estados Unidos.[5]

Podemos ver também que o cibercrime também já aparece nas nossas jurisprudências, conforme o caso abaixo:

> COMPETÊNCIA. FURTO. INTERNET. CONTA BANCÁRIA.
> O furto mediante fraude não pode ser confundido com o estelionato. No furto, a fraude é utilizada para burlar a

[5] IGNACIO, Bruno. Empresa ajuda a pagar resgastes de ransowares com bitcoin. Portal Terra. Disponível em: < https:/www.terra.com.br/noticias/tecnologia/empresa-ajuda-a-pagar-resgates-de-ransomware-com-bitcoin,3b24c230729d88843cb65f577edde73d6fsk2ma7.html>. Acesso em: 10.08.2021

> vigilância da vítima, para lhe tirar a atenção. No estelionato, a fraude objetiva obter consentimento da vítima, iludi-la para que entregue voluntariamente o bem. Na hipótese, o agente valeu-se da fraude eletrônica via *internet* para subtrair valores da conta-corrente de titularidade de correntista da CEF, assim há furto mediante fraude, essa usada para burlar o sistema de vigilância e proteção do banco aos valores mantidos sob sua guarda. É importante esclarecer que os valores transferidos mediante dados digitais, apesar de não tangíveis, não deixam de ser dinheiro. Esses dados não possuem existência autônoma, desvinculada do bem que representam. São passíveis de movimentação e transferência de titularidade e, também, estão sujeitos a furto por meio informático. Outrossim, é consabido que o furto consuma-se no momento em que o bem é subtraído da vítima, ao sair da esfera de sua disponibilidade, e o desapossamento, embora efetivado por meio digital, teve lugar na conta-corrente da agência situada em Campo Mourão-PR, o que leva à fixação da competência na vara federal daquela cidade. Esse entendimento foi acompanhado pela Seção, mas o Min. Felix Fischer, em seu voto-vista, ressalvou seu entendimento de que se cuida de crime contra o patrimônio do correntista, diferentemente do crime de roubo ou extorsão que ocorre em agência bancária ("assalto a banco"), porém acompanhou o entendimento após constatar que os precedentes deste Superior Tribunal não questionam a competência da Justiça Federal.[6]

O caso em tela trata do crime de furto mediante fraude não se confunde com o estelionato. A distinção se faz pelaa análise do elemento comum da fraude que, no furto, é utilizada pelo agente com o fim de burlar a vigilância da vítima que, desatenta, tem seu bem subtraído, sem que se aperceba; no estelionato, a fraude é usada como meio de obter o consentimento da vítima que, iludida, entrega voluntariamente o bem ao agente.

Hipótese em que o agente se valeu de fraude eletrônica para a retirada de mais de dois mil e quinhentos reais de conta bancária, por meio da "Internet Banking" da Caixa Econômica Federal, o que ocorreu, por certo, sem qualquer tipo de consentimento da vítima, o Banco.

[6] Informativo do Superior Tribunal de Justiça nº 0315. Publicação de 26 a 30 de março de 2007. Disponível em: https://processo.stj.jus.br/jurisprudencia/externo/informativo/?acao=pesquisar&livre=FURTO+DE+DADOS+DIGITAIS&operador=e&b=INFJ&thesaurus=JURIDICO&p=true. Acesso dia 10.08.2021

A fraude, de fato, foi usada para burlar o sistema de proteção e de vigilância do Banco sobre os valores mantidos sob sua guarda, ocorrendo o crime de furto qualificado por fraude, e não estelionato

O dinheiro circula em boa parte no chamado "mundo virtual" da informática. Esses valores recebidos e transferidos por meio da manipulação de dados digitais não são tangíveis, mas nem por isso deixaram de ser dinheiro. O bem, ainda que de forma virtual, circula como qualquer outra coisa, com valor econômico evidente. De fato, a informação digital e o bem material correspondente estão intrínseca e inseparavelmente ligados, se confundem.

Esses registros contidos em banco de dados não possuem existência autônoma, desvinculada do bem que representam, por isso são passíveis de movimentação, com a troca de titularidade. Assim, em consonância com a melhor doutrina, é possível o crime de furto por meio do sistema informático.

A consumação do crime de furto acontece no momento que o bem é subtraído da vítima, saindo de sua esfera de disponibilidade. No caso em apreço, o desapossamento que gerou o prejuízo, embora tenha se efetivado em sistema digital de dados, ocorreu em conta-corrente da Agência Campo Mourão/PR, que se localiza na cidade de mesmo nome, devendo assim haver aplicação do art. 70 do Código de Processo Penal[7].

IMPORTÂNCIA JURÍDICA NO PERÍODO DA PANDEMIA DO COVID-19

Tecidos os comentários sobre as várias nuances do Direito Digital, podemos dizer que trata-se da nova fronteira jurídica do nosso arcabouço jurídico.

O Direito Digital foi o responsável pela continuidade de negócios jurídicos via a rede internacional de computadores.

Além disso, serviu de base também para continuidade de muitas outras atividades no mundo virtual, vejamos abaixo a notícia sobre a prestação de serviços por via remota graças ao Direito Digital.

> **Democratização da justiça no âmbito digital.**
> Toda transformação demanda alteração no padrão de comportamento antes estabelecido, o que acaba sempre encontrando certa resistência. Contudo, o Direito deve acompanhar a evolução dessa sociedade moderna, sob pena de tornar-se estático. Precisamos, indiscutivelmente, de respostas com maior imediatidade, trazendo para a realidade esses mecanismos que ajudam na realização de audiências virtuais e interação digital. (...) As adversidades nos obrigam a adotar soluções mais inteligentes, potencializando o acesso e a participação de todo o corpo cívico. A plataforma digital, sem sombra de

[7] Decreto-Lei 3689/1941 (Código de Processo Penal Brasileiro) Art. 70. A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.

> dúvidas, encurta distâncias. A democratização por meio de uma Justiça mais acessível, com o manejo de métodos digitais, é inegável, especialmente ao ampliar as formas de atendimento. (...) Esse diagnóstico de imagem confirma, ainda, o entendimento de que a facilitação no acesso digital colabora para que as partes interessadas acompanhem melhor os atos processuais, tomando conhecimento, quase que em tempo real, da sua feitura, além de reforçar a prerrogativa de fiscalização de todos os serviços que estão sendo prestados. O acesso às plataformas online é cada vez mais abrangente e os cidadãos, de uma forma geral, estão familiarizados com esses mecanismos. O computador e o aparelho celular móvel parecem, hoje, uma verdadeira extensão dos indivíduos, os quais estão habituados a realizar as mais diversas tarefas, tais como marcar compromissos, estabelecer contatos e resolver todo tipo de problema por meio desses dispositivos. (...) Contudo, cerca de 46 milhões de brasileiros ainda permanecem sem acesso à internet. O estudo técnico da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio Contínua-PNAD Contínua TIC, apresentado pelo IBGE, demonstrou que cerca de um em cada quatro domicílios no Brasil não possuem conexão com a internet (74,7%). Vê-se, dessa maneira, que uma importante parcela da população ainda se encontra desamparada no que diz respeito ao acesso a determinadas plataformas de comunicação. Toda essa conjuntura envolve questões mais complexas, partindo-se do pressuposto de que as condições socioeconômicas interferem diretamente na privação desses cidadãos ao mundo digital.[8]

Consoante a crítica no final do texto citado, infelizmente uma das grandes barreiras do Direito Digital é a questão não ter acesso a internet, provocando um grande isolamento digital das pessoas menos favorecidas financeiramente e nas classes menos abastadas.

> A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Tecnologia da Informação e Comunicação (Pnad Contínua TIC) 2018, divulgada hoje (29) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que uma em cada quatro pessoas no Brasil não tem acesso à internet. Em números totais, isso representa cerca de 46 milhões de brasileiros que não acessam a rede.

[8] SORRENTINO, Luciana Yuki; COSTA NETO, Raimundo Silvino da. O Acesso digital à Justiça - A imagem do Judiciário Brasileiro e a prestação jurisdicional nos novos tempos. Artigo Científico Digital. Disponível em: https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/artigos-discursos-e-entrevistas/artigos/2020/o-acesso-2013-digital-2013-a-justica-a-imagem-do-judiciario-brasileiro-e-a-prestacao-jurisdicional-nos-novos-tempos. Acesso em 10.08.2021

Os dados, que se referem aos três últimos meses de 2018, mostram ainda que o percentual de brasileiros com acesso à internet aumentou no país de 2017 para 2018, passando de 69,8% para 74,7%, mas que 25,3% ainda estão sem acesso. Em áreas rurais, o índice de pessoas sem acesso é ainda maior que nas cidades, chega a 53,5%. Em áreas urbanas é 20,6%.

Quase a metade das pessoas que não têm acesso à rede (41,6%) diz que o motivo para não acessar é não saber usar. Uma a cada três (34,6%) diz não ter interesse. Para 11,8% delas, o serviço de acesso à internet é caro e para 5,7%, o equipamento necessário para acessar a internet, como celular, laptop e tablet, é caro.

Sem serviço

Para 4,5% das pessoas em todo o país que não acessam a internet, o serviço não está disponível nos locais que frequentam. Ou seja, mesmo que queiram, não conseguem contratar um pacote de internet. Esse percentual é mais elevado na Região Norte, onde 13,8% daqueles que não acessam a internet não têm acesso ao serviço nos locais que frequentam. Na Região Sudeste, esse percentual é 1,9%.

"Então, talvez, para poder abranger, aumentar esse acesso à internet a toda a extensão do país, investir na questão da disponibilidade na Região Norte seja um caminho", diz a gerente da Pnad Contínua, Maria Lucia Vieira.

A pesquisa aponta também desigualdades entre áreas rurais e urbanas. O percentual de moradores de áreas rurais que não utilizam a internet porque o serviço não está disponível é 12%, dez vezes maior que a da área urbana, 1,2%. Já o índice daqueles que dizem ser caro o equipamento necessário chega a 7,3% na área rural, enquanto nas cidades é 5%.

Entre 2017 e 2018, no entanto, tanto na área rural quanto na urbana o percentual de pessoas que utilizaram a internet cresceu. Passou de 74,8% para 79,4%, em áreas urbanas, e de 39% para 46,5%, em áreas rurais.

Internet em casa

O índice de domicílios com acesso à internet também aumentou entre 2017 e 2018, passando de 74,9% para 79,1%. "O crescimento mais acelerado da utilização da internet nos domicílios da área rural contribuiu para reduzir a grande diferença em relação aos da área urbana", diz o texto. De 2017 para 2018, o percentual de domicílios em que a internet era utilizada passou de 80,2% para 83,8% em área urbana e de 41% para 49,2% na área rural.

Em relação à renda, nas casas onde havia acesso à internet, o rendimento médio por pessoa era R$ 1.769,

> quase o dobro do rendimento nas casas daqueles que não acessavam a rede, que era R$ 940.
> Esta é a terceira vez que a (Pnad) compila dados sobre Tecnologia da Informação e Comunicação. Os dados referem-se ao quarto trimestre de 2018. A pesquisa trata do acesso à internet e à televisão nos domicílios particulares permanentes e do acesso à internet e à posse de telefone móvel celular para as pessoas de 10 anos ou mais de idade, o que equivale a um total de cerca de 181,9 milhões de pessoas.[9]

Com a chegada da covid-19, muitos ambientes particulares e lares das pessoas foram tomadas pelo home office, tornando-se a tecnologia essencial para o ambiente de trabalho profissional e a continuação da Educação, inviabilizada nos ambientes presencias.

NA seara jurídica, profissionais do Direito tiveram que migrar para plataformas online, ocorrendo mudanças e adaptações que vão continuar existindo mesmo quando o isolamento social for extinto e a pandemia for controlada.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais[10], que começou a vigorar a partir do ano de 2020, regulamentou alguns pontos do uso das tecnologias no âmbito jurídico.

> Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
> Parágrafo único. As normas gerais contidas nesta Lei são de interesse nacional e devem ser observadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019) Vigência
> Art. 2º A disciplina da proteção de dados pessoais tem como fundamentos:
> I - o respeito à privacidade;
> II - a autodeterminação informativa;
> III - a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião;
> IV - a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem;

[9] TOKARNIA. Mariana. Um em cada 4 Brasileiros nbão tem acesso à internet, mostra pesquisa. Agência Brasil. Artigo Digital. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/um-em-cada-quatro-brasileiros-nao-tem-acesso-internet>. Acesso em 10.08.2021

[10] Lei nº 13709, de 14 de Agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm>. Acesso dia 10.08.2021

> V - o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação;
> VI - a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; e
> VII - os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais culminou no anseio da sociedade, tanto física como digital, para regulamentar de forma mais aprimorada as relações digitais além de garantir e reafirmar valores consagrados de vários ramos do Direito.

CONCLUSÃO

Ao fim deste estudo não é difícil constatar que o Direito Digital é de suma importância para o ordenamento jurídico atual. Ele vem de um longo caminho de evolução dos computadores e até é contemporâneo da proteção de direitos de propriedade imaterial dos softwares.

Além da existência necessária para sociedade digital, o direito digital é de suma necessidade para a eficiência e segurança jurídica de inúmeras relações sociais que vão desde uma simples compra e venda em site de compras na internet até o atendimento de advogados em escritórios digitais.

Não objetivando ser um ramo do Direito que vá atender todas as necessidades sociais, este ramo também conta com a herança jurídica de inúmeros ramos do Direito, tendo o Direito Consuetudinário contribuindo de forma determinante na atuação do Direito Digital, bem como outros institutos de Direito Civil e Princípios Gerais de Direito.

A Legislação por sua vez conta com o apoio do Marco Civil da Internet, a Lei nº 12965, de 23 de abril de 2014, e com a mais recente Lei Geral de Proteção de Dados, Lei 13709, de 14 de agosto de 2018.

Ressalto também que o Direito Digital funciona como instrumento de outros Direitos Fundamentais, como os direitos sociais da Cultura e à Educação como meios essenciais de continuidade destes serviços nestes tempos de Pandemia e até recente isolamento social total.

Por fim, foi abordado também que com a intensificação das relações jurídicas digitais, ocorreu um salto também nos crimes digitais, principalmente quanto ao furto de dados e informações das pessoas, bem como em sequestros digitais que requerem pagamento em moeda digital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNSTEIN, William J. Um breve História da riqueza; versão brasileira da editora. 1 ed. São Paulo, SP: Editora Fundamento Educacional Ltda, 2015.
Decreto-Lei 3689/1941 (Código de Processo Penal Brasileiro). Disponível em: planalto.com.br. acesso em 10.08.2021;

IGNACIO, Bruno. Empresa ajuda a pagar resgastes de ransowares com bitcoin. Portal Terra. Disponível em: < terra.com.br/noticias/tecnologia/empresa-ajuda-a-pagar-resgates-de-ransomware-com bitcoin,3b24c230729d88843cb65f577edde73d6fsk2ma7.html>. Acesso em: 10.08.2021

INFORMATIVO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA Nº 0315. Publicação de 26 a 30 de março de 2007. Disponível em: processo.stj.jus.br/jurisprudencia/externo/informativo/?acao= pesquisar&livre=FURTO+DE+DADOS+DIGITAIS&operador=e&b=INFJ&thesaurus=JURIDICO&p=true. Acesso dia 10.08.2021

GOODMAM, Marc. Future crimes: tudo está conectado, todos somos vulneráveis e o que podemos fazer sobre isso; tradução de Gerson Yamagami. São Paulo: HSM Editora, 2015.

Lei nº 13709, de 14 de Agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm>. Acesso dia 10.08.2021

MARCO CIVIL DA INTERNET: jurisprudência comentada. organizadores Carlos Affonso Souza, Ronaldo Lemos, Celina Bottino. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017;

MONTESQUIEU, Charles Louis de. Do Espirito das Leis. Versão digital em PDF.

PINHEIRO, Patrícia Peck. Direito Digital. 6. Ed. Ver.,atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2016.

SORRENTINO, Luciana Yuki; COSTA NETO, Raimundo Silvino da. O Acesso digital à Justiça - A imagem do Judiciário Brasileiro e a prestação jurisdicional nos novos tempos. Artigo Científico Digital. Disponível em: https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/artigos-discursos-e-entrevistas/artigos/2020/o-acesso-2013-digital-2013-a-justica-a-imagem-do-judiciario-brasileiro-e-a-prestacao-jurisdicional-nos-novos-tempos. Acesso em 10.08.2021;

TOKARNIA. Mariana. Um em cada 4 Brasileiros nbão tem acesso à internet, mostra pesquisa. Agência Brasil. Artigo Digital. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/um-em-cada-quatro-brasileiros-nao-tem-acesso-internet>. Acesso em 10.08.2021

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO DE ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

CAPÍTULO 14

Anelli de Sena Araujo Leandro
Farmacêutica e Bioquímica - Faculdade Pernambucana de Saúde - FPS.
Pós-graduada em Farmácia Clínica com ênfase em Prescrição Farmacêutica FAVENI.
Pós-graduada em Farmácia Estética - Faculdade Descomplica.
Mestranda em Educação com especialização em Docência Universitária pela Universidad Europea del Atlántico - UNEATLANTICO - da Espanha.
Claudia Paranhos Quintanilha
Arquiteta e Urbanista pela Universidade de Taubaté - UNITAU.
Especialização em Psicopedagogia pela Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP.
Mestranda em Educação com Especialidade em Gestão de Centros Educativos pela Universidad Europea del Atlántico - UNEATLANTICO - da Espanha.
Izaque Pedro de Olanda
Graduado em Ciências-Habilitação Plena em Matemática pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA.
Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA.
Especialista em Orientação Educacional, Supervisão e Gestão Escolar pela Faculdade Ieducare - FIED.
Especialista em Educação Matemática Comparada pela Escola Superior Aberta do Brasil - ESAB.
Mestrando em Educação com Especialização em Formação de Professores pela Universidad Europea del Atlántico - UNEATLANTICO - da Espanha.
Leonardo João de Barros
Graduado em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Literatura pela Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central - FACHUSC.
Especialista em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa pelo Centro Universitário Internacional - UNINTER.
Pós-graduando em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica pela QUEIROZ CONSULTORIA - Curso, Treinamento e Capacitação.
Mestrando em Educação com Especialização em Formação de Professores pela Universidad Europea del Atlántico - UNEATLANTICO - da Espanha.

RESUMO

O presente trabalho contém uma proposta de intervenção acerca de um aluno com necessidades educacionais especiais definido como Transtorno do Espectro Autista (TEA). A ação dar-se-á por meio de estudo de caso, plano de aula e desenvolvimento de estratégias capazes de promover a inclusão, a aprendizagem e o bem-estar do discente. Sendo assim, faz-se necessário conhecer todos os elementos inter-relacionados à perspectiva inclusiva, de forma coordenada e dinâmica, para a construção de habilidades e do aperfeiçoamento de competências no âmbito escolar, familiar, interpessoal e

social. Posto isso, o desenvolvimento do trabalho de forma eficaz e capaz de gerar mudanças significativas requer a participação não só do centro educativo, mas também do apoio da família, de parcerias e da sociedade com vistas à formação plena para uma vida autônoma e independente na fase adulta.

Palavras-chave: autismo; inclusão; educação; intervenção; aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Promover a inclusão é uma tarefa de integração, que deve abranger a todos, sem nenhuma exceção. Assim, a diversidade é cada vez maior nos ambientes escolares e a escola, os professores, a família e toda a sociedade devem estar preparados para acolher e desenvolver as crianças com qualquer tipo de necessidade ou dificuldade de aprendizagem.

Cada aluno tem suas particularidades e isso está presente em todos os centros educativos que devem considerar essas especificidades como diversidade e não como um problema. Além disso, após a família, a escola é o principal contato social das crianças. Nela os alunos terão uma convivência que envolve diferentes crenças, opiniões e valores ricos, que contribuirão para a formação do caráter. A presença da singularidade e diversidade humana permite com que o bullying seja combatido como origem de muitos embates, fazendo com que haja um melhor gerenciamento das competências socioemocionais e interpessoais.

Quando a escola tenta padronizar o processo de inclusão dos estudantes, torna-se mais um grande obstáculo, já que cada aluno com necessidades educacionais especiais é único, é singular, não sendo possível desenvolver uma perspectiva de inclusão única. É preciso implementar o acesso, a permanência e o sucesso, desenvolvendo a inclusão com responsabilidade e com qualidade, utilizando recursos pedagógicos de acordo com suas necessidades.

Sendo assim, para que haja inclusão, urge superar muitos desafios a fim de que o ensino-aprendizagem aconteça de forma significativa. É imprescindível a reestruturação dos conteúdos do currículo escolar, formação inicial e permanente dos educadores, entre outros aspectos, para que se possa desenvolver um trabalho promissor e capaz de transformar a realidade. Isso fará com que haja

> a busca por uma sociedade igualitária, por um mundo em que os homens gozem de liberdade de expressão e de crenças e possam desfrutar da condição de viverem a salvo do temor e da necessidade (Facion, 2008, p. 55).

Portanto, a educação para ter um caráter mais inclusivo precisa considerar todas as diferenças, já que toda pessoa tem a capacidade de aprender, reconhecendo a diversidade de múltiplos aprendizados e objetivos de aprendizagem bem eficientes.

REFERENCIAL TEÓRICO

APRESENTAÇÃO E NATUREZA DO PROBLEMA

A criança cujo nome atende pelas iniciais de F.R.S., do sexo masculino, de onze anos de idade, filho único, foi transferida pelos pais da rede pública para a rede particular para cursar o sexto ano do Ensino Fundamental Anos Finais. Segundo eles, na escola anterior em que a criança estudou do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais não conseguiu se desenvolver em termos de aprendizagem e a referida instituição não dispunhava de recursos pedagógicos nem de professores capacitados. Tal impedimento se deu por causa da natureza especial do discente, que foi diagnosticado com TEA - Transtorno do Espectro Autista.

Na escola, o discente não atendia pelo nome quando alguém o chamava, nem direcionava o olhar para se comunicar, sem contato olho no olho. Também falava na terceira pessoa, economizando palavras do discurso (afasia). Apresentava muita dificuldade de socialização bem como isolamento social, preferindo ficar sozinho. Também apresentava uma anormalidade no comportamento e na compreensão de gestos verbais e não verbais bem como dificuldade de ajustar o comportamento, necessitando, frequentemente, de regulagem. Desinteresse de fazer amigos, falta de respostas para perguntas, repetição de palavras e regressão na fala era muito perceptível, interferindo nos relacionamentos interpessoais.

Além disso, nos primeiros quinze dias do primeiro bimestre do ano letivo em curso, passou a não comparecer à escola, tendo fortes crises de ansiedade e nervosismo. Segundo relatos dos pais, o filho, ao acordar e lembrar que teria o compromisso da escola, ficava se tremendo, chorando, negando-se a ir para o colégio.

Devido à ausencia na escola, os professores juntamente com a coordenação pedagógica e equipe de Atendimento Educacional Especializado (AEE) entraram em contato com os pais questionando a falta do discente nas atividades escolares. Seus responsáveis relataram toda a situação para a equipe escolar que, juntamente com a psicóloga e a psiquiatra da criança, decidiram se reunir para traçar uma estratégia de intervenção a fim de ajudar o aluno, para que desperte o interesse pelos estudos, consiga se socializar com os demais estudantes e professores bem como desenvolver a sua aprendizagem e bem-estar social.

Dessa forma,

> o tratamento deve ser estabelecido de modo acolhedor e humanizado, considerando o estado emocional da pessoa com TEA e seus familiares, direcionando suas ações ao desenvolvimento de funcionalidades e à compensação de limitações funcionais (Brasil, 2012, p. 57).

Ademais, durante o trabalho de intervenção, tomar-se-á toda precaução para que não haja uma deterioração das capacidades do discente.

Inclusive, a habilitação e a reabilitação com acompanhamento médico será imprescindível em todas as etapas.

Recentemente, a garantia dos direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais ganhou mais força com o advento da Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) que, em seu artigo primeiro, revela que será

> destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Diante disso, é preciso garantir uma aprendizagem significativa para todos, com total acesso às oportunidades para seu desenvolvimento de forma plena.

INSTRUMENTOS DE PESQUISA E INFORMANTES PARA ESTUDO DE CASO

Os instrumentos de pesquisa utilizados foram uma reunião presencial com os pais juntamente com toda a equipe escolar e médica (professores, coordenador, psicóloga e psiquiatra) bem como um questionário tanto para os pais responderem quanto para a criança que atende por F.R.S. Além disso, foi solicitado à escola anterior em que a criança estudava um relatório a fim de se conhecer melhor as atitudes, comportamentos e desempenho na aprendizagem pelo discente. A família, também trouxe o laudo do filho para que todos pudessem conhecê-lo melhor e traçar, posteriormente, ações e estratégias para o seu desenvolvimento nos estudos e seu bem-estar social, familiar e interpessoal.

DIAGNÓSTICO E FORMAÇÃO DOS AGENTES EDUCACIONAIS, FAMÍLIA E TRABALHO

Com relação ao diagnóstico da criança, segundo os pais, as características do autismo foram identificadas logo nos primeiros meses de vida. Porém, o seu diagnóstico se deu em torno dos dois e três anos de idade. A criança ficava muito agitada sem um motivo definido, com demonstração de comportamentos estranhos e, por vezes, repetitivos. Além disso, existiam dificuldades no desenvolvimento da aprendizagem e atraso na linguagem bem como bastante discrepância na comunicação e interação social com seus pares. Ele passou por vários acompanhamentos médicos e clínicos, concluindo o diagnóstico de Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) F-84.

Sobre os agentes educacionais, a formação inicial e continuada é indispensável para que a proposta educacional venha acolher e intervir adequadamente para o desenvolvimento do discente, de suas capacidades

cognitivas, funcionais, sociais, interpessoais, de sua família e de todos que têm contato, seja de forma direta ou indireta, de tal forma que haja benefícios para a criança.

> Só assim os professores e instituições de ensino estarão aptos a elaborar e implantar novas propostas e práticas de ensino para as características de seus alunos, incluindo aquelas evidenciadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais (Mantoan, 2006, p. 57).

Com isso, busca-se uma estratégia de preparação/formação dos agentes educacionais para aprimorar o desenvolvimento do aluno citado e de qualquer outro que chegue à escola, incluindo os que tenham qualquer necessidade especial, dificuldade de aprendizagem e até mesmo os que sejam superdotados, sem exclusão.

A formação dos agentes educacionais sobre o TEA foi promovida pela equipe multiprofissional do centro especializado de psicologia e de psiquiatria da secretaria de educação da cidade, na qual a família reside, por meio de ofício encaminhado pela escola. Também estiveram presentes nas formações, estudos e desenvolvimento dos trabalhos uma fonoaudióloga, um neuropsicopedagogo, uma psicopedagoga, um profissional de apoio e a família do estudante. Para Piaget (1984, p. 62),

> a preparação dos professores constitui questão primordial de todas as reformas pedagógicas em perspectiva.

Houve duas formações num período de quinze dias para instrução e orientação dos trabalhos. Depois passou a haver uma formação mensal para discussão, acompanhamento e reorientação dos trabalhos desenvolvidos e estendidos aos demais alunos da escola que apresentavam algumas dificuldades específicas de aprendizagem. Dessa forma, múltiplos estudantes foram beneficiados.

Durante as formações, além da parte teórica (estudos das leis sobre educação especial, sobre TEA e demais transtornos), houve a parte prática, com estudo de caso, preparação de atividades e trabalhos de diagnóstico, intervenção, acompanhamento e reorientação.

PLANO DE AULA

O desenvolvimento e a evolução das crianças com TEA requer a criação de um ambiente adequado, acolhedor e que atenda às suas necessidades. É preciso repensar métodos e obter novas habilidades para a promoção de aulas mais inclusivas. O plano de aula é o ponto de partida a fim de que haja sucesso no trabalho. Deverá ser pensado, planejado e reavaliado constantemente, incluindo todos os atores na ação pedagógica.

JUSTIFICATIVA DO PLANO BIMESTRAL

Diante das necessidades que as crianças com TEA apresentam, faz-se necessário o desenvolvimento de uma nova postura, de um olhar mais acolhedor para o estudante F.R.S. Assim, é preciso, antes de tudo, conhecer o discente, suas dificuldades cognitivas, interpessoais, sociais, suas particularidades, entre outros, pois revela aspectos e comportamentos diferentes. É comum os professores não se sentirem preparados, sendo preciso conhecer mais sobre o transtorno, sabendo que a inclusão está presente na legislação brasileira, abrangendo a educação e todos os demais setores.

Neste viés, os novos desafios impostos ao fazer pedagógico, à família, à sociedade bem como à inclusão e ao desenvolvimento da criança com TEA, requer que os docentes estejam aptos para atuarem neste processo, independentemente de serem formados ou não. Urge entender que o autista é uma pessoa que, como qualquer outra, tem seus anseios, medos, potencialidades, interesses, habilidades, precisando de ajuda, de oportunidades e de apoio que conduzam ao seu crescimento nos diversos âmbitos da vida.

OBJETIVO GERAL

- Promover ações educativas tendo por base o diagnóstico e estudo de caso de um discente com necessidades educacionais especiais (Transtorno do Espectro Autista - TEA) a fim de superar as dificuldades apresentadas nos aspectos cognitivo, motor, interpessoal, educacional e social bem como desenvolver suas capacidades e potencialidades no campo da aprendizagem com vistas a exercer sua cidadania, tornando-se, futuramente, um adulto autônomo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Desenvolver a autoestima do estudante, para que se reconheça capaz de superar desafios, criando vínculos com o processo de aprendizagem e respondendo de forma independente às demandas propostas;

- Estimular o discente, fazendo-o perceber suas capacidades e suas habilidades para a assimilação de novos saberes e a promoção de potencialidades;
- Ofertar práticas de leitura, interpretação e escrita para compreender melhor os diversos contextos em que as pessoas estão inseridas no mundo e adquirir autonomia para a convivência harmoniosa;
- Fortalecer o raciocínio lógico, situações-problema envolvendo a memória, a atenção e a concentração a fim de compreender o campo da matemática;
- Ofertar metodologias com recursos e materiais diversos para que o discente se sinta mais motivado e engajado com os outros alunos;
- Contemplar a individualidade do estudante, respeitando as suas características pessoais;
- Envolver a família nas ações pedagógicas para que haja um maior apoio e suporte, visando ao bem-estar do discente.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E RESPONSÁVEIS

No ambiente escolar, a criança autista terá a primeira convivência e interação de cunho social separada dos familiares, em que aperfeiçoará e desenvolverá suas habilidades e potencialidades. Para isso, será preciso haver uma adaptação no currículo que, de acordo com Valle e Maia (2010, p. 23), consiste no

> conjunto de modificações que se realizam nos objetivos, conteúdos, critérios e procedimentos de avaliação, atividades e metodologia para atender as diferenças individuais dos alunos.

A fim de se desenvolver os objetivos e as habilidades do estudante, propor-se-ão as seguintes atividades, divididas por áreas nas quais há dificuldade:
- Habilidades, potencialidades, interesse e socialização: para aumentar a autoestima, o interesse e a interação sadia com seus pares, serão propostas dinâmicas e atividades em grupo (quebra-cabeça trocado, três verdades e uma mentira, campo minado, construindo uma torre, ideias de guardanapo), músicas (normal é ser diferente, de Jair Oliveira, sou quem eu sou, de Charlie Brown Jr), textos reflexivos (a linha mágica, felicidade clandestina, a moça tecelã, entre outros) e sempre orientadas e guiadas pelo professor além de um feedback para a equipe pedagógica, médica e para a família do aluno.
- Leitura e interpretação: visto que o discente em apreço sabe ler e interpretar de forma razoável, serão trabalhados, inicialmente, textos curtos, com a letra ampliada, cujas temáticas sejam interessantes, despertando sua atenção. Formas coloridas, imagens, tirinhas engraçadas e divertidas farão parte do repertório. Gradativamente, textos medianos, um pouco mais longos serão inseridos conforme o desenvolvimento do aluno. Leitura individual, em dupla, coletiva serão promovidas também como forma de interação e empatia na

sala de aula bem como debate, socialização da compreensão mediante rodas de leitura e formação de círculos.
- Escrita e produção textual: antes de se solicitar a produção escrita, serão utilizados para despertar o interesse e a curiosidade: teatro de fantoches, associação de imagens, textos não-verbais, jogos de palavras, famílias silábicas, vídeo de histórias sem áudio, cartazes, escrita espontânea, entre outros. Em seguida, haverá, com mediação do professor, pequenas produções de gêneros textuais literários, não-literários e digitais, aumentando-se, gradativamente, o nível da escrita. Técnicas de reescrita e reformulação serão usadas para evolução e melhoria das habilidades. Posteriormente às produções, serão feitas a leitura, a socialização e a exposição dos trabalhos, valorizando, assim, a produção escrita de todos os envolvidos.
- Área cognitiva: para despertar e aumentar a concentração e a memorização, serão propostas atividades envolvendo lógica e regras, fazendo com que o aluno possa pensar antes da ação. Jogos de memória, caça-palavras, caça ao tesouro, dominó, dama, jogo da velha e bingo farão parte do processo, aumentando o nível de complexidade consoante a sua evolução.
- Área motora: nesta habilidade, far-se-ão recortes, pinturas, encaixe de peças, colagem, massa de modelar, desenhos, figuras, uso de boliche, de cones, de bolas, de redes, entre outros materiais disponíveis e/ou confeccionados. Vale ressaltar que cada ação dependerá do objetivo pretendido, adequando às necessidades e às habilidades do estudante.
- Matemática e raciocínio lógico: resgate dos conceitos matemáticos e lógicos; ordenação, seriação, classificação, sequências numéricas; algarismos e aplicações nas situações cotidianas; quantidade, figuras geométricas, associações, gráficos, tabelas, imagens e situações-problemas do dia a dia. Para isso, será utilizada uma diversidade de materiais (disponíveis e/ou confeccionados) para se atingir o objetivo pretendido. Exemplo: jogos numéricos, construção de gráficos e tabelas, reta numérica, ábaco, dominó, painéis de associação, unidades de medidas na prática, recorte de números, de dados estatísticos e colagem para construção de cartazes, fubica, dama, xadrez, sudoku, bingo com operações matemáticas, tangran, entre outros.
- Comunicação e relação socioeducacional: atividades em dupla e pequenos grupos, cujos componentes o aluno com TEA tenha mais proximidade, com vistas a promover a interação, as relações interpessoais e a socialização das dinâmicas de ensino e dos métodos aplicados. Ademais, passeios, relatos orais e escritos sobre leitura de imagens, jogos em dupla, brincadeiras na sala de aula e ao ar livre serão desenvolvidas, situando o aluno em diversos contextos que estimulem a oralidade, a comunicação e as situações socioafetivas. Músicas ouvidas e cantadas, desafios e trabalho coletivo também serão fornecidos.

Vale ressaltar que a participação da família nos feedbacks e observação do comportamento da criança em casa e em outros espaços será de suma importância para que a equipe pedagógica, professores, equipe

médica e multidisciplinar possam acompanhar e intervir conforme necessidade e evolução do estudante. Relatórios para acompanhamento serão indispensáveis.

Para intensificar as habilidades e a evolução da criança F.R.S. na aprendizagem, haverá, no contraturno, com uma hora de duração e duas vezes por semana, na própria escola em que a criança estuda, um reforço promovido pela sala de Atendimento Educacional Especializado - AEE, cuja finalidade consiste em

> identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas (Bendinelli, 2018, p. 1).

Além disso, é preciso ressaltar que

> as atividades desenvolvidas no AEE diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (Bendinelli, 2018, p. 1).

Os responsáveis pelas atividades serão a família, prestando apoio e orientação nas tarefas escolares em casa; os docentes da sala de aula comum; professora do AEE na sala de recursos multifuncionais; coordenação pedagógica; psicólogo, psiquiatra, neuropsicopedagogo e demais membros da equipe médica.

PARCERIAS

Durante a vivência das atividades propostas ao discente F.R.S., os professores da sala de aula comum compartilharão informações e resultados com a professora de AEE a fim de se obter resultados e intervenções mais significativos. Também haverá interlocução entre o grupo gestor, coordenadores, demais alunos, funcionários do centro educativo, médico, terapeuta, neuropsicopedagogo, psicólogo e musicoterapeuta.

REGISTRO DAS ATIVIDADES REALIZADAS E DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM

Os registros serão feitos após cada aula ministrada, mediante anotações, fotografias, portfólio bem como de relatórios quinzenais e/ou mensais, enfatizando o desenvolvimento do estudante com relação à aprendizagem, à participação, à oralidade, ao interesse, à autonomia e à autoestima. Posto isso, servirão para avaliar os avanços, estagnações e até mesmo retrocessos, reformulando e reavaliando as práticas pedagógicas, as

didáticas empregadas além da remodelação das atividades. Nesses apontamentos, serão registradas as mudanças que o aluno estiver apresentando na sala de aula, nas relações com seus pares, na escola, na família e demais ambientes sociais com quem mantenha interação.

METODOLOGIA

Para que se garanta cada vez mais assertividade e alcance dos objetivos pretendidos, é preciso que o trabalho de intervenção seja contínuo, cujas estratégias e métodos aplicados, além de serem variados, sejam constantemente avaliados e reavaliados, adaptando o currículo conforme as necessidades e anseios do estudante após as aulas e bimestres trabalhados. Neste viés, urge que a avaliação das estratégias e ações empregadas ocorra mensalmente tendo em vista a evolução e o bem-estar de F.R.S.

Ao se observar o desenvolvimento do discente, é preciso conhecer sua individualidade, exploração da fala, de recursos visuais e sonoros, gestos, limites e possibilidades da sua sensibilidade auditiva nos diversos momentos bem como cuidado no uso dos estímulos empregados e envolvimento da coletividade na didática proposta.

Os registros que serão utilizados permitirão o acompanhamento das ações e o alinhamento dos objetivos. Ademais, favorecerá uma percepção geral de todos os alunos que fazem parte da sala de aula, os quais mantêm interação com o aluno autista.

Dessa forma, o uso de atividades dinâmicas, individuais, motoras, em pequenos grupos e de forma coletiva permite um trabalho na perspectiva sociointeracionista, a qual ressalta a importância da interação do sujeito (aluno) com o meio em que vive ou se relaciona (ambiente) defendida por Vygotsky. Assim, as experiências e caminhos pedagógicos que o discente F.R.S. vivenciar devem contribuir para a sua oralidade, participação, independência e socialização para, na vida adulta, agir com autonomia:

> A zona de desenvolvimento imediato da criança é a distância entre o nível do seu desenvolvimento atual, determinado com o auxílio de tarefas que a própria criança resolve com independência, e o nível do possível desenvolvimento, determinado com o auxílio de tarefas resolvidas sob a orientação de adultos e em colaboração com colegas mais inteligentes (Vygotsky, 2004, p. 502).

Enfatizando, durante a abordagem do contexto escolar e da aprendizagem das crianças, é necessária a mediação adequada de um adulto e de se ofertar atividades que contribuam para a construção da autonomia e a interação com os outros colegas da sala de aula.

Ademais, caso seja necessário, haverá a reestruturação do plano de aula, estabelecendo e implementando novas ações e estratégias (recursos e materiais) assim que for percebido que as metas não estão sendo alcançadas.

AVALIAÇÃO

Ocorrerá de forma processual e permanente, pois

> oferece uma boa oportunidade para melhorar tanto o processo de aprendizagem quanto às ações futuras de ensino mediante a reflexão, a autocrítica e a autocorreção a partir da prática escolar (Méndez, 2002, p. 74).

Ademais, por meio da observação direta e indireta das mudanças e das atitudes do discente fora da escola, com seus familiares e nos espaços do centro educativo. Também de forma contínua e explícita, envolvendo todo o processo de aprendizagem, o seu desenvolvimento, cooperação, interesse, autonomia, socialização, interação, participação, produções diversas e relatório das etapas.

RECURSOS DIDÁTICOS

Para o desenvolvimento desta ação interventiva, que enfatiza a aprendizagem, a autonomia e o estímulo das capacidades do estudante F.R.S., serão utilizados caderno, lápis, caneta, borracha, projetor de imagem/vídeo/som, notebook, fio de extensão, caixa de som, lousa, pincel, apagador, celulares ou computadores com acesso à internet, material impresso, sala de recursos multifuncionais, biblioteca, brinquedoteca, jogos variados, entre outros, conforme disponibilidade de recursos e criatividade dos professores.

CONCLUSÃO

Em suma, o estudante F.R.S., o qual apresenta TEA, requer o uso de estratégias que trabalhem o desenvolvimento da sua afetividade, trabalho em equipe, concentração, interesse, habilidades, autonomia e possibilidades de aprendizagem. O discente com autismo possui capacidade de aprender como qualquer outra criança e jamais deve ser excluída.

Posto isso, o docente deve realmente estar preparado para incluir, no contexto da sala de aula, qualquer aluno que tenha necessidade especial bem como fazer adaptações nas atividades e no seu planejamento para a consecução dos objetivos.

Em virtude dos fatos narrados, urge o uso de propostas que coloquem o discente como centro do processo educativo, sempre de forma integrada com os demais alunos da sala de aula e do centro educativo, envolvendo também a participação da família, da sociedade e demais parcerias. A oferta de oportunidades para uma aprendizagem ativa e significativa, para a autonomia e independência na vida adulta é imprescindível para todos os alunos com necessidades educacionais

especiais, principalmente o que apresenta TEA, rompendo estereótipos e discriminações.

Por conseguinte, ao se pretender uma educação inclusiva, faz-se necessário pensar no currículo que respeite e valorize todos os educandos, suas particularidades, buscando a superação da escola tradicional e de ações segregadoras, tornando, dessa forma, a aprendizagem mais significativa para os estudantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENDINELLI, Rosanna Claudia. **Atendimento Educacional Especializado (AEE): pressupostos e desafios**. Disponível em: https://diversa.org.br/artigos/atendimento-educacional-especializado-pressupostos-desafios/ Acesso em: 13.05.2023.

BRASIL. **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.** Lei nº 12.764. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm Acesso em: 13.05.2023.

_____. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Lei nº 13.146. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 13.05.2023.

FACION, J. R. **Inclusão escolar e suas implicações**. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

LOSAPIO, M. F. e Ponde, M. P. **Tradução para o português da escala M-CHAT para rastreamento precoce de autismo**. Rev. psiquiatr. Rio Gd. Sul, Porto Alegre, v. 30, n. 3, p. 221-229, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MÉNDEZ, Juan Manuel Àlvarez. **Avaliar para Conhecer, Examinar para Excluir**. Tradução Magda Schwartzhaupt Chaves. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PIAGET, J. **Seis estudos de Psicologia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.

VALLE, T. G. M. e MAIA, A. C. B. **Aprendizagem e comportamento humano**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

VYGOTSKY, L. S. **Psicologia Pedagógica**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Sobre a Organizadora

Profª MSc. Helena Portes Sava de Farias



Mestre em Desenvolvimento Local (2015), possui graduação em Enfermagem (2006), Licenciatura em Letras (2006) e especializações em Saúde da Família (2013), Enfermagem do Trabalho (2009) e Terapia Intensiva (2007) pelo Centro Universitário Augusto Motta. Consultora em Aleitamento Materno em Mãe Enfermeira Consultoria Materno infantil. Assessora editorial e sócia da Editora Epitaya. CEO da Mãe Enfermeira Consultoria Materno infantil. Atualmente é docente no Curso de Graduação em Enfermagem e Pós-Graduação Lato Sensu em Saúde da Família do Centro Universitário Augusto Motta. É professora conteudista de disciplinas online na área da saúde. Criadora do aplicativo EDUSAÚDE. Criadora de conteúdo sobre Educação, Publicação Acadêmica e Aleitamento Materno no YouTube. Organizadora de dez livros na área da enfermagem, com vinte e cinco capítulos de livros publicados, 16 artigos em revistas científicas e mais de cem trabalhos apresentados em congressos nacionais e internacionais. Enfermeira que acredita e investe no poder transformador da educação em saúde. Tem experiência na área de Enfermagem, Publicação Acadêmica, Tecnologias, Aleitamento Materno, Saúde Coletiva e Saúde da Família com ênfase na Educação em Saúde e Educação popular.

Link do Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/6894100533869006

Publicação em capítulo de livro

A coletânea de artigos em livro digital visa democratizar o acesso dos pesquisadores brasileiros à publicação de suas pesquisas, teorias e métodos. A Editora Epitaya recebe os textos e após a revisão por pares, o material é publicado.

Todos os livros possuem registro de ISBN e os capítulos são registrados no DOI (Digital Object Identifier System).

Verifique os textos aceitos para publicação como capítulo de livro

- Trabalho apresentado em congresso internacional, nacional, regionais e/ou encontros de pesquisa;
- Trabalho de Conclusão de Curso / Monografia;
- Dissertação de Mestrado;
- Tese de Doutorado;
- Relatório de Pesquisa;
- Relatório de Pesquisa Pós-Doc;
- Artigo de Pesquisa original;
- Artigo de Revisão;
- Artigo de Opinião;
- Artigo de Relato de Experiência;
- Demais formatos, verificar com a assessoria editorial.

Para maiores informações, entre em contato!

contato@epitaya.com.br
www.epitaya.com.br
@epitaya
https://www.facebook.com/epitaya
(21) 98141-1708



O SABER E O CONHECIMENTO: UM OLHAR MULTIDISCIPLINAR

Helena Portes Sava de Farias

epitaya Editora

ISBN: 978-65-87809-78-6